



Maria De Simone Ferreira

**Percursos da memória
Narrativas sobre patrimônio no
Museu de Arqueologia de Itaipu**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Volume I

Rio de Janeiro
Março de 2017



Maria De Simone Ferreira

**Percursos da memória:
Narrativas sobre patrimônio no
Museu de Arqueologia de Itaipu**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Orientador
Departamento de História – PUC-Rio

Profª Alejandra Saladino

Museologia e Patrimônio – UNIRIO

Profª Juçara da Silva Barbosa de Mello

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Paulo Knauss de Mendonça

Departamento de História – UFF

Prof. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu

Memória Social – UNIRIO

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Maria De Simone Ferreira

Graduou-se em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2004). Integrou a primeira turma do Programa de Especialização em Patrimônio pelo Iphan/Unesco (2005). Obteve grau de Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio (2009). Realizou estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales sob orientação de François Hartog (2015-2016). Técnica em Museologia do Instituto Brasileiro de Museus, atuou no Museu de Arqueologia de Itaipu de 2006 a 2012, tendo dirigido a instituição de 2009 a 2012. Desde 2012, atua na Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional.

Ficha Catalográfica

Ferreira, Maria De Simone

Percursos da memória : narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu / Maria De Simone Ferreira ; orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. – 2017.

2 v. : 328f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2017.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Museu de Arqueologia de Itaipu. 4. Memória. 5. Patrimônio. 6. Arqueologia. 7. Pesca artesanal. I. Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para minha tia Edna
e para o professor Ricardo Benzaquen
(IN MEMORIAM)

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Antonio Edmilson Martins Rodrigues pelo carinho, pela confiança, por inspirar leveza ao trabalho e por estimular o meu livre pensar.

À comissão examinadora da tese: Alejandra, Regina, Paulo e Juçara, pela generosidade de cada um em me ceder seu tempo para discutir e clarear os rumos desse projeto.

Ao orientador do doutorado sanduíche Professor François Hartog pela receptividade ao projeto na Ehes e pelo acompanhamento do avançar da tese.

Aos professores Ricardo Benzaquen, Marcelo Jasmin, José Reginaldo Gonçalves, Marcos Veneu, Flávia Eyler, Marieta de Moraes Ferreira, Luiz Costa Lima, Anne-Marie Havard, Jacques Revel e Sabina Loriga, pelos incontáveis ensinamentos ao indicar a dimensão vital do estudo em nossas vidas.

À equipe da Secretaria do Departamento de História da PUC-Rio – Edna Timbó, Anair dos Santos, Claudio Santiago, Cleusa de Souza – e a Célia Pereira da CCPG, pela gentileza, pela paciência e pela presteza em me ajudar nesses últimos quatro anos.

Às equipes do Museu de Arqueologia de Itaipu – Bárbara Primo e Mirela de Araújo, em especial –, do Arquivo Central do Iphan/RJ, das Bibliotecas Noronha Santos/Iphan e do Museu Histórico Nacional e da Bibliothèque Nationale de France.

Aos pescadores Cambuci, Seu Bichinho, Jairo, Marcos e Seu Chico pela amabilidade em partilhar de suas histórias de vida.

À PUC-Rio, ao CNPq e à Capes, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos dirigentes do Instituto Brasileiro de Museus e do Museu Histórico Nacional, pela concessão do afastamento da instituição para conclusão desse estudo e por compreender a importância da formação acadêmica para o trabalho que realizo.

Aos amigos conquistados ao longo da vida e que me acompanharam nessa jornada, um aprendizado constante: Aline Montenegro, Adriana Bandeira, Mila Aranha, Pedro Heringer, Fernando Vannier, Victor Villon, Giselle Câmara, Luiz Cristiano de Andrade, Isabel de Moraes Ferreira, Sidney Lobato, Henrique Correia, Joana Regattieri, Gabriela Alevato, Paula Pimenta, Leandro Janke, Bruno Brulon, Adriana Nakamuta, Vera Gigante, Camila Bessa, Nathália Sanglard, Felipe Brandi, Rafael Zamorano, Pedro Demenech.

A Marina Vieira e a Alessandra Teixeira, por me auxiliar na travessia do autoconhecimento.

Por fim, a minha família, solo fértil das minhas raízes, pelo amor incondicional.

Resumo

Ferreira, Maria De Simone; Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. **Percursos da memória: narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu**. Rio de Janeiro, 2017, 328p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese tem por objetivo investigar os discursos construídos pelo Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) e a partir dele através de narrativas do patrimônio cultural. O trabalho parte da hipótese de que a produção de memórias e de identidades em Itaipu estrutura-se em relação à cultura material e ao espaço. Para tanto, a pesquisa problematiza o processo de tombamento das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa em 1955 e o projeto de uso do monumento como museu. A partir da abertura do MAI em 1977, constitui-se uma nova temporalidade pelo viés do patrimônio arqueológico pré-histórico, cujos vestígios serão mobilizados tanto por agentes do Iphan quanto pelos pescadores locais para proclamar suas memórias e escrever suas histórias. Por fim, a análise recai no reverso do processo, quando os nativos se apropriarão do discurso patrimonial para legitimar a antiguidade de sua presença e de seu saber-fazer em Itaipu em interlocução com o MAI, que destinará seu olhar para o patrimônio cultural e o patrimônio natural desse território.

Palavras-Chave

Museu de Arqueologia de Itaipu; memória; patrimônio; arqueologia; pesca artesanal.

Abstract

Ferreira, Maria De Simone; Rodrigues, Antonio Edmilson Martins. (Directeur de thèse). **Parcours de la mémoire: récits autour du patrimoine au Musée d'Archéologie d'Itaipu.** Rio de Janeiro, 2017. 328p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Universidade Católica do Rio de Janeiro.

L'objectif de cette thèse est d'enquêter sur les discours élaborés par le Musée d'Archéologie d'Itaipu (MAI) et à partir de lui à travers les récits du patrimoine. L'hypothèse de travail est que la production de mémoires et d'identités à Itaipu se structure autour de la culture matérielle et de l'espace. Ainsi, la recherche discute le processus de classement des ruines de la Retraite de Sainte-Thérèse en 1955 et le projet d'utilisation du monument comme musée. A partir de l'ouverture du MAI en 1977, une temporalité nouvelle se constitue par le biais du patrimoine archéologique préhistorique, dont les vestiges seront mobilisés par les agents de l'Iphan autant que les pêcheurs locaux pour proclamer leurs mémoires et écrire leurs histoires. Finalement, l'analyse se tourne vers l'inverse du processus, moment où les natifs s'approprient le discours patrimonial pour légitimer l'antiquité de leur présence et de leur savoir-faire à Itaipu en poursuivant l'interlocution avec le MAI, qui jettera son regard sur le patrimoine culturel et le patrimoine naturel de ce territoire.

Mots-clés

Musée d'Archéologie d'Itaipu; mémoire; patrimoine; archéologie; pêche artisanale.

Sumário

1. Introdução	15
2. Nas redes da memória: o tempo na construção do espaço	24
3. De ruínas a museu: o Recolhimento de Santa Teresa e o Museu de Arqueologia de Itaipu	38
3.1. As ruínas tombadas	38
3.1.1. O Recolhimento de Santa Teresa e seu processo de tombamento	38
3.1.2. Sobre as ruínas o patrimônio	50
3.2. O Museu em movimento	61
3.2.1. Entre regional e arqueológico, que museu criar?	61
3.2.2. O MAI: espaço e criação da coleção	71
4. O tempo dos arqueólogos e o tempo dos pescadores	86
4.1. O tempo dos arqueólogos: a pré-história como narrativa do MAI	86
4.1.1. Arqueologia no Brasil: a cultura material da pré-história	86
4.1.2. O Iphan e a lei do sambaqui: ecos da preservação do patrimônio arqueológico no MAI	99
4.1.3. Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro: o tempo expositivo da arqueologia	119
4.2. Nascidos e criados em Itaipu: lembranças de pescador	137
4.2.1. Vila de Pescadores de Itaipu: a tradição da pesca artesanal	137
4.2.2. No tempo das coisas: o MAI, esteio ou história sem alma?	159
5. Itaipu: nosso território, nosso patrimônio	189
5.1. Donos do espaço: identidades territorializadas	189
5.1.1. De sambaqui a balneário: o espaço negociado	189
5.1.2. Povos em defesa do espaço	203
5.1.2.1. A presença indígena	232
5.2. No território da memória: um mosaico paisagístico	241
5.2.1. Remanescentes no tempo e no espaço: a paisagem de Itaipu tombada	241
5.2.2. Para além das ruínas, o MAI na zona de contato	264
6. Conclusão	293
7. Referências bibliográficas	299

Lista de figuras

Figura 1: Visão geral de Itaipu com pontos de referência da área de estudo, 2017	25
Figura 2: Foto da fachada dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa	42
Figura 3: Fachada e portão principal ao centro, Morro das Andorinhas ao fundo	51
Figura 4: Fachada à direita com fendas na muralha	51
Figura 5: A capela localizada no pátio principal do antigo Recolhimento	52
Figura 6: Pátios internos e Edgard Jacintho ao fundo	52
Figura 7: Casario rente aos fundos das ruínas	53
Figura 8: Pátio principal e capela após restauração	55
Figura 9: Em primeiro plano, o canal da Lagoa de Itaipu, na sequência, o sítio Duna Grande e, ao fundo, o Morro das Andorinhas 1976	71
Figura 10: Face noroeste do sítio Duna Grande, 1976	71
Figura 11: Praça de Itaipu durante as obras de consolidação nos anos 1960 e 1970	76
Figura 12: Praça de Itaipu, 2015	77
Figura 13: Decapagem no sítio arqueológico Duna Pequena, 1979	115
Figura 14: Decapagem no Sambaqui de Camboinhas, 1979	117
Figura 15: Transporte do bloco testemunho encaixotado para o MAI, 1979	117
Figura 16: Fase de cimentação: colocação da argamassa de cimento por baixo do bloco testemunho, 1979	118
Figura 17: Planta baixa do MAI, 2014	122
Figura 18: Exposição Blocos testemunhos, 1979	124
Figura 19: Cartaz da reabertura do MAI de 1982	125
Figura 20: Vista geral da exposição	127
Figura 21: Aspectos da pré-história	128
Figura 22: Núcleo dos sítios cerâmicos	129

Figura 23: Localização do Canto de Itaipu em vermelho na cidade de Niterói, 2013 (Sedrap)	140
Figura 24: Mapa das praias da Região Oceânica de Niterói, 2016 (Sousampaio)	141
Figura 25: Igreja e praia da Glória, [17--], autoria Leandro Joaquim	150
Figura 26: Puxada de arrastão registrada pelo fotógrafo Ruy Lopes, [196-?]	151
Figura 27: O jovem Cambuci ao centro em meio aos cestos de ganho de peixe espada	152
Figura 28: Saída da procissão de São Pedro das ruínas, 1976	164
Figura 29: Érika brincando na Duna	168
Figura 30: A menina Érika e Seu Chico coletando vértebras de peixe na Duna Grande	172
Figura 31: Praia e Lagoa de Itaipu, [196-?]	197
Figura 32: Laguna de Itaipu (direita), canal e mar (esquerda), 2012 (Sedrap)	198
Figura 33: Manifestação promovida pela Alpapi na Praia de Itaipu contra a urbanização	199
Figura 34: Vista do Morro das Andorinhas desde a Laguna de Itaipu, 2012 (Sedrap)	211
Figura 35: Seu Bichinho em uma casa de sua família no Morro das Andorinhas	212
Figura 36: Retirada da canoa, exposição Redes do Tempo, 2008	224
Figura 37: Delimitação da área da Resex de Itaipu com identificação de pontos de pesca, 2013 (SEA)	226
Figura 38: Arrasto de rede, exposição do MAI Redes do Tempo	230
Figura 39: Cambuci e seu cachorro Boris na puxada	231
Figura 40: José Guajajara mostra achados na Aldeia, 2008	235
Figura 41: A <i>Tekoa Mboy'ty</i> vista a partir da margem de Itaipu do Canal da Laguna, 2010	237
Figura 42: Percursos do tempo, 2010	275
Figura 43: Percursos do tempo, 2010	276

Figura 44: Etapas no Morro das Andorinhas, 2010	279
Figura 45: O pescador Marcos ensina a montar armadilha enquanto a equipe do MAI demonstra como executar a medição das espécies, 2010	280
Figura 46: Construção tradicional Guarani no MAI, 2016	287
Figura 47: Os espaços ocupados por Faces de Itaipu retratam dois momentos da exposição, 2015	288
Figura 48: Lay-out de um dos painéis de Faces de Itaipu, 2015	289

Lista de siglas

ACOMPI	Associação de Comerciantes da Praia de Itaipu
ACOTMA	Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas
ALPAPI	Associação Livre dos Pescadores da Praia de Itaipu
APA	Área de Proteção Ambiental
CBA	Centro Brasileiro de Arqueologia
CCRON	Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói
CEA	Centro de Estudos Arqueológicos
CEPA	Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNA	Centro Nacional de Arqueologia
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT	Conselho Nacional de Populações Tradicionais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DAC	Departamento de Assuntos Culturais
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
DL 25/37	Decreto-Lei nº 25/1937
DPHAN	Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
ENITUR	Empresa Niteroiense de Turismo S.A.
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEIA	Grupo de Estudos Interdisciplinares do Ambiente
IAB	Instituto de Arqueologia Brasileira
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOFOM	International Committee for Museology
ICOM	International Council of Museums
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPH	Instituto de Pré-História
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABOEP	Laboratório de Educação Patrimonial
MAE	Museu de Arqueologia e Etnografia
MAI	Museu de Arqueologia de Itaipu
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHN	Museu Histórico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi

MPE-RJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MUSAI	Museu Socioambiental de Itaipu
NUFEP	Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste
PESCART	Plano de Assistência à Pesca Artesanal
PESET	Parque Estadual da Serra da Tiririca
PMN	Prefeitura Municipal de Niterói
PNC	Política Nacional de Cultura
PNM	Política Nacional de Museus
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
RESEX	Reserva Extrativista
RESEX-MAR	Reserva Extrativista Marinha
SEA	Secretaria Estadual do Ambiente
SEDRAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOLTEC	Núcleo de Solidariedade Técnica
SOPRECAM	Sociedade Pró-Conservação Urbanística e Ecológica de Camboinhas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPU	Serviço de Patrimônio da União
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
UC	Unidade de Conservação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
USP	Universidade de São Paulo

*Há um momento para tudo
e um tempo para todo propósito debaixo do céu.*

Tempo de nascer,

e tempo de morrer;

Tempo de plantar,

e tempo de arrancar a planta.

Tempo de matar,

e tempo de curar;

Tempo de destruir,

e tempo de construir.

Tempo de chorar,

e tempo de rir;

tempo de gemer,

e tempo de bailar.

Tempo de atirar pedras;

tempo de abraçar,

e tempo de se separar.

Tempo de buscar,

e tempo de perder;

tempo de guardar,

e tempo de jogar fora.

Tempo de rasgar,

e tempo de costurar;

tempo de calar,

e tempo de falar.

Tempo de amar,

e tempo de odiar;

tempo de guerra,

e tempo de paz.

Eclesiastes 3, 1-8

1. Introdução

Em junho de 2006, cheguei ao Museu de Arqueologia de Itaipu – o MAI – como museóloga aprovada no memorável concurso público do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de 2005, que representou um bafejo de novos servidores na instituição após mais de duas décadas sem absorver qualquer funcionário nessa condição. Moradora do bairro de Itaipu, em Niterói, onde se localiza o MAI, não punha meus pés em suas ruínas desde a minha adolescência. Optei por ser lotada nesse Museu, e aguardei propositalmente a homologação da posse no concurso para lá retornar, já como técnica da casa, a saber, a primeira museóloga do MAI.

Meu primeiro *novo* contato ocorreu em uma segunda-feira pela manhã, imperava um silêncio na região, sendo aquele um mês de pouco movimento turístico na praia. Fitei curiosamente aquelas ruínas centenárias e o singelo gramado em sua área aberta; um contraste meio perturbador, de um lado, as pedras empilhadas na forma do prédio que um dia foram, de outro, aquela natureza comedidamente aparada em função do que os vestígios, ainda que eles também cuidados, não recusam evidenciar: a passagem do tempo.

Percorri os sete pátios da instituição, visitei as exposições *Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio* e *Arqueologia em maquetes*, conheci o pequeno depósito designado reserva técnica, abarrotado de *pedras* e de sacos plásticos, e, logo, começou a conformar-se a minha missão naquele lugar, tanto o que a Direção esperava, quanto o que pude depreender de minhas rápidas observações naquele momento inicial. Primeiramente, precisaria informar-me minimamente sobre arqueologia pré-histórica para saber em que terreno pisar. Depois, deveria pensar em formas mais atualizadas de contar essa história da arqueologia de Itaipu a quem fosse visitar o MAI.

Lancei-me, assim, aos arquivos do MAI, cujos documentos eram em parte originais ou cópias provenientes do Arquivo da 6ª Superintendência Regional do Iphan, à qual se vinculava o Museu, e vasculhei desde os assuntos técnicos até o

administrativos. Busquei o Arquivo Noronha Santos, ou Arquivo Central do Iphan, no Palácio Gustavo Capanema, e lá solicitei a reprodução dos Processos de Tombamento de interesse do MAI: o tombamento dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa e o pedido de tombamento do sítio arqueológico Duna Grande. Aquela grande duna, a metros do Museu, surgia, assim, como parte de seu acervo, relegada, porém, ao tempo e ao espaço. Visitada, às vezes, pela equipe do Setor Educativo do MAI, e mostrada como resto, um testemunho em vias de desaparecimento, em breve a ser tomada inexoravelmente por algum empreendimento imobiliário. Essa imagem, em minhas lembranças, vem acompanhada de um tempo cinzento e nublado, salpicado de uma chuva fina que não para, quando ninguém parece querer estar em Itaipu.

Impressionada e igualmente fascinada pelos estudos que vinha realizando sobre o tombamento das ruínas do Recolhimento, saltou-me aos olhos a relação dos pescadores locais com aquelas ruínas, pois habitaram-nas e foram expulsos dali em nome da proteção do bem tombado. As missivas da Colônia de Pescadores de Itaipu endereçadas ao Iphan para expor seu interesse em ocupar as ruínas para instalar sua sede administrativa, bem como os ofícios da Companhia Territorial Itaipu, empreiteira proprietária dos terrenos próximos à Praia e à Lagoa de Itaipu, alegando e provando ser dona das ruínas davam o tom das disputas que se acercavam daquele monumento; o espaço de Itaipu era nítida e historicamente confuso.

Inteirei-me das dissidências locais entre os representantes dos pescadores. A porta-voz oficial do grupo seria a Colônia Z-7, fundada em 1921 por pescadores de Itaipu no intuito de se resguardar juridicamente através dos benefícios providos a essa categoria pelo governo federal, contudo, em meados dos anos 2000, nem todos assim a reconheciam. Prosperava em Itaipu um clima de desunião que se confirmava, a cada mês de junho, na realização da Festa de São Pedro.

A festa do padroeiro dos pescadores vinha adquirindo ao longo dos últimos anos ares de qualquer comemoração outra – baile funk, micareta, etc. –, mas não de uma festa religiosa. A organização da Festa de São Pedro havia sido, ela também, alvo de rivalidade entre a Colônia Z-7 e a Associação Livre dos Pescadores da Praia de Itaipu (Alpapi), associação paralela dos pescadores

capitaneada pela liderança local de *Seu Chico*. Aquela que deveria ser a tradicional Festa de São Pedro de Itaipu tornara-se, a meu ver, uma performance da discórdia.

Se o cenário de Itaipu era um misto de luzes e sombras, os caminhos que eu deveria percorrer no âmbito institucional também faziam-se ambíguos. Pairava uma atmosfera de competição no Iphan entre setores que ambicionavam emergir no campo da preservação do patrimônio cultural face à liberdade e ao incentivo concedidos pelo governo do Presidente Lula e pela visada enérgica de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC). A área de museus, subordinada ao Iphan desde 1937, rebelava-se em prol de uma autonomia própria, digna de uma estrutura condizente com a das demais autarquias do MinC.

O MAI, que se atrelava àquela época à 6ª SR, passou em 2007 a integrar a estrutura embrionária do futuro Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Iphan, em uma jogada política que desagradou aos demais departamentos e coordenações do Iphan, que se viram de mãos atadas para impedir o paulatino recuar dos museus dos domínios do Iphan. O campo do patrimônio é, particularmente, afeito à preservação de sua história institucional.

Aquietados os ânimos dentro do Iphan, enquanto corria simultaneamente o projeto de criação do Ibram, pus-me a pensar sobre uma nova exposição de longa duração para o MAI, considerando o diagnóstico do *Plano Museológico 2007-2010* da instituição que clamava por uma nova linguagem expositiva após mais de vinte e cinco anos de uma mesma mostra em cartaz. Carecia-se de uma outra exposição, na qual se pudesse dar o devido relevo ao acervo arqueológico sob guarda do MAI, à história do Recolhimento de Santa Teresa e à população de pescadores de Itaipu.

Uma visita casual mudou toda a minha concepção do Museu quando, em 2007, em um evento da 1ª Primavera dos Museus – temporada cultural coordenada pelo DEMU a cada findar de setembro –, fui convidada pelo Setor Educativo a acompanhar uma caminhada ecológica à Laguna de Itaipu e ao Morro das Andorinhas. O meu olhar transformou-se ao mover-me pelo território: ver

Itaipu de dentro do terreno movediço do mangue em volta da Laguna e do alto da mata do Andorinhas permitiu reajustar o ângulo de minha perspectiva, a partir de então mais alargado e a ser esquadrinhado.

Visualizar um todo desencadeou-me desenhos mentais de possíveis rotas de interação entre pontos viscerais para o patrimônio local, a compreensão do posicionamento dos pontos de pesca no espaço geográfico, a ocupação residencial da região e, mais surpreendentemente ainda, o viver em meio à floresta com recursos limitados como ainda se dava no Andorinhas. Os matizes de azul e de verde pontuavam esse cenário que se descortinava. Entendi, dali adiante, que o potencial em latência quanto à exploração do entorno, apontado pelos técnicos do Iphan nos anos 1970 enquanto planejavam o MAI, requeria um pensar e um agir eficaz a seu respeito.

Mapeados os lugares, os fluxos sociais e os personagens em jogo, deparei-me com uma constante – as diferentes versões da história local, ou memórias que confluem ou que se diluem, e que se chocam para emplacar uma versão final – que veio a originar a hipótese do presente trabalho. Como analisar os processos de patrimonialização das marcas humanas legadas e ainda correntes no território, e que têm suas histórias entrelaçadas e narradas pelo MAI? A tarefa proposta é, portanto, decapar¹ essas camadas de memória superpostas, ocasionalmente mescladas e até sedimentadas, para mergulhar, por fim, na estratigrafia dos discursos encampados pelo Museu e pela comunidade de pescadores de Itaipu.

Decidi sondar esses entrecruzamentos a partir do MAI como lócus gregário, mas também aniquilador das possíveis identidades culturais de Itaipu. Em 2012, quando solicitei transferência do MAI para o Museu Histórico Nacional, propus este tema para reflexão na seleção de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, no ano seguinte principiei oficialmente a pesquisa. Sentia, dada a natureza do estudo, a necessidade de prosseguir nas leituras e nas discussões sobre *memória social*, anos antes inauguradas nas disciplinas dos professores Manoel Salgado

¹ O termo decapar é aqui usado em alusão ao método de escavação arqueológica que consiste na retirada de camadas horizontais de sedimento para encontrar, em níveis estratigráficos cada vez mais profundos, os vestígios arqueológicos na exata posição em que foram abandonados (de Beaune, 2016, p. 41).

Guimarães e Margarida de Souza Neves, enquanto cursava o mestrado no mesmo programa de pós-graduação.

Colaboraram enormemente, nessa nova fase dos meus estudos, as disciplinas que vim a assistir da professora Marieta de Moraes Ferreira, na UFRJ, sobre historiografia, história do tempo presente e história oral, do professor Marcelo Jasmin sobre a obra de Reinhart Koselleck e o curso de orientação de tese sob coordenação do professor Ricardo Benzaquen, que me abriu para a interlocução, principalmente, com os antropólogos dedicados ao tema da memória e do patrimônio.

O ano de 2015 foi definidor dos rumos da pesquisa. Incorporei das considerações da banca do exame de qualificação, composta pelos professores Paulo Knauss de Mendonça e Juçara da Silva Barbosa de Mello, além de meu orientador Antonio Edmilson Martins Rodrigues, a proposta de explorar o MAI pelas vias contraditórias de sua patrimonialização e musealização no quadro consagrado da história do Iphan, chamando para o diálogo outros atores que se contrapunham às decisões institucionais quanto à preservação do patrimônio cultural.

Somou-se a esse alinhamento da tese a orientação do professor François Hartog, durante o período de dez meses de doutorado sanduíche na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Ehess), em Paris, e a dimensão que este historiador atribuía ao tratamento da questão da temporalização do tempo como fator vital para se entender o lugar central ocupado pelo patrimônio nas sociedades contemporâneas. O interesse acadêmico por essa temática mostrou-se tamanho que o seminário *Les formes du temps historique (As formas do tempo histórico)*, ministrado por Sabina Loriga e Jacques Revel, converteu-se em suas primeiras sessões em palco de discussão sobre patrimônio, em muito impulsionado pelos bolsistas brasileiros ávidos por abordar a questão.

O argumento da minha pesquisa pautou-se, assim, pelas discussões no campo teórico sobre memória, patrimônio e museus emalhadas às minhas observações e experiências como técnica e, depois, como diretora do MAI, no contato com os agentes do Iphan e com os pescadores de Itaipu. Procurei

consolidar as bases do que, a princípio, eram prospecções do terreno sobre a investigação dos documentos produzidos sobre o que pudesse concernir ao MAI, às ruínas e aos sítios arqueológicos de Itaipu nos arquivos institucionais do MAI e do Iphan.

Destaco, dentre o material encontrado no Arquivo do MAI, as entrevistas realizadas e transcritas pela equipe do Museu com alguns pescadores da região em 2011. Não totalmente satisfeita, porém, julguei ser necessário, eu mesma, realizar entrevistas com diferentes gerações de pescadores para aclarar alguns pontos duvidosos sobre a ótica temporal desses atores acerca das transformações ambientais e sociais pelas quais Itaipu passou da década de 1970 adiante. *Seu Bichinho*, *Cambuci* e *Seu Chico* vivenciaram as rupturas com um tempo social marcado pela tradição da pesca para adentrar uma fase de luta pela sobrevivência dessa prática artesanal, *Jairo* e *Marcos*, por sua vez, já nasceram sob a égide da pesca como resistência. Todos, no entanto, têm o que declarar sobre a função do MAI em narrar através de objetos a história desse lugar.

As dissertações e teses que versaram sobre o MAI escritas por Diego Lemos Ribeiro (2007), Alejandra Saladino (2010), Pedro Colares da Silva Heringer (2014), Juliene Tardeli Cruz (2015) e Mirela Leite de Araújo (2015), assim como a monografia de Sandra Mara Lima (1999) foram fundamentalmente absorvidas ao meu trabalho. Cito, ainda, os trabalhos acadêmicos especificamente sobre a pesca em Itaipu desenvolvidos por Elina Gonçalves Pessanha (1977), Roberto Kant de Lima (1978), Paula Chamy Costa (2011) e Victor Rondon von Carvalhido (2012), que me auxiliaram no estabelecimento dos argumentos sobre esse tema, que até então desconhecia.

O capítulo *Nas redes da memória: o tempo na construção do espaço* delimita o ponto de partida conceitual e teórico das minhas questões suscitadas a partir do MAI, situando geograficamente os elementos que configuram, no presente, o território de memórias de Itaipu: o MAI, a Vila de Pescadores, o Morro das Andorinhas, a Duna Grande e a Aldeia Guarani. Demonstro, assim, a estratigrafia do tempo que me proponho a realizar para identificar que visões dos tempos passado, presente e futuro são mobilizadas por esses diferentes polos

propagadores de memória que demandam do MAI, como *lugar de memória* por excelência, a articulação do tempo patrimonial com os demais tempos locais.

O capítulo *De ruínas a museu: o Recolhimento de Santa Teresa e o Museu de Arqueologia de Itaipu* analisa o processo de tombamento dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, iniciado em 1946 e concluído em 1955, a partir da lógica discursiva do órgão federal de preservação do patrimônio, que postulava naquele período a origem de uma noção de monumento atrelada às práticas e à narrativa em torno de um patrimônio considerado *autêntico*. Pesam, em Itaipu, ainda, parâmetros de restauração que se dissociam dos procedimentos usuais do órgão para prezar por uma tônica estética fundada no tempo das ruínas.

Reflito, por fim, nesse capítulo sobre a criação do MAI, pensado no bojo de um momento institucional diferente daquele associado à *fase heroica* do Iphan, quando, nos anos 1970, Renato Soeiro e Edgard Jacintho idealizaram um museu em Itaipu com o objetivo de proteger não só as ruínas do prédio tombado, mas também os sítios arqueológicos que se estendiam no entorno do monumento. O MAI deveria conjugar-se, ademais, à ação junto à comunidade de pescadores, ineditamente, considerada um patrimônio a zelar em lugar de um problema a enfrentar.

O capítulo *O tempo dos arqueólogos e o tempo dos pescadores* aborda o que decorreu a partir da inauguração do MAI em 1977, quando, da perspectiva aqui sustentada, estruturaram-se dois novos estratos do tempo em Itaipu: o tempo dos arqueólogos e o tempo dos pescadores. O ponto de contato entre essas duas camadas temporais deve-se a que ambos os grupos passarão a se organizar identitariamente através uma narrativa construída a partir do objeto arqueológico. Entende-se que a tradição antiquária de colecionar objetos perpetuava-se renovadamente no MAI.

Analiso, assim, de que forma a pré-história foi orquestrada para se tornar a narrativa oficial do MAI por aqueles profissionais que colaboravam com o Iphan na gestão e na preservação do patrimônio arqueológico. Externos ao Iphan, esses arqueólogos fixaram os sustentáculos de um discurso de classe, subtraindo tacitamente da linguagem museológica a ideologia fundadora do MAI. Em

contrapartida, essa nova variável no território local não passará incólume aos pescadores locais, que, tendo seu espaço social de produção da pesca desmantelado pela especulação imobiliária e pela pesca industrial, se posicionarão em relação à história contada pelo Museu para formular, a partir das estruturas narrativas deste, uma nova temporalidade para a pesca.

O capítulo *Itaipu: nosso território, nosso patrimônio* aborda a relação do homem na construção do espaço em Itaipu, um intrincado processo milenar de apropriação da natureza. Analiso a guinada das populações tradicionais de Itaipu em demandar ao Estado a proteção de sua cultura diretamente ligada ao uso dos recursos renováveis da natureza, alicerçando-se em um tempo ancestral inaugurado pela arqueologia pré-histórica da região.

Para concluir esse capítulo, reflito sobre o processo inverso apostado pelo MAI de se colocar ativamente no território, recuperando em certa medida seu projeto inicial, propiciado pela conjuntura sócio-política dos anos 2000. Côncio de um débito para com aqueles que perfazem seu entorno, não como meros apêndices monumentais, mas como matéria viva do narrar, o MAI se verá impelido a convocá-los para participar da construção de uma identidade comum outorgada pelo tempo do território.

Desejosa de ter conseguido traduzir em palavras as minhas percepções sobre *l'air du temps* local, sempre ciente do meu lugar de fala no seio do MAI e, em largo espectro, no campo do patrimônio cultural, assim como das limitações do meu fazer que possam aflorar aos olhos de quem lê, eis aqui as memórias daquele espaço e daquele tempo – fragmentos de vidas – metamorfoseadas na *minha* história de Itaipu.

*Quando a criança era criança
Era tempo para estas perguntas:
Por que eu sou eu e não tu?
Por que estou aqui e não lá?
Quando foi que o tempo começou,
e onde é que o espaço termina?
Não será a vida sob o sol apenas um sonho?
Não será aquilo que eu vejo e ouço e cheiro
apenas a aparência de um mundo diante do mundo?
O mal existe realmente,
e há pessoas que são realmente más?*

*Como pode ser que eu, que sou eu,
antes de ser eu mesmo não era eu,
e que algum dia,
eu, que sou eu,
não serei mais quem eu sou?*

Als das Kind Kind war,
Poema de Peter Handke recitado pelo anjo Daniel
No filme Asas do Desejo, de Wim Wenders

2.

Nas redes da memória: o tempo na construção do espaço

Que é o tempo? Um mistério: é imaterial e – onipotente. É uma condição do mundo exterior; é um movimento ligado e mesclado à existência dos corpos no espaço e à sua marcha. (...) O tempo é ativo, tem caráter verbal, ‘traz consigo’. Que é que traz consigo? A transformação. O agora não é o então; o aqui é diferente do ali; pois entre ambos se intercala o movimento. Mas, visto ser circular e fechar-se sobre si mesmo o movimento pelo qual se mede o tempo, trata-se de um movimento e de uma transformação que quase poderiam ser qualificados de repouso e de imobilidade: o então repete-se constantemente no agora, e o ali repete-se no aqui.

Hans Castorp (Mann, 2006, p. 461).

As indagações do personagem de Thomas Mann sobre a natureza do tempo e sua relação com o espaço, sobre sua existência como coisa autônoma mas, talvez, também dependente do homem e, por fim, sobre seu movimento e as transformações que dele advém e que modificam nossa percepção sobre essa intrincada relação entre o ontem, o hoje e o amanhã, sobre o aqui e o ali, são as mesmas que motivam a minha reflexão e a investigação sobre os processos de produção de narrativas do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI).

O MAI é criado no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)² em 1977, está situado no bairro de Itaipu, Região Oceânica da cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e origina-se das ruínas tombadas do antigo recolhimento religioso de Santa Teresa. O MAI foi pensado como um museu regional dedicado ao tema da arqueologia local, em outras palavras, seu discurso trataria dos vestígios legados e ainda visíveis no espaço geográfico de Itaipu. A reconhecida diversidade ambiental da região com seus ecossistemas de costões rochosos, resquícios de Mata Atlântica, praia, duna, restinga, banhado e laguna (Ferreira et al., 2010, p. 1) já fora apontada também por sua beleza pelo naturalista inglês Charles Darwin, quando de sua passagem por ali, em 8 de abril de 1832, a caminho de Maricá:

² Desde 2009, o MAI tornou-se subordinado ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), criada pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009.

A vista que tivemos ao cruzar as montanhas por trás de Praia Grande [Niterói] foi muito sublime e pitoresca. As cores eram intensas e o matiz predominante era um azul escuro, com o céu e as águas calmas da baía rivalizando em esplendor. Após passar por uma região cultivada, adentramos uma floresta cuja grandeza não podia ser superada. À medida que os raios de sol penetravam a massa emaranhada, lembrei-me energicamente de duas gravuras francesas feitas a partir dos desenhos de Maurice Rugendas e Le Comte de Clarac. Elas representam bem o número infinito de cipós e plantas parasitas e o contraste das árvores florescentes com os troncos mortos e podres. Eu não conseguia de maneira alguma parar de admirar essa cena (Darwin [1832], 2015).

Para além dos aspectos naturais, destaque-se, em Itaipu, um contexto cultural reconfigurado constantemente pela ação humana, cuja ocupação ocorre há mais de oito mil anos e vem deixando traços de sua presença no território; ainda hoje, podem ser observados, em um raio de um quilômetro a partir do Museu, o sítio arqueológico pré-histórico Duna Grande, a Colônia de Pescadores Z-7, compreendida pelos núcleos do Canto Sul da Praia de Itaipu e do Morro das Andorinhas, e, até 2013, a Aldeia Guarani *Mbo'yty*.



Figura 1: Visão geral de Itaipu com pontos de referência da área de estudo, 2017.

Pretendo analisar nas narrativas elaboradas pelo MAI e a partir dele não só o processo subliminar e frequentemente oculto de recriação e sobreposição de fragmentos de memória selecionados pelo Museu para abordar a história desses patrimônios culturais e naturais da região, mas focalizar nessas narrativas as reminiscências ali igualmente existentes da experiência humana em ordenar o

tempo frente ao passado, ao presente e ao futuro por parte daqueles que narram e daqueles que têm suas histórias narradas.

A metáfora de *estratos do tempo* de Reinhart Koselleck será um valioso instrumento teórico para a identificação das mudanças que jazem por trás das narrativas do museu e que constituem, elas também, as camadas da memória local. Tal expressão “remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica” (Koselleck, 2014c, p. 19), ela associa, ainda, a categoria de tempo à categoria de espaço, ambas por si só condições de possibilidade da história (Koselleck, 2014b, p. 77).

A teoria dos tempos históricos de Koselleck transpõe da geologia para a história a ideia de uma estratificação do tempo, composta, portanto, de diversos planos, com durações e origens diferentes, e que remetem uns aos outros, atuando simultaneamente, mas que, por fim, independem uns dos outros (Koselleck, 2014c, p. 19). Assim, Koselleck sugere que por meio da ordenação analítica dos planos temporais de movimentação das pessoas, do desenrolar dos acontecimentos, pode-se não só identificar as experiências singulares que a história registra, mas principalmente as estruturas de repetição que viabilizam o surgimento desses eventos excepcionais e individuais (Idem, Ibid.). A história nunca é completamente nova, posto que “há estruturas que persistem e há processos que perduram: ambos condicionam e subsistem aos eventos individuais nos quais a história se efetua. Em outras palavras, existem velocidades diferentes de mudança” (Koselleck, 2014e, p. 192 e 193).

O elemento peculiar de nossa contemporaneidade é poder constatar nos discursos do patrimônio que os fenômenos de recorrência, ou seja, que as estruturas de maior duração que permitem as mudanças e as renovações no plano dos eventos não são estáticas, são alvo de mutabilidade e estão em pleno processo de mudança (Koselleck, 2014c, p. 22), tornando possível identificar que a organização do tratamento do tempo não opera nem linear, nem circularmente, logo, respectivamente, nem como uma flecha teleológica indefinida, nem de forma recorrente como no tempo associado aos gregos antigos (Idem, p. 19 e 25).

Desde as Revoluções Francesa e Industrial, “as estruturas sofrem mudanças mais rápidas do que antigamente. A própria mudança estrutural passou a ser um evento: esta é a característica de nossa modernidade” (Koselleck, 2014a, p. 307). Koselleck ressalta que tal afirmação não vale, porém, para todas as estruturas, o que aumenta o grau de complexidade da tarefa de pesquisa ao se lançar a investigar suas diferentes extensões temporais (Idem, Ibid.).

Seguindo uma linha de análise semelhante, François Hartog sugere pensar sobre a ordenação do tempo através de *regimes de historicidade*, que seriam um instrumento para criar distanciamento e para auxiliar na compreensão de como diferentes sociedades experimentam e dão sentido as suas maneiras de ser no tempo, e como tratam seu passado, designando “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (Hartog, 2006, p. 263), ou sua historicidade. Os *regimes de historicidade* são uma categoria que expressa “uma ordem dominante do tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é, concluindo, uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – de dar-lhes sentido” (Hartog, 2014, p. 139), sem que, no entanto, haja um equilíbrio permanente e estável da dimensão preponderante (Idem, p. 11).

Hartog defende que o momento atual caracteriza-se pelo entrecruzamento de um possível novo regime de historicidade com o regime moderno, cujo início teria sido marcado pela Revolução Francesa (1789) e seu rompimento pela queda do Muro de Berlim (1989) (Idem, p. 138 e 139), fato que provocou uma cisão na ordem prevalecente de um tempo destacadamente futurista. Ocuparíamos, hoje, aquele período intermediário de suspensão, que ocasionalmente se insere no tempo histórico – *a brecha no tempo* –, e que deveria conclamar-nos a pensar e a conscientizar-nos sobre esse intervalo de tempo “determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda” (Arendt, 2013, p. 35 e 36).

As experiências traumáticas das duas Guerras Mundiais ocorridas no século XX assinalam o ápice da crise da modernidade ao aumentar a diferença e a tensão entre a experiência e a expectativa, provocando a desarticulação de um *horizonte de expectativa* promissor, calcado na filosofia do progresso e no auto-entendimento utópico do homem como ser no mundo, ao mesmo tempo em que

negava um *espaço de experiência* composto pelo conhecimento histórico de gerações passadas (Koselleck, 2006, p. 310).

Dessa situação transitória ou desse estado duradouro, de ampla descrença e de visão catastrófica quanto ao futuro, o que se pode depreender é o crescimento da categoria do presente; um *presentismo* invasor, massivo e onipresente, cujo horizonte vislumbrado é ele mesmo: “um presente já passado antes de ter completamente chegado” (Hartog, 2006, p. 270), que tem a memória e o patrimônio como indícios e sintomas dessa relação de incerteza ou de crise da ordem do tempo presente (Idem, p. 265) e, quiçá, de formulação de um novo regime de temporalidade.

A definição de Reinhart Koselleck dos conceitos correlacionados de *crise* e *modernidade* surgidos com o Iluminismo complementam a compreensão da elevação do *presentismo* como uma exacerbação provocada pela própria modernidade, que não se sustentou em sua crença na filosofia da história. O conceito de crise, de uso corrente e inflacionário na atualidade, indica insegurança, sofrimento e o desconhecimento do futuro sem qualquer condição prévia de esclarecimento (Koselleck, 2013, p. 131), mas, também, atrela-se à necessidade extrema de produção de soluções para uma situação em curso, ou seja, a crise autonomiza-se e torna-se um conceito histórico-filosófico fundamental que implica a obrigação imprescindível de julgamento e de atuação sob o princípio, que já então se delineava, de mudança na percepção e na consciência do tempo como experiência de encurtamento e de aceleração (Idem, p. 139).

Logo, a própria aceleração do mundo moderno é concebida como crise e manifesta-se como aceleração do progresso histórico, principalmente depois das Revoluções Francesa e Industrial, ocupando o espaço do encurtamento apocalíptico do tempo e acelerando a sequência dos acontecimentos históricos. O turbilhão de acontecimentos e a dificuldade de apreendê-los fazem-se patentes e potencializam-se conforme se desenvolvem os meios técnicos de comunicação e de transporte, além do crescimento da população mundial, o que acarreta uma exiguidade de alternativas para a humanidade lidar com tamanha pressão temporal (Idem, p. 141 e 142). O conceito de aceleração corresponde à

desnaturalização da experiência temporal oriunda de fatores introduzidos pelo homem, como, por exemplo, a ferrovia e seu efeito democratizante, que o levam a uma autonomia maior perante a natureza (Idem, p. 145). É essa superação das barreiras naturais que dá a medida para a aceleração através do encolhimento do espaço, permitindo o aumento das interações humanas (Idem, p. 149).

O conceito de modernidade (*Neuzeit*) igualmente remonta ao século XVIII, e não traz qualquer conteúdo histórico, mas, sim, a qualificação de um novo tempo em que se pode identificar uma ruptura entre homem e tradição, e cujo futuro é aberto e ilimitado. Existia naquele momento a consciência de que a experiência do tempo experimentado era a um só tempo fim e começo. Este tempo, portanto, era sentido como uma transição em que a expectativa de futuro diferia da expectativa do período precedente e que a experiência vivida era de aceleração e de efemeridade dos eventos (Koselleck, 2002, p. 167 e 168).

O conceito de um novo tempo, com qualidade histórica própria e que se dinamiza como uma força da história, fazendo com que essa se realize através do tempo e não apenas no tempo, pressupõe um novo conceito de história, a *história em si*, um coletivo singular sem objeto a ele coordenado ou sujeito pré-ordenado, dando-lhe uma dimensão autêntica (Koselleck, 2006, p. 282 e 283). Sendo assim, toda história articula conceitos temporais para interpretar a história segundo critérios de estrutura temporal.

O conceito moderno de história opera com a temporalização da história e diferencia-se de suas periodizações anteriores, cujas novidades registradas não rompiam com a realidade existente, em outros termos, a experiência do tempo era estática. O tempo era tido como aditivo, uma soma das experiências e dos conteúdos estabelecidos pela tradição judaico-cristã. Na realidade, a história repetia-se estruturalmente sem qualquer expectativa de que algo novo pudesse surgir antes do Juízo Final (Koselleck, 2002, p. 275). Assim, pode-se dizer que a única expectativa existente era escatológica. Os processos históricos singulares que ocorriam correspondiam a uma abreviação do tempo antes do fim do mundo e escapavam ao domínio do homem (Koselleck, 2014,

p. 172 e 173), cabendo unicamente a Deus ser o sujeito das ações (Idem, p. 176).

A problemática dessas periodizações recaía na impossibilidade das unidades de época se universalizarem para designar uma história da humanidade, especialmente ao considerar-se a não-simultaneidade do simultâneo, ou a diversidade de histórias existentes pelo mundo que veio à tona com as viagens marítimas de descobrimento e que não encontrava um denominador comum com a história europeia. Essa problematização tipicamente iluminista foi solucionada com a temporalização da natureza humana em uma escala civilizatória a partir das noções de desenvolvimento e de progresso (Koselleck, 2002, p. 155).

A modernidade (*Neuzeit*), portanto, dá ao passado uma qualidade histórica universal e propõe a superação da limitação da experiência cotidiana demarcada pela rapidez da diferença do tempo presente em relação ao passado (Koselleck, 2006, p. 287):

A nova experiência da transição se caracteriza por duas noções especificamente temporais: a diferença de qualidade que se espera para o futuro, e, associada a isto, a mudança dos ritmos temporais da experiência: a maior rapidez com que o tempo presente se diferencia do passado (Idem, p. 288).

Decorrentes do agravamento da crise da modernidade, a inflação do presente e a valorização do efêmero na atualidade conformam um *espaço de experiência* carente de referências na tradição, e cujo *horizonte de expectativa* desmantelou-se, gerando a sensação de aceleração do tempo sob a égide da produtividade, da flexibilidade e da mobilidade e o medo do esquecimento (Hartog, 2014, p. 148). Neste contexto, patrimonializar e musealizar tornam-se imperativos para enfrentar a aceleração avassaladora do tempo, na forma de um refúgio no passado, na esperança tanto de preencher a lacuna entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, quanto de garantir ao futuro algum sentido de identidade e de pertencimento (Hartog, 2006, p. 266).

Consoante à noção de uma desarticulação do horizonte de expectativa em relação a um futuro promissor e à negação de um espaço de experiência

assentado na tradição, somam-se as considerações de Pierre Nora acerca dos denominados *lugares de memória*. Esses lugares seriam indícios da onda memorial que se intensificou nas últimas quatro décadas não só na França, como em todo o Ocidente,³ e que denotaria, para o autor, o ocaso da memória espontânea decorrente de fenômenos tais como “a mundialização, a democratização, a massificação, a midiaticização” (Nora, 1993, p. 8).

A memória seria, neste caso, captada pela história e se refugiaria, de forma residual, em lugares destinados a cumprir a tarefa de materializar e de eternizar o passado. Os *lugares de memória* seriam uma forma compensatória, portanto, da perda originada pela cisão entre a história e a memória, eles comportariam os restos e os vestígios daquilo que se teme apagar da memória:

Impossível de prejudicar aquilo de que se deverá lembrar. Daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivos, a dilatação indiferenciada no campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função de memória, ligada ao próprio sentimento de perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória (Idem, p. 15).

Em uma sociedade pautada por um regime de temporalidade que tem por horizonte o próprio presente, há que se produzir diariamente o futuro e o passado, respaldando, de tal modo, a lógica de valorização do instantâneo e do imediato. Desta conjuntura emergem os *lugares de memória* como local de apoio à sociedade na redefinição das identidades dos diferentes grupos que a compõem e como local de elogio do patrimônio.

Em uma linha de pensamento similar sobre o fenômeno memorialista que varre as sociedades do Ocidente, Andreas Huyssen (2000) atém-se a uma análise da cultura contemporânea de obsessão pela memória em um mundo pós-colonial e globalizado, no qual a mídia comercial associada aos avanços tecnológicos de armazenamento de informação contribuiria para a sensação de aceleração do tempo e de esfacelamento do tempo vivido.

Essa mídia, para o autor, estimularia a um só tempo não só a conformação de um sujeito inseguro e temeroso do esquecimento de um passado

³ De acordo com o Cadastro Nacional de Museus (CNM), em 2006, havia no Brasil 1.241 museus; em 2017, o número de museus em território nacional já ultrapassou 3.500 unidades (Ibram, 2017).

atrofiado, mas, também, uma verdadeira síndrome de memória que é comercializada por ilusões do passado, como a americanização do Holocausto e sua transformação em lugar-comum. A esse sujeito acachapado pelo capitalismo de consumo restaria somente a ancoragem na musealização para suprir esse deslocamento e essa indefinição identitária

Walter Benjamin já apontara, em 1936, em seu texto *O narrador*, para o fenômeno de perda da capacidade de intercambiar experiências por parte do homem moderno ocidental, principalmente através das narrativas orais, fonte da experiência passada de pessoa a pessoa (Benjamin, 1994, p. 198 e 199). Este declínio do dom narrativo fora creditado por Benjamin à consolidação da burguesia e da imprensa, sendo esta última referida como uma forma de comunicação ameaçadora que, por meio do imediatismo da informação, enfraquecia a transmissão de conhecimento pela tradição oral (Idem, p. 202 e 203).

Submergiam, assim, não só o narrador e sua forma artesanal de comunicação repleta de ensinamentos morais, conselhos e de sua marca autoral; a comunidade de ouvintes também se esboroava, e junto dela a possibilidade de conservação e de reprodução das histórias narradas. De tal modo, a memória, fundadora da cadeia da tradição e responsável por transmitir o conhecimento de geração em geração, apresentava-se, para o autor, em risco de desaparecimento (Idem, p. 210 e 211).

Da perspectiva da teoria dos estratos dos tempos históricos, Koselleck (2014c, p. 23) argumenta que os indivíduos e as gerações contemporâneas demonstram pouca familiaridade com os estratos temporais diferentes do atual, de maneira que predominam as experiências de surpresa e de novidade, como se toda sequência de eventos fosse singular. O que ocorre é que o espaço de experiência das sociedades ocidentais hodiernas tem se provado esvaziado de conhecimento histórico transmitido pelas gerações passadas, de onde se conclui que o fenômeno de repetição cultural não tem se perpetuado de forma a transcender essa experiência curta, individual e cotidiana, podendo, assim, se estender pelas demais gerações. Lembremos que “todas as unidades de experiência precisam de um mínimo de transcendência: sem ela não haveria uma

explicação última – por mais provisória que esta possa ser – e nenhuma experiência poderia ser convertida em ciência” (Idem, p. 25).

A teoria de estratos do tempo repousa na ideia de que a história pode prover experiências singulares graças às estruturas de repetição, sendo a recorrência, portanto, uma precondição para que a singularidade possa aflorar (Idem, p. 22). É este caráter repetitivo das estruturas que permite, por exemplo, a realização de previsões e de prognósticos (Idem, p. 193), cujo sucesso do resultado depende do escalonamento de profundidade temporal usado de forma argumentativa para o prognóstico (Idem, p. 202).

A falta de conhecimento das experiências históricas anteriores somada à abreviação do tempo alteraram as condições dos decursos de vida, estes já não aceitam hoje a constância duradoura e estabilizadora de condições gerais do passado. A maior pressão por mudança atualmente e o maior número de variáveis tem acarretado também uma maior dificuldade não só para a realização de prognósticos, mas, principalmente, para a existência de referências recíprocas (Idem, p. 205).

Os esforços por fazer convencer de que vivemos, no tempo presente, uma era de excepcionalidades e de novidades pululantes não deixam de significar, em realidade, um empobrecimento e um encolhimento do tempo entre aquilo que a experiência adquirida domina e a expectativa do que virá após o fato inédito. Dito de outra maneira, quanto maior for o acúmulo interiorizado de surpresas possíveis, menor será a capacidade dos eventos surpreenderem (Idem, p. 24). Logo, o conhecimento crescente de possibilidade dessas surpresas singulares acontecerem equivale a um conhecimento das estruturas de repetição.

O atributo singular dessa mudança atual da estrutura de repetição duradoura é disfarçar-se de uma produção de memória constante, utilizando o patrimônio como um poderoso instrumento para suprir esses elos entre experiência e expectativa. A categoria patrimônio cresce, hoje, como forma de imortalizar o presente e adquire uma propriedade similar à da função da história no início da historiografia ocidental, como descrita por Hannah Arendt (2013, p.

72), de dotar grandes obras, feitos e palavras humanas de uma imortalidade da qual não gozam, ou seja, preservando-os na recordação para não cair no olvido:

Se o patrimônio é doravante o que define o que nós somos hoje, o movimento de patrimonialização, este imperativo, tomado ele mesmo na *aura* do dever da memória permanecerá um traço distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: uma certa relação ao presente e uma manifestação do presentismo (Hartog, 2006, p. 271).

A prática de uma intensa produção de *lugares de memória* nas sociedades contemporâneas não exclui, no entanto, a preservação de outras formas ditas tradicionais de tratar o passado. As duas práticas convivem lado a lado e complexificam, mais do que dicotomizam, as relações entre memória e história. Nesse sentido, Beatriz Sarlo chama atenção para um verdadeiro paradoxo do regime presentista atual deflagrado pela ruptura engendrada pela modernidade com a tradição: a elevação de uma retórica da persuasão acompanhada da obsessão dos indivíduos contemporâneos pela auto-arqueologização (Sarlo, 2007, p. 11).

Esse momento da sociedade contemporânea seria caracterizado por uma guinada subjetiva no seio de uma cultura de memória, quando se observa uma inflexão quanto à memória e seu estatuto de irrefutabilidade, consolidada na primazia do *eu* e dos testemunhos como ícones de verdade para a reconstituição do passado. Sarlo destaca nesse contexto os relatos das vítimas do Holocausto e das ditaduras latino-americanas (Idem, p. 18 e 19) e a dimensão que essas narrativas memorialísticas ganham nos dias de hoje como uma forma de reparação dos danos causados por essas experiências, sem que com isso se questione as verdades subjetivas que permeiam a composição desses relatos (Idem, p. 42 e 43).

Adicione-se a essa reflexão em torno de uma relativização da alegada disjunção entre memória e história a problemática da confiabilidade da representação do passado, analisada por Paul Ricoeur (2007) em *A memória, a história, o esquecimento*, através da *operação historiográfica*,⁴ por ele definida em suas fases documental, explicativa/compreensiva e representativa, e de sua relação intrínseca com a memória e o esquecimento (Idem, p. 196).

⁴ Ricoeur recorre à definição de Michel de Certeau de *operação historiográfica* como a conjunção de um “lugar social, práticas científicas e escrita”.

Ricoeur sustenta a tese de que a relação entre história e memória acentua-se na fase representativa da operação historiográfica, já que nela configura-se a aporia de representar uma coisa ausente decorrida anteriormente através de uma prática de recordação ativa do passado que a história eleva à reconstrução (Ricoeur, 2006, p. 147). A diferença, porém, entre memória e história revela-se pelo regime de escrita da última (Ricoeur, 2006, p. 504), momento em que o discurso ganha uma forma literária e evidencia a intenção historiadora de representar o passado *tal como* se reproduziu através de uma reconstrução verdadeira do passado (Ricoeur, 2006, p. 147).

Ricoeur atribui, ainda, a essa fase representativa da operação historiográfica o coroamento da verdade acompanhado do confronto com a fidelidade da memória, pois se a memória resolve o enigma da presença do ausente ocorrido previamente pelo ato de reconhecer na lembrança a coisa ausente, em história, a verdade pretendida quanto ao passado representado traduz-se em expressão literária, encontrando seu limite interno na própria operação historiográfica, permeada de interpretações em seu processo tripartido de escrita, ainda que seu projeto seja a verdade (Ricoeur, 2006, p.196).

A objetividade e o estabelecimento de padrões de regularidade da história seriam, de tal maneira, produzidos pela narrativa, e poderiam ser verificados não só pelo reconhecimento como no ato mnemônico, mas pelo pacto entre escritor e leitor para a reapreensão do passado através da representação explicativa da história. Ricoeur vê a ambição veritativa da história pretendida pela narrativa confirmar-se pela memória, que cruza o discurso histórico com a condição histórica dos seres, ou seja, entrecruza aquilo que se conta com as experiências vividas. A representação é, assim, o componente simbólico na estruturação do vínculo social e das identidades (Ricoeur, 2006, p. 198).

Admite-se, assim, que vigora na contemporaneidade a ideia de que o patrimônio preencheria a lacuna de nosso presente esvaziado de uma relação com o passado, sem, contudo, recusar a continuidade e a ocorrência de outras práticas de memória. José Reginaldo Gonçalves (2005, p. 16) propõe que a categoria *patrimônio cultural* seria melhor entendida desde que situada como elemento mediador entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, e pensada

em termos de sua ressonância, de sua materialidade e de sua subjetividade.

Não obstante, sobressaem no campo do patrimônio cultural brasileiro discursos e políticas públicas que assumem contornos onipotentes e homogeneizadores sobre os patrimônios, naturalizando e objetificando sua condição ambígua e precária, distanciando-os, por conseguinte, da experiência inseparável do corpo, aquela mesma apontada por Nora como pertencente ao crepuscular domínio da memória e que, do ponto de vista etnográfico, ainda persiste em festas religiosas, por exemplo, mas que corre o sério risco de sucumbir à classificação patrimonial agenciada pelo Estado (Gonçalves, 2005, p. 32).

Ainda sob a ótica da problematização dos discursos patrimoniais e museológicos modernos, contribui Donald Preziosi (2004) ao destacar os museus, quando do surgimento da modernidade, enquanto instituição central e indispensável de enquadramento ao operar a seleção de vestígios *dismembered* (desmembrados) do passado que eram ali *re-membered* (re-membrados/rememorados) na forma de narrativas museográficas orientadas para a fabricação do presente em troca de importar e de dar significado ao passado (Idem, p. 76). O autor ressalva que o passado era ali empregado para contar a história de como o presente veio a ser (Idem, p. 77), disciplinando, desde então, a forma de ler e de interpretar a história, sem questioná-la como evolução natural ou progressiva (Idem, p. 74).

O objetivo dessa pesquisa é justamente investigar que construções narrativas foram e são produzidas no MAI e a partir dele de forma a criar uma experiência coletiva de duração mais ou menos curta ou, ainda, uma trajetória incerta, cuja sustentação incide sobre as evidências materiais – os objetos e o território – para garantir sua legitimidade. A abordagem teórica adotada possibilitará visualizar continuidades e oposições estratificadas em Itaipu e o modo como o MAI vem ordenando essas distintas temporalidades, pondo em xeque a homogeneidade discursiva sobre o patrimônio local.

*Je vous salue, ruines solitaires, tombeaux saints, murs silencieux !
c'est vous que j'invoque ; c'est à vous que j'adresse ma prière.
Oui ! tandis que votre aspect repousse d'un secret effroi
les regards du vulgaire,
mon coeur trouve à vous contempler le charme des sentiments profonds et
des hautes pensées. Combien d'utiles leçons, de réflexions touchantes ou fortes
n'offrez-vous pas à l'esprit qui sait vous consulter !⁵*

Volney,
Les ruines ou méditations sur les révolutions des empires
1869

⁵ Tradução livre: “Eu vos cumprimento, ruínas solitárias, túmulos santos, paredes silenciosas! É a vós que invoco; é a vós que dirijo minha oração. Sim! enquanto que vosso aspecto repulsa com um temor secreto os olhares vulgares, meu coração encontra a vos contemplar o charme dos sentimentos profundos e dos altos pensamentos. Quantas lições úteis, reflexões tocantes ou fortes não ofereceis ao espírito que sabe vos consultar!”.

3.

De ruínas a museu: o Recolhimento de Santa Teresa e o Museu de Arqueologia de Itaipu

3.1.

As ruínas tombadas

3.1.1.

O Recolhimento de Santa Teresa e seu processo de tombamento

O Convento⁶ de Santa Teresa em Itaipu (Niterói, Estado do Rio) foi fundado em 1764 por Manuel da Rocha. Embora algumas de suas dependências já tenham desaparecido, o corpo principal do edifício ainda permanece com todas as suas características. Trata-se de uma grande construção em alvenaria de pedra com molduras de cantaria. Sua planta é um retângulo, medindo 46,40 de comprimento por 26,60 de largura. A predominância das linhas horizontais, devido à pouca altura do pé direito e à grande largura dos vãos, dá-lhe um aspecto de calma e solidez. Não existe simetria no conjunto mas há elementos dispostos simetricamente em relação à entrada principal, que parece ser o centro de uma composição que não chegou a seu fim (Arquivo Central do Iphan/RJ).

Através destas palavras dirigidas a Lúcio Costa, diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan),⁷ o arquiteto Alcides da Rocha Miranda, em 16 de julho de 1946, inicia seu parecer favorável ao tombamento das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, vindo a ser o primeiro documento a compor o Processo nº 365-T-46. Antes de prosseguir na análise desse processo de tombamento que durou quase uma década – de 1946 a 1955 –, convém traçar um histórico acerca do antigo recolhimento religioso, que tem em suas próprias ruínas e no lugar que estas ocupam à beira da Praia de Itaipu os seus maiores testemunhos.

⁶ É recorrente o uso do termo *convento* em lugar de *recolhimento* para designar o Recolhimento de Santa Teresa nos documentos técnicos e oficiais do Iphan.

⁷ O atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi criado em 1937 com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Ao longo de sua história, o órgão passará por uma série de alterações de seu nome: em 1946, torna-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan); em 1970, muda para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); em 1979, o Iphan divide-se em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM); em 1990, a Sphan e a FNPM são extintas e originam o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); até que, em 1994, o órgão volta a ser Iphan. A pesquisa aqui apresentada tangenciará diversos momentos dos 80 anos do Iphan, portanto, manteremos sempre que possível a nomenclatura correspondente ao período em questão, quando não for feita uma referência a um período determinado, utilizaremos a sigla Iphan.

O Recolhimento de Santa Teresa, localizado na Freguesia de São Sebastião de Itaipu,⁸ foi fundado em 1764, ano em que recebe suas primeiras recolhidas, por Manuel Francisco da Costa, pároco da matriz, Antônio José dos Reis Pereira e Castro, provisor do bispado, e Manuel da Rocha, sendo este último o religioso responsável pela administração do estabelecimento (Pizarro e Araújo, 1946, p. 80 e 81). Os recolhimentos erigidos no século XVIII na América portuguesa cumpriam a finalidade de prevenir, controlar ou punir a conduta das mulheres, especialmente no tocante a sua honra (Algranti, 1999, p. 15). Estas instituições de reclusão feminina eram ligadas às irmandades leigas e destinavam-se às mulheres menos favorecidas economicamente que desejassem levar uma vida contemplativa ou que para ali fossem enviadas por suas famílias por se tratar de órfãs desamparadas, viúvas ou senhoras e moças desprovidas circunstancialmente da proteção de uma figura masculina ou, ainda, mulheres que tivessem sua honra ameaçada por ter cometido adultério, por ter perdido a virgindade antes do casamento ou que fossem prostitutas arrependidas (Idem, p. 3).

A clausura feminina em recolhimentos durante o período colonial foi um subterfúgio dos colonos para mascarar o caráter religioso dessas instituições assistenciais, que só diferiam dos conventos juridicamente e por não conceder os votos solenes às recolhidas (Idem, p. 71). A elite colonial encontrava-se impedida de fundar conventos femininos na Colônia em virtude da política da Coroa que ambicionava garantir a conquista e o povoamento do território, e que já proibira, através do Alvará de Dom João V de 1732, a saída de mulheres brancas da Colônia rumo aos conventos da Metrópole sem autorização régia (Idem, p. 70).

O Recolhimento de Santa Teresa principiou seu exercício no ano de 1764 sem a autorização régia necessária para sua construção e seu funcionamento. A autorização só veio a se confirmar posteriormente por Dona Maria I por intermédio do bispo Dom José Joaquim Justiniano e do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza. Apesar disso, a instituição manteve-se em funcionamento sem maiores problemas, muito provavelmente, devido ao fato de estar encravada

⁸ A capela de São Sebastião foi erguida em 1708 e alçou a prerrogativa de paróquia independente em 1721, segundo *Carta Pastoral* datada de 1799 (Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro).

em uma erva freguesia rural das Bandas d'Além,⁹ de difícil acesso terrestre “passando pelo distrito da Freguesia de S. João de Icaraí, ou por mar, saindo à barra da cidade” (Pizarro e Araújo, 1946, p. 83), movida por fazendas de cana de açúcar, pela comunidade de pescadores e por pequenos comerciantes à beira mar (Ferreira et al., 2014, p. 28); em suma, fora dos olhares vigilantes da capital da Colônia.

O Recolhimento de Santa Teresa é criado doze anos após o Recolhimento do Parto (1752) no Rio, de modo que ambos pudessem aliviar as tarefas do Recolhimento da Misericórdia, instituído em 1739. Os recolhimentos de Santa Teresa e do Parto, todavia, não compartilhavam da boa fama do recolhimento da Irmandade da Misericórdia, que só se ocupava do amparo às órfãs carentes (Algranti, 1999, p. 102). Um dos escassos documentos ainda existentes que menciona o Recolhimento de Santa Teresa é um ofício enviado por Paulo Fernandes Vianna, desembargador e ouvidor da Corte, ao Conde de Aguiar, datado de 11 de julho de 1809, hoje encontrado no Arquivo Nacional, que trata do processo de recolhimento de Fortunata Maria da Conceição no Recolhimento de Santa Teresa ou no Recolhimento da Misericórdia a pedido de seu marido Bernardo Antônio do Amaral, estando Fortunata abrigada, na ocasião, no Recolhimento do Parto.

Fortunata já havia passado pela clausura em Itaipu, tendo, no entanto, escapado de lá para se refugiar no Recolhimento do Parto, de onde moveu um processo de divórcio contra seu marido, que a acusava de prostituição. Paulo Fernandes Vianna, então exercendo o cargo de intendente geral da Polícia da Corte, hesita, mas acaba por defender a manutenção de Fortunata no Recolhimento do Parto:

Não se deve inovar este [depósito judicial], bem que agora eu pelos muitos fatos saiba que o dito Recolhimento [do Parto] está muito desacreditado, e que desgraçadamente podem ser verdadeiros os fatos de torpeza de que ela é arguida, praticado no mesmo Recolhimento. Mas o de Itaipu sê de clausura fraca e a prova seja a fuga que ela mesma dali fez, e o qual têm feito outras mulheres. O da

⁹ A região hoje conhecida por Niterói denominava-se Bandas d'Além até 1819, quando o povoado local foi elevado à categoria de Vila Real da Praia Grande, graças à transferência da Corte real portuguesa para o Brasil em 1808. Em 1834, a Vila Real da Praia Grande torna-se capital da província do Rio de Janeiro e, finalmente, recebe a designação de Imperial Cidade de Niterói em 1835 (Motta, 1997, p. 170).

Misericórdia não deve ser emporcalhado com mulheres desta classe (Arquivo Nacional).

O caso de Fortunata Maria da Conceição, que soube valer-se da condição de clausura para fugir de seu marido e solicitar o processo de divórcio, é um dos exemplos em que a reclusão colonial feminina foi usada por algumas dessas mulheres em benefício próprio e como forma de resistência ao poder masculino, contradizendo, portanto, o estereótipo de que esses estabelecimentos serviam tão somente para castigo de culpas e como lugar de sofrimento (Algranti, 1999, p. 61).

O Recolhimento de Santa Teresa fora fundado para acolher *mulheres arrependidas* e mulheres abandonadas por seus maridos “a quem agradasse o retiro do século, ou a quem algumas circunstâncias obrigassem a ir habitá-lo por castigo de culpas” (Macedo apud Algranti, 1999, p. 105). A tônica da privação de recursos e do abandono imputada às habitantes do Recolhimento de Santa Teresa não passou despercebida em visita pastoral realizada entre os anos de 1811 e 1812 à Freguesia de São Sebastião de Itaipu. Diz o relator sobre sua passagem pelo Recolhimento que, entre religiosas, moças, mulheres casadas e escravas, o número de reclusas totalizava doze e que somente uma delas era bem assistida:

Tudo o mais é uma pobreza Franciscana, e apetite do Vigário, que as sustenta, porque o Recolhimento não tem um real de patrimônio. O edifício ainda que pequeno é forte, e bem edificado, mas tão mal conservado, desalinhado, o cujo, que mete nojo (Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro).

Em 1833, o vigário João de Moraes e Silva institui o antigo recolhimento como asilo para menores (Brasil, 2011, p. 9), sendo esta a última informação conhecida sobre o prédio e seu uso no século XIX. O aspecto físico da construção retratado na *Carta Pastoral* dos anos de 1811 e 1812 parece ter piorado com o avançar do século a ponto de ruir. Em documento do Arquivo Central do Iphan/RJ, de 30 de junho de 1937, seu autor, o geógrafo e historiador Alberto Ribeiro Lamego, faz uma descrição das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, apontando que “alguns compartimentos foram retalhados por pescadores” e que “a capela vazia é aproveitada como cadeia” (Arquivo Central do Iphan/RJ).

Ao retomar a justificativa do arquiteto Alcides da Rocha Miranda para o tombamento das ruínas do recolhimento, o leitor depara-se com a descrição das

medidas, das configurações e do estado de conservação dos remanescentes do edifício: sua entrada principal, a capela e seus sete pátios. Ao final de seu breve parecer, o técnico encerra:

As paredes do lado direito parece terem sido interrompidas, talvez, por já se achar a construção muito próxima do mar. Essa bela construção do século XVIII acha-se situada num trecho da praia de Itaipu que está sendo loteado para fins comerciais: torna-se portanto urgente a sua inscrição nos Livros do Tombo a fim de podermos tomar medidas tendentes a preservá-la (Arquivo Central do Iphan/RJ).



Figura 2: Foto da fachada dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, sem data e sem autoria (Arquivo Central do Iphan/RJ).

As linhas finais de Miranda dão o tom conclusivo para a premência do tombamento daquela construção. Sua preocupação com a, já então presente, comercialização de terrenos na região da praia de Itaipu em 1946 impõe o caráter de urgência para a concretização do tombamento com a finalidade de proceder à preservação. Esta medida é vislumbrada como o meio mais eficaz para combater o risco iminente de desaparecimento daqueles remanescentes arquitetônicos que testemunhariam as supostas origens do Brasil em tempos coloniais frente aos inexoráveis processos destrutivos da história no presente, e que, em última instância, ameaçavam a própria identidade nacional materializada na forma das ruínas enquanto patrimônio cultural (Gonçalves, 2002, p. 23 e 32).

José Reginaldo Gonçalves (2002) defende que essa *retórica da perda* propagada pelos ideólogos do patrimônio cultural no Brasil através das políticas oficiais de preservação do Iphan, aqui observada nas palavras de Miranda,

parece, no entanto, não reconhecer esse temor pela perda como princípio estruturador de seu próprio discurso no momento de definir os objetos passíveis de patrimonialização, expelindo de seu discurso preservacionista acerca da identidade e da memória nacionais qualquer sombra de fragmentação ou de incoerência (Idem, p. 23).

De tal modo, as narrativas do patrimônio objetificariam culturalmente¹⁰ a recategorização desses fragmentos e objetos descontextualizados, tanto no passado como no presente, com o intuito de redimir a nação do processo de desintegração de seu *passado* nacional. A concretude dos monumentos daria, assim, o sentido de continuidade e de assimilação de um passado autêntico, coeso e homogêneo, funcionando os objetos do patrimônio como signos visuais da condição civilizada e como materialização daquilo que representam: a nação (Idem, p. 83 e 84).

Dentro dessa lógica que permeava os discursos e as práticas do então Sphan, originou-se uma noção de monumento histórico e artístico nacional associada às noções de patrimônio e de preservação voltadas para o estudo e para a conservação de um prédio em razão de sua qualificação enquanto testemunho da história e/ou de obra de arte, com sentido de herança cultural coletiva (Fonseca, 2005, p. 55). O instrumento legal para a instituição do tombamento pelo Sphan é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, gerado dez meses após a criação do órgão pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que reorganizava a estrutura do Ministério da Educação e da Saúde Pública ao qual o Sphan vinculava-se. O Decreto-Lei nº 25/37 (DL 25/37) define que:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

(...)

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens

¹⁰ Richard Handler define o termo *objetificação cultural* para referir-se “à corporificação imaginária de realidades humanas em termos de discurso teórico baseado no conceito de cultura” (Handler, 1984, p. 6) a partir do que Benjamin Whorf designa como tendência da lógica cultural ocidental de imaginar fenômenos não-materiais, como *a sociedade, a cultura, a nação*, enquanto produtos de uma visão de mundo que requer materialização corpórea (Whorf apud Handler, 1984, p. 55).

que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

A abrangência dessa concepção legal do que poderia vir a ser tombado, como os *monumentos naturais*, *sítios* e *paisagens*, além da disposição sobre a visibilidade do bem tombado, objeto do Artigo 18º, anteciparam temas que só viriam a ser discutidos sistematicamente no órgão a partir da década de 1970. Apesar do conceito universalista de patrimônio histórico e artístico nacional, a prática do Iphan em suas primeiras décadas, sob regência de Rodrigo Melo Franco de Andrade, orientou-se expressivamente para o tombamento de monumentos de natureza arquitetônica¹¹ identificados com as marcas da colonização portuguesa nas Minas Gerais do século XVIII (Chuva, 2009, p. 62).¹²

A materialidade desses bens arquitetônicos conferia autenticidade, unicidade e sentido de verdade a essas construções transformadas em patrimônio histórico e artístico nacional graças ao detalhamento de características físicas e formais dos pareceres técnicos dos agentes do Sphan. O objetivo de tal prática era justamente averiguar a autenticidade e a originalidade desses rastros não verbais, tornando-os documentos de uma *verdade histórica* perdida no passado (Idem, p. 75), daí a importância de sua datação e de seu enquadramento em um padrão estilístico arquitetônico, preferencialmente aquele relacionado com o colonial mineiro (Idem, p. 361).

Nesse sentido, o imediato interesse da Dphan pelo tombamento dos remanescentes do recolhimento setecentista aloja-se na alusão ao período de dominação colonial e católica, momento tido como fundador da identidade nacional na ideologia reinante do patrimônio cultural dos anos 1940. Em 21 de outubro de 1948, o arquiteto José de Souza Reis corrobora o parecer de Alcides da Rocha Miranda na Informação nº 171, realizada após inspeção das ruínas em Itaipu, constatando “o grande interesse que apresentam por diferentes razões tais

¹¹ Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 113) identifica o tombamento, até 1969, de “803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, seis bens arqueológicos e quinze bens naturais”.

¹² Chame-se atenção, entretanto, para o estudo e para o reconhecimento do valor de outras categorias de bens nas primeiras quatro décadas do Sphan, externas à leitura arquitetônica predominante, como os tombamentos do Museu da Magia Negra (1938) e dos Morros do Pão de Açúcar, da Urca, da Babilônia, Cara de Cão e dos Penhascos do Corcovado, Dois Irmãos e Pedra da Gávea na cidade do Rio de Janeiro (1973), todos inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Nakamuta apud Saladino, 2010, p. 74; Ribeiro, 2007, p. 132-passim).

como, solução arquitetônica, natureza da construção e localização privilegiada, constituindo um conjunto excepcional em que a paisagem e os elementos construtivos se valorizam reciprocamente” (Arquivo Central do Iphan/RJ).

Logo após a supracitada inspeção, Rodrigo Melo Franco de Andrade consulta através do Ofício nº 986, em 8 de novembro daquele mesmo ano, a Secretaria de Governo do Estado do Rio de Janeiro acerca da possibilidade desta chamar para si a preservação do monumento, que se encontrava em perigo de desfiguração devido à instalação de um motor elétrico em suas dependências (Idem). A Dphan, por seu turno, ainda não pudera proceder ao tombamento face à dificuldade em identificar o proprietário legal do terreno. Para posicionar-se perante a Secretaria de Estado, Melo Franco recorre explicitamente ao argumento da ameaça de perda do monumento, casando-o com o valor daquela arquitetura, que merecia ser preservada em vista de sua remissão ao passado religioso da nação:

Acha-se esta repartição empenhada em assegurar a conservação das ruínas do antigo Convento de Santa Teresa, localizadas na Praia de Itaipu, município de Niterói, e que, tanto pela ação do tempo como pela de agentes humanos, se encontram seriamente ameaçadas de destruição gradativa.

Trata-se de remanescentes de valioso monumento do século XVIII, interessando logo à primeira vista pela sua feliz integração na paisagem circundante. Os elementos arquitetônicos que ainda subsistem apresentam interesse para o estudo da nossa arquitetura religiosa do passado, fazendo jus, assim, a medidas especiais que os preservem de quaisquer danos (Arquivo Central do Iphan/RJ).

Ao que indica o Processo de Tombamento, não parece ter havido reposta ao Ofício por parte da Secretaria de Estado, porém, internamente à Dphan, as medidas direcionadas para o acautelamento legal das ruínas do Recolhimento continuaram a correr, tendo, em 14 de novembro de 1948, o diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, Lúcio Costa, concordado com o tombamento proposto, “visando a evitar o completo desmantelo das ruínas” (Arquivo Central do Iphan/RJ).

Os *arquitetos da memória*, assim denominados por Márcia Chuva os ideólogos que instituíram no quadro da memória nacional um patrimônio cultural identificado com o colonial mineiro (Chuva, 2009, p. 373), primaram por identificar essa *boa arquitetura* de forma a construir uma versão da história da

nação através de testemunhos materiais de um suposto tempo originário e heroico perdido, cuja recuperação física e simbólica remeteria às origens da nação (Idem, p. 326). Pretendiam, assim, contribuir para enquadrar a arte brasileira na classificação tradicional da história da arte no mundo ao forjar a arquitetura modernista como legítima herdeira da tradição colonial, propiciando, ao mesmo tempo, uma renovação *genuinamente* brasileira (Idem, p. 377). A inserção do Brasil e de sua produção artística no mundo civilizado fundava duas temporalidades complementares: de um lado, um momento originário localizado no período colonial, e que parecia ignorar o Estado Imperial e a Primeira República; de outro, um presente refundador do elo perdido da nação com seu passado *autêntico* (Idem, p. 376).

Um aspecto que se destaca no Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa é a questão da propriedade do terreno e do imóvel em que se situam as ruínas. O ato administrativo do tombamento visa à proteção do interesse público, manifesto e materializado nas coisas móveis e imóveis identificadas pelo órgão competente – o Iphan – como bem cultural nacional, que passa a tutelá-los, sem, no entanto, impedir o direito de domínio de seu proprietário, ainda que este passe a ser condicionado em prol da integridade física do bem tombado (Castro, 1991, p. 136 e 137). De tal modo, a morosidade para a conclusão do processo de inscrição do bem no Livro do Tombo das Belas Artes, só ocorrida em 8 de janeiro de 1955, deveu-se quase que exclusivamente à incerteza quanto à definição de seu proprietário legal.

O processo de tombamento das ruínas de Itaipu atravessa uma interessante reviravolta em termos de propriedade do imóvel e do terreno. Partindo do princípio previsto no Artigo 6º do DL 25/37, que trata do tombamento voluntário ou compulsório de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado, a Dphan, sem identificar de imediato um proprietário das ruínas ou do terreno, realiza consultas às Prefeituras Municipais de Niterói e de Nova Iguaçu e ao Convento de Santa Teresa no Rio com o objetivo de esclarecer a quem pertenciam ou a quem teriam pertencido as ruínas. O único retorno indicando a propriedade do terreno partiu da Prefeitura de Niterói, no Ofício nº 90, de 28 de abril de 1948, assinado pelo prefeito José Ignácio da Rocha Werneck,

que informava ao diretor geral da Dphan “que as ruínas existentes junto à Praia de Itaipu estão em terrenos da Companhia Territorial Itaipu S.A.” (Arquivo Central do Iphan/RJ).

A Colônia de Pescadores Z-10-RJ (atual Z-7) envia a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 16 de maio de 1950, um ofício, assinado por seu Presidente Luis Isidoro Leivas, acerca da titularidade do terreno como pertencente à Marinha e dá conhecimento do registro feito no 13º Ofício de Imóveis de Niterói pela Companhia Cidade Balneária Itaipu¹³ de documentos referentes a terrenos onde estavam as ruínas, e finaliza em tom de denúncia: “Essa Cia. se intitula proprietária das ruínas e da Igreja” (Idem). O mesmo Presidente solicita no Ofício nº 17, de 8 de julho de 1950, que a Dphan remeta-lhe a planta de situação das ruínas, reiterando que “as ruínas estão em grande parte encravadas em terrenos de marinha” (Idem).

Os interesses em jogo logo se evidenciam quando, em 27 de julho de 1954, aporta na Presidência da República um pedido de Ernani do Amaral Peixoto, Governador do Estado do Rio de Janeiro, ao Presidente Getúlio Vargas para exame da “possibilidade de ser cedido àquela Colônia [de Pescadores], a título precário, o imóvel, ora em ruínas, existente naquele local, onde funcionou o Convento de Santa Teresa” para sediar a Colônia (Idem). A cessão do imóvel é concedida por Getúlio Vargas, mas o imbróglio quanto ao direito de propriedade permaneceu, conforme demonstra documento da Dphan de 23 de setembro de 1954, assinado por Carlos Drummond de Andrade, chefe da Seção de História:

As ruínas do Convento de Santa Teresa, na praia de Itaipu, município de Niterói, constam do inventário de bens de valor artístico e histórico, levantado pela DPHAN. Há, mesmo, processo de tombamento desses remanescentes, que não chegou ainda a ser concluído, pela dúvida existente quanto ao domínio sobre o imóvel. A construção se localiza em terreno de marinha, encravado, porém, em área cuja posse é reivindicada, ao que foi informada esta repartição, pela Companhia Cidade Balneária Itaipu.

Autorizada, como foi, a cessão do imóvel, a título precário, à Colônia de Pescadores Z-10 RJ, parece conveniente que conste do instrumento respectivo a

¹³ *Cidade Balneária Itaipu* foi um empreendimento imobiliário da Companhia Territorial Itaipu S/A de 1945. Esta companhia é adquirida, em 1973, pelo Grupo Veplan-Residência, que cria uma subsidiária local chamada Veplan-Residência Companhia de Desenvolvimento de Turismo Territorial Itaipu, responsável pelo loteamento e pela desapropriação de terrenos nos bairros de Itaipu e de Camboinhas, este último uma subdivisão do primeiro (Azevedo; Serrano, 2015, p. 12-15).

obrigação de ser submetido previamente à aprovação da DPHAN qualquer projeto de obras que a referida Colônia pense em executar no local (Idem).

Rodrigo Melo Franco de Andrade tenta uma última consulta, em 28 de setembro de 1954, ao Arquivo Nacional sobre a propriedade do imóvel após a extinção do Recolhimento, contudo, a resposta do diretor Eugênio Vilhena de Moraes, em 30 de dezembro daquele ano, é de nada constar na repartição sobre a instituição em questão (Idem).

Em 8 de janeiro de 1955, Melo Franco pede que se proceda à inscrição dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa no Livro do Tombo das Belas Artes, sendo notificados a Prefeitura Municipal de Niterói (PMN) e o Serviço de Patrimônio da União (SPU) da inscrição da obra de arquitetura civil e religiosa do século XVIII no Livro do Tombo nº 3. Fica em suspenso o porquê da Dphan não ter aprofundado diretamente junto à Companhia Territorial Itaipu o seu direito legal de propriedade sobre o terreno, já que este havia sido apontado nos documentos anteriormente mencionados da PMN e da própria Colônia. Mais curioso, ainda, é que integram o Processo de Tombamento seis documentos emitidos pela Dphan entre outubro de 1946 e novembro de 1948 à PMN solicitando que se averiguassem e se embargassem as obras em curso nas dependências das ruínas para a instalação de um motor de energia elétrica pertencente à Cia. Territorial Itaipu.

Em que medida o desconhecimento por parte da Dphan quanto à propriedade do terreno pela Cia. Territorial Itaipu foi proposital não há como dizer, talvez se deva ao fato de que seja um procedimento burocrático mais simples tomar um bem pertencente à União do que à iniciativa privada (Araújo, 2015, p. 52). Consta documentação desta Companhia apensada ao Processo de Tombamento, após a inscrição no Livro do Tombo em 1955, que comprova a titularidade do terreno onde se encontravam as ruínas. Esta falha da Dphan veio a ser corrigida oportunamente pelo diretor geral no Ofício nº 54, de 14 de janeiro de 1959, encaminhado a Alberto Lélío Moreira, diretor-presidente da Cia. Territorial Itaipu:

Tomando ciência, porém, posteriormente, de que o bem em referência está localizado em área de terreno de que esta companhia alega ser proprietária, levo ao conhecimento de V.Sa. o propósito desta repartição de regularizar o

tombamento definitivo do mesmo, para cujo fim fica V.Sa. notificado de que lhe é assegurado, nos termos do art. 9º do aludido diploma legal, o prazo de 15 (quinze) dias para anuir ao tombamento ou apresentar as razões que tiver com o objetivo de impugná-lo (Arquivo Central do Iphan/RJ).

Melo Franco menciona, também, o Artigo 13º do Decreto-Lei nº 25/37 que versa sobre o tombamento provisório, equiparado porém ao tombamento definitivo, para que seja removido do imóvel “o gerador de energia elétrica cujo funcionamento vem causando dano permanente à estabilidade da antiga edificação, quer em consequência da trepidação que provoca, quer também pela infiltração de óleo no piso” (Idem).

Por fim, a questão em torno da propriedade e de seus usos devidos e indevidos conclui-se, naquela ocasião, com a notificação de três residentes do monumento, a saber: Eneas Rosa de Abreu, Jacy Gomes da Costa e Irênio José Pereira, para que desocupassem o imóvel em um prazo de noventa dias a contar da data de 25 de setembro de 1969, quando do mandado de notificação (Idem).

O projeto de criação do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) naqueles remanescentes data dos anos 1960, não fazendo parte, portanto, do decurso de nove anos para a efetivação do tombamento. A criação do Museu em si só ocorre em 1977, em meio a uma renovação institucional do já então Iphan. Entretanto, no levantamento feito por Orlandino Seitas Fernandes, museólogo do Iphan, em 19 de outubro de 1979, sobre os prédios dos museus regionais do Iphan, destaca-se que a propriedade dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa era ainda objeto de indefinição; se pertencente à Província Carmelita ou à União por conta dos terrenos de Marinha, registra o técnico que “não se pode aclarar isso nem mesmo no SPU, que informou tratar-se de próprio da VEPLAN” (Arquivo MAI). Fernandes conclui que o MAI está “instalado à guisa de ocupação para temporizar até o efetivo cadastramento do imóvel no SPU e sua transferência para o IPHAN” (Idem).

A propriedade legal do imóvel e do terreno das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa continua a ser, ainda hoje, questionável e imprecisa, constando de 13 de fevereiro de 2015 a última resposta do SPU – sem qualquer conclusão a respeito – à consulta sobre a cessão do imóvel feita através do Ofício nº 47/2014 por Pedro Colares da Silva Heringer, diretor interino do MAI (Arquivo MAI).

3.1.2. Sobre as ruínas o patrimônio

Talvez eu diria que o problema foi mais agudo do que em Cabo Frio porque Itaipu já era mesmo uma ruína avançada e condenada a desaparecer porque já estavam sendo dismanteladas as suas muralhas e carregado o material. Esse trabalho é anterior ao de Cabo Frio, foi executado ainda no tempo do Dr. Rodrigo. E como já era uma ruína, irreversível, as normas que regulam este trabalho não permitem fazer nenhuma reconstrução, mas tão somente obras de consolidação. Só permanecia incólume a capelinha interna, tudo o mais estava arruinado. Entretanto, um dos compartimentos laterais do primitivo convento conservava ainda todas as paredes e, para recuperar um espaço coberto a ser utilizado como a única sala de exposição permanente do futuro museu, recompusemos o telhado desse corpo das ruínas e ali se constituiu o núcleo do museu de arqueologia. As muralhas externas, que se achavam fragmentadas, foram consolidadas e obturados os vários espaços abertos entre os diversos panos já soltos, trabalho este que foi executado com material e acabamento diferenciados, para tornar patente a intervenção sem propósito de reconstituir a ruína (Sphan/Pró-Memória, 1988, p. 55).

O relato de autoria do arquiteto Edgard Jacintho da Silva, chefe da Seção de Obras da Divisão de Conservação e Restauração da Dphan, discute as opções para a intervenção arquitetônica no prédio do antigo recolhimento com o objetivo de abrigar uma futura unidade museológica. O ano de 1968 marca o início das obras de consolidação das ruínas, que tinham urgência na estabilização de planos de alvenaria de pedra comprometidos pela erosão. Em julho daquele mesmo ano, a capela do recolhimento encontrava-se parcialmente restaurada com suas paredes de pedra já recompostas e consolidadas, conforme descreve Edgard Jacintho em Ofício, de 28 de julho de 1968, para a Dphan (Arquivo Central do Iphan/RJ).

Nos relatórios e ofícios de Jacintho de 1968 é frequente a menção à saturação da área vizinha às ruínas com a aglomeração de pequenas casas, bem como a utilização dos recintos do monumento para o tingimento de redes de pesca, o que a seu ver comprometia as muralhas e endossava suas recomendações para que se desobstruísse o interior do prédio de maneira a permitir seu adequado aproveitamento como monumento histórico. A evacuação, como visto previamente, ocorreu em 1969 e a primeira etapa das obras concluiu-se em 1974.

Compuseram os estudos de Edgard Jacintho para as obras de consolidação as seguintes fotos, sem data precisa, intituladas pelo Arquivo Central do Iphan/RJ *Antigo Recolhimento de Santa Teresa, atual Museu de Arqueologia de Itaipu*:



Figura 3: Fachada e portão principal ao centro, Morro das Andorinhas ao fundo,
Sem data, autoria Edgard Jacintho (Arquivo Central do Iphan/RJ)



Figura 4: Fachada à direita com fendas na muralha
Sem data, autoria Edgard Jacintho (Arquivo Central do Iphan/RJ)



Figura 5: A capela localizada no pátio principal do antigo Recolhimento
Sem data, autoria Edgard Jacintho (Arquivo Central do Iphan/RJ)



Figura 6: Pátios internos e Edgard Jacintho ao fundo
Sem data e sem autoria (Arquivo Central do Iphan/RJ)



Figura 7: Casario rente aos fundos das ruínas
Sem data, autoria Edgard Jacintho (Arquivo Central do Iphan/RJ)

O critério fundamental para as restaurações executadas pelo Iphan preconizava não prejudicar a beleza arquitetônica do monumento, respeitando-lhe a harmonia ou visando a reintegrar-lhe as características de estilo, a ideia era “restituir-lhe o aspecto original, perturbado pelas reformas que sofreu” (Andrade apud Chuva, 2009, p. 338). Buscava-se, em síntese, reconstituir sua feição *primitiva* ou *original*, baseada na idealização de um tempo não mais existente; os esforços dos arquitetos voltam-se para uma restauração pautada pelo modelo de *obra colonial autêntica* (Chuva, 2009, p. 343).

No entanto, o fragmento citado do relatório de Jacintho indica outros parâmetros praticados pelo Iphan para a intervenção arquitetônica no tangente a ruínas, mais em conformidade com as orientações quanto às técnicas de conservação da *Carta de Atenas* (1931).¹⁴ Os critérios aplicados familiarizam-se com as proposições do crítico de arte inglês John Ruskin que, em sua obra *The*

¹⁴ A Conferência do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, realizada em outubro de 1931, aconselha através da referida carta que os princípios e as técnicas de conservação devem ser escrupulosos “quando se trata de ruínas, (...) com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis” (Carta de Atenas, 1931).

seven lamps of architecture (*As sete lâmpadas da arquitetura*), publicada pela primeira vez em 1849, opera com a diferenciação de entendimento do que é *arquitetura* e do que é *construção*. A arquitetura, segundo o autor, é a arte que adorna os edifícios construídos pelo homem e cuja visualização pode vir a contribuir para o bem-estar mental, o poder e o prazer do homem (Ruskin, 2001, p. 28), ao passo em que a construção é tida como o seu braço operacional, ela é o ajuntamento de partes de um edifício.

Ruskin acredita que o valor da arquitetura dependeria de duas características principais: a impressão que recebe do poder humano e a imagem que carrega da criação natural (Idem, p. 143). Partindo dessa premissa, o inglês defende, no capítulo que trata da *lâmpada da memória* da arquitetura, que a restauração é tanto a pior maneira de destruição, quanto uma mentira. Restaurar é intervir definitivamente sobre remanescentes que jamais poderão ser religados, pois a vida do conjunto é dada pela mão e pelo olho do artesão, e esta nunca será recuperada em sua beleza ou grandiosidade por uma restauração. A restauração é sempre uma conjectura, ou uma infidelidade, em relação à obra original, e a possibilidade de cópia equivale a uma falsa descrição de um trabalho de acabamento que, em realidade, já desapareceu (Idem, p. 252).

Ruskin justifica que a preservação dos prédios do passado não é uma questão de expediente ou de sentimento, uma vez que não temos direito sobre eles, pois pertencem, parcialmente, àqueles que os construíram e, parcialmente, às gerações posteriores. Não se deve, portanto, desconsiderar a força, as vidas e o dinheiro empregados por diferentes homens na realização dessas obras após suas mortes (Idem, p. 255). O maior valor de um prédio está em sua idade, acima, inclusive, de suas pedras e de seu ouro. É por seu caráter testemunhal de um tempo longínquo, em contraste com a transitoriedade das coisas, que a arquitetura funda identidade ao conectar o esquecido com as eras subsequentes.

É deste sentimento da idade que surge a beleza real associada à ideia do pitoresco e à sublimidade accidental ou provocada na ruína, cuja arquitetura assimila o trabalho da natureza em suas rachaduras, fraturas, manchas ou vegetação, concedendo circunstâncias de cor e forma que são aprazíveis aos olhos humanos. Esses sinais externos do pitoresco ou da sublimidade da arquitetura

compõem a nobre função de expor a antiguidade do prédio, e constituem sua maior glória (Idem, p. 251).

A noção de *lâmpada da memória* da arquitetura de John Ruskin encontra ressonância no que Aloïs Riegl chamará posteriormente de *culto moderno dos monumentos*. Este culto seria uma forma de sensibilidade operativa no século XX, através da qual o interesse pelos monumentos é despertado em virtude de sua antiguidade e das evidências materiais dos efeitos da experiência do tempo, como se o ciclo de vida e morte fosse atestado no monumento (Hartog, 2014, p. 204 e 205).



Figura 8: Pátio principal e capela após restauração
Sem data, autoria Edgard Jacintho (Arquivo Central do Iphan/RJ)

A essa discussão em torno da conservação e, particularmente, da patrimonialização e da subsequente musealização das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, faz-se valioso agregar a perspectiva de Georg Simmel sobre o assunto a partir do enfrentamento da divisão do trabalho pelos indivíduos modernos no contexto das grandes cidades e “a preponderância daquilo que se pode denominar espírito objetivo sobre o espírito subjetivo, (...) cujo crescimento diário é acompanhado à distância cada vez maior e de modo muito incompleto pelo desenvolvimento espiritual dos sujeitos” (Simmel [1903], 2015).

O sociólogo defende, na era da hegemonia do mundo das coisas promovidas pelo capitalismo, que a cultura subjetiva é a meta final da vida do espírito, ainda que, para atingi-la, seja necessário passar pelo mundo objetivo, pois é este que permite ao sujeito desenvolver-se na plenitude de sua natureza, para além dos processos naturais, ao intervir e transformar teleologicamente em cultura estes objetos externos a ele.

A cultura compreendida como cultivo passa pela união do mundo subjetivo do homem com o mundo objetivo, também produzido por ele, todavia, independente dele (Simmel [1908], 1971, p. 234). A questão aportada pela vida moderna é justamente a dissonância entre as coisas, muito mais cultivadas e especializadas por conta da técnica, e a decrescente capacidade dos indivíduos de se aperfeiçoar e de se cultivar em sua vida subjetiva por meio desses objetos: “historical development has moved toward a steadily increasing separation between objective cultural production and the cultural level of the individual”¹⁵ (Idem, p. 234).

É nesse sentido que as ruínas são analisadas por Simmel (2000) enquanto elementos de ordem objetiva que permitiriam criar uma nova totalidade estética que religaria os dois mundos cindidos a partir da criação de um mundo paralelo possibilitado pela arte. Seu ensaio *As ruínas*, de 1907, articula, principalmente, as noções de equilíbrio e de oposição entre espírito e natureza para, finalmente, estabelecer que tal antagonismo, na realidade, é necessário para que a inconstância interna do homem possa ser resolvida esteticamente através de uma unidade externa, neste caso, corporificada pelas próprias ruínas.

Simmel parte da construção arquitetônica como conceito matricial que dá forma à natureza para tratar da origem das ruínas. A arquitetura, diz o sociólogo, explicita um equilíbrio entre os desejos humanos expressos por meio de suas ideias, naturalmente ascendentes, e a sua conseqüente concretização graças à utilização que o homem faz das forças naturais para consolidar na matéria o que provém do plano da alma. A natureza é, nesta situação, domada para que dê forma aos intuítos criadores humanos. No entanto, a partir do momento em que tem

¹⁵ Tradução livre: “o desenvolvimento histórico direcionou-se para uma constante e crescente separação entre a produção cultural objetiva e o nível cultural do indivíduo”.

início o processo de desmoronamento desta criação humana, tem-se um reverter no jogo das forças opostas de vontade do homem e vontade da natureza. Do equilíbrio evidente da união das forças humanas somadas à mecânica da natureza, materializado na perfeição da construção intacta, passa-se a uma nova escala de poder de uma sobre a outra frente à degradação da obra de arte.

A natureza, comumente tida por inacabada, matéria-prima dependente da intervenção do homem para conformá-la e dotá-la de uma finalidade, torna-se, então, soberana, como que se revolta mediante a passividade que lhe é impingida e reivindica seus direitos sobre o que pode extrair e agregar à obra de arte. É a relva que se prolifera nas brechas úmidas entre as pedras, o musgo que recobre os cacos das telhas, a ferrugem que se apropria de antigos ornamentos metálicos, enfim, o sol, o ar, a chuva, a neve que se apoderam das reminiscências da força que um dia tentou dominá-los e que expõem uma nova totalidade estética proveniente do que permanece daquilo que o intuito original do espírito formalizou, e cuja finalidade agora se perde, mas que institui um novo sentido ditado, sim, pelas forças da natureza, abarcadoras, mas não omissas quanto ao lado para onde, anteriormente, pendeu a balança.

Essa especificidade pretérita das ruínas contribui para o processo de construção e de reconstrução das memórias a seu respeito, uma vez que explicita tanto uma autenticidade temporal do antigo prédio, quanto de sua nova realidade como ruína. Analisando as ruínas do ponto de vista da autenticidade e, por conseguinte, de uma *aura* ali preservada, encontra-se no artigo *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, de 1935/36, de Walter Benjamin, uma interlocução fundamental para a análise desta particularidade de manutenção do passado pelas ruínas e sua relação com valores, tal como o de antiguidade definido por Aloïs Riegl.

Ao discutir o aprimoramento cada vez mais patente da reprodutibilidade técnica de uma obra de arte, Benjamin chama atenção para um elemento que está além da perfectibilidade desta reprodução, em outras palavras, ele ressalta a ausência na reprodução do

aqui e agora da obra de arte, sua existência única, no lugar em que ela se encontra. É na existência única, e somente nela, que se desdobra a história da obra. Essa história compreende não apenas as transformações que ela sofreu, com a passagem do tempo, em sua estrutura física, como as relações de propriedade em que ela ingressou (Benjamin, 1994, p. 167).

É exatamente dessa preservação solidificada pelas constantes mutações de todo um processo de arruinamento que se poderia, no deparar-se com tais remanescentes, não só visualizar, como também sentir a vida que outrora habitou e correu por entre as paredes agora desmoronadas, mas, concomitantemente, reconfiguradas. As ruínas autenticariam pela presença de seus vestígios todo um tempo anterior, tornando imediatos aos sentidos os percursos da tradição, de sua origem até a atualidade. As ruínas preservam sua aura justamente porque nela residiria a oposição entre passado e presente, além de permitir, pela nova unidade que engendra, que se perceba a obra humana como um produto da natureza; eis aí o seu encanto.

A essa *sensação de paz* proveniente do prazer estético gerado pelas ruínas, Simmel associa a produção de uma nova unidade que, na verdade, reflete um regresso da obra a sua terra natal: à natureza. Em outros termos, apesar da conformação dada à natureza pelo homem, ela nunca deixa de existir no âmago da obra de arte, ela se aquieta, mas tão logo possa, manifesta-se e produz um efeito trágico ao se apoderar da criação do espírito humano para transformá-la em algo novo: “la naturaleza ha hecho de la obra de arte materia prima para la configuración que ella imprime, de la misma manera que antes el arte se había servido de la naturaleza como materia para su obra”¹⁶ (Simmel, 2000, p. 186).

Assim, não só o processo reverte-se na constituição de uma existência natural que conjuga as potências ascendentes e descendentes, como se deflagra uma justiça subjacente a essa destruição promovida pela natureza, visto que essa nunca deixou de estar presente, estava somente silenciada. No entanto, é mediante tal coadunação de um todo unitário que integra, harmonicamente, sua paisagem circundante e os efeitos naturais agentes sobre os objetos da construção

¹⁶ Tradução livre: “a natureza fez da obra de arte matéria prima para a configuração que ela imprime, da mesma maneira como antes a arte tinha se servido da natureza como matéria prima para sua obra”.

arquitetônica, que a natureza propicia ao espírito essa sensação de união e de pertencimento compartilhado.¹⁷

A partir dessa discussão encetada pela opção do Iphan em manter o Recolhimento de Santa Teresa enquanto ruínas, alarga-se, ainda, o campo de análise sobre esse monumento enquanto patrimônio cultural e a categoria de autenticidade a ele atribuída, tomando como referência os conceitos de cultura para Simmel e para Edward Sapir. O conceito de cultura simmeliano está atrelado à cultivação do sujeito, através de um processo dual e sintético em que a vida subjetiva interage e une-se à vida objetiva como forma de cultivação do espírito. Nas palavras de Simmel:

não há nenhum valor de cultura que seja apenas valor de cultura; cada um precisa antes para alcançar esta significação, ser também valor em uma série objetiva. Mas ainda onde exista um valor no sentido supramencionado ou onde uma capacidade de nossa essência tenha experimentado um fomento por meio de tal valor, ele será considerado um valor de cultura apenas caso este desenvolvimento parcial simultaneamente eleve a totalidade de nosso eu, aproximando-o um degrau de sua unidade perfeita (Simmel, 2015, p. 3).

O grande paradoxo ou tragédia da cultura consiste em que as forças aniquiladoras de sua essência sintética sujeito-objeto nascem da própria essência (Simmel, 2015, p. 24). A modernidade concretiza a lógica independente da finalidade dos conteúdos culturais, de maneira que o espírito, dentro da realidade da produção industrial, cria algo objetivo autônomo; as forças dos sujeitos são consumidas, mas seu desenvolvimento pessoal não toma o caminho do objeto (Idem, Ibidem). A auto-perfeição do sujeito implica a chance trágica de ver “uma lógica e uma dinâmica serem produzidas, levando os conteúdos da cultura a se afastarem continuamente e com uma aceleração crescente das finalidades da cultura” (Idem, p. 28). A cultura como cultivo já abriga em si formas de conteúdo determinadas a desviar o caminho da alma como algo inconcluso para si mesma (Idem, p. 24).

¹⁷ Simmel estabelece um contraponto interessante às ruínas em seu texto *Florença*, de 1906. Para o autor, a cidade de Florença produz o sentimento de que a oposição natureza e espírito foi aniquilada ao produzir uma unidade entre cultura e natureza – pense-se na arte renascentista ali nascida enquanto uma elaboração da manifestação natural das coisas (Simmel, 2007, p. 266). A forma da cultura em Florença domina a forma da natureza, pois lá as necessidades que a natureza não supre em sua forma original encontram limites interiores na arte (Idem, p. 270). A paisagem de Florença é como uma obra de arte que propicia a unidade perdida ao mundo objetivo e ao mundo subjetivo. O tempo florentino é o tempo ideal da obra de arte, onde o passado é visível e harmônico com o presente.

Um entendimento de cultura aproximado ao de Simmel é compartilhado pelo antropólogo Edward Sapir. Este autor, porém, parte da problematização do conceito de cultura enquanto autêntica ou espúria. Para Edward Sapir, a cultura autêntica é aquela que permite aos indivíduos experiências de criatividade ante as formas culturais existentes, de maneira a possibilitar a remodelação das formas vigentes pelo indivíduo atento e impregnado dos valores culturais de seu tempo e de seu lugar (Sapir, 2012, p. 51). A cultura autêntica para o autor

não é, por princípio, alta ou baixa; ela é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada e satisfaz seus próprios requisitos. Ela é a expressão de uma atitude ricamente variada, mas de algum modo unificada e consistente ante a vida, uma atitude que vê a significação de qualquer elemento da civilização em sua relação com todos os outros. Em termos ideais, é uma cultura em que nada é espiritualmente sem significado, na qual nenhuma parte significativa do funcionamento geral traz consigo um sentido de frustração, ou de esforço inútil e desarmônico (Idem, p. 42).

A cultura autêntica, portanto, brota do comunal no sentido em que seus indivíduos estimulam o desenvolvimento de sua personalidade a partir do legado de bens culturais acumulados de sua sociedade. Assim, sem rejeitar o passado de sua coletividade, os indivíduos cultos recriam e até destroem os valores vigentes em prol de novas formas estéticas para o futuro. A cultura autêntica é eminentemente interior para Sapir e, logo, contrapõe-se à lógica de massificação das grandes cidades, onde indivíduos são vistos como uma engrenagem subserviente a um propósito coletivo do qual eles não têm consciência e que se apoia na falácia engendrada pelo industrialismo de que as máquinas seriam submetidas aos propósitos dos homens (Idem, Ibidem). A verdade é que as atividades de alta eficiência muito pouco contribuem para a solução do problema de uma cultura autêntica em que os indivíduos possam satisfazer os seus impulsos criativos e emocionais, sem se reduzirem a meios para os fins das máquinas (Idem, p. 43).

Com base nessas reflexões, ainda que o recolhimento feminino em ruínas tenha sido mantido do ponto de vista de sua preservação nos parâmetros de John Ruskin, em muito aproximados das ideias de Simmel e de Benjamin, ou seja, deixando que o prédio testemunhasse a passagem do tempo e sua antiguidade, sem maiores intervenções em sua estrutura arquitetônica e seu

partido estético, uma tensão configura-se a partir do momento em que o prédio é apropriado como patrimônio, sendo destituído de sua aura.

As ruínas patrimonializadas objetificam-se no discurso institucional e perdem em uma originalidade sustentada pela tradição, já não operando mais a relação de conexão entre objetividade e subjetividade. Entretanto, elas ganham, ainda assim, atributos outros de uma autenticidade não-aurática, pautada pelos valores artísticos e históricos definidos para a nação. Trata-se, portanto, de uma construção ficcional sem fundamento na realidade de um passado pessoal e/ou coletivo, logo sem qualquer vínculo orgânico com o passado. A categoria de autenticidade do patrimônio cultural é objetificada por conteúdos variantes de uma continuidade do tempo presente sobre um determinado passado (Gonçalves, 2005, p. 267).

Desse ponto de vista, o patrimônio cultural é uma imposição de fora para dentro sobre os indivíduos, fugindo ao sentido sapiriano de autenticidade, posto que objetifica e elimina as ambiguidades e as precariedades dos objetos no processo de construção das instituições de memória com a prerrogativa de representar a identidade nacional como um todo coeso. Assim, a tradição ou a autenticidade enquanto categorias são criações contingenciais de acordo com as necessidades conceituais do presente (Handler; Linnekin, 1984, p. 286-288). Aos patrimônios culturais caberia, portanto, estabelecer uma relação evocativa e conectiva entre passado, presente e futuro, gerando uma sensação diferente de autenticidade e de pertencimento no espectador ao se deparar e se relacionar com os monumentos (Gonçalves, 1988, p. 267).

3.2.

O Museu em movimento

3.2.1.

Entre regional e arqueológico, que museu criar?

A praia fronteira ao Convento é ocupada por uma Colônia de Pesca, o que contribui, a nosso ver, para maior interesse ao aspecto de conjunto, e do monumento, cuja preservação é, sem dúvida, medida de grande conveniência e importância em virtude de suas características singulares (Arquivo Central do Iphan/RJ).

Em parecer técnico de inspeção às ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, de 21 de outubro de 1948, José de Souza Reis chama atenção para o *aspecto de conjunto* do monumento objeto de tombamento e para a Colônia de Pescadores de Itaipu. Desde os momentos iniciais do processo de tombamento dos remanescentes, a questão do entorno fez-se patente aos olhos dos técnicos da Dphan. Transcorreram-se mais de trinta anos desde a abertura do Processo de Tombamento nº 365, em 1946, até a inauguração do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) em 22 de março de 1977. Neste meio tempo, conforme visto, a questão da propriedade legal do terreno e do imóvel foi central até que a inscrição do monumento no Livro do Tombo das Belas Artes se concretizasse em 1955.

A partir de então, em paralelo às obras de conservação das ruínas, correu o projeto de criação de um museu a ser ali instalado. Pode-se dizer que este projeto deveu-se em grande parte ao arquiteto Edgard Jacintho da Silva,¹⁸ que chefiou as obras de consolidação, interessando-se pela ideia de dotar aquele monumento de um uso museológico relacionado à ocorrência de sítios arqueológicos em seu entorno. Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto e diretor de Conservação e Restauração do Iphan, ratifica essa ideia ao declarar, em 1978, que “nas proximidades existe um sambaqui protegido,¹⁹ que deverá, após tratamento adequado, participar do Museu, como elemento didático” (Arquivo Central do Iphan/RJ).

O formato de museu almejado para Itaipu era do tipo museu regional, que, no entender de Rodrigo Melo Franco de Andrade, significaria museus situados

¹⁸ Arquiteto graduado, em 1941, pela Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, onde teve seu interesse pela arte de Minas Gerais despertado quando da realização de excursões às cidades históricas de Ouro Preto, Mariana e Sabará, complementares à disciplina Teoria e Filosofia da Arquitetura, ministrada por Wladimir Alves de Souza. Em 1944, ingressa profissionalmente no Sphan após expor seu desejo de atuar no *Patrimônio Histórico* em conversa com o Senador Afonso Arinos, que o encaminhou a seu primo Rodrigo Melo Franco de Andrade. O diretor geral do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional logo designou Jacintho para o levantamento das igrejas históricas em São João del Rey e Tiradentes, tendo este fiscalizado, de pronto, nessa última cidade, a obra de restauração da igreja matriz de Santo Antônio. No Iphan, exerceria ainda o cargo de chefe da Seção de Artes da Divisão de Estudos e Tombamento de 1950 a 1957, e chefiaria entre 1957 e 1978 a Seção de Obras da Divisão de Conservação e Restauração. Jacintho foi também o primeiro titular da então 5ª Diretoria Regional (atual Superintendência do Iphan no Rio), cuja estrutura administrativa ajudou a implementar no Iphan. Aposentou-se em 1987 (Sphan/Pró-Memória, op. cit., p. 1 e 2).

¹⁹ A proteção refere-se ao acautelamento de monumentos arqueológicos e pré-históricos previsto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

fora da cidade do Rio, onde houvesse intenso comércio de antiguidades, “despojando progressivamente de seu [do país] patrimônio as áreas mais ricas de obras de arte antiga e de artesanato tradicional” (Andrade, 1987, p. 159), e que coincidissem com a conveniência de “se utilizarem obras de arquitetura antiga, restauradas a expensas do poder público federal e incorporadas ao domínio da União, para fins compatíveis com o interesse histórico ou plástico de semelhantes edificações” (Idem, p. 160).

De acordo com Lygia Martins Costa, museóloga do Iphan, Melo Franco não parecia ter a intenção deliberada de criar museus, pois o órgão já contava com o Museu Histórico Nacional (MHN) e o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) vinculados a sua estrutura para “a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas” de propriedade da União, segundo o Artigo 24º do Decreto-Lei nº 25/37, porém, por meio do mesmo Artigo, o legislador já antecipara a possibilidade de ter que se criar “tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários”.

De fato, tal necessidade terminou por se consumir, primeiro com a criação do Museu das Missões (1940), na cidade de São Miguel das Missões (RS), proposto por Lúcio Costa, e que não se encaixava nas características previstas para esse tipo de museu temático, que veio, depois, a se estabelecer a partir da criação do Museu da Inconfidência (1944), em Ouro Preto, e do Museu do Ouro (1945), em Sabará, ambos em Minas Gerais, com a ocupação e o uso do monumento revitalizado (Caldas, 2007, p. 400).

O Museu das Missões é um caso a se ater não só pelo fato de inaugurar a prática institucional de criação de museus regionais, mas exatamente por ser, na esteira dessa ação patrimonial do Sphan que originaria outros vinte e dois museus, um contraponto ao que Melo Franco entendia por museu regional, já que teve sua sede projetada e construída em uma relação de inserção no sítio missioneiro; um desvio que abrirá precedente e encontrará ressonância em certa medida no tratamento dado às ruínas do Recolhimento e no projeto de criação do MAI quarenta anos depois.

Em 1937, Lúcio Costa inicia sua carreira como arquiteto do Sphan realizando uma visita técnica a São Miguel das Missões para reconhecimento e inventário das reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul (Rubino, 2002, p. 11). Impactado pelo contato com as ruínas de São Miguel Arcanjo e pela sensação vestigial evocada por elas a respeito de um passado áureo das missões da Companhia de Jesus em seu projeto evangelizador de indígenas,²⁰ Lúcio Costa propõe a consolidação dos remanescentes da igreja de São Miguel e a construção de um prédio para a conservação do acervo de fragmentos arquitetônicos, elementos sacros e documentos indígenas e jesuítas (Botelho et al., 2015, p. 15):

um pequeno museu no local mesmo das ruínas. Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel capital dos Sete Povos os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também, porque, assim reunidas, as peças ganharão outro sentido (Costa, 2004, p. 37).

A originalidade do projeto arquitetônico de Lúcio Costa para o museu que se ergueria em meio às ruínas de São Miguel Arcanjo, dispersas por uma área total de 311.130 m², estava em fazer dele um *simples abrigo*, que não agredisse o desenho da antiga redução, mas que, pelo contrário, realçasse a grandiosidade do lugar com sua descrição e que permitisse a contemplação espacial da antiga redução missioneira com percursos para além do prédio, que resguardaria a coleção de “obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais, fundados pela Companhia de Jesus naquela região do país” (Brasil, 1940), a ser recolhida posteriormente por João Hugo Machado, zelador do Museu das Missões, junto a moradores e a capelas comunitárias da região (Botelho et al., 2015, p. 37, 52 e 57).

A confluência de entendimento sobre a forma de conservar os remanescentes arquitetônicos do prédio tombado, enxergando suas ruínas como gatilho para se pensar sobre a memória de realidades passadas, a perspectiva expandida para o território do museu como parte integrante de seu acervo e, ainda, a constituição de um acervo oriundo dos *herdeiros* do patrimônio local e amalhado graças à autoridade de agentes do Sphan, compreendem pontos de contato entre a experiência do Museu das Missões e do MAI. Não obstante, há

²⁰ Em 1730, havia trinta reduções espalhadas pelas atuais regiões da Argentina, do Paraguai e do Estado do Rio Grande do Sul, com cerca de 240 mil indígenas – em sua maioria Guarani – e de cem padres (Botelho et al., 2015, p.13 e 14).

que se enxergar, apesar das proximidades, as diferenças entre os dois projetos de museu, distantes temporal e espacialmente.

O MAI, criado em 1977, é gestado dentro de uma concepção integral de museu, localizada no limiar entre as denominadas *fase heroica* do Iphan, período da gestão de Rodrigo Melo Franco entre 1937 a 1967, e *fase moderna*, sob gestão de Aloísio Magalhães nos anos 1980. Atente-se, nesta designação de períodos de gestão dos presidentes do órgão assinalada pela historiografia oficial, para a temporalização criada para a história institucional, compartilhada pelo quadro de técnicos do Iphan quanto ao entendimento das primeiras décadas como um grande intento de articulação entre tradição e modernidade corporificada no patrimônio de *pedra e cal*, de devoção à causa nacionalista e de consolidação do instrumento jurídico do tombamento através do DL 25/37 (Chuva, p. 92). Em contrapartida, os anos 1970 e 1980 marcariam o momento de introdução do conceito antropológico de cultura no campo do patrimônio cultural, introduzindo um olhar sobre o cotidiano a partir de uma perspectiva processual de cultura, que contemplasse a diversidade de épocas históricas e ambientes sociológicos, bem como manifestações e fazeres culturais de diferentes grupos étnicos (Idem, p. 45).

O MAI surge, exatamente, na fronteira entre esses dois momentos durante a gestão do arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro entre os anos de 1967 e 1979, acompanhando, portanto, boa parte do regime militar vigente no Brasil de 1964 a 1985. Soeiro, funcionário da casa já em 1940, herdou a direção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Melo Franco, que o indicou ao cargo em virtude da boa reputação de que gozava por sua atuação como chefe da Divisão de Conservação e Restauração desde 1946 e como técnico atuante da Dphan junto à Unesco na preparação de documentos internacionais (Azevedo, 2005, p. 1).

A presidência de Soeiro à frente do Iphan é marcada pela adequação das ações institucionais ao novo projeto ideológico de caráter doutrinário da política cultural levada a cabo pelo governo militar, que, orientado pelo modelo de desenvolvimento capitalista do Estado e pelo conceito de *integração nacional*, buscou aproximar a área da cultura à indústria do turismo e às telecomunicações como maneira de estimular o desenvolvimento e a recuperação econômica de

áreas marginalizadas por meio da valorização da diversidade e da pluralidade de manifestações culturais do país, ainda que unificadas no interior da hegemonia estatal (Pereira, 2009, p. 66).

A partir da década de 1960, a Dphan recorrerá à Unesco para reformular e apoiar a implantação no Brasil de um trabalho mais abrangente de preservação, atualizado com a orientação do Secretariado da Unesco que, em 1966, na sua 72^a Sessão em Budapeste apontou para a valorização do patrimônio histórico e artístico como elemento compatível com o desenvolvimento econômico e social (Motta; Thompson, 2010, p. 38). Nesse sentido, já em 1966, vem em missão ao Brasil o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Michel Parent, o primeiro de outros consultores da Unesco que para aqui se dirigiram a convite da Dphan com o intuito de estabelecer a relação entre o valor cultural e o valor econômico dos bens culturais enquanto mercadorias com potencial turístico, ao mesmo tempo, diagnosticando nesses bens os indicadores para o modelo de desenvolvimento em curso no país (Fonseca, op. cit., p. 142).

O relatório inicial de Parent propôs ações de preservação aliadas ao uso turístico dos monumentos a partir de uma visão integrada do entorno dos bens tombados com base na experiência europeia de planejamento urbano e territorial, em que cidades e os bens culturais são associados à paisagem e ao seu contexto de implantação (Motta; Thompson, op. cit., p. 39). Os relatórios técnicos dos outros consultores da Unesco acerca de cidades históricas como Paraty, Rio de Janeiro, São Luís, Alcântara, Salvador e Ouro Preto lançaram igualmente um olhar abrangente para os bens tombados, não mais compreendidos de forma isolada, mas em conjunto com o ambiente natural e com o espaço urbano.

A elevação da cidade de Paraty a monumento nacional por meio do Decreto-Lei nº 58.077, de 24 de março de 1966, levou à formulação do primeiro plano urbanístico articulado para a proteção de conjuntos urbanos segundo as orientações da Unesco, ao qual se seguiram outros planos para as cidades históricas em Minas Gerais, no Nordeste e no Centro-Oeste (Sophia, op. cit., p. 326). As recomendações da Unesco influenciaram, ainda, uma modificação na instrução dos Processos de Tombamento do Iphan, que passaram a primar pela demarcação dos perímetros concêntricos de proteção dos bens tombados –

extensão do limite de proteção e das restrições do entorno – e pela especificação dos gabaritos das áreas (Motta; Thompson, op. cit., p. 38-passim; Pereira, op. cit., p. 94).

A noção de *entorno*²¹ com a qual o Iphan operará a partir dos anos 1970, considerando a ambiência histórica e a historicidade das circunstâncias culturais e naturais que envolvem o bem tombado configurou uma ampliação das noções de *vizinhança* e de *visibilidade* dispostas no Artigo 18º do DL 25/37, que trata de construções erguidas sem prévia autorização do Iphan na vizinhança da coisa tombada de forma que lhe impeça ou que lhe reduza a visibilidade, respaldada pelos documentos internacionais da Unesco e da Organização dos Estados Americanos (OEA) (Motta; Thompson, op. cit., p. 26).

A *Carta de Veneza*, originada em maio de 1964 no âmbito do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (Icomos), funda um marco referencial para a atuação do Iphan na preservação dessas áreas envoltórias dos bens tombados. Nela justifica-se a finalidade da conservação e da restauração dos monumentos para a salvaguarda não só da obra de arte, mas “da história de que é testemunho e do meio em que se situa” (Brasil, 2004, p. 93), estendendo-se, portanto, “não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (Idem, p. 92).

Destaque-se, ainda, as *Normas de Quito*, de cujo encontro promovido em 1967 pela OEA participou Renato Soeiro como representante do Iphan,²² que postulava que o espaço era compreendido como “inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve estender-se ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens que encerra” (Idem, p. 106). Para além do que, ao considerar a desfavorável situação econômica dos países latino americanos, as *Normas de Quito* entreviam que esses bens do

²¹ Neologismo cunhado especificamente por técnicos do Iphan nos anos 1970 para designar as áreas vizinhas aos bens tombados (Motta; Thompson, op. cit., p. 12).

²² No cenário internacional, Soeiro colaborou, também, com a Unesco na preparação da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural em Evento de Guerra* (1952) e da *Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972) (Azevedo, op. cit., p. 1 e 2). Em 1967, Soeiro foi eleito membro do Conselho do Centro de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais da Unesco (Sphan, 1984, p. 42).

patrimônio cultural poderiam representar um capital econômico, e que estariam suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso (Idem, p. 105).

No plano nacional, essa dinamização das discussões sobre a noção de monumento e o desenvolvimento de políticas públicas para o patrimônio cultural fizeram-se sentir na atuação de Soeiro como diretor do Iphan. Em 1969, o arquiteto é nomeado para o Conselho Federal de Cultura (CFC), criado pelo Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966,²³ cujo objetivo era formular a Política Nacional de Cultura (PNC), concluída em 1975, e que tinha como pilares “a valorização e defesa do acervo cultural acumulado por intermédio da preservação do patrimônio, do incentivo à criatividade e da difusão das criações e manifestações culturais” (Pereira, 2009, p. 70), fora impedir a presença de estrangeirismos culturais no Brasil. Soeiro acumulou, também, a direção do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), entre 1970 e 1974, órgão responsável pela execução da PNC e ao qual se subordinava o próprio Iphan (Idem, Ibidem).

Em 1970, Soeiro organiza a pedido do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, o I e o II Encontros de Governadores de Estado para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, que geraram, respectivamente, as diretrizes do *Compromisso de Brasília* (1970) e do *Compromisso de Salvador* (1971). O objetivo desses encontros era promover a descentralização da atuação do Iphan e convocar Estados e Municípios a exercer supletivamente as atividades de preservação do patrimônio nacional já protegido, bem como identificar através de órgãos locais os bens de valor regional, conforme as referências emanadas conceitual e tecnicamente pelo Iphan (Fonseca, op. cit., p. 142 e 143).

Decorrente dessas reuniões entre as três esferas da administração pública, cria-se em 1973 o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, mais conhecido como PCH, com o propósito produzir uma

²³ O CFC era composto por quatro câmaras: Artes; Letras; Ciências Humanas; Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Compunham o quadro do CFC, em 1971, Adonias Filho, Afonso Arinos, Ariano Suassuna, Arthur Reis, Cassiano Ricardo, Dom Marcos Barbosa, Gilberto Freyre, Hélio Viana, Josué Montello, Manuel Diegues Junior, Pedro Calmon, Rachel de Queiroz, Raimundo Faoro, Renato Soeiro, Roberto Burle Marx, dentre outros intelectuais (Calabre apud Pereira, 2009, p. 69).

infraestrutura adequada para o desenvolvimento e o suporte de atividades turísticas e de uso dos bens culturais em cidades históricas, inicialmente, do Norte e do Nordeste, capilarizando, assim, a gestão do patrimônio cultural nos níveis estadual e municipal (Idem, Ibidem). O Programa transcorreu entre 1974 e 1979, e tornou-se emblemático da aliança entre o desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas com os temas na ordem do dia como o desenvolvimento urbano, regional e econômico, reconhecendo as consequências do crescimento urbano acelerado e concentrado demograficamente no Sudeste que refletia territorialmente a má distribuição de renda e os riscos de tal cenário para o patrimônio (Corrêa apud Sophia, 2015, p. 330; Pereira, op. cit., p. 87).

Essa articulação do projeto nacional capitaneado pelo Iphan junto a ações regionais no campo da preservação do patrimônio favoreceu a descentralização de suas ações, podendo ser verificada na análise realizada por Júlia Pereira (2009) a partir dos processos de tombamento abertos e concluídos entre 1967 e 1979, em que a autora assinala que, dos cento e dezessete processos que culminaram com a inscrição nos Livros do Tombo, 57% dos pedidos partiram de grupos externos ao Iphan (prefeitos, governadores, grupos organizados e outros), 38% foram solicitações do próprio Iphan e 4,3% não são explícitos (Idem, p. 76).

O ciclo da presidência de Soeiro ensejou, assim, uma outra feição para o patrimônio, onde se destaca a revisão do entendimento dos monumentos enquanto componentes de sítios históricos integrados ao espaço urbano, que repercutiu em ações de planejamento da cidade como instrumento de preservação (Motta; Thompson, op. cit., p. 45), notados, por exemplo, na regulamentação da ocupação de áreas na vizinhança dos bens tombados em grandes cidades como o Rio,²⁴ afetada por forte especulação imobiliária desde os anos 1960, e na estratégia de intervenção do PCH nos conjuntos urbanos de cento e quarenta e três cidades.

Ressalte-se, ainda, a participação do Iphan por intermédio da museóloga Lygia Martins Costa, ex-funcionária do Museu Nacional de Belas Artes e, à época, diretora da Divisão de Estudos e Tombamento do órgão de preservação, na

²⁴ A Portaria do Iphan nº 29, de 23 de outubro de 1974, foi a primeira de uma série de medidas nesse sentido e voltou-se para a regulamentação de ações conjuntas com o então Estado da Guanabara para as aprovações de projetos nas imediações dos bens tombados (Motta; Thompson, op. cit., p. 50).

discussão internacional do campo dos museus ocorrida em Santiago do Chile em 1972, onde se tornou patente a necessidade de se pensar em um novo conceito e formato de museu que não se engessasse em modelos e práticas até ali mais circunscritos às funções de preservação, pesquisa e comunicação no espaço intramuros das instituições.

A *Declaração de Santiago* (1972), resultante do encontro, dialogava, no plano museológico, com a política de patrimônio encampada por Soeiro. Suas recomendações giravam em torno do conceito de *museu integral*, que prezava pela interlocução com as comunidades e com as questões centrais que conformavam a realidade do território que os museus ocupavam e do qual faziam parte, e cuja questão de pano de fundo era a discussão e a busca coletiva por soluções frente ao progresso que se impunha aceleradamente e que se manifestava de forma heterogênea pelo mundo, em particular na América Latina. Os museus deveriam, em suma, tornar-se instrumentos para lidar com uma realidade globalizante de mundo e modificadora de micro-realidades regionais (Declaração de Santiago, 1972).

Soeiro soube valer-se, dentro da rigidez do regime militar intervencionista, de uma certa mobilidade que lhe permitiu modernizar o campo do patrimônio, alinhando as novas imposições do governo ao diálogo junto às representações regionais e no âmbito internacional, o que louvou tanto o seu trabalho enquanto agente do patrimônio nacional, quanto o trabalho dos agentes regionais na determinação do patrimônio local e na exaltação da diversidade cultural brasileira como ponto vital para o processo de integração e de desenvolvimento econômico do país.

O arquiteto e presidente do Iphan transitou por diferentes esferas do campo da cultura, nacional e internacionalmente, criando no contexto de uma política estatal centralizadora e autoritária um entremeio que se revelou profícuo para a formulação e para a implementação de políticas públicas de patrimônio voltadas para a proteção da paisagem urbana e dos centros históricos como fator de incentivo ao turismo cultural (Motta; Thompson, 2010, p. 38; Sophia, 2016, p. 322). É nesse sentido que a gestão Soeiro não deve ser encarada como uma mera transição entre os dois outros momentos de relevância na trajetória do Iphan e

que, para a arquiteta Márcia Sant’Anna, a *fase moderna* da preservação no Brasil começa com Renato Soeiro, sob administração de quem “o Sphan esteve em bastante evidência e sem o qual provavelmente o período Magalhães não teria sido possível” (Sant’Anna apud Azevedo, 2005, p. 2).

O MAI será gerado, nesse contexto limítrofe, porém transformador, entre as consagradas gestões de Melo Franco e de Aloísio Magalhães, dentro de um discurso híbrido entre o monumental e o cotidiano (Saladino, 2010, p. 19), que permeará sua atuação ao longo dos seus quarenta anos, sem que se possa defini-lo taxativamente como uma coisa ou outra: ele é realmente o construto de uma intercessão tanto no plano da política institucional, a reboque da política cultural de um Estado de exceção, quanto no contexto do patrimônio cultural mundial.

3.2.2.

O MAI: espaço e criação da coleção

Renato Soeiro, à frente do Iphan por 12 anos, idealizou conjuntamente ao arquiteto Edgard Jacintho o MAI com uma mirada alargada de um museu coadunado à potencialidade de seu entorno, sendo esse, desde os estudos iniciais para o tombamento das ruínas, sempre enaltecido nos pareceres técnicos. Soeiro, em documento em que discorre sobre o projeto do museu vindouro, não deixa, portanto, de citar o sítio Duna Grande e de ressaltar a vocação turística da região, cuja “beleza de suas praias e a vista panorâmica sobre a cidade do Rio de Janeiro, e o monumento referido [Duna Grande] constituem, desde já, uma das visitas obrigatórias” (Arquivo Central do Iphan/RJ).

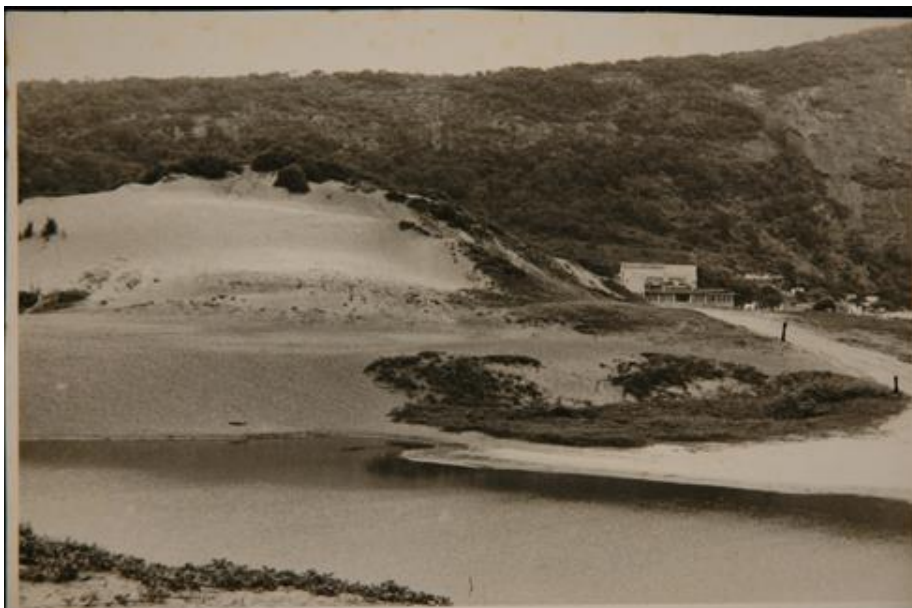


Figura 9: Em primeiro plano, o canal da Lagoa de Itaipu, na sequência, o sítio Duna Grande e, ao fundo, o Morro das Andorinhas 1976, autoria Edgard Jacintho (Arquivo Central do Iphan/RJ)



Figura 10: Face noroeste do sítio Duna Grande, 1976, autoria Edgard Jacintho (Arquivo Central do Iphan/RJ)

O sítio Duna Grande havia sido identificado, em 1962, pelo arqueólogo Ondemar Dias Júnior²⁵ e pela equipe técnica do Instituto Brasileiro de

²⁵ Atualmente presidente do IAB, Dias Jr. formou-se em história pela Universidade do Brasil em 1961, e, logo em seguida, especializou-se em pré-história pela UFPR (1962), pós-graduando-se como Técnico em Cerâmica pelo Instituto Nacional de Tecnologia (1963) e em Ensino e Pesquisa em Jazidas Cerâmicas pela UFPR (1964). Em 1976, defendeu o mestrado em História Social pela UFRJ com a dissertação *Sobrevivências feudais portuguesas na administração colonial*, orientada pelo professor Eremildo Luiz Vianna. Em 1977, tornou-se livre docente dessa mesma instituição

Arqueologia (IAB),²⁶ que vinham executando um de seus primeiros trabalhos de prospecção arqueológica no litoral do então Estado da Guanabara e no Município de Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro (Carvalho, 1988, p. 118). O sítio Duna Grande, registrado no Iphan pela sigla RJ-JC-18, possui, de acordo com a arqueóloga Eliana Teixeira Carvalho, “cerca 100m de extensão, quase igual a largura e, na ocasião de sua descoberta, aproximadamente 20m de altura” (Idem, Ibidem). Em termos de testemunhos arqueológicos, encontram-se nele

restos ósseos de peixes, de animais, cinzas e carvões, carapaças de conchas e artefatos líticos (lascas de quartzo principalmente) representados também por grandes e pequenos moedores, almofarizes, polidores, lâminas de machado, etc., ao lado de pontas (de pedra e osso), anzóis, furadores, além de restos de esqueletos humanos e variados tipos de adornos refletem com abundância, os inúmeros vestígios que caracterizam o modo de vida dos antigos ocupantes deste importante sítio do litoral fluminense (Idem, Ibidem).

A realização de pesquisas pelo IAB ganhou novo impulso com o desenvolvimento do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), patrocinado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela *Smithsonian Institution* entre os anos de 1965 e 1970, ocasião em que Dias Jr. dirigiu a equipe do IAB na condição de arqueólogo sênior em prospecções na região abarcada pelo programa nos Estados da Guanabara, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Nesse período, identificaram-se mais seis sítios com características similares às da Duna Grande – associadas a sítios de caçadores-coletores-pescadores do litoral dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro –, que foram englobados em uma classificação da fase cultural pré-histórica denominada *Itaipu*, oficializada por Ondemar Dias Jr., em 1973, em reunião do Pronapa em virtude da Duna Grande apresentar “excelente estado de conservação, grandes dimensões, abundância de material, posição privilegiada, boas possibilidades de preservação” (Idem, p. 119).

Cumprе enfatizar que Itaipu, assim como a Região Oceânica como um todo, vinha sofrendo, já na década de 1970, um rápido processo de urbanização,

ao defender a tese *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Ao longo de sua carreira, Dias Jr. dedicou-se ao ensino e à pesquisa da arqueologia vinculadas à História da América e à Pré-história brasileira, ampliando sua atuação para os estudos de arqueologia histórica no final dos anos 1980 (CNPq, 2016).

²⁶ Instituição privada sem fins lucrativos, de caráter científico-cultural, com a missão de pesquisar, ensinar e divulgar a Arqueologia Brasileira, fundada, em 29 de abril de 1961, por Claro Calasans Rodrigues, Carlos Bandeira, Braz Pepe e Ondemar Dias Jr. (CNPq; IAB, 2016).

transformando-se em visado objeto de especulação imobiliária. No trecho litorâneo de Itaipu, em particular, atuava a Companhia Territorial Itaipu, a mesma que se declarava proprietária das ruínas do recolhimento e que vinha se ocupando da urbanização da orla e, conseqüentemente, da destruição dos sítios arqueológicos ali existentes, como a Duna Pequena e o Sambaqui de Camboinhas (Kneip, 1979, p. 52).

Em vista desse processo de degradação da região em relação aos vestígios históricos e ao ambiente natural, Soeiro nomeou uma comissão, em 26 de janeiro de 1976, composta por Edgard Jacintho, pelo museólogo Alfredo Teodoro Rusins (Iphan) e pela arqueóloga Lina Maria Kneip (Museu Nacional), com a finalidade de elaborar um laudo de demarcação do perímetro de proteção e de operação da Duna Grande (Arquivo Central do Iphan/RJ), por mais que essa já estivesse acautelada desde 26 de julho de 1961 pela Lei nº 3.924, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e que designa o Iphan como órgão responsável pela fiscalização, pela autorização e pela deliberação sobre escavações arqueológicas. A preocupação da Comissão, no entanto, não se resumiu exclusivamente à integridade do sítio Duna Grande, vislumbrou-se no laudo a proteção do sítio através de seu uso para atividades educativas:

Após cuidadosa verificação das condições naturais que envolvem a duna que se constitui num sítio arqueológico, os técnicos abaixo assinados convieram por unanimidade estabelecer a área considerada de condição mínima necessária para eventuais trabalhos de pesquisas e atividades didáticas de grupos a serem desenvolvidos pelo Museu de Arqueologia do qual o referido sítio arqueológico é considerado uma extensão natural (Arquivo Central do Iphan/RJ).

O tombamento das ruínas e a proteção dos sítios arqueológicos abriram um leque de responsabilidades e de possibilidades para o Iphan em Itaipu. Além do acervo extramuros que se integraria à esfera das atividades do futuro museu, permanecia ainda a problemática da visibilidade das ruínas. Jacintho, em relatório sobre as providências imprescindíveis para a adaptação das ruínas à função de museu, frisa que “no campo da pesquisa o museu não tem condições de crescer porque mesmo aquela área em torno do monumento tombado é *non aedificandi*” (Arquivo Central do Iphan/RJ).

Relembre-se que a desocupação dos remanescentes do Recolhimento e que a ocorrência de práticas rotineiras dos pescadores ali dentro haviam sido alvo de denúncia por Jacintho ao longo das obras de consolidação. A Colônia de Pescadores local, por sua vez, declarou-se empenhada em assegurar a conservação das ruínas para que lá pudesse instalar sua sede, como anteriormente abordado, em uma disputa com sua proprietária legal – a Cia. Territorial Itaipu –, observada através de intensa troca de ofícios entre a Colônia, a Companhia, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Dphan.

Pode-se dizer que a Colônia sai, em certa medida, vitoriosa dessa disputa: em 14 de setembro de 1960, a Dphan comunica por Ofício dirigido a autoridades públicas que o Interventor na Colônia de Pescadores de Itaipu, Antônio Gonçalves da Silva Júnior, estava “investido na função de guarda dos remanescentes do antigo Recolhimento de Santa Teresa” (Arquivo Central do Iphan/RJ). Até onde ia, de fato, o interesse da Colônia pelo “valioso monumento do século XVIII” e por sua “feliz integração na paisagem circundante”, cujos “elementos arquitetônicos que ainda subsistem apresentam interesse para o estudo de nossa arquitetura religiosa do passado, fazendo jus, assim, a medidas especiais que os preservem de quaisquer danos” (Idem), segundo as palavras do Interventor para o Governador, é difícil de mensurar do ponto de vista da preservação. Ou esse interesse só se resumiria a uma desavença pessoal do Interventor e/ou dos moradores locais em relação à Cia. Territorial Itaipu?

Do Processo de Tombamento das ruínas consta uma interessante peça de requerimento de certidão à Dphan, de 5 de maio de 1966, a pedido de Luiza do Valle Lopes, “residente e domiciliada no local denominado Itaipu”, na qual são solicitadas as seguintes informações sobre o tombamento:

- A) Se o antigo Recolhimento de Santa Teresa se acha tombado neste serviço?
- B) Qual o decreto, lei ou portaria que autorizou o tombamento?
- C) Qual o Livro de Tombamento e fls. que se acha inscrito?
- D) Quais os elementos materiais do tombamento, isto é, as construções e áreas respectivas?
- E) Quais os elementos subjetivos do tombamento, isto é, limitações do direito de propriedade circunvizinha?
- F) Que outros elementos podem estar estabelecidos para a proteção das figuras tombadas? (Arquivo Central do Iphan/RJ).

A certidão é emitida a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade e responde às questões com base no DL 25/37. O que sobressai neste pedido de uma moradora local é o descontentamento com as limitações impostas pelo bem tombado à construção em área de terrenos vizinhos, o que nesse caso implicava também as propriedades privadas existentes nesses terrenos e que, a princípio, deveriam ser desalojadas dali, uma vez que prejudicavam a visibilidade do bem.

O fato é que a despeito das moradias internas às ruínas, questão sanada nos anos precedentes à criação do Museu, restou uma série de problemas quanto às construções irregulares muito próximas às ruínas, e que, diferentemente das primeiras, não só permaneceram, mas se expandiram na mesma proporção da desordem urbana nas imediações do MAI. A situação das construções irregulares do entorno tornou-se incontrolável ao longo do tempo e atingiu, na atualidade, sua saturação, a ponto de se fazer complicado o reconhecimento do monumento em meio a uma poluição visual de 360° ao seu redor.



Figura 11: Praça de Itaipu durante as obras de consolidação nos anos 1960 e 1970
Sem data, autoria Edgard Jacintho (Arquivo Central do Iphan/RJ)



Figura 12: Praça de Itaipu, 2015,
sem autoria (Arquivo MAI)

A ambiência histórica das ruínas e a perspectiva integradora adotada para a concepção do MAI em comunhão com o território cravejado de sítios arqueológicos são possivelmente a pedra de toque para o diferencial desse monumento tombado, mas são, também, paradoxalmente, seu maior empecilho.

Sobre a Duna Grande e o museu embrionário declara Jacintho:

A Duna constitui por si mesma a contemplação didática necessária à divulgação das atividades científico-culturais previstas para este estabelecimento. Há, portanto que, em tempo, se reponha no devido lugar as premissas deste projeto, concebidas com propósito voltado exclusivamente no interesse comum da difusão da cultura popular, mediante o conhecimento e mostragem [*sic*] de todo o encadeamento dos fatos relacionados com a pré-história nacional (Silva apud Najjar, p. 21, 1997).

O tema da narrativa formulada para o MAI, de acordo com esse depoimento de Jacintho, não se destinaria a tratar do tempo evocado pelas ruínas ou de seu uso pretérito como recolhimento feminino, pois parecia, mais, encantar-se pela possibilidade de traçar uma temporalização longa graças aos sítios arqueológicos da região. Diferentemente do Museu das Missões, onde o museu implantado funcionava como ponto de partida para o sítio das reduções jesuíticas, a relação espacial estabelecida em Itaipu foi de outra ordem, posto que as ruínas do Recolhimento não travavam uma ligação com a história dos sítios pré-cabralinos que as abraçavam.

Naquele final da década de 1960 e durante as duas décadas seguintes, desconhecia-se que as próprias ruínas pudessem conformar elas mesmas um sítio arqueológico, o que veio a acontecer em 1991, quando novas obras de consolidação foram efetuadas e constatou-se que estas configuravam um sítio arqueológico de caráter histórico com a presença de fragmentos de faiança fina, porcelana e outras louças identificadas pela arqueóloga Rosana Najjar (Brasil, 2011, p. 25), afora as próprias ruínas.²⁷ Embora a primeira intervenção nos remanescentes tenha se assemelhado à de 1991, a concepção de uma arqueologia que não fosse dedicada ao estudo da pré-história era, no Brasil dos anos 1960, praticamente inexistente.

A chamada arqueologia histórica, como subdivisão autônoma da arqueologia, é um campo recente que se consagra e que se generaliza a partir dos Estados Unidos com a Conferência sobre a Arqueologia de Sítios Históricos, realizada em 1960 na Universidade da Flórida, e com a fundação da Sociedade de Arqueologia Histórica em 1967, e a publicação de sua primeira revista *Historical archaeology* (*Arqueologia Histórica*) em 1969 (Abejez; Montón, 2015, p. 13; Orser Jr., 1992, p. 18). O termo *arqueologia histórica*, porém, é forjado, em 1935, com a sanção do *Historic Sites Act* (*Ato dos Sítios Históricos*) pelo Congresso americano; sua raiz encontra-se, portanto, no movimento preservacionista de organização de parques, monumentos e sítios históricos, como as casas coloniais nas cidades de Jamestown e Colonial Williamsburg, ambas no Estado americano da Virgínia (Orser Jr., 1995, p. 6).

A arqueologia histórica estabelece uma ruptura com a chamada pré-história, identificada com a porção da história humana que se projeta para o período anterior ao surgimento de registros e documentos escritos. A arqueologia histórica define-se como campo multidisciplinar ligado à antropologia e à história, que trabalha com o passado mais recente através do estudo dos aspectos materiais do período pós-pré-histórico, ou seja, com a cultura material de sociedades letradas. Ela considera, portanto, a importância das transformações acarretadas pela expansão da cultura ocidental no mundo moderno, mas não credita somente à

²⁷ Conforme *Inventário de Acervos Museológico, Arquivístico e Bibliográfico do MAI* (2010), a coleta de salvamento, realizada em 1991 durante as obras de consolidação das ruínas, apurou cento e setenta e sete fragmentos.

cultura letrada a moldagem da história recente (Orser Jr., 1995, p. 14-19), pois entrevê sempre a complementaridade entre artefatos e documentos escritos em diferente sociedades (Funari, 1999, p. 57).

No Brasil, a discussão sobre arqueologia histórica como uma especialização da arqueologia só começará a ganhar espaço nos anos 1980, quando no âmbito da Sphan/FNPM é organizado o I Seminário de Arqueologia Histórica, em 1985, do qual participou a arqueóloga Tania Andrade Lima, uma das referências atuais do país nessa área ao lado de outros precursores como Arno Kern, Pedro Paulo Funari e Paulo Zanettini (Ghenó; Machado, 2013, p. 176). Lima jogou luz, em sua palestra no referido seminário, sobre o potencial da disciplina como estudo dos grupos étnicos e dos segmentos subalternos que não tiveram a oportunidade de escrever sua própria história, em particular os indígenas e os negros (Idem, p. 281). A arqueóloga propunha, assim, como função primordial da arqueologia histórica “não apenas fornecer subsídios, mas acima de tudo refazer, reinterpretar a História do Brasil” (Lima, 1985, p. 98).²⁸

A arqueologia histórica propriamente dita só irá de fato expandir-se no Brasil a partir dos anos 1990, muito em parte, devido, à arqueologia de contrato prevista na Resolução nº 001, de 23 de fevereiro de 1986, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que exige, com vistas à obtenção de licença ambiental para projetos de engenharia civil, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), incluídos aí o diagnóstico e o estudo de impactos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico (Caldarelli; Santos, 2000, p. 55).

A interpretação do antigo Recolhimento enquanto sítio arqueológico não teria sido possível em 1955, ano de seu tombamento e de sua inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes, nem nos anos seguintes, durante a realização de sua adaptação para a função de museu, haja vista não existir naquela ocasião um

²⁸ A formação acadêmica de Tania Andrade Lima iniciada com a graduação em arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (1976-1979) esteve ligada à arqueologia pré-histórica até seu doutoramento, em 1991, em arqueologia pela USP com a tese *Dos mariscos aos peixes: um estudo zooarqueológico de mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro*, orientada por Luciana Pallestrini. A partir de meados da década de 1980, Lima diversifica suas pesquisas abrangendo temas como arqueologia do capitalismo, arqueologia da vida cotidiana no século XIX e arqueologia da diáspora africana (CNPq, 2016).

debate acerca desse campo de estudos da arqueologia histórica como um desdobramento temporal vislumbrável dentro da arqueologia no Brasil, entendida e praticada até ali como uma arqueologia atrelada à antropologia e preocupada com as origens da ocupação do território por povos muito anteriores aos europeus.

Faz-se compreensível, por tal ângulo de análise, o porquê do museu que se concebeu para ocupar as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, apesar de sua relevância histórica e religiosa, ter se destinado a abordar a arqueologia em função dos sítios pré-históricos de seu entorno, fugindo até mesmo ao padrão dos museus criados pelo Iphan de seguir uma temática monográfica vinculada aos usos anteriores do prédio tombado (Chuva, 2009, p. 181), já que tampouco se dispunha de uma coleção de objetos referente à antiga instituição e a suas mulheres recolhidas.

No que se refere à formação das coleções que viriam a compor o acervo do futuro Museu, a tendência foi adotar essa mesma linha discursiva. As coleções iniciais do MAI originam-se das Pesquisas de Salvamento de Itaipu, coordenadas pela professora do Museu Nacional Lina Kneip, em 1979, com o patrocínio da Cia. Territorial Itaipu, quando, além de localizar o sítio Duna Pequena, localizou-se também o Sambaqui de Camboinhas, último remanescente arqueológico tipo sambaqui entre a região de Niterói a Saquarema, de onde provêm os chamados blocos testemunhos sob guarda do MAI.

O bloco testemunho é um método de preservação que consiste na cimentação ou na plastificação e no encaixotamento de vestígios arqueológicos, tais como solo, estratigrafia, etc., “na disposição exata em que foram encontrados nos sítios arqueológicos” (Rohr, 1981, p. 111). Essa técnica foi desenvolvida pioneiramente pelo Padre João Alfredo Rohr, em 1965, no sítio da Praia da Tapera, em Florianópolis/SC, e aplicada ao solo e aos vestígios arqueológicos do Sambaqui de Camboinhas durante a mencionada pesquisa de salvamento, visando ao estudo posterior do material em laboratório. Dos seis blocos preservados em Camboinhas, somente um foi datado, constando sua existência de 6.000 a.C. (MAI, 2011, p. 25).

A presença dos pesquisadores em Itaipu foi importante não só pela identificação dos sítios Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas e pela preservação dos blocos testemunhos, mas igualmente pelo contato com os moradores locais, em sua maioria pescadores. Por intermédio da professora Lina Kneip, o Iphan adquiriu da Colônia de Pescadores uma canoa de jequitibá centenária, pertencente a José Rodrigues Lopes – o Mestre Zequinha –, que servia aos pescadores como “tanque para lavagens de redes e conserva”, visando ao “propósito de se organizar, futuramente, nos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, exposição sobre o pescador de Itaipu”, segundo registro de Kneip em Ofício, de 5 de outubro de 1979, encaminhado a Edgard Jacintho (Arquivo MAI). Como contrapartida, o Iphan contribuiu com 50% das despesas para a construção de um tanque de alvenaria em substituição à função desempenhada anteriormente pela canoa, a partir de então musealizada (Idem).

Em seu projeto de museu para as ruínas do Recolhimento, Renato Soeiro esboça uma espécie de política de aquisição de acervo, demonstrando enorme interesse pela abordagem do tema da arqueologia, que fica evidente na redação de uma minuta de projeto de convênio com o Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Históricas da Universidade Federal Fluminense (UFF) para a instalação de um laboratório no museu, de maneira a dotá-lo de “uma dinâmica de irradiação cultural condizente com as novas diretrizes do MEC” e de “uma função viva de valor cultural inestimável, bem como, certamente, despertaria novas vocações para a área de especialização em arqueologia” (Arquivo Central do Iphan/RJ). O objetivo do convênio, segundo Soeiro, seria

a administração, pesquisa e ensino da antropologia e da arqueologia de campo e de laboratório, programas culturais, manutenção do antigo recolhimento de Santa Teresa (...), órgão do Iphan que se destina a expor material arqueológico coletado na área litorânea do Estado do Rio de Janeiro que se estende do Município de Niterói ao Município de Cabo Frio, inclusive, bem como artefatos primitivos relacionados com a pesca artesanal na área em pauta (Idem).

Para além da canoa de tingimento de redes de pesca e dos blocos testemunhos do Sambaqui de Camboinhas, o núcleo inicial do acervo do MAI, de acordo com seu viés tipológico, seria composto também pela numerosa coleção de objetos arqueológicos constituída por Hildo de Mello Ribeiro. A coleção de novecentas e sessenta e seis peças foi doada ao Museu por este agente federal de

fiscalização da pesca e morador de Itaipu, que começou a coletá-las na Duna Grande, quando em uma de suas frequentes visitas ao local, notou “algum material existente que não era encontrado em lugares plano da redonesa. Como seja lascas de pedra branca quartzo ou peixes de vários tamanhos, queimados ou não, vertebras e outros ossos de peixes das Dunas de Itaipu (...) por mim descobertas por acaso no ano de 1950”, conforme registra em anotações hoje pertencentes ao Arquivo do MAI (Arquivo MAI).

Hildo, imbuído de sua condição de fiscal da região, mostra-se interessado em descrever os aspectos físicos de Itaipu, assim como aqueles de caráter cultural e econômico que se fizessem sentir intervir na constituição geográfica local. Nesse sentido, apontará que

estas dunas são movediças, movimentos da praia para a terra, os ventos sul quando sopra forte levanta a areia da praia, e jogando para a cumiada do morro de areia aonde estão soterrados os sambaquis (concheiros de restos de uma civilização indígena de um sítio arqueológico) sob as areias deste monumento arqueológico, encontra-se uma riqueza de valor cultural e histórico de uma civilização de alguns milhares de ano (Arquivo MAI).

Suas notas demonstram a preocupação que o levava a salvaguardar aquelas centenas de vestígios pré-históricos por ele percebidos como um patrimônio cultural de Itaipu, pois, expostos sobre o sedimento arenoso da Duna Grande após período de intensa ação de chuva e de vento, tornavam-se alvo fácil de coleta aleatória por turistas e curiosos.

Uma vez definidos o uso do monumento como museu, a sua temática que versasse, “única e exclusivamente, sobre arqueologia” (Najjar, 1997, p. 19) em uma estreita conexão com a realidade do território local e o seu acervo “constituído de peças arqueológicas da região acrescidas de elementos caiçaras que no seu atual primitivismo, em vias de rápido desaparecimento pela modernização da indústria da pesca, relembram os construtores dos sambaquis” (Arquivo Central do Iphan/RJ), faltaria materializar a proposta museográfica do MAI voltada para a correlação da arqueologia pré-histórica e da pesca tradicional através de um elo de ligação temporal entre uma e outra, cuja tônica pode ser notada nas palavras citadas de Renato Soeiro.

Em 22 de março de 1977, o MAI é aberto ao público com a exposição *Abordagem da arqueologia brasileira*, e conta para a inauguração com a presença e com um discurso do presidente do Iphan, no qual Soeiro frisa a intenção, uma vez mais, de anexar um edifício ao conjunto arquitetônico para o laboratório de pesquisa arqueológica, parte do convênio que seria firmado com a UFF com vistas a aproveitar a proximidade do museu com a duna-sambaqui (Arquivo Central do Iphan/RJ). O importante relevo dado no discurso do recém-criado museu, no seio de uma instituição já então quadragenária, à temporalidade esboçada por um passado longínquo e que se quer persistente no presente dos vestígios arqueológicos em consideráveis extensões de solo dos sítios de Itaipu, aponta para uma noção de identidade nacional fundada na antiguidade de nossos antepassados.

Ademais, a opção por abordar a tradição local da pesca e o modo de vida do caçara que habita Itaipu a partir de uma história que remontaria ao sambaquieiros pelo viés da técnica da pesca indica a permanência, naquele contexto, do uso do tempo passado como garantia do tempo presente frente às ameaças da pesca industrial ao modo de vida caçara, advogando o futuro em termos de uma destruição, sem, contudo, reconhecer o desgaste público do uso do tempo passado como uma continuidade homogênea e sem máculas que não abarca temporalidades outras que fluem à revelia daquele discurso (Gonçalves, 2002, p. 89).

O fato é que as políticas estado-novista e militar diferiam pouco, no sentido de conferir uma profundidade temporal à nação a partir do uso político do passado pré-histórico, do projeto do Estado imperial de invenção de uma identidade para a jovem nação que se alicerçasse na etnografia e nas teorias evolucionistas, de maneira a delimitar o atraso ou a reafirmar a inferioridade da miscigenação e das raças formadoras do Brasil (Ferreira, 2012, p. 140). Defende Rodrigo Melo Franco de Andrade que (1987, p. 49)

a nossa história não cabe no espaço exíguo dos quatro séculos que vivemos, a contar do ano de 1500, porque se alonga enormemente para trás, ligada à história dos povos que nos constituíram. Ela não tem, por conseguinte, limites medíocres no tempo e no espaço. Ao contrário: dilata-se longamente pela extensão de três continentes, através da vida e da fortuna vária das nações de que procedemos e cujo espólio cultural se fundiu num só monte, para formar o patrimônio histórico e artístico nacional.

O discurso institucional imaginado para o MAI ressoaria essa concepção de identidade nacional dentro de uma razão civilizadora resultante do processo universal de evolução de estágios mais *primitivos* aos mais *avançados*, no qual as culturas indígena, africana e de populações pré-históricas são interpretadas enquanto remanescentes de um passado desaparecido ou em desaparecimento, situadas em estágios ultrapassados da evolução cultural (Gonçalves, 2002, p. 45).

A proposta museológica de Soeiro e de Jacintho para o MAI possibilita reconhecer o legado ideológico do projeto de patrimônio histórico e artístico nacional de Rodrigo Melo Franco de Andrade na mesma medida em que ressoa a perspectiva conciliatória instaurada por Soeiro no Iphan com relação às práticas de preservação do monumento em sua ambiência casadas às demandas *desenvolvimentistas* do governo militar. Inovou-se, assim, na proposição de um museu integrado ao território e ao cenário histórico e social onde se encontravam as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, sintonizando a frequência do estímulo ao desenvolvimento regional com a vanguarda das discussões internacionais no campo do patrimônio e dos museus.

Da monumentalização das ruínas do recolhimento feminino em 1946 à criação de um museu de arqueologia em seus remanescentes em 1977, configura-se, sob a batuta do presidente do Iphan Renato Soeiro, um museu de caráter regional que extrapola a ideia original de Rodrigo Melo Franco de Andrade, muito pouco preocupada com o alcance popular desses museus monográficos (Costa, 1991, p. 121), e que se pretendeu construir para além das ruínas: nas brechas do estrato presente de um território profundo em temporalidades.

*Les arts, même les plus simples, même ceux qui semblent nés avec la nature,
ont pourtant, comme cette nature, eu leur enfance et leurs vicissitudes ;
et l'industrie proprement dite ou, si l'on veut, les arts indispensables
ont précédé ceux de pur agrément.
Il en est des hommes comme des animaux ;
et le premier rossignol avant de songer à s'ébattre et à chanter,
a cherché une branche pour se pencher
et un vermisseau pour se nourrir :
il fut chasseur avant d'être musicien.²⁹*

Jacques Boucher de Perthes,
Antiquités celtiques et antédiluviennes,
mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine,
1857

²⁹ Tradução livre: “As artes, mesmo as mais simples, mesmo aquelas que parecem nascidas com a natureza, tiveram, contudo, como essa natureza, sua infância e suas vicissitudes; e a indústria propriamente dita ou, caso queira, as artes indispensáveis precederam essas de puro lazer. Tal como é para os animais o é para os homens; e o primeiro rouxinol, antes de sonhar em bater as asas e cantar, procurou um galho para se pendurar e um verme para se nutrir: ele foi caçador antes de ser músico”.

4.

O tempo dos arqueólogos e o tempo dos pescadores

4.1.

O tempo dos arqueólogos: a pré-história como narrativa do MAI

4.1.1.

Arqueologia no Brasil: a cultura material da pré-história

Que voulons-nous démontrer ? L'ancienneté de la population du sol. Sur quoi établissons-nous notre démonstration ? Sur l'antiquité des objets qu'on y trouve. A quoi mesurons-nous cette antiquité ? A la matière, à l'oeuvre et surtout à la position subterrannée de ces objets. Dès-lors nous admettons une sorte d'échelle de la vie, une superposition de couches formées par les débris des générations, et nous cherchons, dans chacune de ces couches des indices de l'histoire de ces générations³⁰ (Boucher de Perthes, 1857, p. 34).

Boucher de Perthes indica neste excerto de *Antiquités celtiques et antédiluviennes, mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine* (*Antiguidades célticas e antediluvianas, memória sobre a indústria primitiva e as artes em sua origem*), livro em três volumes publicados sucessivamente em 1847, 1857 e 1864, sua forma de proceder nas investigações arqueológicas, evidenciando a influência da metodologia estratigráfica dos geólogos para estabelecer a correlação entre os objetos encontrados e sua antiguidade em razão de seu nivelamento no solo. Considerado um dos fundadores da pré-história, Boucher de Perthes põe em xeque nesta obra a antiguidade do homem na Terra com base na teoria religiosa de que a vida humana teria surgido em um período identificado com o dilúvio universal descrito pelo *Livro do Gênesis*, algo em torno de 4.000 anos a.C., ao descobrir após sucessivas escavações no vale do rio Somme, ao norte da França, ferramentas líticas posicionadas lado a lado, em mesmas camadas geológicas, com ossadas de animais extintos.

A arqueologia define-se, na origem, como o estudo das coisas antigas (Funari, 2013), com o tempo, porém, passa a ser entendida como o estudo das culturas a partir de seu aspecto material (Gaspar, 2000, p. 7), ganhando relevo a

³⁰ Tradução livre: “O que queremos demonstrar? A antiguidade da população do solo. Sobre o quê estabelecemos nossa demonstração? Sobre a antiguidade dos objetos que encontramos no solo. Com o que medimos essa antiguidade? Com a matéria, com a obra e sobretudo com a posição subterrânea desses objetos. Desde então admitimos um tipo de escala da vida, uma superposição de camadas formadas pelos destroços das gerações, e procuramos em cada uma dessas camadas os indícios da história dessas gerações”.

noção de estudo da cultura material ou dos vestígios da atividade humana materializados na forma de artefatos, utensílios, estruturas de moradia, paisagem, restos de alimentação, etc. (Funari, op. cit.; Menezes, 1984, p. 34). A arqueologia pré-histórica, tributária dessa conceituação do estudo da arqueologia (Bucaille; Pesez, 1989), alicerça-se no pressuposto de um estudo do passado humano viabilizado exclusivamente pela identificação, pela análise e pela interpretação de objetos oriundos de um período precedente à invenção e à adoção da escrita; este campo de estudo não dispõe, portanto, de arquivos e de documentos escritos para produzir seu conhecimento (de Beaune, 2016, p. 24).

As pesquisas arqueológicas empreendidas no Brasil, a partir do século XIX, serão marcadas pelo estudo da cultura material dos habitantes nativos situados temporalmente em um passado remoto, em conjugação com a etnografia, cuidando de explicar por meio dos vestígios materiais a longevidade dessa herança cultural para, assim, embasar e conformar uma história e uma identidade para a jovem Nação (Guimarães, 2008, p. 69).

Se a vertente pré-histórica da arqueologia prevalecerá na delimitação disciplinar e na formação dos arqueólogos no Brasil até que se abrisse como possibilidade, no findar do século XX, o campo da arqueologia histórica para tratar da cultura material do período posterior à colonização portuguesa, há que se entender, primeiramente, nesse processo as origens intrincadas da arqueologia no bojo do colecionismo moderno e de seus desdobramentos na forma dos museus enciclopédicos surgidos no século XVIII na Europa.

A intensificação da prática colecionista com o Humanismo e o porquê desse comportamento *sui generis* em querer formar coleções são analisados por Krzysztof Pomian no artigo *Entre l'invisible et le visible: la collection* (*Entre o invisível e o visível: a coleção*) (1987), no qual o autor propõe a definição de coleção como “tout ensemble d’objets naturels ou artificiels, maintenus temporairement ou définitivement hors du circuit d’activités économiques, soumis à une protection spéciale dans un lieu clos aménagé à cet effet, et exposés au

regard”³¹ (Pomian, 1987, p. 18).

Um primeiro aspecto a ser abordado a partir dessa definição é o fato de que os objetos que integram a coleção estão fora do circuito econômico, o que, a princípio, geraria uma situação paradoxal, uma vez que esses objetos perdem seu valor utilitário, enquanto coisas comuns manipuláveis, para adquirir um valor outro – de troca – ao representar aquilo de que se fala (Idem, p. 35). Dito de outra maneira, o valor de um objeto para um grupo ou para um indivíduo depende ora de sua utilidade, ora de sua carga de significação, caso contrário seriam considerados dejetos sem qualquer função (Idem, p. 43).

Sublinhe-se, igualmente, a proteção das peças de uma coleção em um lugar diferenciado – seja em coleções particulares ou em museus – que lhes permita serem expostas ao olhar. Ora, é exato nessa relação comunicacional a ser intermediada pelo espaço de exposição que se funda o valor de troca desses objetos dotados de significação – os *semióforos* –, ficando, assim, estabelecida a função primordial das coleções: conectar a dualidade entre um mundo visível e um mundo invisível, a ser visualizado e percebido pelo espectador.

Essa definição foge, portanto, de um quadro conceitual de psicologia individual que explicaria as coleções e os colecionadores por meio de noções tais como gosto, interesse ou prazer estético (Idem, p. 46) para concentrar-se sobre os semióforos enquanto objetos portadores de significação, e que operam a junção de dois mundos, o que faz das coleções uma instituição universalmente difundida, independente da natureza do que se colectione (Idem, p. 37).

A relação com esse mundo invisível conhecerá uma mudança de atitude na Europa ocidental entre os séculos XV e XVII, em especial no que se refere ao interesse pelo passado e pelas porções desconhecidas do espaço terrestre (Idem, p. 47). Nesse período, objetos e lugares da Antiguidade antes *descartados*, sem utilidade nem significação, se transformarão em semióforos; a cidade de Roma ocupará um lugar privilegiado nesse processo, encetando seu desvelo e seu esquadrinhamento na busca por monumentos e sítios basilares do passado

³¹ Tradução livre: “todo o conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, submetidas a uma proteção especial em um lugar fechado e adaptado para esse propósito, e exposto ao olhar”.

romano. Assim, suas ruínas soterradas sob pastos, isoladas em colinas desérticas ou incorporadas ao tecido da cidade medieval ou ao patrimônio das igrejas cristãs se configurarão como objeto de interesse e de estudo submetido a métodos específicos por parte de estudantes que lançavam as bases do que hoje se denominaria arqueologia (Grafton, 2001, p. 31).

O passado da *Roma nobilis* mostrava-se de difícil decifração até mesmo para o estabelecimento de fatos básicos da história romana. A cidade era recoberta por lendas e erros populares sobre suas antigas estruturas, propagados tanto por moradores, que comumente informavam tratar-se de banhos públicos (*thermae*), por exemplo, qualquer construção independente de suas reais funções, quanto, até, por guias de viagem, como o *Mirabilia urbis Romae*, de 1140, que identificava o Coliseu como templo do sol ao invés de lugar destinado aos combates de gladiadores (Idem, p. 33).

Esse Humanismo dos séculos XV e XVI promoverá um *revival* do antiquarianismo fundado pelo filósofo e antiquário romano Varrão, cuja obra *Antiquitates divinae et humanae* (século I a.C.), apesar de sua preservação fragmentária, possibilitou aos antiquários modernos aceder à descrição integral de elementos da vida romana pelo exame de seus ritos e de suas instituições e aos métodos de sua pesquisa sistemática sobre o passado (Grafton, op. cit., p. 35; Momigliano, 2014, p. 24).

A noção humanista de *antiquarius* definirá como amante, colecionador e estudante das tradições antigas e de seus vestígios “alguém que estuda o passado mas não é bem um historiador” (Momigliano, op. cit., p. 22). Momigliano delimita essa diferenciação entre o antiquário e o historiador de acordo com a forma de escrita de um e de outro. Enquanto historiadores preocupam-se com a ordem cronológica e com a produção de fatos para ilustrar ou explicar uma dada situação, antiquários escrevem de maneira sistemática e coletam todos os itens relacionados a um certo tema – instituições políticas, religião, guerra e vida privada figuram como os assuntos privilegiados –, ainda que esta coleção ajude-o ou não a resolver suas questões e problemas (Idem, Ibidem).

O método de pesquisa engendrado pelos antiquários para confrontar as fontes literárias a partir da coleção de evidências de remanescentes do passado, tais como moedas, medalhas, inscrições, estátuas, ruínas e etc., prezando pela autenticidade dos objetos, pela veracidade das informações e pela descoberta do inédito através da observação direta (Lenzi, 2013, p. 5 e 6) é uma contribuição dos procedimentos e regras eruditos agregados a partir do século XVII ao fazer do historiador.

O equilíbrio entre as duas formas de pesquisa ocorrerá no século XIX com o estabelecimento do método crítico enquanto prática disciplinar da história por meio de uma combinação bem dosada da história filosófica das Luzes e do método antiquário, adaptando dos últimos os procedimentos de verificação de autenticidade das fontes literárias com referência nos métodos para fontes materiais, e suprimindo, ao mesmo tempo, o impulso do julgamento *a priori* e da generalização característicos dos primeiros (Momigliano, op. cit., p. 51).

Para além da incorporação ao fazer do historiador oitocentista, a cultura antiquária será revitalizada e resplandecerá na forma de uma instituição em processo de invenção entre o Renascimento e as Luzes (Schaer, 1993, p. 11) – o museu – através da formação das coleções particulares caracterizadas, até a segunda metade do século XIV e início do XV, pelas antiguidades reunidas por humanistas, artistas, juristas, médicos, pelo papa e por seus cardeais e, posteriormente, por colecionadores da nobreza e da burguesia (Soares, 2015, p. 48).

As viagens de descobrimento ao longo dos séculos XV e XVI abrirão um novo leque de interesse para a prática antiquária, a partir de então também estimulada pela curiosidade a respeito dos espécimes provenientes das novas terras conquistadas. A constatação da *simultaneidade do não-simultâneo* pelos conquistadores europeus ao deparar-se com sociedades de povos nativos da América e do Oriente, vivendo em uma ordem do tempo distinta (Koselleck, op. cit., p. 155), promoverá novas relações de comunicação de significados, reorganizando a visão de mundo europeia que afirmará no seio dessa transformação o colecionismo como fenômeno resultante do fascínio por uma cultura universal, humanística e científica (Bruno, 1999, p. 37).

A mudança de conteúdo e de intenção dessas coleções, que passarão a abranger objetos de *naturalia* e de *exotica*, ulteriormente classificados como *espécimes da natureza* e *objetos testemunhos* (Soares, op. cit., p. 48), implicou uma modificação na representação do mundo; as coisas, a partir de então, serão alvo de documentação e de ordenação em gabinetes de curiosidade, herbários e jardins, que as organizam de acordo com critérios comuns (Ferreira, op. cit., p. 93).

A gênese dos museus estará associada a essa especialização das coleções, que irão paulatinamente afastar-se do caráter de curiosidade e de raridade para se tornar objeto de estudo da natureza (Idem, p. 95). Em 1565, o médico flamengo Samuel von Quicchenberg entabulará as bases conceituais para a organização interna das coleções nos gabinetes de curiosidade e nas galerias como um *museu ideal* dividido em três partes: *Naturalia et artificialia*, *Antiquitas e historia e Artes*. Nesse contexto, as coleções arqueológicas serão classificadas sob a insígnia da história natural como obra dos homens, ou *artificialia*, ao lado de *naturalia* ou, ainda, como conjunto de obras de arte da antiguidade (*antiquitas*) (Bruno, op. cit., p. 40).

Os séculos XVII e XVIII trarão à luz as experiências pioneiras de museus como local de reunião de coleções tornadas públicas após reivindicações e pressão da parte de eruditos, *savants*, escritores e artistas que dependiam do livre acesso a essas coleções para exercer suas profissões (Pomian, op. cit., p. 56). O franqueamento das coleções a especialistas e estudantes inaugura-se com a criação do *Ashmolean Museum*, fruto das doações de Elias Ashmole à Universidade de Oxford, em 1675, e com o Museu Britânico, fundado em 1753 pelo Parlamento britânico, a partir das coleções de Hans Sloane.

Tanto o *Ashmolean Museum*, quanto o Museu Britânico estruturaram-se dentro do espírito enciclopédico e iluminista, orientando-se, portanto, pelo princípio de que essas coleções transferidas à esfera pública constituiriam verdadeiras fontes de conhecimento (Soares, op. cit., p. 50). A abertura do Museu do Louvre, em 1793, como desdobramento da Revolução Francesa radicalizará a noção das coleções enquanto um bem público, leia-se patrimônio, agregando à concepção do museu como local de estudo e de pesquisa a preocupação com a educação pública e com a celebração da identidade nacional (Mairesse, 2005, p.

28 e 29).

Os museus configuram uma herança da imbricação e da relação mútua entre tradição antiquária e arqueologia ao adquirir a função de abrigar as coleções outrora formadas por eruditos, pela Igreja e pela nobreza e, além disto, ao contribuir para a constituição de novas coleções através do encorajamento à realização de pesquisas, escavações e viagens filosóficas.

No Brasil, as extensões dessa cultura antiquária estarão similarmente relacionadas às feições que a arqueologia irá obter nos trópicos no que concerne, em um primeiro momento durante a colonização, à remessa de itens da cultura material indígena coletados por oficiais da Coroa para abastecer o Gabinete Real de Curiosidade em Portugal (Barreto, 1999-2000, p. 35). A partir de 1808, quando aporta no Rio a família real portuguesa, a ótica subserviente da Colônia como provedora de riquezas para a Metrópole sofrerá alterações. Dom João VI, imbuído de convicções enciclopédicas e iluministas, incentivará as expedições de viajantes estrangeiros motivados pelo estudo da natureza local e tratará de criar, em 1818, o Museu Real³² dentro dos paradigmas de museu universalista em voga na Europa. O monarca almejava, de tal maneira, que o estudo e o ensino das ciências naturais por meio das coleções ali reunidas viessem a subsidiar o avanço do comércio, da indústria e das artes no país (Ferreira, op. cit., p. 122).

Estudos de arqueologia iniciam-se no Brasil, em 1834, com Peter Lund, botânico e paleontólogo dinamarquês, que, instalado em Lagoa Santa, Minas Gerais, estudou ao longo da década seguinte mais de oitocentas grutas na região. Na Lapa do Sumidouro, Lund encontrou ossos humanos fossilizados em meio a vestígios de animais extintos, levantando a hipótese da contemporaneidade de seres humanos à fauna desaparecida (Barreto, op. cit., p. 37; Prous, 1992, p. 6). Sua proposição, no entanto, não obteve eco junto a pesquisadores da época, que questionavam o modo como os restos humanos haviam sido encontrados, pois poderiam ter sido misturados pela ação da chuva aos ossos animais fossilizados (Idem, Ibidem).

³² O Museu Real passará, ao longo do século XIX, por três mudanças de nome. De 1818 até 1824, a instituição permanecerá como Museu Real. Com a emancipação política do Brasil do Reino de Portugal, sua denominação mudará para Museu Imperial e Nacional até a República, quando, em 1890, cairá de vez o termo Imperial para tornar-se somente Museu Nacional (Fiocruz, 2009).

As pesquisas de Lund debutam o tema de referência para a arqueologia brasileira: a antiguidade da ocupação do território (Gaspar, op. cit., p. 8). No âmago dessa discussão, o Museu Nacional desempenhará um papel preponderante ao institucionalizar a arqueologia, cujas prática e ensino se orientarão pelo viés das teorias evolucionistas e social-darwinistas correntes nos museus de história natural europeus (Schwarcz, 1995, p. 30), embalados que estavam por uma preocupação antropológica em conhecer e documentar todas as manifestações materiais da atividade humana no auge de sua política imperialista. Esperava-se, assim, classificar esses vestígios coletados e organizá-los nos museus enquanto ilustração empírica da evolução humana (Barreto, op. cit., p. 38).

Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional entre 1874 e 1893, será um dos grandes propulsores do estudo da arqueologia pré-histórica na instituição. Botânico de formação, tornou-se pupilo de Boucher de Perthes, *o pai da pré-história*, no período de 1864 a 1866 em que residiu em Paris. Subsequentemente a seu retorno ao Rio em 1867, Neto passou a se dedicar com afinco ao estudo dos “primitivos habitantes do solo brasileiro” (Neto, 1885, p. 257), recorrendo à imprensa para despertar o interesse da opinião pública quanto ao assunto (Neto apud Bruno, op. cit., p. 94). Já então como diretor do museu, Neto promoverá a reestruturação da instituição prevista pelo *Regulamento de 1876*, que pressupunha a criação de uma quarta seção para o Museu Nacional denominada *Arqueologia, etnografia e numismática*, cuja finalidade seria

servir de base à un musée d’archéologie et d’ethnographie américaines. Ce sont des sciences qui, ayant pour but l’étude de la race américaine ainsi que de l’art chez les peuples sauvages primitifs ou modernes du nouveau continent, doivent prendre sans retard le plus grand développement au Brésil: bientôt, en effet, les derniers vestiges qui nous restent de nos tribus indigènes ne seront plus visibles³³ (Neto, 1889, p. 18).

No prefácio ao livro *Investigações sobre a arqueologia brasileira*, de 1885, Ladislau Neto destaca que a *Exposição Antropológica Brasileira*, por ele organizada três anos antes, só se fez possível graças ao afluxo de antiguidades aborígenes, de centenas de artefatos de pedra e de espécimes de vaso que

³³ Tradução livre: “servir de base a um museu de arqueologia e de etnografia americanas. São essas ciências que, tendo por objetivo o estudo da raça americana, assim como da arte dos povos selvagens primitivos ou modernos do novo continente, devem sem demora desenvolver-se no Brasil: em breve, de fato, os últimos vestígios que nos restam de nossas tribos indígenas não serão mais visíveis”.

chegaram ao museu como parte de sua estratégia de divulgação da importância dos objetos pré-históricos desconhecidos da população. Ainda assim, Ladislau Neto havia ido pessoalmente à Amazônia coletar mais material para a mostra, posto que considerava insuficiente a coleção do museu, mesmo após as recentes escavações de Ferreira Pena e de Orville Derby (Neto, 1885, p. 258).

Essa obra pioneira de Ladislau Neto buscou sintetizar o quadro da arqueologia no Brasil e trouxe à tona algumas ideias, ainda hoje, atuais, tais como a tese de que a cultura marajoara teria se originado alhures, bem como o reconhecimento da função cerimonial dos tesos amazônicos e da hierarquia social documentadas nas urnas funerárias de Pascoval (Barreto, op. cit., p. 38). A discussão principiada por Neto acerca da artificialidade dos sambaquis, foco de estudo pessoal seu em missões de coleta no sul do país, assim como do antropólogo João Batista de Lacerda em seus estudos comparativos entre os crânios de sambaquis e aqueles oriundos de Lagoa Santa, foi alvo de contenda com o Museu Paulista, haja vista que Hermann von Ihering, diretor deste museu, recusava tais evidências, advogando que os sambaquis seriam fruto de acumulação material de conchas mortas em lugares antes ocupados pelo mar. As duas correntes opostas de *artificialistas* e *naturalistas* prolongariam seus enfrentamentos até os anos 1940 (Prous, op. cit., p. 8).

O Museu Nacional, ao lado de outras instituições imperiais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), estava imiscuído na tarefa de participar da resolução do problema da identidade da Nação, para a qual contribuía com a arqueologia praticada enquanto antropologia física, destinada a definir as origens do homem brasileiro calcadas na existência de um passado de sociedades mais complexas e *avançadas* do que as conhecidas sociedades indígenas brasileiras de então (Barreto, op. cit., p. 34). A diversidade da espécie humana será descrita e caracterizada do ponto de vista da noção de *raça*, e a tríade dos *tipos* humanos nativos do Brasil – o *Homem de Lagoa Santa*, o *Homem do Sambaqui* e os *Botocudos* – serão, assim, exibidos e celebrados nas Exposições Universais (Gaspar, op. cit., p. 14), delimitando o atraso ou reafirmando a inferioridade da miscigenação e das *raças* formadoras do Brasil (Schwarcz, op. cit., p. 92).

A arqueologia pré-histórica no Brasil, iniciada no século XIX, manteve laços firmes com a antropologia enquanto ciência dedicada ao estudo das línguas, sociedades, costumes e tradições ameríndias (Funari, 2006, p. 14). Os arqueólogos seriam, deste modo, especialistas dentro do campo antropológico voltados para o estudo do passado dessas sociedades pela análise dos vestígios materiais (Idem, Ibidem). Nesse sentido, a pré-história brasileira difere da compreensão de pré-história europeia, ainda que se partilhe da ideia comum da pré-história como o estudo referente ao imenso período anterior à invenção da escrita ou, como no caso brasileiro, a partir da adoção de uma cultura letrada após a colonização (Idem, p. 13).

A pré-história na Europa tem por referência a história como disciplina empenhada no estudo do passado a partir de documentos escritos, o que faria da criação da escrita o marco inicial da história. A visão europeia da arqueologia, conforme visto, provém do antiquarismo, da história da arte e da filologia (Funari, 1999, p. 38):

en el Viejo Mundo, *toda* la arqueología – incluida la prehistórica – se asocia directamente con la Historia desde sus mismos orígenes, y se concibe como histórica, en el sentido de que produce (o al menos intenta) conocimiento histórico³⁴ (Abejz; Montón, 2015, p. 16).

A concepção de uma pré-história condicionada ao uso da escrita é, no entanto, problemática, pois deixa supor que sociedades sem escrita, regidas pela oralidade, não disporiam de uma história enquanto grupo (de Beaune, op. cit., p. 25). A limitação terminológica do conceito de pré-história quanto a seu recorte cronológico faz-se patente na contemporaneidade independente da associação ou não a uma arqueologia de matriz antropológica, como a do Novo Mundo, ou à de raiz histórica como a europeia. O termo pré-história pode, de tal maneira, remeter à ideologia da disciplina no contexto colonialista do século XIX, quando o estabelecimento de um sistema cronológico para a história do homem seguiu o modelo de história geológica da Terra (Idem, p. 117) ao admitir as populações pré-históricas – ou sem escrita – e sua cultura material como ancestrais diretos dos *primitivos*, verdadeiros fósseis vivos descendentes de nossos antepassados pré-

³⁴ Tradução livre: “no Velho Mundo, *toda* a arqueologia – incluída a pré-história – associa-se diretamente à História a partir das mesmas origens, e concebe-se como histórica, no sentido em que produz (ou ao menos tenta) conhecimento histórico”.

históricos.

Após a proclamação da República no Brasil, as pesquisas e as discussões arqueológicas se arrefecerão dentro dos museus de história natural, que haviam se preocupado até então com a coleta de despojos e com o estudo de “nossos índios, prontos para desaparecer completamente” (Neto, 1889, p. 27).³⁵ A estagnação, talvez, tenha se devido à mudança de interesse da antropologia no período entre-guerras para a formação do povo brasileiro moderno, debatendo questões como a miscigenação racial que envolvia mais os negros e os imigrantes europeus do que os indígenas (Prous, op. cit, p. 11).

Os anos 1930 assistirão a um distanciamento ainda maior da temática sobre as sociedades nativas e sobre o passado pré-colonial no quadro dos problemas interpretativos da nação brasileira com o desmembramento dos museus de história natural em museus de geologia, de botânica e de zoologia, sem que neles as coleções arqueológicas encontrassem espaço, nem tampouco nas grandes instituições, onde foram “relegadas para um segundo plano e muitas estão até hoje perdidas nas reservas técnicas” (Bruno, op. cit., p. 102-104).

A debilidade do ensino de arqueologia também emergiu como problema no período. O primeiro manual de arqueologia foi elaborado, em 1934, por Angione Costa, professor no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN), no entanto, este manual não ultrapassava a quantidade de informações já então conhecidas, e também não propunha uma visão globalizante do estado da questão arqueológica no país (Prous, op. cit., p. 11). Mediante tal superficialidade no campo da arqueologia, intelectuais indignados com a destruição acelerada de sítios arqueológicos, em especial os sambaquis, e com a carência de profissionais para atuar em prol de sua preservação promoverão um movimento de incorporação da arqueologia aos centros acadêmicos. Encamparam tal empreitada Luiz de Castro Faria, Paulo Duarte e José Loureiro Fernandes, três pioneiros incansáveis na campanha de proteção legal dos sítios sambaquis.

³⁵ Além do Museu Nacional, destacam-se também o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1882) e o Museu Paulista (1893).

Castro Faria, conservador de formação pelo MHN (Sá; Siqueira, 2007, p. 35), iniciou-se em arqueologia com Angione Costa, e foi *praticante gratuito e assistente voluntário* da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional a partir de 1936, sob orientação da antropóloga e diretora da instituição Heloísa Alberto Torres, quando teve, então, seu interesse pelo estudo do passado pré-histórico renovado (Lima, 2016). Em 1935, Castro Faria funda o Centro de Estudos Arqueológicos (CEA), posteriormente absorvido pelo Museu Nacional, com o intuito, pela primeira vez no país, de conferir à arqueologia nível acadêmico e de funcionar como modelo para outras instituições de pesquisa de arqueologia no Brasil (Barreto, op. cit., p. 41).

Em São Paulo, caso semelhante se passou com a criação, em 1952, da Comissão de Pré-História levada a cabo pelo político, advogado e influente jornalista Paulo Duarte. Durante a ditadura do Estado Novo, Duarte exilou-se em Paris, onde se especializou em pré-história com Paul Rivet, diretor do Museu do Homem de Paris, que o incentivou a criar uma tal instituição para zelar pela preservação dos sambaquis (Prous, op. cit., p. 13; Bruno, op. cit., p. 111). A Comissão foi incorporada à esfera acadêmica pela Universidade de São Paulo (USP), em 1962, tornando-se o Instituto de Pré-história (IPH), que deveria dar origem ao Museu do Homem Americano, projeto, porém, nunca saído do papel. Anexaram-se, ainda, à USP o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e o Museu Paulista (Bruno, op. cit., p. 111; Mendes, 1994).

O antropólogo José Loureiro Fernandes, por sua vez, militou pela defesa dos sambaquis no Estado do Paraná, onde atuou como coordenador da área de Antropologia e Etnografia do Museu Paranaense e como diretor deste museu entre os anos de 1936 a 1943 e de 1945 a 1946. Em 1956, capitaneou a fundação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) junto à Universidade Federal do Paraná (UFPR), assumindo um papel ativo na formação sistemática de futuros pesquisadores em arqueologia através dos programas desenvolvidos por especialistas brasileiros e estrangeiros (Barreto, op. cit., p. 41; Lima, op. cit.).

Dessas iniciativas da arqueologia acadêmica decorreram parcerias com instituições estrangeiras que acabaram por alavancar e por marcar a formação profissional da futura geração de arqueólogos brasileiros, do ponto de vista

teórico-metodológico, a partir da década de 1950, quando “o país passou a ser decifrado arqueologicamente por equipes estrangeiras – especialmente – franceses e americanos” (Bruno, op. cit., p. 110). A chamada Missão Franco-Brasileira é iniciada por convite de Paulo Duarte realizado ao casal Joseph Empereire e Annette Laming-Empereire, geógrafo e arqueóloga do Museu do Homem de Paris, para escavar os sambaquis do Paraná e de São Paulo, e cujas pesquisas entre 1954 e 1956 proporcionaram as primeiras datações radio-carbônicas para o Brasil (Prous, op. cit., p. 13).

Annette Laming-Empereire, eminente pré-historiadora que, ao lado de André Leroi-Gourhan, revolucionou o estudo da arte rupestre na França retornará ao Brasil para lecionar no CEPA e dirigir estágios de escavação de treinamento. Laming-Empereire ministrará, em 1966, um seminário sobre indústria lítica que permanecerá como referência para arqueólogos brasileiros quanto à classificação tipológica de material dessa natureza (Barreto, op. cit., p. 43; Prous, op. cit., p. 13). Cite-se, ainda, sua contribuição quanto aos procedimentos de intervenção em sítios pré-cerâmicos, a introdução do método de escavação de superfícies amplas e a instrução sobre metodologia de documentação, análise e datação de arte rupestre, realizada em sítios de Minas Gerais, do Piauí e do Mato Grosso, fruto da parceria do *Centre National de Recherches Scientifiques* (Centro Nacional de Pesquisas Científicas) da França com o Museu Nacional, a Universidade Federal do Piauí e a Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 1969, o professor Wesley Hurt Junior, da Universidade de Dakota do Sul, organizará junto a Luiz de Castro Faria uma expedição à polêmica região de Lagoa Santa, escavando em abrigos de Cerca Grande que vieram a comprovar, por meio de datações radio-carbônicas, a antiguidade de cerca de dez mil anos para sua camada inferior, datação essa, até então, mais antiga para o Brasil. Hurt pesquisou, também, em sambaquis de Santa Catarina, do Paraná e do Rio de Janeiro, cooperando para a formação de pesquisadores nesses Estados e para o desenvolvimento dos centros de pesquisa no Museu Paranaense e no Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (Prous, op. cit., p. 14).

Outra influência norte-americana será a do casal Clifford Evans e Betty Meggers, que escavou na Ilha de Marajó e no Amapá entre 1949 e 1950,

estabelecendo uma cronologia para as culturas da ilha e apontando uma introdução mais antiga do que se supunha da cerâmica na região amazônica. Entre 1965 e 1970 sucederá o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), sob coordenação de Evans e Meggers, decorrente do seminário por eles oferecido no Paraná sobre sítios cerâmicos em 1964.

O Pronapa foi um projeto de âmbito nacional formulado pelo Iphan e pela *Smithsonian Institution*, que integrou o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e pesquisadores isolados do Sul e do Nordeste do país, e que visava à promoção de prospecções, testes e escavações sistemáticas de maneira a compor um quadro geral das culturas brasileiras. O programa desdobrou-se, após seu término, no Pronapa Bacia Amazônica (Pronapaba) por intermédio do MPEG. De acordo com André Prous (op. cit., p. 16), pode-se dizer que o Pronapa criou a mentalidade entre seus participantes de realização de prospecções rápidas em sítios superficiais com a coleta de material em superfícies limitadas para estudo como amostragem.

Algumas instituições relevantes do cenário arqueológico como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu de Antropologia da UFSC e o IPH preferiram manter-se ao largo dos métodos do Pronapa, priorizando a investigação detalhada de determinados sítios, mais alinhada à tradição francesa (Idem, Ibidem). Esses dois grandes projetos constituirão, por conseguinte, o legado filosófico para a formação científica e para a metodologia de pesquisa em arqueologia no Brasil da segunda metade do século XX, e superarão as divergências, a partir dos anos 1970, através das atividades das equipes do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), da UFMG e da UFPI, que passarão a combinar tanto o sequenciamento cronológico de ocupação do território, quanto o estudo sistemático e minucioso de sítios específicos.

4.1.2.

O Iphan e a *lei do sambaqui*: ecos da preservação do patrimônio arqueológico no MAI

Em 1937, a arqueologia aparece como tema abordado na primeira *Revista do Patrimônio* publicada pelo Sphan, que tinha por programa, nas palavras de Rodrigo Melo Franco, “divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir para o seu estudo” (Andrade, 1937, p. 3),

precisando, de tal forma, a estratégia editorial do órgão para a proteção do patrimônio com base no DL 25/37. Definido o patrimônio no referido instrumento jurídico como o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional *valor arqueológico ou etnográfico*, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 2006, p. 99, grifo nosso), coube a Heloísa Alberto Torres, antropóloga chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional e futuramente diretora desse museu, tratar da temática da preservação para o caso do patrimônio arqueológico.

Em seu artigo intitulado *Contribuição para o estudo de proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil*, Torres aponta as jazidas arqueológicas, as coleções e os espécimes arqueológicos e etnográficos em museus e os produtos de arte de populações indígenas e neobrasileiras como os principais aspectos a se considerar para as devidas medidas de documentação e de proteção desse patrimônio (Torres, 1937, p. 9). Inclui-se, ainda, no mesmo volume da Revista o artigo *A natureza e os monumentos culturais*, do etnólogo Raimundo Lopes, também filiado ao Museu Nacional, no qual, em meio às reflexões sobre a proteção da natureza harmonizada à proteção dos monumentos históricos, Lopes não deixará de assinalar, tal qual o texto de Torres, o problema da proteção das jazidas arqueológicas, destacando a destruição dos sambaquis como caso de maior urgência (Lopes, 1937, p. 86).

No entanto, em consulta à listagem disponível no portal do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), vinculado ao Iphan, depreende-se que o número de bens arqueológicos tombados na primeira década do órgão – momento de profusão na “realização geral do tombamento dos monumentos a fim de evitar a evasão e a destruição das obras, objetos de arte e de história, dignos de tradição e apreço” (Andrade apud Saladino, 2010, p. 78)³⁶ – totaliza seis bens inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico,³⁷ número baixo em

³⁶ Número de bens tombados pelo Sphan em sua primeira década: 235 bens em 1938; 46 bens em 1939; 19 bens em 1940; 49 bens em 1941; 7 bens em 1942; 47 bens em 1943; 11 bens em 1944; 2 bens em 1945; 5 bens em 1946; 3 bens em 1947 (Nakamuta et al. apud Saladino, op. cit., p. 78).

³⁷ Bens arqueológicos inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico na primeira década do Sphan: Sambaqui do Pindai no Maranhão (1940); Coleção arqueológica e etnográfica do Museu Goeldi no Pará (1940); Coleção do Museu Escola Normal Justiniano de

comparação aos quatrocentos exemplares de arquitetura religiosa, civil e militar dos séculos XVI, XVII e XVIII tombados de 1938 a 1948 (Nakamuta et al. apud Saladino, op. cit., p. 78 e 79).

O lugar secundário da arqueologia na organização das políticas de preservação do Sphan a partir de seus anos iniciais soa estar relacionado, de acordo com Saladino (op. cit., p. 72), à conformação do órgão como uma *casa de arquitetos*, já que predominavam tais profissionais ou amadores da área no seu corpo técnico. As ações iniciais do Sphan estiveram, de tal sorte, em consonância com o perfil modernista desses profissionais que priorizaram em suas práticas e como critério de seleção para tombamento os bens de natureza arquitetônica colonial e barroca, entendidos como estruturalmente próximos aos princípios construtivos da arquitetura modernista (Fonseca, 2005, p. 110).

A atuação desse grupo, porém, não deve ser vista de forma aleatória ou arbitrária, posto que se pautava nas palavras do DL 25/37, que vinculava o interesse público pela conservação de bens móveis e imóveis a “fatos memoráveis da história do Brasil” ou “ao seu excepcional valor” (Saladino, op. cit., p. 74). As noções de *excepcionalidade* e de *monumentalidade* que fundavam os valores do patrimônio histórico e artístico nacional pareciam não comportar os bens de natureza arqueológica de um passado pré-colonial, cujas formas e soluções tecnológicas corporificadas nos sítios e nos artefatos não logram satisfazer as demandas por uma monumentalidade equiparável aos vestígios espetaculosos dos Andes e da Mesoamérica, ainda que dotados de um profundo saber-fazer (Menezes, op. cit., p. 36).

Dentro dessa discussão, a proposta rechaçada que Mário de Andrade delineou para a criação de um Museu Arqueológico e Etnográfico em seu *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*, elaborado a pedido do Ministro Gustavo Capanema e a ele encaminhado em 24 de março de 1936, merece atenção. Mário de Andrade previa a implantação ou a reorganização de quatro grandes museus, apoiados em quatro livros de

Serra no Ceará (1941); Coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística do Museu Coronel David Carneiro no Paraná (1941); Coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística do Museu Paranaense no Paraná (1941); Coleção arqueológica Balbino de Freitas do Museu Nacional no Rio de Janeiro (1948).

tombamento, a saber: Museu Arqueológico e Etnográfico, Museu Histórico Nacional, Galeria Nacional de Belas Artes e Museu de Artes Aplicadas e de Técnica Industrial –, que abarcariam as *obras de arte patrimonial*, dentre as quais a *arte arqueológica* e a *arte ameríndia*. Mário de Andrade propunha a destinação ao que seria o Museu Arqueológico e Etnográfico de todo o acervo de arqueologia e de etnografia do Museu Nacional, descolando-o da alcunha de um museu de história natural para associar-se à ideia de uma *etnografia popular* dos “costumes e usanças e tradições folclóricas pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil” (Mário de Andrade apud Bruno, op. cit., p. 108).

A antropóloga Heloísa Alberto Torres, em carta de 9 de maio de 1936 a Melo Franco, aplacou veementemente o anteprojeto de Mário de Andrade, tendo por base de seu discurso o temor de que o Museu Nacional, do alto de seus cento e dezoito anos, pudesse ser desarticulado:

A organização desses trabalhos de defesa não pode ser iniciada pela mutilação de um instituto centenário e glorioso, quando um dos primeiros monumentos nacionais a serem tombados pelo serviço projetado deveria ser certamente o Museu Nacional (Torres apud Saladino, op. cit., p. 57).

Esta recusa de Torres à proposta de Mário de Andrade contribui para a compreensão de um dos ângulos que tangenciaram o campo da preservação em vias de conformação quanto ao lugar do patrimônio arqueológico. O papel coadjuvante que a arqueologia assumirá ao longo da trajetória do Iphan demonstra a debilidade de um olhar interpretativo para identificar e resgatar da vivência de grupos pré-coloniais os elementos que deveriam colaborar com a construção do conhecimento sobre a identidade nacional, circunscrevendo a arqueologia, no entanto, segundo a arqueóloga e museóloga Maria Cristina Bruno (op. cit., p. 23), ao terreno das memórias exiladas.

A arqueóloga Tania Andrade Lima assim pondera sobre o que considera ser as razões para a pouca visibilidade destinada pelo Estado à preservação de tais bens:

O fato de as culturas indígenas terem sido desprezadas, marginalizadas e, em grande parte, exterminadas pela etnia branca que a partir do século XVI tornou-se a classe dominante, marcou profundamente a relação do Estado brasileiro com o seu patrimônio arqueológico, caracterizado pelo interesse na preservação da

memória dos vencedores, reservando-se aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento. Como agravante, além da questão dos neobrasileiros não se identificarem etnicamente com as culturas indígenas pré-históricas, os seus restos, sem qualquer traço de monumentalidade, raramente suscitam admiração, com algumas poucas exceções (Lima apud Saladino, op. cit., p. 80).

Por sua vez, a arqueóloga Maria Lucia Pardi indica que as ações do órgão de preservação, em suas primeiras décadas, voltaram-se para o patrimônio arqueológico concentrado na área rural, o que exigia “maior empenho de energia, recursos garantidos, equipamentos e serviços especializados” (Pardi apud Saladino, op. cit., p. 88), que escapavam às possibilidades do Sphan, inviabilizando, por conseguinte, as medidas de preservação necessárias a essa categoria de patrimônio.

Some-se a isso o fato de que não constava da estrutura do Sphan um setor específico para arqueologia, nem tampouco um arqueólogo em seu quadro de pessoal,³⁸ o que tornou o órgão dependente da colaboração de instituições científicas, em particular do Museu Nacional, para cumprir com as exigências do DL 25/37 em relação ao patrimônio arqueológico (Saladino, op. cit., p. 88). Apesar dos fortes elos que se pactuarão com o Museu Nacional, o Sphan contou da mesma forma com o apoio do Museu Paulista, do Instituto de Pré-História da USP e do MPEG na empreitada de identificação de sítios arqueológicos no vasto território nacional, bem como no diálogo para a formulação de normas para a exploração de jazidas arqueológicas (Idem, p. 188).

A cooperação entre o Sphan e o Museu Nacional ocorreu desde o surgimento do órgão em 1937, havendo Heloísa Alberto Torres colaborado para o delineamento das prioridades iniciais inerentes à proteção dos bens arqueológicos, conforme consta de seu artigo na primeira edição da *Revista do Patrimônio*. A antropóloga, já na condição de diretora do Museu Nacional, cargo que desempenhou de 1937 a 1955, indicará a Melo Franco seu discípulo Luiz de Castro Faria para pôr em marcha as ações conjuntas das duas instituições.

³⁸ O Iphan só viria a estruturar um Setor para Assuntos Arqueológicos nos anos 1970 e a contratar sua primeira arqueóloga em 1980.

A vida profissional e acadêmica de Castro Faria sofreu grande influência de Torres. Esta e Roquete Pinto, seu antecessor na direção do museu, seguiam a perspectiva da antropologia americana de Franz Boas, que propunha o desdobramento dos estudos dos aspectos físicos e culturais da condição humana em quatro campos antropológicos – arqueologia, antropologia física, etnologia e linguística –, estes ainda hoje operantes na estrutura quadripartida do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (Lima, 2016). A formação incipiente de Castro Faria em arqueologia, oriunda dos ensinamentos de Angione Costa no MHN, veio a lapidar-se no campo da antropologia através do estágio no Museu Nacional sob tutela de Torres, fazendo da arqueologia, segundo ele, “o pório de minha carreira” (Faria apud Lima, 2016). Na ocasião, Castro Faria desfrutou da oportunidade de aprofundar-se em antropologia física com Bastos d’Ávila e com Pimenta de Melo, em etnologia com Raimundo Lopes e em linguística com Mattoso Câmara Jr.

A proximidade de Castro Faria com Torres foi sedimentando sua trajetória na hierarquia da instituição que o abraçaria ao longo de sua carreira. Em 1938, o antropólogo é indicado para participar como representante brasileiro da *Expedição à Serra do Norte*, chefiada por Claude Lévi-Strauss, momento em que Castro Faria estreou seu trabalho de campo como etnógrafo (Simão, 2009, p. 428). Ao retornar da expedição, o antropólogo ingressou no quadro técnico do Museu Nacional como naturalista interino e realizou uma série de pesquisas de campo em etnografia e arqueologia no Vale do Paraíba, na Ilha da Convivência e em São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro, no Vale do Itajaí em Santa Catarina, no Pantanal mato-grossense e em grutas e abrigos da Serra do Mar em São Paulo (Iphan, 2016), as quais compendiarium o inventário preliminar de sítios arqueológicos do Sphan (Simão, op. cit., p. 428).

No âmbito da agência federal de preservação do patrimônio, Castro Faria gozará de grande prestígio, ocupando, inclusive, uma cadeira no Conselho Consultivo da Dphan durante os anos de 1958 a 1966. Este é um período marcante de sua carreira, de um envolvimento profundo do antropólogo na idealização de um projeto de lei para a contenção da destruição de sambaquis e para a regulamentação das pesquisas e escavações arqueológicas, no qual seus trabalhos

de campo em sambaquis e o anteprojeto de lei são “as provas de um esforço pessoal” (Faria, 2000, p. 238), que se concretizaram em 1961 na forma da Lei nº 3.924.

A preocupação quanto à destruição de sambaquis em benefício de pesados interesses econômicos direcionados à exploração desses sítios para a extração de conchas para a produção de cal protagonizou a articulação e a mobilização de intelectuais dos meios acadêmico e político – sublinhem-se os nomes de Castro Faria, Paulo Duarte e José Loureiro Fernandes para tal tarefa – com vistas à elaboração de uma legislação específica para o patrimônio arqueológico, uma vez que o DL 25/37 parecia ser inadequado para contemplar as particularidades do patrimônio em questão.

Algumas tentativas de concepção de uma norma legal em nível federal para o patrimônio arqueológico foram ensaiadas a partir de 1920 com a proposta de Alberto Childe, conservador de antiguidades clássicas do Museu Nacional, para a proteção de jazidas arqueológicas e para a regulamentação das escavações, não obtendo sucesso por contrapor-se à *Constituição de 1934* quanto ao direito à propriedade, até então não limitado em favor do interesse social e coletivo (Silva, 2007, p. 59). Em 1947, o deputado Plínio Barreto propõe o projeto nº 685 para o imediato tombamento de todos os sambaquis em território nacional de maneira a atender o disposto no DL 25/37. Este projeto, no entanto, é substituído por outro assinado por seu colega Aureliano Leite e aprovado pela Comissão de Educação e Cultura. Este último projeto vinculava os sítios arqueológicos à categoria *paleontologia*, já englobada pelo Decreto nº 4.616/42, que deliberava sobre a proteção de depósitos fossilíferos e que regulava a emissão de autorizações para a exploração industrial de depósitos de conchas de calcário pelo governo federal (Idem, p. 61).

Os estudos para a preparação de uma lei efetiva para a proteção de sambaquis e grutas para fins de pesquisa e que estivessem subordinados à autorização da Dphan ganharam fôlego com o encaminhamento de um projeto de decreto federal da parte de Paulo Duarte ao Ministro da Agricultura, Mario Meneghetti, em 1957, do qual decorreu a publicação de uma portaria criando uma comissão especial para a formulação do projeto de lei destinado ao patrimônio

pré-histórico e arqueológico nacional (Idem, p. 62).

A Comissão compôs-se de Benjamin de Campos (consultor jurídico do Ministério da Agricultura), de Avelino Inácio de Oliveira (diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral), de Rodrigo Melo Franco de Andrade (diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), de José Cândido de Melo Carvalho (diretor do Museu Nacional) e, por fim, de Paulo Duarte (Comissão de Pré-História de São Paulo) e de José Loureiro Fernandes (Faculdade de Filosofia do Paraná). Cabe lembrar que os dois últimos membros já haviam articulado a aprovação em seus Estados de origem de leis concernentes à defesa dos sambaquis.³⁹ Loureiro Fernandes, como secretário de Educação e Cultura do Paraná e diretor do Museu Paranaense, aprovava, em 1948, a Lei nº 33 destinada à proteção de vilas espanholas e de reduções jesuíticas dos séculos XVI e XVII, e Paulo Duarte, em São Paulo, lograra a criação da Comissão de Pré-História através do Decreto nº 21.935/52 com o propósito de proteger o interesse científico de sambaquis, grutas e lapas.

Em 1957, o presidente da República Juscelino Kubitschek encaminha o estudo do projeto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que o remete de volta com uma exposição de motivos sugerindo alterações para que, assim, pudesse prosseguir rumo ao Congresso Nacional. Regina Coeli da Silva (op. cit., p. 62) chama atenção para as conclusões da comissão de elaboração do texto da lei só citarem como sítios arqueológicos os sambaquis. Naquele mesmo ano, Mario Meneghetti publica no Diário Oficial da União de 23 de dezembro a Portaria nº 1.262, de 19 de dezembro de 1957, como reforço da preservação prioritária dos sambaquis. Os sítios sambaquis passaram, a partir de então, a estar resguardados da concessão de autorização de novas pesquisas e de lavra dessas jazidas até que o Congresso Nacional deliberasse a respeito do anteprojeto nº 3.537B/57, encaminhado por Kubitschek em 26 de novembro de 1957 (Idem, Ibidem).

A lei, no entanto, só seria homologada em 26 de julho de 1961 sob a presidência de Jânio Quadros. Nesse momento, formou-se uma nova comissão

³⁹ No Paraná, o Decreto nº 1.346/52 e a Lei nº 1.11/53. Em São Paulo, o Decreto nº 17.468-B/47.

com o diretor do Iphan/MEC, representantes do Ministério de Minas e Energia, do IPH/USP, da UFPR, da UnB, do Museu Nacional, do Conselho de Expedições Artísticas e Científicas e do diretor do Serviço de Proteção aos Índios com o intuito de regulamentar a Lei nº 3.924, que não chegou a ocorrer devido à conjuntura política instaurada com o golpe de Estado de 1964 (Idem, p. 63; Lima, 2016).

Ainda que o professor Castro Faria não tenha integrado a Comissão de 1957 para a elaboração do texto da lei – devido a uma questão hierárquica o Museu Nacional foi representado por seu diretor à época –, seus estudos sobre sambaquis e as reflexões advindas de sua experiência junto ao campo da preservação do patrimônio serviram de sustentação para o balizamento da forma final da Lei nº 3.924. Esta, por seu turno, prova-se um aperfeiçoamento do anteprojeto de sua autoria apresentado no estudo *O problema da proteção aos sambaquis*, só tornado público em 1959 com sua publicação nos *Arquivos do Museu Nacional* sob justificativa da minuta lá esboçada estar em apreciação “por outros colegas e por consultores jurídicos de organismos governamentais diretamente responsáveis por sua eventual aplicação” (Faria apud Lima, 2016).

Neste estudo, Castro Faria busca definir o que são as jazidas arqueológicas chamadas sambaquis para, assim, circunscrever, ou denunciar, a problemática dos sambaquis, demonstrando

como essas jazidas estão sendo, por ignorância, descaso ou leviandade, criminosamente destruídas; analisamos os esforços quase totalmente improficuos, feitos até agora no sentido de preservá-las; e, por fim, apresentamos, com os devidos comentários, as bases de uma legislação específica, inspirada em paradigma de eficiência indiscutível, que colocaria sob a proteção efetiva do poder público o inestimável patrimônio arqueológico nacional (Faria, op. cit., p. 238).

Castro Faria havia mergulhado desde 1947 no estudo sistemático dos sambaquis, analisando e revisando criticamente a descontinuada bibliografia a respeito, e partindo para o estudo direto desses sítios (Saladino, 2016). Em finais dos anos 1940 e início da década seguinte, o antropólogo obtém o auxílio financeiro do CNPq para suas pesquisas, que se concentrariam nos sítios sambaquis catarinenses da Cabeçada, do Rio Ribeira, de Areias Pequenas, do Cubatãozinho I e II, do Morro do Ouro e do Forte, onde reúne farto material

fotográfico, registra os sítios e testemunha os danos resultantes da exploração econômica e o vulto dos interesses comerciais em jogo (Faria, op. cit., p. 249). Os levantamentos permitem-lhe formular claramente o problema da “utilização do substrato conchífero das jazidas pela indústria de cal, pelos serviços de pavimentação de estradas e de campos de aviação e como material de aterro” (Idem, p. 247).

Entre setembro de 1952 e março de 1953, Castro Faria recebe uma bolsa de estudos da Unesco para viajar à Europa e aperfeiçoar-se nos campos da antropologia. Na França, durante o estágio no Museu do Homem de Paris, dedica-se à análise da legislação francesa para a regulamentação das escavações arqueológicas, tornando-se a *Action de l'Etat à l'égard des Sciences, des Arts et des Lettres – Chapitre 87 Ar – Fouilles Archéologiques, Fascicules de Documentation Administrative* (Ação do Estado a respeito das Ciências, das Artes e das Letras – Capítulo 87 Ar – Escavações Arqueológicas, Fascículos de Documentação Administrativa) a matriz conceitual para embasamento jurídico de seu esboço de lei (Idem, p. 273). A *Carta de Nova Delhi*, de 1956, aprovada na 9ª Sessão da Conferência Geral da Unesco,⁴⁰ favoreceu igualmente os esforços para a aprovação da Lei nº 3.924 ao lançar um olhar para os vestígios arqueológicos como um patrimônio da humanidade, já que se refeririam à história do homem e implicariam o conhecimento das diferentes civilizações em nome do interesse comum (Brasil, 2004, p. 204), além de cobrar providências legais específicas dos países signatários.

Castro Faria (op. cit., p. 262) justificaria no seu estudo em defesa de uma lei específica a limitação imposta pelo DL 25/37 quanto à ação protetora dos bens arqueológicos inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, uma vez que jamais seria possível identificar todas as jazidas arqueológicas merecedoras de tombamento. Por outro lado, o tombamento constituía-se em um empecilho à pesquisa arqueológica, pois implica a conservação inalterável da coisa tombada, indo de encontro, portanto, com o caráter destrutivo das escavações (Idem, p. 263).

⁴⁰ Castro Faria colaborava como parecerista junto à Unesco (Simão, op. cit., p. 432).

Lucieni Simão (op. cit., p. 433) sublinha, ainda, a assimetria de posição de Castro Faria em relação aos intelectuais da Dphan ao questionar os critérios de excepcionalidade e de monumentalidade que orientavam os tombamentos da instituição. No Congresso Internacional de Americanistas, realizado em 1954 em São Paulo, o professor relativizou os parâmetros operantes na agência de preservação ao defender a salvaguarda dos sambaquis pela relevância de seu valor científico equiparável ao atribuído a todos os vestígios das antigas civilizações, ainda que desprovidos de caráter monumental (Idem, p. 432). Para Castro Faria, haveria uma ausência de problematização sobre o que seria o patrimônio histórico e artístico nacional entre os técnicos da Dphan, que teriam, inclusive, se utilizado inadequadamente das categorias da *Carta de Atenas* (1931) para classificar o patrimônio arqueológico brasileiro, o que “implica outra concepção de monumento, absolutamente inaplicável ao Brasil” (Faria apud Simão, op. cit., p. 433).

Como contribuição de Castro Faria para as diretrizes da Lei nº 3.924, destacam-se o princípio de posse imanente dos bens de natureza arqueológica ao Estado, a definição do entendimento de sítios e monumentos arqueológicos ou pré-históricos como jazidas que representem testemunhos e vestígios da cultura dos paleoameríndios de interesse arqueológico ou paleoetnográfico, bem como a regulamentação da realização de pesquisas científicas mediante autorização da Dphan, que se responsabilizaria pela sistematização de dados sobre a arqueologia brasileira (Faria, op. cit., p. 276-285).

O período seguinte à homologação da vulgarmente chamada *Lei do sambaqui* caracterizou-se por uma intensa colaboração de Castro Faria junto à Dphan, ao mesmo tempo em que dirigia a Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. O professor cuidou da estruturação de instruções normativas de regulamentação da exploração de jazidas arqueológicas, além de ter se incumbido da dotação orçamentária da agência federal destinada a projetos em serviço de inventário, documentação e registro de monumentos arqueológicos e pré-históricos, cujos trabalhos de campo supervisionava e para os quais instituiu uma ficha-padrão de cadastro (Simão, op. cit., p. 431).

Em fins dos anos 1960, os laços do professor Castro Faria com a Dphan se afrouxarão, não somente por conta da aposentadoria de Melo Franco em 1967, mas, igualmente, por seus interesses acadêmicos terem se dirigido mais para a antropologia, campo que ajudou a firmar no Brasil através da criação, em 1955, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a qual presidiu no seu primeiro biênio, assim como pela criação dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ e em Antropologia da UFF, dos quais sagrou-se Professor Emérito (Idem, p. 422).

Uma vez distanciado Castro Faria da gestão do patrimônio arqueológico da Dphan, a cooperação do órgão com o Museu Nacional se abrandará e novas soluções para a falta de arqueólogos na casa serão buscadas pelo novo presidente do Iphan Renato Soeiro, que indicará para a pasta de assuntos do patrimônio arqueológico o museólogo e, até então, seu chefe de gabinete, Alfredo Teodoro Rusins, oficializado no cargo em 1970 e alçado a chefe da Divisão de Arqueologia quando da criação desta em 1978 (Saladino, 2010, p. 90). Rusins deu prosseguimento às ações de gestão da arqueologia nos moldes técnicos implantados por seu predecessor no tangente à organização de pesquisas, ao cadastro de sítios e à documentação do arquivo institucional, recorrendo, todavia, aos conselhos de Castro Faria quando necessário. Rusins foi um grande facilitador na liberação das escavações e de recursos financeiros para pesquisa, em particular aquelas ligadas ao Pronapa, e, em pouco tempo, estabeleceu relações de grande proximidade junto aos pesquisadores das instituições científicas do país (Sá; Siqueira, 2007, p. 42 e 213).

O presidente Renato Soeiro, tendo em vista o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 11º da Lei nº 3.924, que trata da inspeção do trabalho de escavações realizadas por particulares e autorizadas pelo Iphan, criará um sistema de Representação para Assuntos de Arqueologia, ativo até o início dos anos 1980. Esse mecanismo encontrado por Soeiro para suprir as crescentes demandas na área da arqueologia consistiu da atribuição de poder a arqueólogos de formação e aos chamados arqueólogos amadores, localizados em diversos pontos do país, com a finalidade de que as propostas de permissão para pesquisas fossem por eles centralizadas e encaminhadas à sede do Iphan para a devida apreciação, cabendo,

inclusive, a esses representantes atender a denúncias de destruição de sítios (Idem, *Ibidem*).

No entanto, a categoria de Representantes do Iphan para Assuntos de Arqueologia não gerou consenso entre os arqueólogos profissionais, que alegavam que esses colaboradores-amadores ultrapassavam os limites de suas atribuições ao embargar algumas de suas pesquisas arqueológicas. Os conflitos daí advindos marcarão o que Saladino (2010, p. 189 e 190) define como a disputa pelo capital simbólico entre a arqueologia acadêmico-científica e a arqueologia preservacionista do Iphan, que dependeu de seus técnicos não-especializados em arqueologia e desses colaboradores externos para encampar o projeto de preservação patrimonial de cunho arqueológico em linhas mínimas de atuação.

Arqueólogos amadores estão no coração do desenvolvimento da arqueologia enquanto disciplina. Os primeiros descobridores da pré-história na Europa eram nada menos que amadores, pouco profissionalizados em termos de metodologia e de normas para a exploração dos sítios e para a coleta dos artefatos, mas competentes eruditos, padres, médicos e professores que pavimentaram o caminho da profissão (de Beaune, *op. cit.*, p. 37). A década de 1960 no Brasil, no entanto, configurará um campo de tensão entre a atuação de grandes amadores e a profissionalização de arqueólogos nos centros universitários por intermédio do Pronapa e da Missão Francesa (Prous, *op. cit.*, p. 11).

Essa disputa vicejará no bojo da campanha de proteção aos sítios arqueológicos, havendo a esse respeito declarado Castro Faria sua expectativa de que “a regulamentação das pesquisas e escavações possa soffrear, ao menos em parte, as arrogâncias do diletantismo pedante e a falta de escrúpulos dos falsos salvadores de preciosidades pré-históricas” (Faria, *op. cit.*, p. 238). O texto da Lei nº 3.924/61, através do Artigo 9º do Capítulo II, corrobora a categoria do profissional ao exigir do requerente particular e do responsável pela realização de escavações a “prova de idoneidade técnico-científica” (Brasil, 2006, p. 27), assim como ao anunciar no Capítulo III da lei que a outra modalidade de pesquisa ficaria a cargo das instituições científicas especializadas da União, dos Estados e dos Municípios. Já o Capítulo IV versa sobre as descobertas fortuitas, e seu Artigo 17º restringe a posse de material coletado por quem quer que seja, ao declarar a posse

e a salvaguarda desses bens de natureza arqueológica ou pré-histórica como direito imanente ao Estado, devendo aquele que os descobriu ao acaso informar imediatamente ao Iphan (Idem, p. 29 e 30).

Ressalte-se no quadro desse embate da arqueologia brasileira o caso do amador Guilherme Tiburtius, imigrante alemão instalado em Curitiba. Altamente interessado pelas antiguidades indígenas, formou uma coleção de instrumentos e esqueletos provenientes dos sambaquis de Santa Catarina e do Paraná a partir de visitas a sítios em fase de destruição, cuja memória ajudou a preservar nos croquis de cortes estratigráficos e nas notas com informações que realizava *in loco*. Com o auxílio do geógrafo João José Bigarella, professor da UFPR e da UFSC, Tiburtius publicou inúmeros artigos sobre suas pesquisas, muitos dos quais até hoje não foram superados cientificamente.

O amador foi, entretanto, vítima da discriminação da profissionalização em curso, sendo acusado de destruir sítios e, com isso, parando suas atividades no Paraná. Sem que houvesse, contudo, pessoal qualificado para empreender as ações de proteção legal sobre os sítios arqueológicos, grande parte do acervo cultural litorâneo do Estado desmantelou-se por atos de vandalismo. O acervo de Tiburtius foi, entretanto, adquirido em 1963 pela Prefeitura de Joinville e alocado no ano de 1969 no Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, especialmente montado para recebê-lo através de parceria com o Iphan encabeçada por Rusins, autor de seu projeto museológico (Prous, op. cit., p. 12).

Os ecos dessa dependência para os assuntos de arqueologia da parte do Iphan em relação à academia e a seus arranjos internos para cobrir a insuficiência funcional ressoarão em Itaipu durante os anos de concepção daquele que seria o único museu de arqueologia da estrutura da agência de preservação. Em 1968, a ainda Dphan solicitará ao Museu Nacional que enviasse uma equipe de especialistas a Itaipu para fiscalizar o estado de conservação do sítio Duna Grande (Kneip, 1979, p. 5).

Para tal tarefa, foi designada a pesquisadora Lina Maria Kneip, geógrafa de formação que ingressou no Setor de Arqueologia do Museu Nacional como estagiária em 1962 sob a supervisão do professor Castro Faria, e que na

instituição fez carreira, tornando-se professora efetiva na década de 1970. Lina Kneip configurou-se como uma referência no estudo dos grupos de pescadores e coletores do litoral do Rio de Janeiro, linha de atuação à qual se dedicou após o estudo particularizado do tema no Sambaqui do Forte de Cabo Frio, objeto de análise de sua tese e de sua dissertação defendidas na USP (Lima, 1999-2000, p. 8).

Kneip registrará, mais de uma década depois desse primeiro contato com Itaipu, no relatório científico das Pesquisas de Salvamento em Itaipu, de 1979, que a pretensão da Dphan era, naquele momento, segundo os planos do arquiteto Edgard Jacintho, “cercar adequadamente o sítio [Duna Grande], e à forma semelhante encontrada para o *Sambaqui do Rio Comprido* localizado em Joinville no Estado de Santa Catarina, promover a pesquisa científica do sítio preservando *in loco* os achados arqueológicos” (Kneip, 1981, p. 51).

Apesar das expectativas e das projeções de Soeiro e de Jacintho para o museu que vinham planejando e do auxílio pontual prestado pelo Museu Nacional, fazia-se necessária a fiscalização constante da área coberta pelos sítios arqueológicos e pelos remanescentes tombados do recolhimento. De tal maneira, no Ofício nº 404, de 3 de março de 1970, Soeiro ratifica as credenciais de fiscalização verbalmente outorgadas por Melo Franco a Hildo de Mello Ribeiro, o interventor da Colônia de Pesca de Itaipu, que se autoproclamava *arqueologista amador* e guardião da Duna Grande, acerca da qual registrava ocorrências sobre construções clandestinas e o corte de vegetação nativa, além de nela coletar artefatos pré-históricos como forma de impedir a dilapidação do patrimônio local por usuários da praia (Arquivo MAI).

Seu Hildo, como é conhecido em Itaipu, é, assim, incorporado como colaborador do órgão, sem com ele manter, entretanto, vínculo empregatício. O colecionador passaria a partir de tal acordo a encarregar-se pelo zelo das dunas-sambauis e das ruínas do Recolhimento, devendo informar a Dphan sobre irregularidades que atentassem contra a integridade dos monumentos. Hildo estava autorizado, inclusive, a tomar providências nesse sentido junto à polícia local ou à Polícia Federal. Conferia-se a Hildo, além do mais, a tarefa de facilitar o acesso dos visitantes às ruínas e aos sítios protegidos, bem como de permitir a

realização de filmagens e de fotografias mais demoradas nesses locais (Arquivo MAI).

Não obstante, ainda que a colaboração dos amadores tenha sido de importância capital para as ações do Iphan no campo da arqueologia, em 1979, com o falecimento de Rusins, que deixou a chefia da Divisão de Arqueologia vazia, e com a articulação Sphan/Pró-Memória, a categoria de representantes do Iphan enfraqueceu-se, até que fosse definitivamente extinta após já não ser mais autorizada a analisar projetos de pesquisa. Consolidou-se a influência dos especialistas do campo científico no concernente às deliberações sobre arqueologia. A parceria com o Museu Nacional fez-se novamente fundamental para o funcionamento da agência e seria retomada com vigor nos anos seguintes, já com Aloísio Magalhães à frente da Sphan/Pró-Memória (Saladino, 2010, p. 93).

Nesse contexto, retorna a Itaipu Lina Kneip, em setembro de 1978, acompanhada da equipe do Museu Nacional para pesquisas de prospecção na orla da região, momento em que se localizou um sítio próximo ao canal da Lagoa de Itaipu, parcialmente destruído pela abertura da estrada de Camboinhas, praia contígua à de Itaipu. Kneip procedeu a seu registro no Iphan com o nome de Duna Pequena, um sítio de cerca de 150 metros de comprimento por 80 a 100 metros de largura, e relativamente menor que a já então conhecida Duna Grande, de altura superior (Arquivo MAI). Ao tomar conhecimento de que as obras na região prosseguiriam com a previsão de urbanização de toda a orla, Kneip intermediou o contato entre o Iphan e a Itaipu - Companhia de Desenvolvimento Territorial (posteriormente Veplan), empresa responsável pelo empreendimento, para que se elaborasse e tivesse lugar uma pesquisa de salvamento para o referido sítio a ser destruído com a perspectiva das obras (Kneip, 1979, p. 5).

As pesquisas ocorreram entre janeiro e março de 1979 com o patrocínio da Cia. Territorial, configurando-se como um dos primeiros casos de pesquisa prévia de sítios arqueológicos em risco iminente de destruição para o aproveitamento econômico, conforme disposto no Artigo 3º da Lei nº 3.924/61.⁴¹ A estratégia de

⁴¹ Saladino (2010, p. 91 e 92) considera o *Projeto Arqueológico Itaipu*, desenvolvido de 1975 a 1983, resultado de convênio entre a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e o Iphan como um

Kneip para a pesquisa mostrou-se inédita ao propor uma abordagem interdisciplinar, que coadunava profissionais de disciplinas diversas, tais como: arqueologia, ecologia vegetal, geocronologia, geologia, palinologia, zoologia de vertebrados e invertebrados, topografia e desenho, e interinstitucional,⁴² objetivando “o estudo da forma de adaptação de culturas caçadoras, pescadoras e coletoras litorâneas e suas correlações com a evolução do meio natural” (Kneip, op. cit., p. 6).



Figura 13: Decapagem no sítio arqueológico Duna Pequena, 1979, autoria L.M. Kneip

A preocupação de Kneip em relação ao salvamento voltava-se para a produção da maior documentação possível do processo de pesquisa arqueológica em vista do plano de urbanização (Kneip, 1981, p. 52), derivando da metodologia de estratigrafia e de decapagem⁴³ cerca de duas mil peças líticas recolhidas ao Museu Nacional e ao Museu Paulista para estudo em laboratório e organização consecutiva de três coleções a serem distribuídas ao Departamento de

divisor de águas no campo do patrimônio arqueológico por ter se tratado da inauguração da era da arqueologia de consultoria que se enraizaria no país nas décadas seguintes.

⁴² Integraram a equipe: Lina Kneip (MN/UFRJ), Luciana Pallestrini (MP/USP), Philomena Chiara (MP/USP), José Luiz Moraes (USP), Padre Rohr (Museu do Homem do Sambaqui), alunos de arqueologia das Faculdades Integradas Estácio de Sá, Dorothy Sue Dunn de Araújo (Feema), Dieter Muehe (UFRJ), Benedicto Francisco (UFRJ), Amaro Andrade (UFRJ), Celica Belem (MN/UFRJ), Fausto de Souza Cunha (UFRJ), Arnaldo Coelho (UFRJ), Iervaldo da Silva (Veplan), Gilson da Silva (Veplan), Jorge Henrique da Silva (Veplan) e Ângela de França (Veplan).

⁴³ Estratigrafia: estudo de sucessivos níveis de ocupação cultural, que aparecem superpostos em um corte geológico. A lei de superposição estabelece que, quando um depósito se superpõe a outro, o superior deve ter se acumulado depois do inferior, desde que não tenham ocorrido perturbações posteriores (Arqueologia brasiliis, 2017). Decapagem: ver nota 1, p. 15.

Antropologia do Museu Nacional, ao Museu Paulista e ao recém-inaugurado MAI.

As coleções foram estudadas preliminarmente e permitiram alguns resultados relativos à reconstituição do quadro arqueológico e ecológico de Itaipu quanto à identificação do basalto encontrado nas cercanias como matéria-prima de escolha preferencial para polidores, percutores e almofarizes;⁴⁴ à constatação da economia do grupo como característica de pescadores da orla marítima graças à prevalência de restos de peixe; à associação dos vestígios encontrados à Tradição Itaipu, estabelecida por arqueólogos do Pronapa, culturalmente correlacionada a grupos de caçadores que ocuparam, com variações, o litoral do Espírito Santo até o Uruguai (Saladino, 2010, p. 248).

Ao término do salvamento da Duna Pequena, iniciou-se na sequência, entre os meses de julho e agosto, a pesquisa do Sambaqui de Camboinhas, registrado no Iphan em 3 de março de 1979 por Kneip, após ter sido informada pela população local da existência de outro sítio além da Duna Pequena e da Duna Grande na vizinhança. Este sítio situava-se semelhantemente em terreno de propriedade da mesma empresa de construção, mas sua delimitação não pôde ser determinada com exatidão pela arqueóloga, que apontou na ficha de Registro de Pesquisa Arqueológica a impossibilidade de fazê-lo “face a sua total destruição” (Arquivo MAI) após as obras de terraplanagem.

O salvamento do Sambaqui de Camboinhas foi indicado por Lina Kneip, ainda que não tivesse sido previsto quando do consentimento e do acordo com a Cia. Territorial para a execução dos trabalhos na Duna Pequena, por se tratar de um dos últimos remanescentes de sambaqui no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Para a pesquisa desse sítio, Kneip contou uma vez mais com a participação de membros da equipe anterior e com o auxílio de Fausto Cunha, geólogo e paleontólogo do Museu Nacional, e de Luciana Pallestrini, chefe do Setor de Arqueologia do Museu Paulista da USP, para a coordenação do projeto.

⁴⁴ Termos técnicos da arqueologia cujos significados são: pedra usada como suporte, fixo ou móvel, para a confecção de objetos polidos (polidor); instrumento empregado para o lascamento de pedras (percutor); pilão usado para moer pequenas quantidades de alimento, pode estar acompanhado da mão do almofariz, espécie de bastão para a moagem (almofariz).



Figura 14: Decapagem no Sambaqui de Camboinhas, 1979,
autoria Luciana Pallestrini

O objetivo principal em relação ao salvamento do Sambaqui de Camboinhas era conseguir a preservação do material arqueológico disponível na forma de blocos testemunhos para que fossem incluídos na exposição do MAI, seguindo, portanto, a mesma orientação dos primeiros trabalhos de Kneip, no início dos anos 1970, no Sambaqui do Forte, em Cabo Frio. Além de manter a mesma linha de abordagem interdisciplinar e de problematização da ocupação do sítio em sua relação com a evolução do meio natural, o projeto viabilizou a coleta de cerca de mil e duzentas peças líticas e obteve êxito na preservação de sete blocos testemunhos graças ao trabalho do arqueólogo amador catarinense João Alfredo Rohr (Rohr, 1981).



Figura 15: Transporte do bloco testemunho encaixotado para o MAI, 1979,
autoria Luciana Pallestrini



Figura 16: Fase de cimentação: colocação da argamassa de cimento por baixo do bloco testemunho, 1979, autoria Luciana Pallestrini.

Os resultados detalhados das duas pesquisas foram publicados na forma de relatórios e de artigos científicos sobre a pesquisa de campo nos livros *Pesquisas de salvamento em Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro* (1979), de autoria de Lina Kneip, e *Pesquisas Arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, RJ*, organizado por Kneip, Pallestrini e Cunha em 1981. Destaque-se de tais estudos, o artigo *A aplicação do método do Carbono-14 em amostras procedentes do Sambaqui de Camboinhas*, do arqueólogo José Luiz de Moraes, do Museu Paulista da USP. A partir de cinco amostras de valvas de moluscos, o pesquisador pôde obter uma sequência cronológica dos eventos ligados às ocupações pré-históricas do sítio pelo referido método, descortinando uma faixa cronológica impensada para a região, situada entre 1410 e 7958 anos AP.⁴⁵ Tal resultado conferiu aos sítios de Itaipu um desenvolvimento lento e gradativo dos mais antigos do Brasil, sendo doze mil anos a referência cronológica mais aceita para o início da ocupação do território (Gaspar, op. cit., p. 8).

Além do propósito científico da pesquisa de salvamento, almejava-se uma finalidade educativo-cultural ao “propiciar à população e à comunidade de maneira geral oportunidades de observar a forma de adaptação de grupos pescadores-coletores-caçadores pré-históricos da região, uma vez que o material

⁴⁵ AP (Antes do Presente) ou BP (*Before Present*) significa, por convenção o ano de 1950, em menção à descoberta da técnica de datação através do Carbono 14 ocorrida em 1952. Assim sendo, a datação apresentada refere-se a um evento acontecido entre 1410 e 7958 anos antes de 1950.

seria exposto no MAI, à época em fase de instalação” (Kneip, 1979). No entanto, as coleções originadas das escavações nos sítios Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas jamais retornaram a Itaipu, à exceção dos blocos testemunhos que, já no mesmo ano das pesquisas, integraram a exposição *Blocos testemunhos*, permanecendo no MAI como parte de seu acervo.

As duas pesquisas comandadas por Lina Kneip em Itaipu e sua ligação com o MAI até 1982,⁴⁶ através do acordo do Iphan com o Museu Nacional, para a organização de sua exposição de longa duração constituíram os eixos principais para a atuação do Museu em torno de uma narrativa sobre o patrimônio arqueológico pré-histórico, tal como pensado pela nova geração de arqueólogos profissionais, porém praticado dentro das limitações e das contingências do Iphan.

4.1.3.

Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro: o tempo expositivo da arqueologia

Hoje é o Museu de Arqueologia, porque muito próximo localizado da fímbria do litoral foi cadastrado um sítio arqueológico sob a forma de uma duna, denominada Duna Grande. Parte desse material que ia aflorando na superfície por ação do vento e até mesmo quando revolvida por curiosos, foi recolhido no museu; sendo o restante do acervo trazido de pesquisas feitas em sambaquis em Cabo Frio (Sphan/Pró-Memória, 1988, p. 55).

Em depoimento de 1988 sobre sua atuação junto ao órgão federal de preservação do patrimônio cultural, o arquiteto Edgard Jacintho dá seu testemunho sobre o projeto de implementação do MAI, associando sua criação à existência de um sítio arqueológico remanescente e próximo às ruínas do recolhimento – a Duna Grande –, de onde proveio, ao lado de coleta de pesquisas arqueológicas, a maior fração do seu acervo.

A perspectiva de Jacintho permite pensar sobre a opção do Iphan pelo uso do bem tombado enquanto um museu destinado à abordagem da arqueologia pré-histórica, que se consolidará na narrativa da exposição de longa duração do museu intitulada *Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio*, não de imediato inaugurada com a

⁴⁶ A partir de meados dos anos 1980, Kneip passará a se dedicar quase que exclusivamente ao estudo de sítios de Saquarema, município onde desempenhou um papel ativo na preservação do patrimônio arqueológico local através da sensibilização da população e do poder público para o conjunto de sambaquis lá ainda existentes (Lima, 1999-2000, p. 10).

abertura do museu em março de 1977, mas cinco anos depois, permanecendo como sua principal exposição até o ano de 2009.

A exposição de um museu tem por finalidade operacionalizar, por meio de objetos, uma via de compartilhamento entre aquele que vê e a representação de um tempo, na maioria das vezes, pretérito e já desmaterializado, mas ressignificado na narrativa dos museus, que proporciona a visualização do que dele restou em peças e fragmentos (Pomian, 1984, p. 66 e 67). Os museus de arqueologia possuem uma forma particular de tratar suas peças, uma vez que essas guardam como traço comum o fato de terem sido recolhidas ao acaso de descobertas ou por meio de escavações, mais ou menos, metódicas. Antes de se tornar semióforos e de se prestarem a estar sob o jugo do olhar alheio para extrair ensinamentos sobre seu estado primordial e relacional junto a outros objetos, essas peças foram produto de descarte intencional ou não (Pomian, 1988, p. 59).

Pomian estabelece o caráter de corte de época dos objetos expostos, ou seja, de fratura entre o passado de onde provém e o presente em que foram achados e coletados, como o diferencial para o que o autor define como *museu arqueológico-artístico* e *museu arqueológico-tecnológico*. O primeiro adquire sua forma no século XVIII e na primeira metade do XIX com as escavações em Pompeia e Herculano, e tem por intenção apresentar a arte do passado como uma expressão suprema do homem. Seus objetos representam a arte das grandes civilizações e são, portanto, desde a sua origem semióforos que manifestam o que os homens têm em si de universal e que nos museus ganharão um novo significado pautado pela crença na educação estética da humanidade (Idem, p. 60 e 61).

O museus arqueológico-tecnológicos, por sua vez, surgem na segunda metade do século XIX conjuntamente à descoberta da antiguidade do homem e à colonização de novas regiões e de povos culturalmente diversos do referencial europeu (Idem, p. 62). Os objetos que compõem esses museus passaram quase todos por uma mudança de estatuto em relação a sua função primeira, para, só então, tornar-se semióforos. Estes são museus essencialmente de cultura material, onde são reunidas todas as produções humanas que garantiram a reprodução de uma sociedade em um determinado ambiente (Idem, p. 60). Instrumentos de

pedra, vestígios ósseos e restos de animais e plantas transformam-se, assim, em fontes de conhecimento histórico entre o presente e o passado distante da história universal, mas também da história local, pois acolhe vestígios de todas as culturas desde as primeiras ferramentas dos hominídeos dispersos em todos os continentes.

A forma de expor dos museus arqueológico-tecnológicos, tradição da qual o MAI partilha, difere daquela do museu arqueológico-artístico, no qual, supostamente, as obras *falam* com eloquência e dispensam maiores comentários em suas legendas explicativas. Em contrapartida, os museus de cultura material pré-histórica dificilmente descartam o emprego do maior número possível de recursos imagéticos, textuais e de caráter científico para compor um quadro de informações sobre os objetos expostos com o intuito de amparar o visitante na representação, em seu pensamento, do passado desses objetos repetitivos, de uso cotidiano e, raramente, excepcionais (Idem, p. 58).

A construção de uma narrativa museológica, aqui compreendida, segundo a noção de Francisca Hernández (2010, p. 239), como a capacidade que os museus possuem de contar histórias ao servir-se dos objetos, das imagens e de outros elementos que sejam portadores de significação e que contribuam para a conformação de um discurso construtivo textual, cujo significado último é a história que se quer narrar, ficará, no caso do MAI, a cargo de Lina Kneip e de Maria Lúcia Goulart, esta, arquiteta do Museu Nacional recomendada à Dphan pela arqueóloga.

Em Ofício de 26 de outubro de 1976 (Arquivo Central do Iphan/RJ), Kneip encaminha a Renato Soeiro o *Projeto para uma exposição arqueológica no recolhimento de Santa Teresa – Itaipu – RJ*, o qual tencionava mostrar as diversas fases de uma pesquisa arqueológica em sambaquis, mais especificamente, no Sambaqui do Forte, em Cabo Frio (RJ), onde atuara Kneip. Diretamente envolvido com a criação do MAI e sem dispor de uma equipe fixa para o Museu, Soeiro solicita a Luiz Emigdio de Mello Filho, diretor do Museu Nacional, em 11 de novembro daquele mesmo ano, a cessão de Kneip e o empréstimo de material arqueológico de sua pesquisa no litoral de Niterói a Cabo Frio para que se viabilizasse a instalação futura do MAI, acompanhada de uma exposição

inaugural, com o que prontamente concorda Mello Filho (Arquivo Central do Iphan/RJ).

A exposição *Abordagem da arqueologia brasileira* foi inaugurada coetaneamente à abertura do MAI ao público em 22 de março de 1977. Para sua elaboração, Kneip e Goulart contaram com a participação de pesquisadores do Museu Paulista (USP), do Museu Nacional (UFRJ) e do Instituto de Geociências da UFF e do Centro Brasileiro de Arqueologia (CBA).⁴⁷ No mesmo Ofício de 26 de outubro de 1976, em que apresenta o projeto expositivo a Soeiro, Kneip registra que, a princípio, pretendia expor o material da Duna Grande coletado por Hildo de Mello Ribeiro, mas que surgira um problema: “classificar tipologicamente o material lítico é tarefa das mais simples mas o mesmo não acontece em relação à fauna e restos ósseos humanos” (Arquivo Central do Iphan/RJ). Para tanto, a arqueóloga indica a necessidade de estudos comparativos e de laboratórios especializados, e que, caso autorizados, ela procederia à identificação e programaria uma exposição com o material (Idem, p. 1 e 2).



Figura 17: Planta baixa do MAI, 2014, autoria Diana Amaral

A exposição ocupou o outro único espaço coberto das ruínas além da capela, hoje identificado como sala de exposições de curta duração. Os vinte e oito objetos efetivamente expostos na mostra originaram-se da pesquisa patrocinada pelo Iphan e pela UFRJ no Sambaqui do Forte de Cabo Frio, ocorrida

⁴⁷ O CBA é uma associação cultural de caráter técnico-científico, fundada em 21 de novembro de 1961, quatro meses após a promulgação da Lei nº 3.924/61, por trinta e nove membros e que teve como primeiro presidente por dez anos o Ministro Gama Filho. O CBA vem realizando, desde então, cursos e pesquisas de campo e mantém a edição da *Revista Brasileira de Arqueologia*.

entre 1971 e 1974 e conduzida por Lina Kneip, deixando implícito, portanto, que as análises laboratoriais sugeridas pela arqueóloga em relação ao acervo da Coleção Hildo não sucederam. A mostra foi composta, ainda, por dez fotografias que registraram as fases de escavação na pesquisa do Sambaqui do Forte e quatro textos explicativos sobre: a natureza do sambaqui, as etapas de uma escavação, as práticas alimentares e os costumes funerários da cultura sambaqui. Esses textos formavam conjunto com sete vitrines que exibiam arranjos tipológicos de líticos, ossos, conchas e restos de fauna e uma reconstituição de sepultamento (Araújo, 2015, p. 156).

Outras duas exposições de autoria de Kneip e Goulart tiveram lugar no MAI em 1979. Uma delas chamada *Blocos testemunhos* foi instalada na capela do recolhimento, e apresentava seis blocos preservados da pesquisa no Sambaqui de Camboinhas, sua pretensão era, segundo sua projetista Maria Lúcia Goulart (1981, p. 126), “levar ao público, através de uma composição expositiva moderna, a mensagem global de um sambaqui com seu conteúdo cultural, faunístico e sedimentológico”. A outra exposição denominava-se *Arte rupestre no Brasil* e compunha uma amostra de reproduções de pinturas rupestres existentes nos Estados de Minas Gerais, da Paraíba e do Piauí. No entanto, essas três primeiras exposições não ultrapassariam o ano de 1980, quando o MAI precisou ser fechado em virtude da realização de obras no edifício e da falta de equipe para manter suas atividades rotineiras.

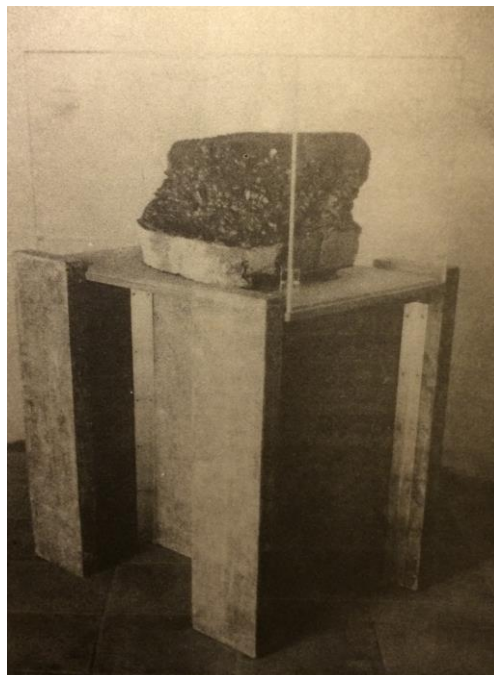


Figura 18: Exposição *Blocos testemunhos*, 1979, autoria Maria Lúcia Goulart

Em 19 de novembro de 1982, o MAI será reaberto graças a um termo de cooperação, assinado em 11 de agosto do referido ano, entre a, já então, Sphan/Pró-Memória e a Empresa Niteroiense de Turismo S.A. (Enitur) para a promoção e funcionamento do MAI (Arquivo Central do Iphan/RJ). Neste termo, coube à Fundação Nacional Pró-Memória a gestão técnica, administrativa e financeira do Museu e à Enitur toda a parte de divulgação e comunicação, além de provimento de uma equipe no local com dois guardas de sala e dois orientadores de visitação. O marco desta reinauguração foi a montagem de uma nova exposição que viria a definir, por quase três décadas, a principal linguagem utilizada pelo MAI para estabelecer elos com o seu público.

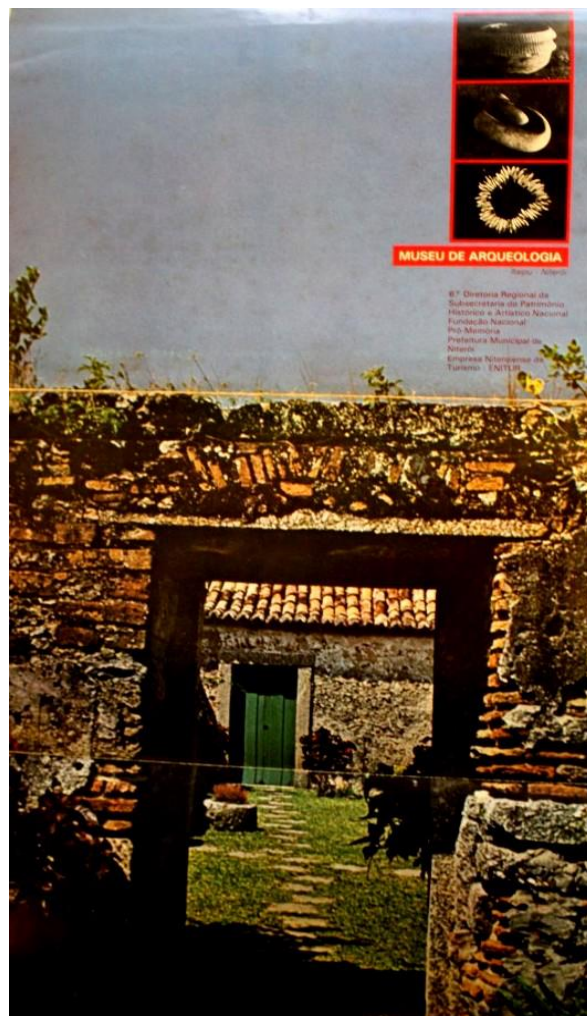


Figura 19: Cartaz da reabertura do MAI de 1982
(Arquivo Central do Iphan/RJ)

A concepção de conteúdo e a seleção de peças para a exposição nomeada *Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio* foi entregue uma vez mais às mãos de Lina Kneip e de Maria Lúcia Goulart, coordenadoras das atividades culturais do MAI, participando deste processo as arqueólogas do Museu Nacional Débora Barbosa, Elisa Botelho, Filomena Crancio, Lina Maria Kneip, Maria Cristina Tenório, Maria Dulce Gaspar e as arqueólogas do Instituto de Arqueologia Brasileira Eliana Carvalho e Lilia Cheuiche Machado. À Sphan/Pró-Memória coube disponibilizar, tanto em 1982 quanto em 1994 na remontagem da mostra, os profissionais da 6ª Diretoria Regional do órgão,⁴⁸ à qual estava vinculado o MAI administrativamente, para operacionalização e montagem do projeto expositivo.⁴⁹

⁴⁸ Através da Portaria nº 230 de 1976, o Iphan estabeleceu um novo organograma que criou a Divisão de Museus e Difusão Cultural (museus e casas históricas); a Divisão de Arqueologia e as

Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio foi montada na sala de exposições de curta duração que compõe parte da edificação histórica. Sua proposta narrativa encadeou-se pelo viés expresso em seu título, sendo assim declarado no texto inicial da exposição:

Com base em pesquisas arqueológicas realizadas na faixa litorânea do Estado do Rio de Janeiro que vai de Niterói a Cabo Frio, é possível afirmar que nossas praias foram povoadas em épocas anteriores à chegada dos europeus, no século XVI, por grupos com identidades culturais definidas e diferenciadas.

É o que esta exposição apresenta, através de achados arqueológicos como restos de alimentação, sepultamentos e peças de variadas funções. Eles indicam os diferentes modos de adaptação por que passaram os primitivos habitantes do Brasil.

Três grupos aparecem aqui representados: o de sambaquis, dunas e o de sítios cerâmicos (Arquivo MAI).

A tônica da exposição seria, portanto, explorar, a partir de uma perspectiva diacrônica, a reconstrução do passado dos grupos que povoaram o litoral de Niterói até Cabo Frio, e que deixaram como traços os sítios sambaquis, as dunas e os sítios cerâmicos. Assim organizada, a mostra possibilitaria uma melhor compreensão por parte do visitante do que teriam sido esses processos culturais da pré-história do Estado. Essa abordagem, é preciso frisar, constitui uma contribuição direta, convenientemente adotada para a exposição do MAI, dos estudos de Lina Kneip realizados em seu mestrado e em sua tese de doutorado, orientados por Luciana Pallestrini na USP, respectivamente: *Identificação espacial de atividades humanas e suas implicações: Sambaqui do Forte* (1974) e *Pescadores e coletores pré-históricos do litoral de Cabo Frio* (1977).

A museografia ordenou-se em função do tema escolhido e considerou como recursos a utilização de nove vitrines dispostas ao longo das paredes

Diretorias Regionais, essas, diretamente ligadas à Presidência da instituição, passaram a responder, em âmbito estadual, pela coordenação, planejamento, operacionalização e execução das ações do Iphan, articulando-se às esferas de poder local, organismos e instituições da sociedade civil ou empresas para estabelecer parcerias em prol da preservação do patrimônio cultural (Iphan, 2016b; Saladino, 2010, p. 141).

⁴⁹ Equipe de montagem da 6ª DR de 1982: Yara Mattos (Setor de Museologia), Regina Coeli da Silva (Setor de Arqueologia), Gisela Abad (Núcleo de editoração), Pedro Lobo (Fotos), Gerson Conforto (Desenhos), Bernardo Mendonça (Redação), Manoel Dias, Marina Byrro, Mauro Pazzini e Meise Caetano (Normografia). Equipe do MAI da remontagem de 1994: Ada Camargo (Museóloga Responsável), Elizabeth Caldas (Setor Educativo), Manoel dos Santos (Serviços Gerais) e Classe A (Limpeza); equipe da 6ª Coordenadoria Regional (antiga Diretoria Regional): Rodney Ribeiro (Assessoria de Promoção e Divulgação), Oswaldo Ulhôa (Programador visual), Antônio Carlos Correia (Serviços gerais) e Eduardo Mello (Arquivo do IBPC).

associadas a textos breves e didáticos, afixados em painéis presos às paredes, complementados por ilustrações, fotos e um mapa dos sítios litorâneos identificados até então.



Figura 20: Vista geral da exposição, sem data e sem autoria (Arquivo MAI)

O núcleo referente aos sítios sambaquis é representado por uma foto do Sambaqui do Forte e por dois blocos testemunhos do Sambaqui de Camboinhas, um deles datado de, aproximadamente, seis mil anos, sendo ambos usados para retratar parte de um solo ocupado pelo homem pré-histórico. Havia duas vitrines expondo restos de alimentação e o uso de lascas de quartzo para práticas de caça, coleta e pesca com a identificação taxonômica das espécies nas legendas. Outros objetos de funções mais definidas, como a indústria lítica, obedeciam a uma apresentação tipológica, classificando conjuntos de percutores, almofarizes e machados de pedra, e ilustrando com imagens uma técnica de lascamento e um exemplo de amarração de um machado. Para algumas peças, existia uma sucinta explicação a mais sobre sua função quando traziam atributos particularizados que fugiam ao padrão, por exemplo: *uma placa polida e perfurada* que provavelmente foi usada como adorno ou, ainda, *peça com depressão* que teria sido usada como suporte para quebrar sementes, além de um almofariz desgastado que explicava seu uso para esmagar com percussões e pressões os alimentos.

Esse núcleo enfatizava a noção da formação artificial dos sambaquis como uma composição acumulativa de restos de alimento associada a uma concepção

do grupo como nômade, frequentemente em deslocação “à procura de novas fontes de alimentação, sempre que se esgotavam no local anteriormente escolhido” (Arquivo MAI). O estado do saber arqueológico a esse respeito foi, atualmente, relativizado, senão superado, pela visão de conjunto dos sítios articulados em torno de uma complexidade social antes ignorada (Gaspar, op. cit., p. 27).

O núcleo referente à ocupação sobre dunas apresentava os grupos que as haviam habitado como semelhantes culturalmente aos sambaquieiros, diferenciando-se por terem se dedicado mais à pesca do que à coleta de moluscos, hipótese certamente fundada no fato de que o assentamento sobre duna é caracterizado pela predominância de sedimento arenoso em detrimento do malacológico. A Duna Grande era mostrada em fotografia e as peças expostas compreendiam artefatos de osso e de conchas com função de adorno e de caça, sendo as últimas ilustradas com um exemplo de amarração de pontas de flecha. No centro da sala, havia uma reconstituição de sepultamento de um adulto do sexo feminino em um sítio tipo duna, acerca do qual se ressaltava a importância para o estudo cultural do grupo a partir desse registro de suas práticas religiosas e da conformação física dos indivíduos.



Figura 21: *Aspectos da pré-história*, sem data e sem autoria (Arquivo MAI)

O terceiro núcleo abordava em quatro vitrines os sítios cerâmicos e sua ocupação por aldeias indígenas, cuja fixação seria mais permanente, em relação aos sambaquis, graças ao desenvolvimento da agricultura, tendo ocasionado como consequência o surgimento da cerâmica. O texto apresentava duas técnicas de manufatura de cerâmica e diferentes técnicas de decoração, que eram exemplificadas por peças da tradição tupi-guarani, ressaltando o hábito de sepultamento de seus mortos dentro de urnas funerárias de cerâmica.



Figura 22: Núcleo dos sítios cerâmicos, sem data e sem autoria (Arquivo MAI)

Ao final do circuito sugerido, além dos créditos às equipes, constava um último painel com a *Procedência das peças*. Nele eram listados os sítios arqueológicos que haviam sido objeto de pesquisa de Lina Kneip e do IAB nos Municípios de Niterói, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Araruama e Cabo Frio relacionados à numeração de parte das peças ao longo da exposição. Constan desse quadro trinta e duas peças com suas respectivas indicações de origem e nove peças identificadas como *Coleção didática/Sem referência*.

Existe, no entanto, uma incongruência quanto aos números apontados no painel, especialmente quando considerado o material devolvido as suas instituições de origem em 2010, após a montagem da exposição *Percursos do tempo: revelando Itaipu*, que veio a substituir *Aspectos da pré-história* como exposição de longa duração do MAI. De acordo com a documentação institucional

do Museu, cinquenta e quatro peças foram listadas e enviadas ao Museu Nacional por meio do Ofício nº 059/2010/MAI, de 7 de junho de 2010. Ao IAB, por sua vez, foram retornadas cinquenta peças, número expressivamente superior às dez peças elencadas no painel, pois, segundo consta do Ofício nº 007/2010/MAI, de 9 de março de 2010, todos os ossos humanos usados na vitrine de simulação do sepultamento estavam sob a guarda do IAB.

Em 28 de fevereiro de 2002, através do Ofício nº 36, Alex Kugland de Azevedo, diretor do Museu Nacional, solicita a Thaís Pessoto, superintendente regional da 6ª SR do Iphan,⁵⁰ a devolução de setenta e duas peças emprestadas em 1993, por um prazo de um ano, para compor a exposição que estava sendo remontada. A essa demanda responde a responsável pelo MAI, Vera Lúcia Gigante Carvalho, identificando somente quarenta e cinco peças na exposição e informando à superintendente que sua remissão ao Museu Nacional “comprometerá seriamente nossa exposição de longa duração e consequentemente o trabalho educativo que vem sendo desenvolvido junto às escolas, à comunidade local e ao público em geral” (Arquivo MAI). As peças permaneceram, de tal modo, no MAI até seu definitivo retorno ao Museu Nacional em 2010.

Ao longo de vinte e sete anos, muitos foram os percursos e destinos desconhecidos das peças da exposição, havendo algumas desaparecido e outras sido substituídas, ao que parece, por peças da coleção do MAI. Os descaminhos em relação ao acervo em exposição podem ser atribuídos à inconstância de funcionamento da instituição face à deficiência de um quadro funcional fixo, tendo por esse motivo o museu sido fechado à visitação entre os anos de 1980 a 1982, de 1989 a 1991 e por três meses em 1997. Ressalte-se que sua equipe técnica permanente nunca dispôs de um arqueólogo, e que a primeira museóloga efetivamente lotada no Museu só foi incorporada em 2006 após o concurso público do Iphan de 2005, situação tonificada em 2010 com a entrada pelo concurso do Ibram de mais um museólogo, de um antropólogo e de um educador.

O ponto, entretanto, que merece registro é que das cento e quatorze peças computadas em 2010 após a desmontagem de *Aspectos da pré-história*, cinquenta

⁵⁰ Anteriormente Diretoria Regional, depois Coordenadoria Regional, Superintendência Regional e, hoje, Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro.

e quatro integravam o acervo do Museu Nacional, cinquenta o acervo do IAB e somente dez o acervo do MAI. Além disso, essas poucas peças lá expostas tuteladas pelo Museu – quais sejam: dois blocos testemunhos, sete lascas de quartzo e um almofariz –, não eram identificadas como acervo institucional. Somente os blocos testemunhos possuíam sua procedência do Sambaqui de Camboinhas indicada, e um deles sua datação de 6000 anos AP realizada no contexto das Pesquisas de Salvamento. As outras oito peças citadas como *coleção didática/sem referência* e desprovidas de outras informações são precisamente aquelas que derivam da coleção do arqueólogo amador Hildo de Mello Ribeiro, e que compõem desde a fundação do MAI, em 1977, o seu principal acervo.

Ao analisar com olhar atento os aspectos formais, conceituais e circunstanciais que embalsamaram a realização de *Aspectos da pré-história*, sou levada a questionar nessa representação da memória da arqueologia do litoral do Rio de Janeiro o lugar marginal destinado a Itaipu e a sua arqueologia nativa em proveito de uma arqueologia eminentemente acadêmica. Nesse sentido, a exposição de longa duração parecia, assim, mais se concretizar como uma contradição ao que Renato Soeiro e Edgard Jacintho entendiam como o cerne da memória local a ser propulsionado pelo MAI através da articulação entre a realidade arqueológica de Itaipu, cujos sítios estavam em franco processo de destruição, e os aspectos da geografia, dos costumes e dos modos de viver da região, potencialmente atraentes para fomentar o desenvolvimento econômico de Itaipu pelo viés turístico.

Primeiramente, os rumos trilhados pela exposição proscreviam de sua narrativa a temporalidade do Recolhimento de Santa Teresa. Diferentemente de outros museus regionais do Iphan, cuja temática definia-se em função do valor histórico ou estético do monumento tombado, a opção por essa narrativa sobre a pré-história alijou de seu discurso a história da antiga instituição religiosa de clausura feminina, assim como os usos posteriores do prédio como moradia de pescadores da região. Por conseguinte, o valor de antiguidade suscitado pelas ruínas que, outrora, as qualificara como monumento digno de inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes tornou-se igualmente secundário e suplementar.

Por seu turno, a pesca artesanal de Itaipu, considerada nos pareceres técnicos da agência de preservação como elemento constitutivo da ambiência local e sugerida por Soeiro como gancho para estabelecer a ligação com aqueles que seriam os antepassados que ali viveram em um período de tempo recuado a uma pré-história de até 7958 anos AP (Moraes, op. cit., 1981), também não encontrava lugar na exposição. Lembre-se que com “o propósito de se organizar (...) exposição sobre o pescador de Itaipu” (Arquivo MAI), Kneip havia, inclusive, intermediado a cessão de um antigo barco pertencente ao mestre de pescaria José Rodrigues Lopes para tornar-se peça do Museu, conforme consta da negociação junto à Colônia Z-7 registrada em Ofício de Lina Kneip, de 5 de outubro de 1979, para Edgard Jacintho.

No que lhe concerne, a arqueologia de Itaipu fora timidamente explorada, só aparecendo na forma de uma fotografia da Duna Grande e dos blocos testemunhos, sem, entretanto, aprofundar a relação do patrimônio com o seu contexto de origem. O espectador tinha, assim, uma percepção desfocada desse elemento central que justificou e embasou a criação do Museu. Os sítios arqueológicos de Itaipu que tinham sido, há poucos anos, pesquisados por Kneip e sua equipe desconheciam sua abordagem na exposição, pois o conhecimento produzido a partir das Pesquisas de Salvamento em Itaipu, assim como as coleções delas originárias só transpuseram os muros dos laboratórios do Museu Paulista e do Museu Nacional na forma de artigos científicos.

Por fim, a coleção de cerca de mil objetos reunidos nas rondas locais de Hildo de Mello Ribeiro era ofuscada na mostra. As peças do MAI, que são de natureza muito similar às do Museu Nacional e às do IAB referentes a sambaquis e dunas, haviam sido descritas por Kneip como “uma apreciável coleção constituída de artefatos líticos, artefatos ósseos, concreções, matéria corante, ocre, restos ósseos humanos e remanescentes de fauna (aves, peixes e mamíferos)” (Kneip, 1978, p. 1).

Entretanto, sua presença na exposição é preterida e representada de forma díspar proporcionalmente à quantidade de peças das outras duas instituições – a Coleção Hildo perfazia 7% do total de peças expostas –, além de serem desprovidas de maiores especificações ou de menção àquele que as recolheu,

enquadrando-se na categoria de coleção didática e sem referência. O motivo que alicerça tal privação no âmbito da narrativa institucional ressoa da importância que lhe é atribuída, argumentando a arqueóloga Lina Kneip que:

Desprovida de indicação estratigráfica tal coleção não possui valor científico. Constitui, por sua vez, excelente material didático – treinamento de alunos interessados no estudo da indústria lítica, identificação zoológica das espécies faunísticas, exposições de caráter técnico-divulgativa, etc. – podendo ainda auxiliar nas pesquisas que futuramente forem desenvolvidas no sítio (Idem, p. 2, grifo nosso).

A carência de valor científico observada na coleção do fiscal de pesca apoiava-se na falta de informações sobre a origem do material arqueológico, tais como as referências estratigráficas, espaciais e cronológicas, e demais objetos e estruturas presentes no solo escavado, saber não dominado por Hildo e que impossibilitaria, portanto, o conhecimento do funcionamento dos sistemas socioculturais extintos no que dizia respeito ao contexto de sua produção, utilização e deposição (Heringer, 2014, p. 45; Lima apud Saladino, 2010, p. 253).

A despeito da explicação acadêmico-arqueológica que justificava a desqualificação do valor científico da coleção, Kneip, ainda assim, vislumbrou seu valor didático, sem ter, entretanto, proposto qualquer atividade nesse sentido. Sem embargo, é possível que a relação entre a arqueóloga e Hildo tenha sido matizada por tensões. Os registros e anotações pessoais de Hildo, hoje alocados no Arquivo do MAI, indicam que o fiscal acompanhou a intervenção de Kneip na região durante as escavações em Camboinhas e em Itaipu, auxiliando a bióloga Dorothy Sue Dunn de Araújo, chefe do Serviço de Botânica Aplicada da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), na realização de excursões ao Morro das Andorinhas entre agosto de 1979 e setembro de 1980 para a coleta de material botânico e levantamento geral sobre a vegetação nativa (Arquivo MAI; Dunn de Araújo; Vilaça, 1981, p. 28).

Não se estranha a proximidade de Hildo ao grupo de pesquisadores, afinal ele era o único agente colaborador do Iphan com presença permanente na região. Não obstante, seu trabalho parece ter sido alvo de questionamento logo que Kneip e Goulart assumem a missão de programar as atividades educativas e culturais para o MAI (Araújo, op. cit., p. 57), posto que, em Ofício datado de 24 de janeiro

de 1979, Hildo solicita outra vez mais a Renato Soeiro a outorga e a ratificação de suas credenciais anteriormente concedidas enquanto fiscal de Itaipu.

Logo depois, em resposta no Ofício de 2 de fevereiro de 1979, Soeiro explicita as atribuições cabidas a Hildo de Mello Ribeiro, que deve “colaborar com os atuais encarregados do Museu de Arqueologia, apoiando-os sempre que solicitado e quando se verificar situação irregular ou ameaça ao monumento” (Arquivo Central do Iphan/RJ). A conjuntura inferida da comunicação oficial sugere que Hildo não só estava preocupado em garantir sua categoria de influência em Itaipu, mas que Kneip também estava cuidando de delimitar o seu lugar na hierarquia do Iphan enquanto gestora do MAI e responsável pelos sítios arqueológicos da região, ao mesmo tempo, cerceando a atuação fiscalizadora do interventor de pesca no que essa interferia nas atividades para as quais fora convocada por Soeiro para desempenhar em Itaipu.

Esse atrito, ao menos inicial, que se colocou no trato entre Kneip e Hildo explicita a dissonância anteriormente abordada que permeava a relação entre os arqueólogos do campo acadêmico-científico e os agentes colaboradores do Iphan. É possível daí depreender que para Kneip a categoria *amador* facultada a Hildo não se equiparava, por exemplo, à de arqueólogo amador do Padre Rohr, reconhecido pesquisador de sambaquis catarinenses que integrou seu grupo de pesquisadores em Itaipu. Hildo distanciava-se, portanto, da figura de estudioso e de profundo conhecedor da cultura material dos habitantes de um passado longínquo de Itaipu, com quem Kneip pudesse dialogar, para circunscrever-se mais à função policalesca de fiscal do Iphan e de interventor de pesca da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), imbuído, não se pode negar, de um espírito preservacionista, mas que se colocava naquela conjuntura como polo oposto no campo das forças em disputa na arqueologia brasileira.

Considerando que a elaboração do discurso expositivo pelos objetos cria um universo simbólico que extrapola a linguagem (Hernández, op. cit., p. 214), busquei, assim, problematizar a construção e o rearranjo de memórias e de projetos que se estruturaram na exposição do MAI em torno de uma representação da arqueologia pré-histórica. Esse passado fragmentário ali ganha consistência e significado ao narrar, velada e indiretamente, os embates em jogo no campo

formativo da pesquisa moderna em arqueologia, que, nos anos 1960 e 1970, estava sendo sistematizado e organizado (Prous, op. cit., p. 13).

O discurso de memória que se consubstanciou como exposição, quando esmiuçado para além da visualização da representação museográfica, levando em conta, para tanto, as possibilidades de preservação do patrimônio arqueológico pelo Iphan, o acautelamento jurídico dos monumentos arqueológicos e pré-históricos e a história da conformação da disciplina no Brasil, permite crer que, sub-repticiamente, ela compôs um espectro da querela atinente à profissionalização de arqueólogos no país e ao antagonismo travado por esse grupo, que se tornaria dominante, em relação aos amadores, cuja atuação era encarada como uma concorrência sobre a autoridade da palavra final acerca do fazer da pesquisa arqueológica e do dizer sobre os vestígios do passado.

A exposição de uma extensa e longa duração – ao todo vinte e sete anos em exibição – terminou por fossilizar e enquadrar a memória preponderante de um grupo em processo de constituição e de afirmação identitária (Pollak, 1989, p. 9) em um nível diferenciado daquele previamente imaginado para o MAI. A candente tensão entre lembrar e esquecer foi, assim, agenciada pelo uso de objetos da pré-história que exerciam pela separação e pela exclusão, e inclusive pela destruição, dos artefatos da Duna Grande, da Duna Pequena, do Sambaqui de Camboinhas e da figura do colecionador Hildo de Mello Ribeiro, uma legítima *arte do esquecimento*, como propõe Adrian Forty (1999), quando poderiam, por contraste, ter materializado a memória local em lugar de produzir parte desse processo de apagamento social.

Sendo insuficiente no Iphan das décadas de 1970 e 1980 a prática de preservação do patrimônio arqueológico, levada a cabo por um punhado de técnicos especializados, restou ao órgão lidar com o seu paradoxo idiossincrático em Itaipu. Em outras palavras, reconhecer a importância da contribuição de Hildo de Mello Ribeiro como fiscal do monumento tombado e dos monumentos arqueológicos protegidos, sendo por agentes do Iphan identificado, ainda hoje, como *guardião da memória* e um “exemplo de conscientização e cidadania” (Najjar, 1997, p. 21), e, por outro lado, arcar com os efeitos de sua sublimação na linguagem expositiva do museu de arqueologia do Instituto face a sua

subserviência em relação à interferência da comunidade de arqueólogos do campo científico para a consecução de suas atividades de preservação e, até mesmo, de comunicação cultural.⁵¹

Todavia, nenhuma exposição e seu discurso de memória são fixos e estanques o suficiente para hegemonizar e eternizar os valores em disputa ou em confluência em uma determinada conjuntura (Ferreira, 2012). Tal como a experiência de tempo dos arqueólogos profissionais foi legitimada pela exposição do MAI, novas camadas de memória se reacomodarão a partir dessa sobreposição ao estrato de tempo operante na Vila de Pescadores de Itaipu.

⁵¹ Cabe mencionar que, em 2005, o MHN solicitou ao MAI o empréstimo em regime de comodato de cerca de vinte peças da Coleção Hildo de Mello Ribeiro para afigurar no núcleo *Oreretama* de sua exposição de longa duração. Perpetua-se nessa mostra, ainda em cartaz, a obliteração do colecionador, constando dos textos e das legendas a procedência das peças do sítio Duna Grande, bem como tratar-se de acervo sob responsabilidade do MAI, mas não a indicação de sua coleta e formação da coleção pelo *arqueólogo amador*.

4.2.

Nascidos e criados em Itaipu: lembranças de pescador

4.2.1.

Vila de Pescadores de Itaipu: a tradição da pesca artesanal

A minha família, tanto a do meu pai quanto a da minha mãe, então a minha antidade do meu sangue, da origem da minha família, (...) eu acho que a minha família tem mais de 200 anos aqui, em Itaipu. A minha, a de Jairo, a do pai de Lula, tá entendendo? A de Seu Chico, essa família, do Seu Neneco, entendeu? Essas família, eu digo pra você, que não tem menos de 200 anos em Itaipu de antidades que passaram de geração pra geração. Porque você olha, o meu pai ele nasceu em 1905, as documentações dele tão toda lá em casa, documentações federais: matrícula da Marinha, na época Policlínica dos Pescadores, tudo isso aí foram órgãos federais, né. (...) Só minha antidade entre meu pai e eu é de 173, mais os meus avós, que não tenho documento, mas os meus avós também já eram daqui, então passa de 200 anos (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Sou nascido em Itaipuaçu, eu vim pra aqui com oito anos, eu vim pra aqui por intermédio do meu pai, meu padraço. Meu pai quando faleceu eu tinha cinco anos de idade. Meu pai morreu com 36 anos de idade, aí foi quando minha mãe ficou viúva e se juntou com meu pai [padraço], aí a companhia dele foi com cinco anos, ele morava aqui em cima [no Morro das Andorinhas], então ele era viúvo, mas já tinha casa aqui. Se juntou com minha mãe e perguntou se não queria vim pra cá, aí a gente veio pra cá. Ele era pescador. (...) Meu padraço nasceu aqui em 5 de agosto de 1888, e o pai dele já morava aqui. Por isso que eu digo a você, nossa comunidade aqui é de mais de 200 anos, só eu tô com 82 (Souza, Américo Fernandes de. *Seu Bichinho*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Os depoimentos de Aureliano Mattos de Souza e de Américo Fernandes de Souza procuram retratar a antiguidade da presença de suas famílias em Itaipu, remontando, segundo cada qual, suas genealogias a um período de cerca de duzentos anos atrás. Aureliano Mattos de Souza é “nascido e criado em Itaipu, ali onde era uma duna [Duna Pequena]” (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016), e tem hoje sessenta e dois anos, dos quais cinquenta e sete acompanhando a *vida da pesca*. Localmente conhecido como Cambuci, recebeu tal alcunha da parteira no momento de seu nascimento em homenagem a seu pai Mestre Caboclo, cujo nome de batismo Aurelino Pereira de Souza também reverberou na nomeação oficial de Cambuci. Américo Fernandes de Souza, apelidado em família de Bichinho e assim reconhecido pelos amigos, é hoje o pescador mais antigo de Itaipu com oitenta e dois anos. Ele atribui sua vinda para a região ao casamento de sua mãe viúva com o pescador e barbeiro Arcenio Siqueira da Silva, que já vivia com seus

pais Leonel e Marianna Agapita e seus irmãos Tachinho, Meco, Solino, Olga e Manoel em meio à mata no alto do Morro das Andorinhas (Leite, 2003).

Tanto Cambuci, que habita o coração da Vila de Pescadores no Canto de Itaipu, quanto Seu Bichinho, morador do núcleo pescador e agricultor situado no Morro das Andorinhas, esforçam-se por refazer o percurso da presença de seus antepassados e, até mesmo, o de outras famílias na região a partir de suas lembranças pessoais e de documentos oficiais como certidões de nascimento e documentos profissionais, que os auxiliam na cronologização dos eventos ligados às vidas de seus ancestrais, destacadamente relacionados à pesca.

A conexão dos habitantes de Itaipu com o mar através da prática da pesca artesanal configura uma tradição secular, de acordo com a memória local, desde o “tempo dos descobrimentos” (Kant de Lima, 1997, p. 10 e 213). A atividade da pesca no litoral do Estado do Rio de Janeiro mostrava-se propícia graças ao ambiente geograficamente recortado por baías, enseadas e lagoas, onde se aloja uma fauna fértil. A ocupação pesqueira de Itaipu na forma dos modos de viver e de fazer da comunidade atual pode ser identificada com a prática dos indígenas e com os pequenos núcleos de pescadores instalados ao longo da costa litorânea durante a colonização europeia, que acrescentou às técnicas e ao instrumental indígenas elementos outros como o uso de redes de pesca maiores e os puçás (Pessanha, 2003, p. 21).

A pesca em Itaipu aparece registrada pela primeira vez nos relatos da visita de 1781 do Monsenhor José Pizarro e Araújo à Freguesia de São Sebastião de Itaipu, compendiados na obra *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, de 1820, para averiguação da situação de suas unidades religiosas católicas, dentre as quais o Recolhimento de Santa Teresa e a Igreja de São Sebastião. O Monsenhor Pizarro faz, já então, apontamentos sobre as “fertilidades piscosas” coevas das lavouras de cana de açúcar, mandioca, milho, feijão e de outros produtos em Itaipu, de cujos mar e lagoa rendem “bons, fartos e saborosos peixes” (Pizarro e Araújo apud Pessanha, op. cit., p. 21). A menção à presença de pescadores é assinalada similarmente em documento de visita pastoral a Itaipu dos anos de 1811 e 1812, onde o clérigo incumbido da tarefa informa sobre o casamento de seis parselhas de noivos mal encaminhados e outros consortes denunciados que se

recusaram a casar como: “Manoel Antonio Pescador casado, que tem por concubina uma escrava, cujo marido forro espancou-a para fora de casa” (Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro).

A prática pesqueira em Itaipu é citada também na publicação de 1876 da *Coleção de documentos oficiais – dados estatísticos e comerciais nacionais e estrangeiros*, que no suplemento sobre a Província do Rio de Janeiro apresenta em relação à Freguesia de São Sebastião de Itaipu informações sobre a pescaria “em grande escala nas lagoas de Itaipu e de Piratininga que abundam em peixes e camarões, nas quais pescam imensas redes e canoas” (Brasil apud Pessanha, op. cit., p. 21), além de mencionar nomes de arrendatários e proprietários de canoas de arrastão e de rede alta para a pescaria no Arraial de Itaipu (Idem, p. 22).

A pesca artesanal estabelece-se, assim, associada a outras práticas extrativistas com finalidade agrícola na região, especialmente aquelas destinadas ao cultivo de café e aos engenhos de açúcar nas fazendas Engenho do Mato, Ipiíba de Malheiros, Piratininga e Santa Eulália (Barros apud Sedrap, 2013, p. 13), que se estendiam desde o litoral de Piratininga, Itaipu, Itacoatiara e Itaipuaçu até locais mais ao interior como os atuais bairros do Engenho do Mato, do Rio do Ouro, do Engenho do Roçado, de Paciência e etc., em direção aos limites das freguesias vizinhas de São Gonçalo e de Nossa Senhora do Amparo de Maricá.

A organização fundiária de divisão da terra em grandes propriedades, ainda que a lavoura fosse também realizada em terrenos de menor porte na região, parece ter atraído para a pescaria na lagoa e no mar de Itaipu indivíduos desejosos de se estabelecer como produtores independentes. Os terrenos da costa litorânea pertencentes à Coroa portuguesa desde o século XVII através da norma instituída pela *Carta Real*, de 12 de novembro de 1698, constituíam-se em pontos estratégicos para a defesa militar, o que não só não impediu, como inclusive impulsionou a ocupação dessas áreas por segmentos populacionais economicamente menos privilegiados, que fizeram dos recursos pesqueiros seu meio de subsistência (Costa, op. cit., p. 45; Pessanha, op. cit., p. 21).

Os pescadores estabeleceram, de tal forma, suas moradias junto à praia e à lagoa de Itaipu, concentrando-se principalmente em volta do Arraial de Itaipu,

onde se encontram, atualmente, as ruínas do Recolhimento e a sede da Colônia de Pescadores, que viria a ser fundada em 1921. Ali, junto à praia, construíram barracões e galpões para guardar suas canoas, redes e demais petrechos de pesca, e organizaram, assim, não só seu espaço de trabalho, mas igualmente de sociabilidade e de residência, originando a Vila de Pescadores nessa porção sul do bairro conhecida como Canto de Itaipu.

O Canto de Itaipu caracteriza-se geograficamente pela configuração semicircular da enseada de águas calmas do trecho sudeste da Praia de Itaipu, que tem cerca de três quilômetros e meio, considerando-se sua extensão a oeste até a Praia de Camboinhas, seguida da Praia de Piratininga e da barra da Baía de Guanabara. Sua limitação, a nordeste, é a Lagoa de Itaipu separada por uma vegetação de restinga da Lagoa de Piratininga, a leste, está o costão rochoso denominado Morro das Andorinhas, que se alinha continuamente em direção ao sul com as três ilhas oceânicas da Menina, da Mãe e do Pai (Cunha; Francisco, 1981, p. 18). A faixa costeira de Itaipu defronta-se com a Praia de Copacabana, a Pedra da Gávea e o Pão de Açúcar, intermediados pelo Oceano Atlântico.



Figura 23: Localização do Canto de Itaipu em vermelho na cidade de Niterói, 2013 (Sedrap)



Figura 24: Mapa das praias da Região Oceânica de Niterói, 2016 (Sousampaio)

O caráter pesqueiro e agrícola da localidade sustentou-se de forma particularizada e distanciada dos centros urbanos de Niterói e de São Gonçalo – Itaipu uniu-se à Freguesia de São Gonçalo no século XIX, fazendo parte deste Município desde sua autonomização da cidade de Niterói em 1890 –,⁵² calcando-se a economia local na troca de excedentes entre pescadores e agricultores da região e na comercialização com atravessadores locais chamados *congós*, em um primeiro momento, e, posteriormente, *pombeiros*, ou na venda no mercado de peixe da Praça XV no Rio, o que implicava cerca de três horas de travessia marítima (Pessanha, op. cit., p. 25).

A abertura da Estrada Itaipu-Centro (atual Estrada Francisco da Cruz Nunes) em 1923 desencadeou o processo de urbanização de Itaipu, quando, então, o produto da pesca que abundava era escoado no mercado municipal de São Pedro no Centro de Niterói (Idem, Ibidem). Ainda assim, a distância de aproximadamente dezoito quilômetros impunha-se como limitação ao acesso terrestre, naturalmente acidentado por cadeias montanhosas, entre as duas pontas da cidade, o que permitiu à comunidade de pescadores certo isolamento e a continuidade da reprodução do trabalho da pesca artesanal e a transmissão desse conhecimento entre seus membros.

⁵² O bairro de Itaipu será reincorporado ao Município de Niterói, em 1943, pelo Decreto-Lei nº 1.055, tornando-se 2º Distrito de Niterói, em 1944, pelo Decreto-lei nº 1.242 (Azevedo; Serrano, 2015, p. 10; Cruz, 2015, p. 44).

O processo de urbanização da região ganhará outro relevo a partir de 1943 com a compra da Fazenda Itaipu por José Pizarro, proprietário da Companhia Territorial de Itaipu, que aprovará junto à Prefeitura Municipal de Niterói o projeto *Bairro Atlântico*, prevendo a comercialização de terrenos em Camboinhas. Este projeto estava englobado por um plano maior denominado *Cidade Balneária Itaipu* da mesma empresa, que incluía o parcelamento da antiga fazenda em 2.143 lotes, validado na Prefeitura de Niterói em 1945, após o lançamento no ano de 1944 do *Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga* pelo Prefeito da cidade Brandão Júnior, em uma ação casada de expansão urbana para as praias oceânicas junto ao mercado imobiliário (Azevedo; Serrano, 2015, p. 12; Sedrap, op. cit., p. 13 e 14).

O referido *Plano de Urbanização* não seguiu adiante, mas terminou por despertar o interesse de investidores pela região e por gerar conflitos com os pescadores quanto à ocupação de terrenos a eles aforados pela Marinha para desempenho de suas atividades e como local de moradia. Tal preferência em proveito dos pescadores era resguardada pelos Decretos-Lei nº 2.940/1940 e nº 3.438/1941 do governo Vargas, sendo em 1946 esses direitos outorgados aos pescadores compilados em um novo Decreto-Lei de 5 de setembro, sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra, que trazia como novidade a subordinação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) ao Ministério da Fazenda (Costa, 2011, p. 46). Essa mudança no diploma legal abriu brecha para que a Companhia Territorial Itaipu registrasse, nos anos 1960, os terrenos de Marinha em Itaipu em seu nome no SPU e em cartório de São Gonçalo, conseguindo judicialmente a reintegração de posse dos terrenos ocupados por pescadores (Idem, p. 47).⁵³

A fragilidade dos direitos dos pescadores sobre a ocupação do solo em Itaipu e Camboinhas recrudescer-se em 1973 com a aquisição da Cia. Territorial Itaipu pelo Grupo Veplan-Residência que logrou a aprovação do *Plano Estrutural de Itaipu*, e cuja meta era levar adiante o projeto *Cidade Balneária Itaipu*, de 1945, através da urbanização do trecho nas imediações da Lagoa de Itaipu, da edificação de marinas e da implantação de novos loteamentos na área (Azevedo;

⁵³ Lembre-se da imprecisão quanto à titularidade do terreno das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, se pertencente à União ou à Cia. Territorial Itaipu, enfrentada pelo Iphan para proceder ao seu processo de tombamento.

Serrano, op. cit., p. 13). A construtora obteve autorização do governo federal para a construção permanente do canal de ligação da lagoa ao mar, seccionando a praia de Itaipu em duas partes e reduzindo o lado de Itaipu a oitocentos metros, o que implicou, ademais, a desapropriação de pescadores que habitavam essa área afetada, bem como a já mencionada destruição dos sítios arqueológicos Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas. Some-se à empreitada o afluxo de turistas e o adensamento populacional na região litorânea de Niterói provocados pela abertura, em 1974, da Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente chamada de Ponte Rio-Niterói.

A estratégia da Veplan para sua investida imobiliária nas cercanias da Lagoa foi de desapropriação dos residentes de longa data, em sua maior parte pescadores, mediante compensação financeira ou compra de nova propriedade de acordo com a necessidade ou com o interesse do antigo morador. O pescador Cambuci descreve o processo de comercialização dos terrenos da Lagoa na ocasião, época em que tinha perto dos vinte anos de idade, da perspectiva de quem mantinha laços familiares com aquele lugar: “minha mãe morava lá, eu nasci lá, ali onde tem aquela aldeia dos índios [Guarani], essa duna [Duna Pequena] tinha famílias do lado debaixo da lagoa e tinha famílias do lado da beira do mar, da restinga” (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016). Cambuci enumera em torno de trinta moradores, “só pescadores”, que ali viviam em “barracos de tálboa, piso de areia, carvão, fogo à lenha, luz de querosene” (Idem), elencando alguns deles com afetividade e nostalgia de um tempo “quando o ser humano significava um ser humano para o próximo” (Idem):

era o falecido Vavá, um, depois veio os filhos dele, aí veio Peca, dois, veio Bairrinho, três, veio Manoel Lagarto, cinco, Seu Otávio, seis, Didico, sete, Maria de Manezinho, oito, minha mãe, nove, dona Mercedes, dez, dona Ana, onze, mais abaixo tinha um coronel que frequentava Itaipu desde essa época, coronel Lores, ali na Areia Preta. 13 a 14 ali nessa parte debaixo do mar. Aí tinha aquela duna que vai morrer lá do outro lado da lagoa, tinha mais uns 15 (Idem).

A ação da Veplan, do ponto de vista de Cambuci, fez do bairro de Camboinhas uma espécie de nova cidade, “coisa mais chique, poder aquisitivo realmente mais alto” (Idem), que se apartava, assim, não só física, mas economicamente da realidade da vida costumeira de Itaipu. Cambuci explicita que

a Veplan indenizou todos esses pescadores:

a Veplan realmente não tirou ninguém, inclusive meu pai ganhou um terreno, todo mundo, ela não sacaneou ninguém, quem queria dinheiro foi indenizado em dinheiro, quem quis terreno. Tem pescador aí com terreno que vale mais de 200 mil, o terreno do meu pai lá no Engenho do Mato, onde mora minha irmã, pra dizer a verdade não vale menos de 200 mil, perto da estrada, naquele calombozinho (Idem).

O pescador Manoel Rodrigues, citado por Cambuci pelo apelido de Manoel Lagarto, referenda o comum acordo entre os antigos ocupantes das dunas do entorno da Lagoa e a Veplan em depoimento concedido a Luciana Pereira em 1996:

Eu principalmente, morava do outro lado do canal, aqui tinha umas 50 famílias, então veio a Companhia – a Veplan – e chamaram nós, a cada um eles falaram: “Não vamos tirar ninguém, sai quem quiser”. Então eu achei a conveniência pra mim, eu sair como todo mundo saíam. Quem quis dinheiro ela deu, quem não quis... eu não quis, quis outra casa, mas é um pouco longe, é em Terra Nova (Rodrigues apud Pereira, 1997, p. 305).

O núcleo familiar de pescadores do Morro das Andorinhas, por sua vez, manteve-se isento das desapropriações da Veplan naquele final da década de 1970 em virtude da área já estar enquadrada como Área de Proteção Ambiental (Costa, op. cit., p. 55), tendo a empresa, ainda assim, cercado com arame os arredores das casas e aberto uma picada que acabou se tornando, hoje em dia, a principal via de acesso à comunidade (Souza, Américo Fernandes de. *Seu Bichinho*. Entrevista concedida a Daniel Oliveira e Flávio Silveira. Niterói, 2012). No entanto, o eloquente morador do Andorinhas Seu Bichinho não deixa de expressar sua opinião sobre os deslocamentos de seus colegas pescadores, não creditando a saída deles das margens da Lagoa a um ato abusivo por parte da empreiteira:

A Veplan não expulsou o pescador. O pescador que não soube administrar o dinheiro que eles deram da indenização das casas. Porque a Veplan veio pra aqui e os lugar que eles queriam ocupar eles foram indenizando o pessoal, a lagoa tinha muito morador lá, a Veplan não botou ninguém pra fora a troco de nada. A Veplan indenizou todo mundo na forma da lei, um trocadinho que deu e os pescador não soube aproveitar. Preferiram gastar um dinheiro do que comprar um lote pra fazer uma casa e foram morar lá em Cantagalo (Souza, Américo Fernandes de. *Seu Bichinho*. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 19 nov. 2012).

A ponderação de Seu Bichinho sobre o mau uso da verba indenizatória pelos pescadores expropriados possibilita, entretanto, assim como o relato de

Manoel Lagarto, constatar que o deslocamento acarretado dirigiu-se para bairros distanciados do local de exercício do ofício da pesca. Para o pescador Jorge Nunes de Souza – o Seu Chico –, que personifica uma forte liderança comunitária desde o final dos anos 1970, momento em que fundou a Associação Livre dos Pescadores da Praia de Itaipu (Alpapi) como uma contraproposta à representação política oficial dos pescadores pela Colônia Z-7, a instalação do poderio imobiliário em Itaipu desmobilizou a relação simbiótica dos pescadores de apropriação do lugar, conforme declara em entrevista à museóloga do MAI Mirela de Araújo:

Então a gente tinha assim uma relação... Era mais respeitado porque o território era nosso, né? A gente era dono desse espaço de Piratininga a Itaipu e era uma relação muito boa, inclusive com as pessoas que vinham morar aqui, né? Porque existia uma coisa chamada respeito até aí, né? Aí depois, com a chegada da Veplan na década de 70, no meio da década de 70, ela começou a... até desmoralizar os pescadores... por que, botou fogo em casa de pescador, expulsou pescador, então isso aí... tirou os pescadores das discussões... Os pescadores foram morar no Cantagalo, foram morar no Rio do Ouro... lugar de baixa renda. Não é porque é um lugar de baixa renda, mas é um lugar que hoje está em conflito com a polícia. Há bastante tempo já está em conflito. Nós temos pescadores que perderam filhos pro tráfico e com isso... perdemos pra bala perdida da polícia (Souza apud Araújo, 2015, p. 106).

O caráter pacífico e consensual da desocupação argumentado por Cambuci, Manoel Lagarto e Seu Bichinho deve ser, de tal maneira, posto em xeque. A resistência à Veplan e à exploração imobiliária em geral, que propendia a dispersar os moradores nativos e a provocar alterações na paisagem local, foram objeto de contenda da parte da Colônia de Pescadores por meio de seu interventor Hildo de Mello Ribeiro, o já aqui mencionado Seu Hildo. Em testemunho para o documentário *Itaipu era uma praia só*, de Eliana Leite (1993), Seu Hildo narra o conflito que se impôs na região quanto às tentativas de grilagem dos terrenos de Marinha, apesar do trato firmado pela empresa para “retirar o pessoal e dar uma casa para cada um de acordo com a casa que eles ocupavam” (Ribeiro apud Leite, 1993).

Seu Hildo vinha denunciando à Polícia Federal irregularidades praticadas pela Cia. Territorial Itaipu, anteriores até mesmo a sua fusão com a Veplan, como o aterramento de frações da lagoa para venda de terrenos. Situação essa também testemunhada por Cambuci ao referir-se ao ambicioso proprietário da Companhia

José Pizarro que “vendeu muito terreno da lagoa, que não pode vender, tem mais de cinquenta terrenos vendido no entorno da lagoa, e ele, com a máquina, ele desbastou um bocado da Duna, tirou para abrir, pra empurrar pra aterrar” (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

No depoimento prestado ao documentário, Seu Hildo chama atenção para o fato de que os pescadores que se recusaram a deixar as imediações da lagoa sofreram retaliação por parte da Veplan. Segundo o interventor, algumas casas foram aterradas por tratores e a outras atearam fogo, como à casa de João Mendonça, pescador conhecido como Tinga, e, inclusive, a sua própria casa (Ribeiro apud Leite, 1993). Seu Hildo negou a oferta da Veplan para deixar sua residência na ocasião, justificando ele: “meus três filhos nasceram aqui, em cima daquela pedreira” (Idem). Hildo de Mello Ribeiro interpretou a oferta, na verdade, como uma espécie de propina para coibir sua atuação fiscalizatória e denunciatória de proteção ao Canto de Itaipu, aforado pela Marinha para uso dos pescadores da Colônia, já que o *cantinho* era virtualmente almejado pelos especuladores para a construção de um hotel, uma pousada, o Porto de Itaipu, além de edifícios multifamiliares (Azevedo; Serrano, op. cit., p. 13). Hildo descreve o episódio de incêndio a sua casa como *queima de arquivo*, já que dispunha de registros fotográficos e de documentação oficial acerca das ações imobiliárias em curso, que vieram a embasar a ação popular para tentar impedir a abertura do canal da Lagoa de Itaipu.

Conjuntura aparentemente incongruente configura-se desse afastamento dos pescadores e habitantes nativos para áreas distantes do lugar de produção da pesca em razão do loteamento turístico e residencial, de acordo com as observações de Roberto Kant de Lima à época (1997, p. 53):

A Veplan encarrega-se hoje de “vender” pela televisão, rádio, jornais, revistas e cinemas a imagem dos pescadores como “primitivos” e do local como “paradisiaco”, além de outros adjetivos bem conhecidos do discurso etnocêntrico que sistematicamente joga na natureza aquilo de que culturalmente não quer se apropriar. Pois nada diz de seu trabalho árduo, de seus conhecimentos acumulados por gerações, de sua tarefa estrênuo de “dar sustento a essa gente toda” segundo eles mesmos, utilizando-os apenas como engodo para atrair compradores ávidos de “natureza”, que sua própria visão distorcida transforma e deteriora.

A partir de 1973, a comunidade pesqueira de Itaipu integrou o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart), fruto do convênio da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) do Ministério da Agricultura, que tinha dentre suas finalidades assistenciais e de incentivo à modernização tecnológica da pesca promover o desenvolvimento conjunto da pesca artesanal com a pesca industrial, que já se espalhava e começava a dominar o cenário da pesca em detrimento dos processos de produção em menor escala (Pereira, op. cit., p. 295). Nesse sentido, estudos etnográficos foram empreendidos na Vila de Pescadores de Itaipu por uma equipe interdisciplinar da Universidade Federal Fluminense (UFF) sob coordenação do professor do curso de Ciências Sociais Dario Castelo. Os estudos de Roberto Kant de Lima e de Elina Gonçalves Pessanha fizeram parte do diagnóstico da situação da pesca artesanal do Estado do Rio de Janeiro, e originaram suas dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional no final dos anos 1970, sendo publicadas, anos depois, respectivamente, com os títulos *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro* (1997) e *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu* (2003).

Embora cada um desses estudos enfoque um aspecto da pesca em Itaipu, Kant de Lima dedicando-se mais ao estudo da organização social e dos mecanismos de transmissão de conhecimento para a reprodução da pesca e Pessanha voltando-se para o processo de produção entre o grupo de pescadores artesanais, ambos apontam para a representação da identidade local centrada na continuidade do trabalho de cerca de duzentos pescadores em torno da tradição da pesca de arrasto ou arrastão de praia (Kant de Lima, op. cit., p. 65), ainda que outras modalidades de pescaria, como com rede de emalhar, com linha ou com pequenas redes também tivessem lugar no mar e na lagoa de Itaipu (Pessanha, op. cit., p. 39).

A coesão identitária do grupo de pescadores atuantes em Itaipu amalgamava-se ao redor do conhecimento técnico e naturalístico das práticas de pesca que eram passadas entre gerações de parentes e de demais colegas de profissão. A memória coletiva local desempenhava, assim, protagonismo na manutenção das atividades e da identidade do grupo no sentido de uma sociedade

tradicional, como proposto pelo sociólogo Maurice Halbwachs, onde o pensamento coletivo daquele grupo agregava e perpetuava um tempo social duradouro e contínuo, construído com base no compartilhamento de *quadros sociais da memória*, ou seja, de seus sistemas de valor, crenças, preocupações e sentimentos comuns (Halbwachs, 2006, p. 69 e 147).

A formulação da ideia do que seria a identidade do pescador de Itaipu encontra, de tal forma, nas palavras de Cambuci traços dessa ligação com uma tradição ancestral:

A nossa pescaria, o pescador artesanal, é o pescador que tá pousado no porto. Ele pode ter seu motorzinho como todo mundo tem hoje em dia, sua rede, vai ali cobrar sua rede, vai ali pescar de linha, mas ele não tem capacidade, nós não temos aparelhagem. A gente, meu pai sempre dizia isso, nós somos pescadores que não vamos ao peixe, o peixe é que vem à gente (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Seu Chico, por sua vez, assim define o ofício:

Pescador é uma profissão, a profissão mais antiga do mundo, né. Desde a época de São Pedro. Pescador além de ser uma profissão... Eu me defino como produtor de alimento. Eu defino o pescador assim: uma profissão livre, que cada um tem o seu dom de pescar, de gostar disso, que não é só uma profissão, ser produtor de alimento, tem uma certa liberdade (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

A consciência de si mesmos enquanto um grupo propagador de um saber-fazer respeitoso das condições impostas pelo meio natural, sendo por isso identificado por Cambuci como “a pesca verdadeira [a artesanal], que vem da natureza”, e cujas raízes são associadas por Seu Chico a uma tradição milenar, de cunho religioso, de produção de alimentos de forma livre, sem dependência de um empregador, encontravam no ritual anual da pesca de cerco da tainha a atualização dos valores do grupo em termos de irradiação de conhecimento pelos pescadores mais experientes, de apropriação da natureza e de respeito às regras sociais (Kant de Lima, op. cit., p. 49). Em sua pesquisa, Kant de Lima já apontava, porém, para um comprometimento da identidade e do estilo de vida do grupo nos moldes tradicionais ante a especulação imobiliária e a desleal concorrência com a pesca industrial em franco processo de expansão (Idem, p. 53).

A pesca da tainha observada nos anos 1970 em Itaipu aglutinava e mobilizava toda a sociedade local entre os meses de abril e agosto, às vezes indo até setembro, graças à fartura da espécie e ao proveitoso retorno econômico desse recurso. O inverno de Itaipu caracterizava-se e vinculava-se diretamente à *época da tainha*, quando esta penetrava a enseada de Itaipu, ora em seu caminho vindo do sul do país para desovar na costa norte, ora no seu retorno ao sul *magra* depois da desova, prestando-se, assim, em ambos os percursos, a sua captura (Pessanha, op. cit., p. 41):

Quando ia se aproximando o mês de abril a gente já começava a preparar as rede e as canoas capacitadas para trabalhar com as redes de tainha. Na época de inverno a nossa pescaria era só tainha. A gente ficava até zangado quando caía outro peixe dentro da rede porque a pescaria de tainha era uma coisa muito bonita, muito gostosa. Tainha de oito, nove, dez quilos. Era o tamanho do peixe. As redes não guentavam, furava a rede toda (Informante 10 apud Costa, op. cit., p. 87).

A pesca da tainha era realizada na ocasião por sete pescarias compostas por dezoito canoas grandes, e ocorria na forma do arrasto de praia, técnica “centenária, né, um negócio de 400, 500 anos, uns 400 anos no mínimo, tá relatada num quadro lá no Museu Histórico Nacional, né, logo na entrada da igreja da Glória tem lá um arrastão”, segundo explica Seu Chico (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 18 nov. 2012). O arrastão consiste no “lançamento da rede ao mar para capturar peixes em movimento que são retidos pela rede estendida em semicírculo desde a praia, para o mar, e posteriormente para a praia novamente, sendo então arrastada pelas pontas, para a areia” (Pessanha, op. cit., p. 39).



Figura 25: *Igreja e praia da Glória*, [17--], autoria Leandro Joaquim (Museu Histórico Nacional/Ibram/MinC, autorização nº 037/2016)

A pesca de cerco da tainha em Itaipu é uma modalidade que pressupõe a presença de um *vigia* posicionado em pontos específicos em terra para indicar aos pescadores embarcados a localização dos cardumes de tainha, para que, então, se suceda o seu cerco e a sua captura (Idem, Ibidem). Esse ritual organizava-se, segundo Kant de Lima (op. cit., p. 252), em quatro momentos: *a espera*, enquanto se aguarda a aproximação dos cardumes e costuma imperar um clima de descontração entre os pescadores; *o cerco*, quando o *vigia* avista, avalia e dá o sinal da praia (no vocabulário local *capiada*) ao mestre e aos demais companheiros para proceder ao cerco em um esforço coletivo de concentração para o sucesso da empreitada; dando seguimento, na sequência, à *puxada* dos cabos da rede na praia, momento em que todos ali presentes – desde banhistas e moradores até pescadores de outras companhias – podem participar da retirada da rede em um clima de grande agitação, e ser, assim, recompensados pelo mestre e/ou pelo dono da pescaria pelo desempenho da tarefa com a distribuição do pescado. O momento final é *o leilão* das tainhas, já devidamente separadas, contadas e precificadas em lotes pelo mestre que as negocia mediante lances dados pelos compradores.



Figura 26: Puxada de arrastão registrada pelo fotógrafo Ruy Lopes, [196-?] (Arquivo MAI)

A relevância econômica que a pesca da tainha representava em Itaipu é marcada no relato de Seu Chico:

A tainha... Era igual o xerelete em setembro, né. É o que pagava a conta, então a gente tinha certeza que a tainha ia vim, parati ia vim em abril, em maio ia vim a tainha (...). E na tainha, a gente chegava a pescar aí seis, oito tonelada por dia. No inverno, nessa época assim, tinha bastante tainha. Então a tainha, ela era a pescaria do inverno, todo mundo pescava a tainha. As pessoas saía das traineiras pra vim trabalhar em Itaipu porque tinha muita tainha, então o dinheiro era bom, o salário era bom no final de semana. Então a tainha era a sobrevivência do pescador no inverno (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

A poluição das lagoas e das margens das baías ao longo da costa brasileira para dar lugar a empreendimentos imobiliários, às indústrias naval e petrolífera, assim como a competição com a pesca industrial são agravantes enumerados por Seu Chico para o esvaecimento da tainha em Itaipu. Em sentido semelhante, do ponto de vista do retorno econômico verificado no passado e do seu gradual arrefecimento nas últimas décadas, ensina Cambuci sobre a pesca da tainha, que desde seus dezessete anos teve a oportunidade de comandar:

Tinha aqui dois comprador que o pessoal chamava pombeiros, era pessoal de cavalo, uma faixa de 20, 30 cavalos que vinham todo dia de manhã, porque era muita pescaria, só que quando tinha fartura arrebentava, abril, maio, junho, julho, agosto, até, às vezes, meados de setembro, era pescaria de tainha. (...) A pescaria de tainha é a pescaria mais linda do mundo pra mim! Que nunca saí daqui pra pescar em outro lugar. A pescaria de tainha era o seguinte: tinha a pescaria do meu pai, do Natalino, do meu tio Bila, do Rubem, do Seu Vavá, Seu Neneco Gordo, Seu Capixe e do Seu Manezinho Correia, na minha época que eu sei, e

Moacir, eram nove canoas grandes, com redes grandes. (...) Então esses cardume de peixe, pela evolução, pelo progresso, pela pesca industrial, pela evolução dum pouco um tudo, o progresso em geral, como a nossa pesca ela é uma pesca que ela espera o peixe, você tá entendendo, essas quantidade de peixe não chega mais aqui. Por quê? A maioria do peixe, 95% do peixe que chega aqui em Itaipu, do nosso território brasileiro, ele vem de sul pra norte, 5% vem de norte pra sul. Então essa pesca aqui de Itaipu, são pescas artesanais que não procuram o peixe, espera o peixe vir aqui, pescamos aqui, semana inteira, mês inteiro, ano inteiro, não saímos de outro lugar a não ser pra pescar nessa bacia, nós pescamos dentro dessa bacia: Terceira Ilha até o Veados, aquela ilha lá, esse pedaço, não saímos daqui, que não temos capacidade, né, até Piratininga. Nós somos capaz só de pescar aqui (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).



Figura 27: O jovem Cambuci ao centro em meio aos cestos de ganho de peixe espada, [196-?], autoria Ruy Lopes (Arquivo MAI)

Cumprir destacar que os relatos aqui apresentados referem-se a uma tradição identificada com um passado com o qual o presente da pesca artesanal perdeu a conexão. Tanto Seu Chico quanto Cambuci, bem como o Informante 10 citado no estudo doutoral de Paula Chamy Costa (2011) deixam entrever essa ruptura entre a conjuntura da pesca atual e a abundante, farta e socialmente gregária pesca de cerco da tainha que Kant de Lima e Elina Pessanha puderam presenciar nos derradeiros anos da década de 1970.

Kant de Lima definiu, naquele momento, a pescaria da tainha como o “ponto focal do inverno, a síntese da vida comunitária de Itaipu” (op. cit., p. 252), uma vez que a predominância dessa espécie não só pressupunha uma maior lucratividade pela quantidade da produção e por sua valorização no mercado, mas principalmente porque ritualizava, a cada ciclo anual, o elo de pertencimento do

pescador como *sendo de Itaipu* em contraposição à identidade social de grupos externos. De tal maneira, o antropólogo conferia à pesca de arrasto da tainha e à vinculação do pescador a uma *companha* local o traço distintivo para a organização do sistema de pesca, requalificando os conhecimentos técnicos e naturalísticos exigidos pela atividade, além do respeito consensual às regras sociais que delimitam o uso do espaço da praia e do mar de Itaipu.

Os pescadores de Itaipu organizavam-se em equipes de pesca denominadas *companhas*, e identificavam-se no seio destas, portanto, como *companheiros*, onde cada qual desempenhava uma tarefa específica conforme a hierarquia das funções que rege a pescaria sob comando do companheiro mestre:

Na pescaria a gente tinha algumas funções que hoje acabou essas funções, a gente tinha vigia, tinha um mestre, o mais importante da pescaria é o mestre, depois é o vigia, depois o contramestre, depois o cara que rema na proa, no meio, e aí depois vêm os auxiliares, o contra-meio, o ré, os remadores. Depois vêm os ajudantes... (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

Seu Chico explica as posições que faziam parte da rotina dos pescadores no fazer da pescaria de arrasto, e às quais eram atribuídos valor e legitimidade pela comunidade ao se reconhecer a responsabilidade e a autoridade das funções do mestre, acima de todas as outras, e do vigia, ao mesmo tempo em que se disciplinavam as ocupações dos outros companheiros (Pessanha, op. cit., p. 128). O respeito à categorização das funções gerava o sentimento de uma identidade comum entre os membros daquela sociedade, ainda que as relações de poder acordadas camuflassem a iniquidade existente nesse meio profissional quanto à propriedade dos instrumentos de produção, como os barcos e as redes, e a sua remuneração pela partilha entre os companheiros em função dos resultados da captura e da venda de peixes, independente do tempo dispendido na jornada de trabalho (Idem, p. 111 e 112).

O domínio técnico e o conhecimento da natureza encontravam na figura do mestre o eixo central de sustentação e de perpetuação desse saber-fazer tradicional, não sendo aleatório o fato das companhas serem formadas e arregimentadas por indivíduos que guardavam relações de parentesco, compadrio ou amizade, e cuja herança *de pai para filho* vinha na forma da propriedade de

uma pescaria e/ou da transmissão do ofício (Kant de Lima, op. cit., p. 91; Pessanha, op. cit., p. 69). O mestre, cabe salientar, costumava ser dono de pescaria ou alguém escolhido por um proprietário para *mestrar* (Pessanha, op. cit., p. 93). O caso de Cambuci é exemplar desse ensinamento intergeracional em família, pois foi através de seu pai Mestre Caboclo que, discorre ele na entrevista que me concedeu, “eu me apaixonei pela vida da pesca, (...) entre farturas, profissionalismo, profissionalismo humano”, e com quem teve sua vocação despertada ainda na infância:

Eu visuando a vida da pesca, né, eu ia com meu pai com cinco anos e uns meses, no verão principalmente. Aí fui pra escola, coisa e tal, mas eu não queria estudar. Meu negócio era pescar! Meu pai é um homem muito bom, meu pai é um dos homens mais educados da face da Terra, meu pai só me ensinou coisa boa, eu hoje em dia sou o homem que eu sou, agradeço a Deus por ter tido o pai que eu tive. Quando eu era rapaz, uns 13 anos, aí eu ia pescar com ele, estudava de manhã, mas eu ia sábado e domingo, aí com idade de 12 anos eu comecei a fazer alguma coisa na vida da pesca, mas eu queria, meu pai brigava comigo, ralhava comigo, aí eu já enrodilhava as corda, remava, mandou fazer um remo pequeno pra mim, remava quando tava bom, mandava remar. Aí, quando eu tava com 13 anos, eu tava na terceira série e passei pra quarta, graças a Deus sempre tive boa cabeça, mas eu não queria, não pegava livro, não pegava caderno, não pegava nada, meu negócio era ir pra escola, fazer os dever, aí quando eu completei 13 anos pra 14, ele: “Então você não quer estudar? Então fica pescando, quer pescar igual a mim? Então fica pescando”. Aí eu me libertei, libertei da escravidão da escola, pra mim, na minha ignorância! Ah, Maria, aí comecei a pescar... (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Seu Chico encontrou em Mestre Natalino o professor necessário para desenvolver aquilo que, para os nativos de Itaipu, aparenta ser um talento nato:

A pesca começa quando você nasce, eu era bem criança, eu gostava de brincar de pescador, aqui a brincadeira em Itaipu era brincar de pesca, e o sonho dos garoto aqui era ser pescador. Com 12 anos, eu pedi uma vaga ao Mestre Natalino, né, aí ele mandou vir no outro dia para trabalhar, tinha que tá 2 horas da manhã: “Você chega aqui amanhã 2 horas e você tá empregado”. Aí eu comecei a trabalhar com ele, acordava todo dia 2 horas, chegava lá no galpão 3 horas, aí todo dia eu tava lá. Eu pesquei com ele durante 4 anos. Ele ensinou, e ele era um bom professor. (...) Até hoje o mestre tem essa função de professor, o mestre tem que exercer até hoje, porque você não pode pegar uma pessoa que nunca fez, e querer que ele aprenda sozinho. Então, a gente ensina algumas coisa básica e depois fica vendo o desempenho, pra que lado a gente pode levar ele, hoje a gente faz ainda na pesca com os novatos, né, no caso (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

A função dos mestres na iniciação e na formação da mão de obra para a pesca assentava-se na experiência de um aprendizado semelhante, pelo qual eles

mesmos passaram em algum lugar do passado de suas carreiras, desempenhando desde as funções mais básicas até galgar, sob escrutínio da orientação e da avaliação de seus mestres, posições de maior responsabilidade na companhia, tal como o treinamento como contramestre ou vigia, por exemplo, até culminar no comando de uma pescaria como mestres (Pessanha, op. cit., p. 93 e 94).

A herança desses mestres vinha, portanto, na forma de um conhecimento estreitamente ligado à performatividade ritual e à prática corporal (Connerton, 1989, p. 4), aproximando-se do que definiria Henri Bergson (2006) como uma memória-hábito – por oposição a uma memória verdadeira, evocativa e em estado de latência –, correspondente à repetição das ações corporais adequadas à necessidade exigida pela situação presente, com base em experiências anteriores, sem, no entanto, solicitar a imagem da lembrança pura para tanto (Idem, p. 65-67). Para Paul Connerton, a identidade de uma comunidade encontraria nas cerimônias comemorativas e nas práticas corporais seu meio mnemônico de reencenação e de manutenção de uma imagem do passado através de hábitos específicos cultivados com o intuito de lembrar como fazer, efetivando o conhecimento transmitido pela rememoração gestual de mãos e de corpo (Connerton, op. cit., p. 72 e 95).

Para além da lapidação da habilidade técnica dos aprendizes, cabia aos mestres alfabetizá-los na leitura do mundo natural, tanto no conhecimento do comportamento das espécies marinhas e de seu ciclo de reprodução e migração, como na observação das marés e dos ventos, das mudanças climáticas e das fases da lua para que a pesca pudesse ser realizada dentro de um quadro de circunstâncias mais ou menos previsíveis, repassadas pelos pescadores mais experientes, para, assim, se alcançar um resultado exitoso na captura (Idem, p. 36):

Aí eu aprendi tudo, tudo, tudo da natureza, eu aprendi. Olha, quando você vê a lua sair de boca pra baixo, aquele mês não vai ser bom. Ela tem que sair de boca pra cima. Em qualquer lugar do mundo, no Japão, quando a lua tá saindo, a maré tá vazando, no planeta Terra inteiro. Quando a lua tá em diâmetro do planeta, a maré tá enchendo, quando ela bica pra baixo, a maré tá vazando, quando ela sai, a maré começa a vazar, aí quando ela apanha o ângulo, a maré começa a encher, ela vai, vai, vai... Aí quando você vê ela embicar, a maré começa a vazar de novo, em qualquer lugar do planeta Terra, qualquer lugar que você for, que você ver a lua nesse diâmetro, a maré muda. Esse camarada aí chamado mar é guiado por

ela. Ela que guia ele. Aprendi tudo isso nos antigos (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

A natureza é bem interessante, que no passado a gente ouvia muito que pescador é muito desconfiado, ele tá sempre preocupado com alguma coisa, tá sempre olhando. Pescar tem que ter isso: tem que tá observando tudo a toda hora, então tem que ficar desconfiado o tempo todo de alguma coisa. (...) O pescador presta sempre atenção na natureza. E a gente tem uma dívida bem grande com isso, que a gente fica aprendendo toda hora que tudo muda. De repente o peixe para de comer, tem algum motivo, então os pescador sempre percebe que tudo ele vê que tem um motivo de acontecer naquela hora. No mergulho, a gente mergulha e o peixe tá todo nervoso, né, isso tem vários motivos dos peixe pequeno ficarem nervoso no fundo. Peixe grande em volta, peixe que ataca eles, mudança de maré, mudança de maré vermelha, temperatura de água, então vai ter uma mudança e você precisa saber mais ou menos que peixe é aquele que fica de determinada maneira, nervoso por determinados motivo. Então se cada peixe tem uma característica, então se você perceber isso, você poucas vezes sofre um acidente no mar, porque você percebe que o mar vai virar, que a maré vai virar, que vai mudar o vento, então você tem que tá percebendo todos os peixes que tá em volta (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

O tempo e o espaço social em Itaipu orquestravam-se em consonância com a época da tainha, quando, então, ritualizava-se e atualizava-se a posse econômica e simbólica dos pescadores sobre os recursos naturais provenientes do mar e sobre o uso da praia. Assim, apesar da pesca ocorrer durante os doze meses do ano em Itaipu, ali o ciclo das estações dividia-se conforme o *tempo da pesca* no verão, de setembro a março, e no inverno, época de passagem da tainha com ventos fortes e mar bravo, antes prenunciada pela pesca do parati nos meses de março e abril (Pessanha, op. cit., p. 36 e 37).

O uso da praia no período de inverno era condicionado pelo *pessoal da tainha*, que impunha rígidas regras para a pescaria, não sendo permitidos ao longo do dia a colocação de rede alta ou o lançamento de outra rede que não fosse por indicação do vigia para a captura da tainha. O arrastão de praia da tainha era, portanto, uma prática diurna que exigia livre trânsito pela areia para a puxada da rede após o cerco, assim como o uso exclusivo do mar por seus pescadores, já que a tainha é considerada um peixe esperto e ágil, cujos cardumes seriam dali espantados por perturbações outras nas águas do mar (Idem, p. 44).

A praia é, ainda, demarcada por treze pontos de captura e de vigia definidos pelos pescadores a partir de acidentes geográficos ao longo da enseada

de Itaipu como locais mais propícios à pesca, e aos quais se devia respeitar, principalmente, na época da tainha, quando o *direito à vez*, uma regra tradicional compactuada pelas companhas locais, organizava a “corrida das canoas em direção ao mar para os cercos da tainha” (Carvalhido, 2012, p. 26). Sobre esse código partilhado pelos pescadores de Itaipu quanto aos pontos de pesca, elucidada Cambuci:

Porque se você me perguntar assim: “Cambuci, você vai pescar onde amanhã?”, aí eu vou dizer: “Ih, Maria, amanhã eu vou pescar do lado de lá”, lado de lá é o seguinte, aqui em frente a minha casa é Porto Pequeno, ali depois é o Porto Grande, isso é o código aonde as pessoas pesca, a divisão de marcação: Porto Grande, Porto Pequeno, ali onde tem o Canal era Coroa, depois ali pela curva da praia era chamado de Volta, depois Areia Preta, porque tem uma areia muito preta, depois é a Malha, depois é o Caminho Grande, depois é o Pegador, depois é o Monte de Areia, depois é o Canto. Isso aí é a divisão, você pesca aqui em Porto Grande, eu pesco em Porto Pequeno, o outro pesca na Coroa, marcava as vezes na época, então a pescaria aqui, quem era o mestre da pescaria de Natalino? Era Oscar. Quem era o mestre da pescaria do meu pai? Pereira, meu irmão, depois fui eu. Pescaria de tio Bila? Era... Nem me lembro... Seu Loro. Pescaria de Rubem, era o próprio Rubem. Porque as pescarias tinham os dono e tinha os mestres (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Seu Chico, por contraste, narra sua experiência quando, na juventude, sugeriu modificar esse *acordo de cavalheiro* no que tange à *marcação da vez* para a pesca:

Eu levei uma bronca uma vez do Natalino, eu era metido a líder na época, e aí a gente tava numa reunião aqui na Colônia e eu dei uma ideia de *marcar uma vez*. A gente marcava a vez com âncora, era uma coisa muito pesada, as âncora de hoje são mais leve, aí a gente tinha que arriar a canoa, botar a canoa dentro d’água, de tarde, marcar a vez, depois botar a canoa pra cima, aí eu achava que aquilo ali era um desperdício de trabalho. Aí eu falei nessa reunião que a gente podia criar uma lei, pedir a um vereador pra fazer uma lei pra marcar a vez, sem botar o barco dentro d’água, um documentozinho, fazer lá, botar uma marca lá no lugar, e fazer o direito da vez. Aí o Natalino falou que eu não deveria me meter porque, primeiro, eu tinha pouco conhecimento, depois porque o que eu tava falando era uma besteira, porque se virar lei, a lei tá aí pra você se defender dela, não para você cumprir, aí ele fez a explicação, as pessoa da Sudepe tava aí, aí falou: “Se virar lei, que algumas pessoa achou interessante essa ideia, pra diminuir o esforço, mas se virar lei, depois que vira lei, você comete a infração, cê tem que dar parte a alguém, esse alguém tem que levar pra justiça, aí procura um advogado, o advogado vai tentar convencer essa justiça que ele tava certo, aí o dia que chegar a punição dessa pessoa que provavelmente não vai chegar, já passou aquele fato, já acabou, então não tem mais motivo de acontecer”. Então, o que é um acordo de cavalheiro, ou você é cavalheiro ou não é. Então se você não resolve como cavalheiro, vai ter que ser na porrada. Então, ou você concorda de uma maneira mais simples, né, na cordialidade, ou como cavalheiro, ou então a gente resolve isso de outra maneira, quebrando o remo (Souza, Jorge Nunes de.

Seu Chico. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

O relato de Seu Chico evidencia que as discussões e os desacordos entre membros da comunidade de pescadores de Itaipu eram, como se poderia supor, correntes, porém debatidos e argumentados com o peso da voz da tradição e dos mais experientes na vida da pesca, como lhe foi ensinado por Mestre Natalino. Demonstra, ainda, que prevaleciam ali acordos verbais para a participação na pesca, os quais os pescadores nativos deveriam obedecer não só para a correta apropriação dos recursos, mas também para reafirmar a observância das normas de construção social daquele espaço, estabelecendo de tal modo o “parâmetro da oposição entre os elementos dessa comunidade – ‘nós’ – e os ‘outros’” (Pessanha, op. cit., p. 70).

As celeumas internas ao grupo aparentavam se resolver de acordo com as regras e os costumes que regulavam a vida no Canto de Itaipu, no zelo pelo respeito hierárquico no âmbito das companhas, pela obediência do *direito à vez* e pelos ensinamentos dos pescadores de maior vivência, frequentemente indivíduos de uma mesma família. A dinâmica interna da organização social dos pescadores de Itaipu encontrou na aceleração das transformações do espaço geográfico marítimo e terrestre que se apoderou da região um conflito desigual frente a forças antagonicamente superiores. A conformação da identidade do grupo no interior de um modelo eminentemente tradicional, cujos reforços da noção comunal ritualizavam-se anualmente no cerco da tainha e no fazer predominar suas condições para uso da praia, desestruturou-se: “o problema da identidade se coloca, então, como impossível de se manter e há que reformulá-la, o que gera transformações radicais em sua estrutura produtiva e em seu estilo de vida, definido como sua percepção particular de valores, inclusive econômicos” (Kant de Lima, op. cit., p. 53).

A arte da pesca tradicionalmente praticada pelos que viviam na Vila de Pescadores viu-se combalida frente a uma nova conjuntura econômica e ambiental desfavorável à pesca artesanal. Essa comunidade de pescadores passará a esboçar a partir daí contornos diferenciados para sua identidade enquanto grupo, não mais

somente pelo fragilizado saber-fazer transmitido de geração em geração, mas ressignificando suas práticas e suas memórias.

4.2.2.

No tempo das coisas: o MAI, esteio ou *história sem alma*?

O tempo e só o tempo tem o poder de desempenhar este papel à medida que nele pensamos como um meio contínuo que não mudou e que permanece hoje como era ontem, de modo que podemos encontrar o ontem no hoje (Halbwachs, op. cit., p. 146).

A reconstituição da lembrança de um determinado grupo social depende, de acordo com Halbwachs, de uma certa imobilidade do tempo para que ali se forje um contexto estrutural comum àquele pensamento coletivo (Idem, p. 146 e 155). A permanência do tempo social é, no entanto, relativa, podendo a sensação de unidade engendrada pela memória coletiva, no seu ir e vir conectivo entre um presente e um futuro alicerçados no passado, romper-se frente a uma mudança social sensível, transformando, de tal sorte, aquele tempo anterior (Idem, p. 149).

Parto, assim, da premissa de que o tempo vivenciado no Canto de Itaipu dentro de uma realidade que parecia repetir-se e reafirmar-se ciclicamente através da pesca artesanal abalou-se no findar dos anos 1970. Se os impactos de natureza econômica e ambiental encetavam transformações nessa ordem do tempo local, é preciso pensar em que medida a condição histórica do grupo viu-se igualmente recontextualizada a partir da criação de um museu, naquele mesmo momento, com a pretensão de narrar a história de Itaipu e de abarcar as memórias de seus pescadores contemporâneos e dos habitantes de outrora por meio do discurso patrimonial.

Em artigo intitulado *Vers une nouvelle condition historique (Rumo a uma nova condição histórica)*, François Hartog (2016) propõe a hipótese de que as mudanças recentes de nossas experiências históricas, algumas ainda em curso, estariam apontando para uma nova condição histórica, questionando o autor, ao mesmo tempo, o lugar da história enquanto disciplina nesse possível rearranjo, uma vez que esta ainda é fortemente associada ao mundo e ao tempo modernos (Idem, p. 169). A condição histórica implicaria a contingência da existência humana em relação à experiência histórica; dito de outra maneira, ela refere-se a

como indivíduos ou uma coletividade portam-se, imaginam-se e representam-se no tempo presente a partir de significações sobre o passado e de projeções futuras ou, ainda, como o homem pensa a si mesmo como ser histórico e faz uso dessa historicidade para estar e se colocar no mundo a cada tempo (Palmié; Stewart apud Hartog, op. cit., p. 169; Ricoeur, 2007, p. 358).

A inauguração de um novo tempo em Itaipu, que se afasta de um espaço de experiência calcado no saber tradicional, ao qual as gerações contemporâneas de pescadores podiam recorrer para pavimentar seu caminho em direção a um horizonte de expectativa antes conhecido e ensinado pelos antigos mestres, exige do grupo um reposicionamento de seu auto-entendimento quanto à leitura de sua situação e aos sentidos atribuídos a essas experiências históricas (Hartog, op. cit., p. 173). O futuro que se abre, o progresso que se admite e que, pouco a pouco, se consolida, revela-se ameaçador, senão até catastrófico, e põe em risco não só a continuidade de uma tradição da pesca de arrasto, mas a própria permanência do grupo na região.

É no sentido de uma religação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, desfeita na prática, que caberia ao Museu em fase de implantação, entre 1977 e 1982, escrever história por uma via peculiar de materialização do discurso na forma de exposições. O passado ali representado deveria estabelecer elos de identidade com o cidadão que percorresse aquela composição ficcional, a cargo de quem se deixaria a tarefa de dar sentido ou sequência aos acontecimentos da história decorrida (Ricoeur, op. cit., p. 507), e que em Itaipu, no caso, firmou-se como narrativa do patrimônio arqueológico pré-histórico. A tênue relação dos moradores com o espaço ocupado pelo MAI e com o espaço de abrangência de sua atuação no entorno, assim como a linguagem proposta na exposição *Aspectos da pré-história* colaborarão para uma reconfiguração de sua temporalidade no que diz respeito aos usos do passado face a sua nova condição histórica alquebrada no dia a dia quanto a um compartilhamento de memórias, fosse na forma oral ou na ritualização corporal.

A relação dos pescadores com o MAI evoca em um primeiro momento, quando esses são questionados a propósito, a memória da expulsão pelo Iphan daqueles nativos que ali viviam nas ruínas do Recolhimento, sendo o MAI

reconhecido por Seu Chico como “um marco, né, onde morou muitos pescadores e o museu tá aqui” (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 18 nov. 2012):

Agora eu achei que foi uma covardia tirar as pessoas sem indenização, porque eles não tinham onde morar, eles foram pra rua, as famílias tiveram que segurar, né. Então, a gente viu essa expulsão assim como uma coisa muito ruim. Então, na época, eu realmente não esperava nada do museu porque o museu também não tinha nenhuma proposta de nada, e eu também não sabia o que que era um museu, de verdade. (...) Mas a gente não tinha assim uma ideia que isso aqui, o que que isso aqui ia virar. E a gente tinha assim mais uma disposição, mas o museu nunca abriu a porta pra população, nem na área educacional, nem na área social, nunca teve assim uma discussão com a população de baixa renda, que não tem até hoje, né? Em universidade, em museu, tem uma pequena historinha, mas é só uma historinha. (...) Então esse tipo de violência foi feito pelo museu, então a gente sempre teve a certeza que o museu veio pra atrapalhar nossa vida e não pra ajudar nada, pra criar nada, então a nossa expectativa era ruim do museu, porque ele veio aqui pra proibir a gente de fazer as coisas, não de ajudar (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

O olhar de Seu Chico para a instituição conjuga-se negativamente com as imposições atinentes ao bem tombado e com o uso pretendido como unidade museológica para a realização de atividades educativo-culturais, sendo, naquela ocasião, até a função museu pouco compreendida e vista como uma medida prejudicial para a defesa dos interesses dos moradores. Hoje, porém, o líder comunitário admite que o “museu pra mim é melhor que virar um botequim ou que virar um hotel nesse espaço, ou estacionamento. É degradante, e o museu não é” (Idem).

Já Cambuci contemporiza sobre a saída das famílias das ruínas e a transformação do prédio em museu:

O museu era largado ali, o museu era um lixo. Inclusive eu dormi ali uns cinco anos, que meu tio, aqui onde é esse escritório do museu, ali era dois quarto do meu tio, quarto colado na parede do museu, e umas tálbua no meio onde a gente dormia, umas quatro pessoa, e tinha um quartinho onde ele guardava o material de pesca. (...) Aí, depois, não sei te explicar como, houve uma atenção do governo federal, do pessoal do Patrimônio Histórico, que veio e tava se demolindo mesmo. Veio fazer obra e tirou todo mundo dali. Aí nisso que o governo federal veio pra tomar providências e não deixar cair de vez, já tinha a família de Jacy com Lia, falecido Pirulito com a Dilsa, e o Bibi, raiz do falecido Nilo, que já era pescador antigo da época do meu pai, que já morava aqui na frente. Aí nessa época, já tinha três famílias morando ali, aí o Patrimônio foi, Patrimônio da União, deu uma instância de dias, meses, a eles pra se estabelecer, sair dali, não chegou agredindo ninguém, se deu uma estabilidade pra sair pra que

ia transformar aquilo dali em museu, numa preservação histórica, né, que senão já tinha acabado também. Se não toma essa providência já tinha acabado (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Note-se que as ruínas, então ocupadas, adquire nas palavras de Cambuci a ideia correlata de *museu*, e a musealização do prédio é vista por ele com bons olhos enquanto medida de preservação. Mestre Cambuci, que lá viveu durante sua adolescência na década de 1970, conta sobre as famílias de seus colegas pescadores e rememora as atividades ligadas à pesca que se praticavam nas ruínas, assim como a realização de festas religiosas:

Ali morava a família de, isso eu era garoto, antes de eu nascer, morava o Nilo, Bibi, Totonho, acho que nasceram tudo ali, ali dentro, inclusive eu tenho esse tacho aí, tem mais de 200 anos aí, que tingia rede (...), então de maneiras que ali morou a família do falecido Nilo e ali tinha os tacho que tingia rede ali dentro, uns quatro tacho. Tinha o de Seu Roberto aqui, de tio Bila, do meu pai e de Natalino lá dentro, que cozinhava tinta pra tingir as rede, com raiz de aroeira, casca de aroeira, murici, camboinha, a raiz e a casca, cozinhava e ficava vermelho. Aí depois limpavam ali e fizeram uma igrejinha onde é... A capelinha de São Pedro, tinha as festas, festa artesanal mesmo, era muito linda, o museu ficou, assim, largado (Idem).

O uso das ruínas para o tingimento de rede de pesca já havia sido relatado por Edgard Jacintho como atividade danosa para a conservação do monumento em relatório de inspeção ao antigo Recolhimento, de 7 de junho de 1966, argumento que seria utilizado para embasar a retirada das famílias e que se constituiria em pano de fundo para a definição de sua função museológica (Arquivo Central do Iphan/RJ). A utilização religiosa conferida às ruínas pelos pescadores não soa ter sido levada em consideração como manifestação da cultura local pelos agentes do Iphan, mais preocupados que estavam naquele correr dos anos 1960 e 1970 com a descaracterização física do imóvel.

Seu Chico, que participava das festividades e que presenciou a ação do Iphan, narra essa conjuntura:

As pessoa foram expulsa aqui em 79, 80... em 77 é que foram expulsa as pessoas. (...) Então em 78, foi a última missa aqui dentro da Capela de São Pedro. Em 80 foi na Igreja de São Sebastião, em 81 nós fizemos a capela ali onde tá hoje. Então eu lembro legal por causa da missa e a minha filha foi batizada e meu afilhado aqui na Capela, na última missa. Na festa de São Pedro, no caso. E, no ano seguinte, não teve mais porque já tava fechado, aí foi todo mundo expulso depois

do São Pedro⁵⁴ (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

A tradicional festa em homenagem ao santo católico São Pedro, realizada a cada 29 de junho, era intensamente comemorada em Itaipu em agradecimento ao protetor dos que fazem da pesca o seu ganhação pão. A procissão de São Pedro acontecia anualmente desde sua primeira festa em 1920 comandada pelo dono de pesca conhecido como Seu Manduca, passando a fazer parte do costume da região o patrocínio desta pelos donos de pesca em Itaipu (Costa, op. cit., p. 129). A procissão em Itaipu diferenciava-se dos festejos da comunidade pesqueira do bairro de Jurujuba, que contava com uma procissão marítima; na Vila de Pescadores de Itaipu a imagem do santo saía da capela do que hoje é o MAI e seguia para a beira da praia, onde, junto aos barcos devidamente embandeirados, pescadores e suas canoas eram benzidos pelo padre, retornando, ao fim, para a capela (Idem, p. 130).

Em depoimento no vídeo *Arrastão de beira de praia*, de 1976, dirigido por Alex Mariano Franco, o pescador Seu Neneco manifesta-se quanto à religiosidade em Itaipu: “Na minha opinião, a religião tá caindo aqui nessa zona. Não sei se é menos fé, se a população também diminuiu um pouco, que vem gente de fora. Porque todos esses pescadores de beira de costa, por muito herege que ele seja, eles têm uma fezinha em São Pedro”.

⁵⁴ A Igreja de São Sebastião de Itaipu, de 1708, foi tombada em 1978 pelo Inepac. A data de 20 de janeiro, quando se comemora a festa do santo que deu nome à Freguesia no século XVIII, fazia parte do rol de festividades religiosas locais promovidas pelos patrões de pescaria, ao menos, até 1977 (Kant de Lima, op. cit., p. 59). Atualmente, os pescadores pouco relacionam o padroeiro de Itaipu com o seu universo de trabalho (Costa, op. cit, p. 128).



Figura 28: Saída da procissão de São Pedro das ruínas, 1976, autoria Alex Mariano Franco

A descaracterização desses festejos em tributo a São Pedro é apontada no estudo de Kant de Lima (op. cit., p. 60), que relata não ter havido festa em 1977 por falta de quem se habilitasse a promovê-la, e, conforme pode-se perceber do relato anterior de Seu Chico, a criação do MAI é, em certa medida, associada não unicamente à desmobilização de um espaço de trabalho e de moradia, mas inclusive dessa dimensão religiosa que cumpria uma função de aproximação identitária dos pescadores, especialmente por ocorrer no auge do ciclo de pesca da tainha.

Para Vanda Maria Freita de Abreu, que fez parte do grupo de famílias que habitou as ruínas nos anos 1960, onde deu à luz a seus filhos logo após casar-se, a lembrança da desocupação ganha uma tonalidade traumática, a ponto de declarar que “agora, há muito tempo, eu nem gosto de entrar ali, nem nunca mais eu entrei, há muitos anos”. Relata, ainda, a esposa de pescador sobre a remoção de sua família em entrevista a Juliene Cruz (26 nov. 2012):

Porque meu compadre [Seu Hildo] que me botou pra fora em 24 hora com oito filho. (...) É, e era meu compadre, batizou meus filho esse que eu tô falando. Se eu não saísse, ele ia apanhar minhas coisas toda e botar na rua. Aí, eu fiquei perdida, sem saber pra onde ia, né, com oito crianças!

Segundo o depoimento de Dona Vanda, Hildo de Mello Ribeiro esteve diretamente envolvido na ação de despejo das famílias do antigo Recolhimento, o

que é reiterado pelos irmãos Edilson e Reginaldo, pescador e guardador de carros, respectivamente, que nasceram e viveram nas ruínas com seus pais e mais seis irmãos:

Quem nos retirou foi o Seu Hildo, ele era o presidente da Colônia de Pescadores. Era pessoa boa, querido por todos. Tudo que era feito aqui passava antes por ele. (...) O Estado mandou a gente sair e Seu Hildo veio nos comunicar. (...) Ele fez o que pediram pra ele. Se não fosse o Seu Hildo não existiria mais Colônia (Edilson; Reginaldo apud Ribeiro, 2007, p. 160 e 161).

A figura do fiscal da Sudepe e colaborador do Iphan Hildo de Mello Ribeiro assume contornos múltiplos aos olhos dos ex-moradores das ruínas, transitando entre o ressentimento pela expulsão súbita, como no caso de Dona Vanda, e a resignação e, até mesmo, o reconhecimento do mérito das ações de Seu Hildo na manutenção da Colônia para a posteridade, como mencionado em uníssonos pelos irmãos Edilson e Reginaldo. A pessoa de Seu Hildo, no entanto, aparece colada tanto à Colônia, quanto ao Museu, não sendo rara a atribuição dos problemas sociais enfrentados pela comunidade à instituição de preservação cultural que se instalou em detrimento das moradias, gerando alguma confusão e uma visão interposta de funcionários do Museu e instâncias governamentais das três esferas de poder; são todos encerrados em um só nó identificado, indistintamente, como o Museu (Ribeiro, op. cit., p. 203).

Seu Bichinho transmite essa noção amalgamada, antes apontada na fala de Cambuci, acerca das diferentes funções inerentes ao campo do patrimônio cultural ao demonstrar sua indignação quanto à remoção da família de sua esposa, a discreta pescadora Dona Aída:

O problema todo do museu é que eles não procuraram a gente, ele não procurou a gente e o pescador não procurou o museu, aí ficou empatado nisso aí. O museu não deu cobertura a pescador nenhum. A maioria tiraram o pessoal onde o pessoal morava e não deu nenhum lugarzinho pra eles ficar (Souza, Américo Fernandes de. *Seu Bichinho*. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 19 nov. 2012).

Sobre a atuação de Seu Hildo, Seu Chico enxerga-a como condizente com um funcionário público federal que “pensava que ele era o Museu” (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 18 nov. 2012):

Ele era um funcionário público federal que foi colocado aqui pelo Ministério pra tomar conta dos pescadores e controlar os pescadores, que era assim que era colocado os interventores da época, e essas coisa tinha que entregar a ele. Que era assim uma pessoa que andava armado, coisas assim... Então tinha que entregar a ele, se achasse alguma coisa, tinha que entregar a ele, qualquer coisa assim diferente. A orde era entregar. (...) A gente tinha essas dificuldades com o museu, e com a direção da Colônia, porque não trabalhava pra defender o pescador, mas os interesse... Que ele era um funcionário público, não tinha envolvimento com a pesca, não queria ter também, ele era um funcionário público, ex-combatente, com neurose de guerra dele lá, que realmente deixa sequela, né, uma coisa complicada (...) Aí, eu sei que foi uma relação muito ruim, né, com o interventor e com o museu. Então essa relação aí dessa época era muito ruim (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

A reputação de Seu Hildo perdura na memória da população nascida e criada em Itaipu como controversa. Constatável é, contudo, o rigor com que Seu Hildo desempenhava seu trabalho, sendo visto como autoritário, ou, como uma “espécie de xerife ou capataz”, conforme descreve Diego Ribeiro (op. cit., p. 202) a partir de entrevista com Lúcia, filha de Dona Vanda. Dispara, também, Érika, filha de Seu Chico, em depoimento coletado por Ribeiro (Idem, p. 206), que “ninguém, nenhum pescador precisa ser colonizado”, explicitando, assim, tal como seu pai, uma visão crítica sobre a autoridade exercida por esse personagem local tida como abusiva.

O posicionamento de Érika em relação a Seu Hildo refere-se ao período em que, quando ainda criança, este fiscalizava os sítios arqueológicos e recolhia deles peças afloradas para a sua coleção. Ora, a intervenção sobre os sítios arqueológicos empreendidas por Lina Kneip e as restrições que se impingiram a estes pela letra da Lei nº 3924/61, observadas por Mello Ribeiro em suas rondas, ocasionaram fricções quanto aos usos e às práticas corriqueiras de apropriação desses lugares pelos nativos.

A Duna Grande, em particular, era palco de atividades no cotidiano local do ponto de vista da produção da pesca e como espaço lúdico para as crianças da Vila. O referido sítio é comumente chamado de *Morro da Peça*,⁵⁵ e constituía-se, devido a suas dimensões e posição geográfica, em ponto estratégico para a pesca

⁵⁵ A denominação Morro da Peça deveu-se à instalação de um canhão no topo da duna, que era utilizado como aparato de comunicação militar entre as cidades do Rio de Janeiro e de Cabo Frio para avisar sobre a presença de embarcações estranhas à Coroa portuguesa. Hoje a peça de artilharia encontra-se na rotatória da Praça Viçoso Jardim, pouco antes da entrada da Vila de Pescadores (Sedrap apud Araújo, op. cit., p. 98).

da tainha. Para além da função primordial na pesca de cerco com vigia, a Duna Grande é aludida pela geração de nativos atualmente na faixa dos quarenta e cinquenta anos como referência afetiva das memórias de suas infâncias em Itaipu:

Eu tinha uma relação assim muito, poxa, maravilhoso... Nossa relação com a Duna... Era nosso parque. A gente ficava impressionado com os ossos de baleia, a gente ficava impressionado com todo aquele material que tinha, né. A gente sabia que era coisa assim, né, que era resto de indígena e tal, que era o que a gente sempre ouvia falar. Quando eu era criança o museu não tinha pegado esses dados todos. Mas depois que a gente foi tendo uma formação melhor (Silva, Jairo Augusto da. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

O pescador Jairo Augusto da Silva descende por parte de pai e mãe de antigos pescadores de Itaipu, e divide, atualmente, a presidência da Alpapi com Seu Chico, exercendo, portanto, ativo papel político na defesa dos interesses dos pescadores artesanais. Sua percepção sobre a Duna quando menino abre-se como lugar ligado à brincadeira e ao contato com o material *exótico* ali possível de se identificar, relacionado pela memória coletiva local a indígenas. Essa conexão entre infância e Duna não foge ao depoimento de Érika a Diego Ribeiro ao revelar que “eu quando era criança brincava e achava que Itaipu era meu parque de diversões, e lógico, brincava nas Dunas” (op. cit., p. 206), nem tampouco à opinião do mergulhador Marcos Antonio Souza, membro de quarenta e dois anos da família do núcleo pescador do Morro das Andorinhas, sobrinho neto de Seu Bichinho, sobre seu elo com Itaipu:

Itaipu, pra mim, eu sou nascido e criado em Itaipu, pra mim é uma honra. Por quê? Não só pra mim, como minha família, né, a gente é nascido e criado aqui, eu brinquei muito nessa Duna aí, quando era criança, adolescente. A gente nem tinha tanto conhecimento sobre essas coisas, porque a gente era criança... A gente não sabia, né, sobre isso, só brincava, brincava de ficar rolando na Duna, eu e meus primos, então, Itaipu, pra minha família é tudo, entendeu? (Souza, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).



Figura 29: Érika brincando na Duna, [198-], autoria Seu Chico (Arquivo MAI)

Relembre-se que essa geração vivenciou na infância o limiar da transição de uma cultura tradicional de ampla e arraigada apropriação do espaço para uma cultura que passou, a partir da conjuntura dos anos 1970, a caracterizar-se pela resistência através da luta pelo direito à pesca artesanal. Jairo, Érika e Marcos são frutos de uma Itaipu em processo de vertiginosa desconstrução, bem lembrada pela geração anterior, e da qual os sítios arqueológicos são emblemáticos do desmembramento do espaço:

Porque tinha o Morro da Peça, é a Duna Grande, mas aquilo dali roubaram mais da metade de areia, aquilo era enorme, a Duna era muito grande. (...) Ela era uma coisa linda, pitangueira pra todo lado, aí veio o Pizarro que era dono de Itaipu, de fato ele era dono, mas não da Duna, porque a Duna é órgão federal, a lagoa é órgão federal, (...) e ele com a máquina dele desbastou um bocado da Duna, tirou pra abrir, pra empurrar pra aterrar. Então o que acontecia, o pessoal pegava muita areia aqui no Morro da Peça eram caminhões e mais caminhões, tinha dias de ter oito, dez caminhões, apanhando areia pra levar pra Itacoatiara pra fazer jardim, pra fazer aterro, pra essas coisas toda. (...) Aí veio a Veplan, depois, mais tarde veio, veio modificando, aterrou tudo, meteram máquina, arrebentaram com tudo, com a natureza, arrebentaram com a natureza toda (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Assim como Cambuci, Seu Chico acompanhou o desmonte da Duna Grande e militou em prol de sua preservação, declarando que “na época eu briguei sobre isso, eu era criança, mas eu já brigava bastante na década de 70” (Souza,

Jorge Nunes de. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016). Um dos alvos de contenda de Seu Chico foram as Pesquisas de Salvamento em Itaipu chefiadas por Lina Kneip:

A Lina ela foi, ela veio pra Itaipu pra pesquisar a Duna lá em Cambinhas... (...) E foi uma coisa assim bem complicada, que ela pesquisou a Duna com pouco tempo, né? Foi uma pesquisa muito rápida. Foi um salvamento, não sei como é que o arqueólogos entende isso. Mas se era um sambaqui, o governo federal poderia ter parado a obra em cima da Duna, né, se ela fosse importante. Isso não era importante, não precisava salvar, na minha opinião. (...) E salvar da maneira que foi salvo, sem material de verdade, eu acho que não é importante. (...) No livro, ela diz que foi da Veplan, esse troço todo, se foi patrocinada pela Veplan pra fazer aquilo, com trator, esse troço todo, eu acho que não teve nenhum... Aquele material, o valor dele é muito pequeno porque foi muito misturado, porque teve ajuda de um trator pra fazer a escavação (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

Seu Chico desfere contra a Pesquisa de Salvamento um golpe certeiro ao questionar o poder do Estado em relação a um sítio arqueológico juridicamente acautelado e o valor que lhe foi conferido na prática pelo Iphan, uma vez que o órgão deixou que as obras empreendidas pela Veplan ocorressem, e, ainda, lançou mão da parceria com o Museu Nacional por intermédio da professora Kneip para o apressado salvamento do material arqueológico antes de sua total deterioração.

O aspecto conflitivo dos posicionamentos institucionais da agência de preservação em relação à construtora e aos pescadores é problematizado por Seu Chico, que entende que o valor cultural do monumento arqueológico é operativo quando aplicado ao cerceamento do uso pelos moradores sob a fiscalização de Hildo de Mello Ribeiro, bem como no momento de despejar as famílias do antigo Recolhimento para criar um museu, surpreendentemente, dedicado à arqueologia que consentiu destruir, sendo, em contrapartida, este valor cultural calado em nome do poderio econômico.

Seu Chico não se abstém de criticar o trabalho de Kneip ao narrar o episódio da intenção da comunidade de proteger a Duna com um cercamento, ao que indica, atravancado pela pesquisadora:

fiquei muito decepcionado porque em 1984, 85 eu consegui pelo Museu Nacional uma verba pra cercar a Duna, a Duna de Itaipu, e na época eu fiquei impedido pelos arqueólogos, inclusive por ela, porque não tinha nenhum arqueólogo fazendo esse trabalho, com esse projeto (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

A despeito do relato contrário de Kneip sobre um aparente entrosamento colaborativo com a comunidade, que a auxiliou na localização dos sítios (Kneip, 1981, p. 52), percebe-se a assimetria das relações travadas, uma vez mais, através das palavras de Seu Chico, que deixam clara a pertinência alegada por Kneip de que o cercamento do sítio deveria, senão partir, ao menos ser acompanhado por um profissional de arqueologia. Seu Chico argumenta que Kneip teria reavido essa verba junto ao Museu Nacional para que seu grupo de pesquisa executasse o mencionado procedimento, o que teria dado origem à matéria *A Duna iluminada* no jornal *O Globo*, prontamente rebatida por Seu Chico com uma resposta intitulada *A dona da Duna*, em referência ao que interpretava como os desmandos de Lina Kneip em relação ao patrimônio arqueológico de Itaipu.

Essa condição histórica que se avultava sobre a comunidade de pescadores exigiu um reposicionamento e uma adaptação a novos usos e apropriações do ambiente espacial de Itaipu, a partir daquele momento, sob outros auspícios da jurisdição do Estado e do interesse privado. Lembre-se, com Halbwachs, que as circunstâncias materiais dos lugares, as referências da coletividade na forma dos objetos, compreendem a possibilidade dos grupos construírem sua noção de pertencimento ao criar hábitos em relação ao espaço por eles moldado em um jogo recíproco de troca entre memória do grupo e contexto espacial (Halbwachs, op. cit., p. 160). Certa ilusão de equilíbrio lhes é, assim, assegurada para que naquele meio exterior se concretize e se reproduza a imagem que representam de si mesmos (Idem, p. 159).

Ora, a ruptura desses laços com o aspecto físico do lugar onde configuraram a identidade do que são e sua relação com a memória de seus antepassados é um dos espectros desse reconscientizar-se enquanto grupo que se põe à prova com as limitações arqueológicas autorizadas pelo Iphan e com o estabelecimento do MAI no lugar que tanto conheciam e que tinham por seu. Alerta Halbwachs acerca dos grupos relativamente estáveis que “perder seu lugar no canto de tal rua, à sombra de tal muro ou de tal igreja seria perder o apoio de uma tradição que os protege, sua única razão de ser” (Idem, p. 165). De tal forma, antigos costumes, como o da brincadeira das crianças sobre a Duna e o do guardar para si os curiosos objetos que nela eram achados, esbarrarão em obstáculos

personificados pelos agentes do patrimônio e pela instituição museu, tornando-se esses alvo de resistência em parte do discurso local.

Érika conta sobre essa relação de troca, de seu ponto de vista unilateral, entre comunidade e Museu: “Eu estava brincando [na Duna] e achei um osso, que até hoje eu não sei o que é – isso me deixa chateada – e entreguei no Museu. E fui eu que achei” (Souza apud Ribeiro, op. cit., p. 206). O ressentimento de Érika quanto à doação ao Museu – leia-se: por meio de Hildo de Mello Ribeiro – deve-se a sua compreensão de que a comunidade da Vila de Pescadores é obscurecida no processo de coleta do acervo, recaindo todo o mérito desta prática sobre o *arqueólogo amador*, cuja liderança à frente da Colônia de Pescadores, para Érika, não se respaldava em uma identificação com a luta dos pescadores. “O museu deveria contar a nossa história” (Souza apud Ribeiro, op. cit., p. 206), essa é a cobrança de Érika por não se sentir reconhecida pelo Museu, nem tampouco representada na coleção exposta, à época de seu depoimento em 2006, na mostra *Aspectos da pré-história*.

O questionamento de Érika dirigido ao MAI quanto aos créditos dos pescadores na formação da coleção coligida e doada por Seu Hildo pela coleta assistemática junto a moradores nativos (Ribeiro, p. 205), e que ressoava na ausência da *história da comunidade* apresentada no Museu, não deixa de ser notável. A complexidade das relações que se instaura com a teia de processos desencadeados pela musealização do patrimônio local e, em particular, pela comunicação sugerida pela narrativa do Museu coloca, por exemplo, Hildo de Mello Ribeiro na berlinda.

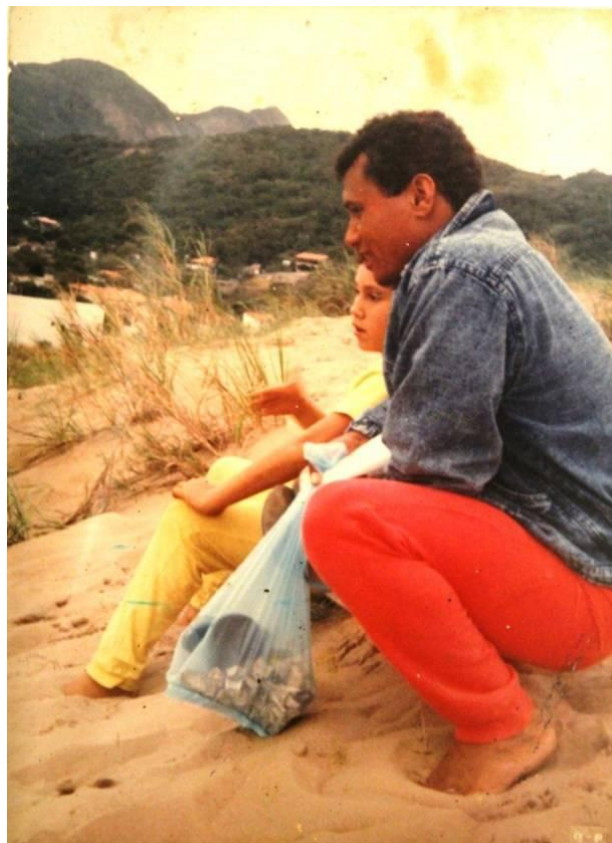


Figura 30: A menina Érika e Seu Chico coletando vértebras de peixe na Duna Grande, [198-], sem autoria (Arquivo MAI)

Se, por um lado, para parte dos nativos, Seu Hildo e suas ações de fiscalização e de apreensão dos vestígios arqueológicos eram vistas como coercitivas e injustas, como descreve Seu Chico a Mirela de Araújo (2015, p. 126):

Esse material era normalmente colhido, achado pelos pescadores, e ele, como ele era ex-combatente, ele pegava esse material, porque senão ele prendia. Ele andava armado, vivia armado e ele trazia pro Museu e entregava isso pro Museu. (...) Quem coletava era pescador, filho de pescador, que iam brincar na Duna e encontravam, avisavam e aí ele ia lá e fazia essa parte. A gente tinha também bastante medo, né?

Por outro lado, admite-se que, apesar das contrariedades, ele “achou muita coisa”, declara Érika sobre a coleção (Souza apud Ribeiro, op. cit., p. 207). No entanto, não se pode olvidar a outra faceta desse personagem, gostem os pescadores ou não, como um indivíduo da comunidade, que, pelos arqueólogos à frente do MAI, foi eclipsado do discurso do Museu, tanto quanto os seus demais conterrâneos, independente do papel desempenhado por cada um deles no concerto da estrutura social local.

O fato é que o afeto que os pescadores e seus filhos mantinham no cotidiano de sua relação com os artefatos da arqueologia, ainda que não dispusessem de maiores esclarecimentos a respeito, como que se dissolveu com a instituição museu e a imposição de um patrimônio cultural referente a uma temporalidade externa e distinta em termos de projeto identitário da realidade do Canto de Itaipu. Esse caráter problemático do procedimento de recolhimento dos objetos do passado por museus e outras instituições de preservação do patrimônio cultural é, adequadamente, definido como uma *otherness* por George Stocking (2001); alguma outra coisa diferente daquela que funcionava corriqueiramente em um tempo e em um espaço diversos daqueles do contexto patrimonial, e que acaba por tornar-se atemporal para ser preservado em sua forma original (Idem, p. 249 e 250).

A cisão mais simbólica do que física entre espaço e tempo locais é, assim, percebida como crítica pelos moradores da região que se sentiram alijados e não contemplados pela lógica narrativa do Museu, que apresentava objetos muito semelhantes àqueles encontrados ali em Itaipu, mas não exatamente os vestígios e os fragmentos polêmicos oriundos das coletas de Hildo e da população nos arredores da Vila de Pescadores. A aliança simbiótica de reconhecimento de si enquanto indivíduos e coletividade permitida pela apropriação dos objetos no espaço, assim como de pertencimento a uma territorialidade antes habitada não só por seus parentes diretos, mas por outros ocupantes eram, de tal forma, enfraquecidos ao invés de serem revigorados pelo Iphan ali presente como museu:

Olha só, a gente não vê o museu, né; a gente não vê, nunca viu. (...) Eu, eu vejo o museu assim: o museu eu sei que não tem nada, só tem ruína, né, que era até preservada pelo grupo de pescadores que foi expulso. Hoje as ruínas, ela não tem nada, tem uma ex-canoa, né, que virou cocho, ela tem o quê, uns ossos que foram encontrados lá na duna, e, na verdade, uma história assim maior, assim, que tipo da onde começou, a gente olha a informação do que era os pescadores antes de chegar o museu aqui, né... (...) a gente não tem a história de Itaipu, ele não sabe, o museu não sabe a verdade (...), mas ele não tem assim uma coisa de Natalino, Seu Nilo, quem foi essas pessoas, né, então quem foi a família de Manoel de Sindoca, essas pessoas que moravam aqui, como é que era essa relação (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 18 nov. 2012).

Para Seu Chico, o resultado geral do Museu ao longo do tempo foi prejudicial para a preservação da cultura local. Destarte, sua percepção sobre a função do MAI e o significado de patrimônio parece, por seu discurso, bastante

evidente quanto ao que compreende ser necessário exaltar para se contar *a verdade sobre a história de Itaipu*: a memória dos pescadores nativos. Seu Chico sugere que o MAI registrasse relatos de pessoas de sua geração que “viram outras coisas... Mas pelo menos ainda tem uns quatro aí, uns bambas, que a gente pode resgatar alguma coisa” (Souza apud Araújo, op. cit., p. 134), esse *alguma coisa* seria a aquisição pelo Museu de uma pescaria completa de arrastão, de canoa à rede, passando por petrechos de pesca.

O ativismo político de Seu Chico identifica no MAI uma ferramenta em potencial para perpetuar a história da comunidade através do colecionismo, desde que alinhado aos interesses dos pescadores, e denota, assim, conhecer as formas e os descaminhos, da perspectiva da temporalidade que defende, trilhados pela linguagem do Museu. A ideia de que o sentido do *self* no Ocidente está diretamente ligado ao sentido de propriedade, como trabalha James Clifford (1985, p. 237) sobre a teoria do *individualismo possessivo* de C. B. Macpherson, elucida a necessidade do indivíduo de ter, de acumular e de cercar-se de objetos – de colecionar – como estratégia de organização desse *self* possessivo, de sua cultura e de sua autenticidade (Idem, p. 238).

Militante de primeira hora dos impactos causados em Itaipu ainda em sua juventude, Seu Chico encarna uma das direções dessa guinada da condição histórica dos pescadores, e torna-se, como pode-se observar em suas falas, um dos catalisadores de uma demanda pelo recolhimento de objetos a uma coleção e pela sua exposição no MAI, consciente, portanto, do trabalho social de produção e de apropriação desses objetos em conformidade com o tempo e com a ordem da coleção determinados por quem detém o poder de se fazer representar por ela (Idem, p. 239).

Entre outros atores locais, conforme identificou Diego Ribeiro (2007) em sua pesquisa de campo, a expectativa quanto ao Museu que se fazia representar por *Aspectos da pré-história* deixava a desejar: “uma canoa velha, um pedaço de osso, grama e muro, só!”, profere Maria do Carmo (apud Ribeiro, op. cit., p. 199), proprietária septuagenária, na ocasião, de pequeno comércio, nascida e criada na região. Ou, ainda, um frequentador local que, estupefato com a pesquisa de Ribeiro sobre o MAI, o questiona: “Você não acha uma porcaria aquilo ali? Você

vai esperando ver a história de um índio, um primeiro habitante, e não encontra nada. Só um marisco e nada” (Ribeiro, op. cit., p. 205).

As divergências sobre a função de comunicação do MAI em referência direta com o que se podia ver como exposição na instituição é patente. Os pronunciamentos dos atores locais demonstram certa incompletude entre suas expectativas e o que o Museu de fato apresentava, sendo essa dificuldade de diálogo entre *Aspectos da pré-história* e o conjunto de moradores da região alvo de discussões de pesquisadores que se lançaram a estudar o MAI a partir do enfoque sobre essa exposição.

Havendo participado como museóloga responsável pelo *Plano Museológico do MAI (2007-2010)*, apontei no diagnóstico global como um dos pontos fracos do Museu a “desatualização informacional e museográfica da exposição de longa duração” (Brasil, 2007, p. 11), tendo sido destacado como futuro projeto em seu Programa de Exposições a concepção e a montagem de uma nova exposição que contemplasse o acervo institucional em vista da extrapolação dos prazos de empréstimo das peças junto ao IAB e ao Museu Nacional (Idem, p. 27), para, assim, compor uma exposição de caráter fulcral para sua identidade museológica, já que a antiga não dava mais conta das questões colocadas em termos de um discurso de memória para aquele que deveria ser seu público alvo: os integrantes da Vila de Pescadores e cercanias.

A formulação de uma narrativa reducionista sobre a história de Itaipu acabou por preterir a inserção do MAI em um território definido pela produção da pesca, que poderia, talvez, conciliar-se na coleção arqueológica Hildo de Mello Ribeiro, desde que respeitados os matizes de temporalidades e de agentes que participaram dessas coletas randômicas, para, de tal sorte, buscar se estabelecer a almejada comunhão entre Museu e comunidade (Ferreira, 2011, p. 16).

Mirela de Araújo (2015) dedicou-se à análise do que foram, para a autora, as três exposições de longa duração do MAI⁵⁶ em sua dissertação de mestrado com o objetivo de observar os momentos em que estas “produziram seus

⁵⁶ Além de *Aspectos da pré-história* (1982) e *Percursos do Tempo: revelando Itaipu* (2010), Araújo considera *Abordagem da arqueologia brasileira* (1977) como exposição de longa duração.

discursos ‘para’ ou ‘sobre’ a sociedade que vive no seu entorno” (Idem, p. 185). Em relação a *Aspectos da pré-história*, a museóloga chama atenção para a falta de referências à pesca artesanal em Itaipu, apesar da prática da pesca atribuída aos ocupantes dos sítios arqueológicos tipo duna (Idem, p. 165), assim como para o “consistente silêncio da exposição com relação às transformações urbanas e à degradação ambiental” (Idem, Ibidem), que já eram alvo de manifestações populares contra a poluição da praia e contra a urbanização desordenada de Itaipu desde o final dos anos 1970.

Embora não existam estudos de público realizados entre 1982 e 2009, enquanto *Aspectos da pré-história* esteve em exibição, de maneira a se poder melhor aferir o condicionamento perenizado por essa mostra sobre as funções, as abrangências e as limitações do MAI, Araújo é taxativa ao afirmar que “é preciso compreender que a aproximação da população que vive no seu entorno não foi a tônica demonstrada a partir dessa exposição, afetando diretamente a percepção que os públicos têm sobre o Museu” (Idem, p. 166 e 167).

Alejandra Saladino (2010), por sua vez, indaga-se sobre o descompasso entre a pesquisa acadêmica e o discurso do MAI, que não só não acompanha, como não destaca o panorama arqueológico, extinto e preservado, de Itaipu, e questiona de que modo as consequências dessa realidade reverberaram na preservação do patrimônio arqueológico local (Idem, p. 257). A pesquisadora argumenta que *Aspectos da pré-história* sintetizava o rarefeito e sazonal investimento do Iphan na realização de pesquisas arqueológicas, sendo essas definidas como *contingenciais e bissextas*, ou seja, ocorriam somente em caráter emergencial e com escasso tempo para levantamento e análise de dados dos sítios, comprometendo o processo final de divulgação à sociedade dos resultados da pesquisa (Idem, p. 258).

Saladino credita ao MAI papel central na interferência sobre a apropriação dos estudos e sobre a recepção e a valorização do patrimônio arqueológico por parte da sociedade através da gramática museal (Idem, p. 262). Acerca do discurso museológico institucional, conclui que:

Uma vez que o Museu não divulga informações sobre os sítios arqueológicos de Itaipu, estes não conhecidos. Não sendo conhecidos pela sociedade, esta não se apropria deles, nem os ressignifica. Não sendo objeto de fruição nem apropriação, os sítios não são valorizados. Se não são valorizados, eles não são incorporados aos conteúdos da memória social. E, aquilo que não é incorporado aos conteúdos da memória social é esquecido e não preservado (Idem, p. 260).

Os pontos de vista que apresento, e com os quais concordo no tangente ao que se pode delimitar como empecilhos comunicacionais propagados pela mencionada exposição, consolidaram barreiras entre o saber científico da arqueologia, extremamente especializado e por si só pouco palatável ao cidadão comum, e o saber local sobre aquela região, apoiado na oralidade e na ritualização corporal da pesca. Naquela exposição, como vem-se frisando aqui, não havia pesca contemporânea, nem pescador de Itaipu, sequer havia uma substantiva memória da pré-história daquele território, imperavam ali o discurso qualificado dos profissionais de arqueologia e os objetos de suas escavações alhures.

Se as consequências ambientais decorrentes da especulação imobiliária afetavam diretamente a pesca, e constituíam-se, portanto, no cerne das reivindicações dos pescadores, mas não encontravam ressonância na prática discursiva simbolizada pelo MAI, há que se salientar que o resultado das pesquisas arqueológicas no formato expositivo, fossem elas em Itaipu ou não, pouco retorno tiveram em termos de conhecimento arqueológico para a população local e para os frequentadores do MAI em geral.

Diego Ribeiro (2007) narra em seu *Relatório de Pesquisa* 8, de 18 de outubro de 2006, o episódio em que pergunta informalmente a pescadores e ao dono de um *trailer* na Praia de Itaipu se sabiam o que era arqueologia e, para sua surpresa, pediram-lhe que explicasse do que se tratava, pois todos ali desconheciam o tema, apesar de existir um museu de arqueologia próximo de onde trabalhavam e residiam (Idem, p. 188 e 189). Outro aspecto observado pelo pesquisador a partir de levantamento no livro de *Comentários, críticas e sugestões* disponível aos visitantes do MAI é a dubiedade a respeito do Museu e de sua proposta, sendo comum o público confundi-lo com um museu do índio. Constam, de tal forma, como sugestão e pedidos “barcos com índios, suas roupas típicas e maior esclarecimento sobre a história da ocupação indígena da região e visitas por conta do dia do índio” (Idem, p. 175).

Não se pode negar que as dificuldades de comunicação entre MAI e sociedade foram candentes em suas três primeiras décadas, e corroboram a noção sustentada por Maria Cristina Bruno (1999, p. 22) de uma *estratigrafia do abandono* das fontes arqueológicas do passado pré-colonial, na estrutura da qual os museus ocupam a última camada do processo histórico de musealização da arqueologia. Ao relegar as coleções arqueológicas a uma posição coadjuvante, as instituições museológicas, e aqui incluo o MAI no bojo da secundarização do patrimônio arqueológico no Iphan, não permitiram o desenvolvimento do potencial de comunicação “em toda a sua dimensão, na perspectiva de conduzi-las ao perfil de museus de sociedade e museus de identidade” (Idem, p. 127).

Apesar das críticas contundentes, é preciso questionar os limites e as formas com que o MAI efetivou *alguma* comunicação. Mesmo que o modelo de museu que foi possível ao Iphan empreender em Itaipu não tenha sido positivamente apropriado pela comunidade, objeto das preocupações de Renato Soeiro quanto a esse Museu ao lado da proteção ao patrimônio arqueológico local, defendo que o MAI cumpriu uma função comunicacional outra; no estímulo à produção de narrativas a partir da memória coletiva sobre o patrimônio cultural, referente ou não à arqueologia, à arquitetura das ruínas ou ao território. É possível dizer que essas duas realidades – Museu e pescadores –, aparentemente antagônicas naquele cenário, configuram dois estratos de tempo em paralelo, sem se misturar, mas que, ainda assim, se tocavam pelo simples fato de se situar em um mesmo lugar.

O MAI sobressai não pela harmonia junto à comunidade do entorno, mas pela criação de um pilar de pertencimento de ordem inversa à da identidade comum. *Memórias subterrâneas* (Pollak, 1989, p. 4) se articularão pelo grupo de pescadores para manter sua coesão através da mobilização de vestígios do passado para proclamar suas memórias e escrever suas histórias, uma vez que não se reconheciam na narrativa da história oficial emanada pelo Museu. Esse grupo minoritário operará um trabalho subversivo de disputa e de conflito com essas memórias concorrentes (Idem, p. 8), contrapondo-se ao discurso proferido, haja vista a polifonia de vozes sobre a memória coletiva local no que concerne ao patrimônio cultural representado pelo MAI e pelo Iphan.

O discurso de resistência ao MAI ampara-se, portanto, nos mesmos recursos ao uso do objeto utilizados pelos museus em suas exposições para mediar a construção de significados culturais (Cury, 2005). Em outras palavras, a cultura material que define a linguagem arqueológica escolhida como estrato de tempo para organizar a narrativa do MAI, será usada tanto por arqueólogos, quanto por pescadores para transmitir suas memórias e, em última instância, a identidade social que representam de si.

O MAI através da exposição *Aspectos da pré-história* não se eximiu de contribuir para o conteúdo da memória local. Se, por um lado, não há um reconhecimento de parte da comunidade pela arqueologia como vetor da história de Itaipu, por outro, é cabível afirmar que os artefatos adquirem aos olhos e nas mãos dos pescadores outro tônus como referência patrimonial, não propriamente arqueológica:

No caso específico da Arqueologia, embora os ossos, os artefatos e as estruturas construtivas deixadas por determinados grupos sociais não tenham, eles mesmos, a possibilidade de construir discursos explicativos sobre sua existência, os grupos sociais nossos contemporâneos que hoje de apropriam, material e/ou simbolicamente daqueles vestígios, não só podem como, de fato, constroem, discursos sobre eles, discursos com os quais nós temos que, no cotidiano de nossas pesquisas, lidar e, muitas vezes, negociar (Najjar, 2002).

A recepção da exposição do MAI adquiriu feições diferentes das que os especialistas esperariam – incluo-me nesse grupo – de uma compreensão mínima do que seria, por exemplo, arqueologia, ou, então, em que consistiam as culturas pré-históricas da região. Não obstante, sustento que a possibilidade de o público apropriar-se do modelo proposto pelo Museu não deixou de ocorrer dentro do que permitiram as limitações institucionais do Iphan e as negociações em jogo no campo da arqueologia.

Os efeitos colaterais desse desenrolar comunicacional do MAI ganharam, todavia, mais peso do que sua finalidade museológica precípua; um novo discurso formou-se à margem das ruínas, e seu público imediato reelaborou e recriou como conveio o que lhe foi apresentado, porém rechaçado, como a história da qual também se sentiam donos. A consciência de que um novo regime de tempo abraçava Itaipu propulsionou a releitura e a recodificação do próprio tempo social dos pescadores. No concernente ao MAI, pode-se expandir a ideia de Pomian de

que os semióforos precisam estar expostos ao olhar para operar a comunicação entre os mundos visível e invisível. Nesse caso, porém, o *não estar* material só torna mais claras e representativas as ausências simbólicas sobre o que os pescadores nativos entendem que são.

O MAI, no entanto, não restringiu sua ação comunicacional a *Aspectos da pré-história* ao longo dos anos seguintes a sua inauguração. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, suas atividades de comunicação museológica desdobraram-se em exposições temporárias, eventos diversos, oficinas, cursos e palestras, que totalizaram, entre 1977 e 2010, noventa e sete ações assim relacionadas às temáticas preponderantes na instituição: vinte e uma atividades sobre arqueologia; dezoito atividades sobre transformações urbanas e ambientais; sete atividades sobre pesca em Itaipu e cinquenta e uma atividades sem relação específica com esses temas (Araújo, op. cit, p. 148).

A falta de direcionamento de uma política comunicacional faz-se notória pela análise dos assuntos priorizados pela instituição até o ano de 2010, saltando aos olhos a ocorrência de mais de 50% das atividades não vinculadas a temáticas chave, especialmente à arqueologia, que guiava não só a exposição de longa duração, mas o tema central do Museu (Idem, Ibidem). A atuação do MAI seguiu rumos sem muita constância até que as ações de planejamento interno fossem formalizadas em seu primeiro Plano Museológico em 2007, no qual se privilegiou a elaboração de uma nova exposição de longa duração para redirecionar a abordagem comunicacional do MAI, que veio a culminar com a inauguração da exposição *Percursos do tempo: revelando Itaipu* no ano de 2010.

No entanto, é preciso dar relevo aos condicionantes institucionais que permearam a história do MAI desde sua criação, como a dependência administrativa e financeira da Superintendência Regional do Iphan e a equipe flutuante de funcionários lotados no MAI. Profissionais de museologia e de arqueologia, como foram os casos, respectivamente, de Ada Camargo e de Rosana Najjar, responsabilizaram-se durante os anos 1990 pelas atividades técnicas do Museu, mas suas presenças não eram regulares no dia a dia do MAI, visto que se desdobravam em outras tantas atribuições atinentes à Superintendência Regional, o que comprometia, por exemplo, o avançar do tratamento técnico do acervo.

Independente, no entanto, das restrições circunstanciais, há que se louvar os esforços da administradora Vera Gigante Carvalho que integrou a equipe do Museu em 1994 até sua aposentadoria em 2011, tendo dirigido a repartição de 1997 a 2003 e, depois novamente, de 2007 a 2009. Gigante encampou no final dos anos 1990 um projeto de revitalização do MAI junto à arqueóloga chefe da Superintendência Regional Rosana Najjar, que se incumbiu dos encaminhamentos conceituais do projeto. O objetivo de “implantar uma nova política de atuação para o museu, devolvendo a ele sua importância, reinserindo-o no circuito de museus da cidade, fazendo com que ele volte a cumprir seu papel” (Najjar, 1997, p. 23) seria o fio condutor dessa revitalização que se concretizaria com a “revisão e ampliação dos espaços de exposição, públicos e administrativos, bem como criando uma reserva técnica e ampliando seu acervo. Todas as coleções arqueológicas atualmente sob a guarda da 6ª CR passarão a ser acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu” (Idem, Ibidem).

À exceção da transferência de todas as coleções arqueológicas para a guarda do MAI, todos os outros itens foram contemplados na medida em que os parcos aportes financeiros os viabilizaram. Destaque-se o projeto educativo *Caniço & Samburá* como o mais bem sucedido resultado das ações de revitalização, cujo projeto de educação patrimonial foi desenvolvido em parceria com a Faculdade de Educação da UFF, sob coordenação das professoras Lygia Segalla e Léa Calvão do Laboratório de Educação Patrimonial (Laboep). O projeto pautava-se em um estudo de público do Museu do ano 2000, em que se constatava que estudantes da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio perfaziam 59% dos visitantes anuais do MAI (MAI/Laboep, 2000, p. 5), e que, portanto, o formato de visitação deveria ser revisto para melhor atender a demanda desse público.

O *Caniço & Samburá* rendia uma homenagem direta aos pescadores de Itaipu pelo seu título, ainda que o foco principal das atividades em si se destinasse mais ao tema da arqueologia. O projeto consistia em um acervo itinerante com vídeos, cartilha, fotografias, matérias jornalísticas e outros suportes com informações sobre arqueologia, patrimônio cultural, o Recolhimento feminino, a cultura indígena da região e a história do MAI, a ser emprestado para as escolas

para trabalho em sala de aula, previamente à visita (Idem, p. 2).

A visitação propriamente dita apoiava-se em um percurso pelas ruínas, na exposição *Aspectos da pré-história* e na exposição *Arqueologia em maquetes*, de 2000, que representava em dez maquetes confeccionadas pelo técnico do Iphan João Carlos Oliveira Gomes os principais tipos de sítios arqueológicos, diferentes técnicas de escavação e uma maquete do Recolhimento de Santa Teresa. Ao final dessas visitas eram oferecidas oficinas de contação de histórias, argila, desenho, pintura e simulação de escavação de sítios arqueológicos pré-histórico ou histórico (Idem, p. 9). A simulação de escavação arqueológica sempre obteve maior popularidade entre as escolas, as críticas às limitações educacionais da atividade no concernente à falta de apresentação dos fundamentos e das técnicas de escavação foram, no entanto, apontadas por Saladino (2010, p. 246). O formato inicial do projeto foi atualmente desativado pelo Museu em vista da facilidade do acesso aos conteúdos, antes disponibilizados no kit itinerante, via internet.

Os funcionários do MAI conseguiram, entre aberturas e fechamentos da instituição ao público, manter sua função comunicacional através das atividades oferecidas à sociedade. Nesse contexto, subsequente à abertura do Museu em 1977 e aos dissabores causados à comunidade, é preciso ressaltar que nem só de oposição ao MAI se colocarão os moradores locais. Alguns deles se apoiarão no discurso de temporalidade engendrado pelo Museu no uso renovado dos objetos para ali se incorporarem através da doação de seus pertences pessoais, abraçando a finalidade identitária desse *lugar de memória* para a guarda e para a narração da história das coisas do passado.

A doação de objetos relacionados à cultura da pesca local intensificou-se com a perspectiva da montagem de uma nova exposição de longa duração no MAI no final dos anos 2000. Partiu do Museu a iniciativa de contatar alguns pescadores artesanais para averiguar sua disponibilidade em colaborar com o processo de reformulação narrativa da instituição, ao que, de pronto, responderam Seu Bichinho e Cambuci, doando itens referentes à história de suas famílias e às atividades de subsistência que desenvolviam. Sobre as peças que doou e que, ainda, pensa em doar ao MAI, diz Seu Bichinho:

E tem o pilão aí que nós vamo doar pra lá. Porque aquilo ali é troço antigo, né, aquilo ali era do tempo do meu pai, minha mãe. Porque a moringa no tempo que nós ia pra roça, meu padraço levava as moringa cheia d'água pra gente ir trabalhar. A gente só vinha de lá quando elas tava seca, pra encher mais. Essas moringa a gente usou muito. Tem até um pilão ali que eu já falei: “Zezinho, esse pilão tá estragando”, aquele pilão de socar café, é de madeira, “nós vamo pegar esse pilão e doar lá pro museu, porque lá eles vão dar um trato nisso, porque se ficar aqui ele vai acabar. Cupim vai comer tudo, lá eles pode botar um verniz, já fica lá duma vez. E aqui não, tá preso ali dentro e ninguém tá vendo e lá no museu não, lá eles dão uma conservação, fica o tempo todo bonito”. Isso é pilão do pessoal socar café antigamente. Eu principalmente soquei muito café nele, no tempo da minha mãe, meu padraço, soquei muito café (Souza, Américo Fernandes de. *Seu Bichinho*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Os objetos do trabalho cotidiano na roça que mantinham no Morro das Andorinhas são, hoje, desprovidos de função, já que a agricultura não é mais permitida dentro da área de preservação ambiental do Parque Estadual da Serra da Tiririca (Peset), ao qual o Andorinhas está anexado. Por outro lado, expressa-se no relato de Seu Bichinho o desejo de doar para o Museu em vista da visibilidade e da conservação que esses objetos obterão ao serem agregados a seu acervo, o que, ademais, significa a legitimação da sua história familiar. A prática do colecionismo por meio do MAI encontra eco positivo junto às gerações mais novas da comunidade do Andorinhas:

Eu acho que, se o meu tio doou, acho que foi certo, porque aquelas peças não interessavam pra gente, mas pro museu, sim. Porque é uma história, uma história onde que vai só a família local vai vim aqui, vai ver as peças, mas todas as populações vai ver essa história de Itaipu, com as comunidades local, então isso é muito importante que ele fez, foi certo. E eu acho também legal que o museu tá sempre fazendo esse trabalho conjunto com a comunidade, porque a comunidade ainda mais que ela fica reconhecida, né, e fica também mais uma força pra gente, nos proteger da especulações imobiliárias e assim em diante, né (Souza, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

O mergulhador Marcos projeta que o MAI ao divulgar as peças de outrora da comunidade exerce uma tarefa de proteger o grupo, que vem enfrentando nas duas últimas décadas uma situação de instabilidade quanto a sua permanência no terreno ocupado por sua família há cinco gerações, tanto da parte da especulação imobiliária que ameaça alastrar-se para essa privilegiada área, quanto da parte do Peset, que cerceia de certa forma sua presença ali.

Mestre Cambuci também é atualmente representado no Museu por uma coleção que leva seu nome, e a respeito da qual discorre no *Episódio 21: Museu*

Socioambiental de Itaipu da série *Conhecendo museus*, do diretor Pedro Vieira, de 2012:

Essas coisas que eu doe lá pro museu, essa maioria das coisa, que são pequenas coisas, né, são pequenos artesanatos de vida da nossa pesca, né. Coisa que a gente usamos até hoje, mas só que aqueles que eu doe lá pro museu, é coisas que tem mais de... Chumbos ali de barro, cerâmicas, agulhas, coisa de 70 ou 80 anos, da época do meu pai, que ele faleceu, eu peguei a cestinha dele, guardei de lembrança lá as coisa, deixei guardado. Aí passei lá, doe lá pro museu, são coisas antiga, né.

Os vínculos afetivos com os objetos que seu “pai memorizou da época dele” explicam o porquê de Cambuci ter mantido seus petrechos de pesca, que adquirem com a doação para o Museu a dimensão de uma história familiar tornada, ao mesmo tempo, história do Brasil:

Que quando eu não existir mais... “isso daqui foi doado por Seu Aureliano Mattos de Souza, Cambuci, isso faz 100 anos atrás e tal”, quer dizer, isso pra mim é uma alegria, pô. (...) Se você me perguntar como é que eu me sinto, eu me sinto que eu vou morrer, mas aquilo dali, o Cambuci, o Aureliano, ele não vai morrer. Vai estar sempre vivo. 100 anos, 200 anos. Pedro Álvares Cabral não morreu? Pô, até hoje tem cartilha do cara. É verdade ou mentira? (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Pedro Heringer e Daniel Oliveira. Niterói, 1 fev. 2011).

Cambuci mostra-se à vontade com o mecanismo de doação de peças como meio de irradiar o que compreende como *documentos* comprobatórios de uma recuada antiguidade do domínio da técnica de confecção de artefatos de pesca por sua família. Essa tradição sinaliza, inegavelmente, sua grande afeição à figura de Caboclo, seu pai e mestre, mas, além disso, um testemunho que se materializa nesses objetos:

Eu pra dizer a verdade tenho umas peça ali que se eu for lá pra mostrar a você, eu não vou mentir, tem peças ali que tem mais velha do que eu, de chumbo... Ah, Maria, se eu soubesse que essas coisas iam chegar onde tá, eu tinha guardado muita coisa, do meu pai, coisa de 80 anos, quase 100 anos tinha, tem só esse tacho, é bem velho, deve ter uns cento e tal tem. Primeiramente, é importante documentações, você sem documentações... Se palavra de ser humano fosse válida não precisava documento (...). Primeiramente, as coisa documental, conforme tô conversando com você aqui, tenho, e principalmente essas coisa sobre esses documentos, isso aqui tem tantos anos, então, quer dizer, é válido. Se eu soubesse que as coisas ia chegar a essa instância, eu tinha guardado muitas coisas, já quiseram me comprar esse tacho, ultimamente pra mim ele não tem mais serventia, mas acontece o seguinte, eu não vendo, já falei pros meus filhos pra não vender, deixa isso aí, isso aí é um documento que eu tenho aí. Vou vender ele por quatro, cinco mil reais, não é? É uma herança, isso aí é uma coisa que foi do meu pai, uma coisa que meu pai morreu, tá comigo, não vou me sentir

bem, é ou não é? Então deixa ele aí. Se eu soubesse que as coisas iam chegar onde chegaram, eu tinha guardado mais coisas, que foram botando fora, mas essas coisas são válidas, são útil, né (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

A íntima relação *documento/monumento* (LeGoff, 1984) pode ser entrevista no relato de Cambuci. O que o pescador define como *documento* de um marco familiar passado ganha por seu depoimento e pela manifestação da vontade de legar o tacho de cobre ao MAI o porte de um *monumento*. A intencionalidade da escolha pela preservação de certos objetos de longa data seria sinal de um passado que se prolonga e que poderia transmitir àqueles que nos seguirão na marcha na Terra uma determinada imagem da sociedade que decidiu resguardá-lo do desaparecimento (Idem, p. 103). É o próprio Cambuci quem dá o tom do que se espera recordar com a preservação de seus objetos no MAI em depoimento à antropóloga Regina Abreu, no vídeo *Na canoa do tempo: museu e preservação em Itaipu* (2013):

Traz uma lembrança bonita da pesca, né, que vem dia a dia diminuindo, a gente não sabe até quando vai ser preservado isso aqui. O Museu, ele em si, ele ainda dá essa proteção à gente, porque nós temos ali um testemunho, uma história pra contar, como a gente sobrevivemos, como vive a comunidade da pesca.

A proteção alegada por Cambuci em relação ao Museu, para além de sua ligação emocional com o lugar, refere-se ao fato de ser um bem tombado que representa um “esteio pra gente. (...) Pra mim que sou uma raiz de Itaipu, pra mim eu tenho o museu como se fosse uma mãe. (...) Eu tô colado ao museu, só quem pode me tirar daqui é o museu” (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Pedro Heringer e Daniel Oliveira. Niterói, 1 fev. 2011). A autoridade narrativa do Museu e sua capacidade de obter alguma ressonância junto à esfera federal para a estabilidade dos pescadores tradicionais nessa visada localização é duramente questionada por Seu Chico, que, na conjuntura presente, se recusa a doar qualquer de suas coisas ao MAI:

Hoje não mais. Qualquer uma que tiver lá em casa, vai ficar lá em casa. Mas já doei. Eu doei algumas foto minha, doamos telha pro museu, eu tinha uma machadinha lá de pedra, mandei pra cá... É, que mais que nós tínhamo lá em casa e que mandou pro museu? As telhas que telhou essa coisa aí, são lá da casa que a gente tirou e doamo na época que tava faltando, aí pra bota outras telhas, eu mandei as telha do museu pra cá. Hoje não teria esse trabalho não. Poderia até vender, mas não doar (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

A doação de seus objetos pessoais estaria condicionada a um retorno que julgasse benéfico à comunidade de pescadores. Para Seu Chico, as atividades do Museu têm um alcance limitado, muito em parte devido à falta de diálogo dos gestores com a população local, resume ele que “não adianta de nada, um museu que vai ficar só preservando uma ruína. Não fica preservando muito o entorno, então tá preservando só uma ruína” (Idem), e complementa contundentemente:

O museu ia perceber que pra gente manter e contar a história no futuro, a gente vai ter que preservar alguma coisa, porque se não vai ficar uma coisa sem... Uma história sem alma, sem material nenhum. Vai ser uma coisa assim, invisível, eu posso falar o que eu quiser, mas eu também não tenho como provar. Então eu acho que, eu sempre falei que o museu, quando a gente discutia na década de 70, 80, que o museu preferia, e na época realmente tavam querendo desapropriar a gente e foi uma coisa bem pesada. Tiraram a mim e tudo. O museu preferia ter um hotel 5 estrela, do que uma vila de pescador. “Não, mas o museu protege!”, não vai proteger porque se a gente fizer um hotel 5 estrela, se Michael Jackson vier aqui no museu e assinar, vale mais do que mil assinatura de pescador, então, o museu não vai proteger a gente (Idem).

Os processos de tombamento e de criação do MAI ocasionaram impactos que retumbam até hoje na memória dos que vivenciaram esses acontecimentos em um momento crítico em que a pesca artesanal e os direitos dos pescadores vinham, igualmente, desintegrando-se. Somente com o desenrolar do tempo, a partir das sedimentações e reacomodações das camadas do terreno é possível esboçar como se estabeleceram as relações, ora de aproximação, ora de ruptura, entre os atores locais e o MAI.

A heterogeneidade de óticas sobre o Museu por parte da comunidade só confere protagonismo à narrativa dessa instituição para a formulação de uma nova temporalidade nativa. Ainda que a narrativa museológica encetada e postergada por vinte e sete anos disseminasse, de maneira subjacente, um discurso excludente do traço local, as possibilidades comunicacionais do Museu não deixaram de acontecer em meio aos pescadores, fosse através de uma recepção contrária ou de uma apropriação da gramática do patrimônio para dar visibilidade aos indícios de suas experiências do passado (Guimarães, 2007).

A linguagem dos museus é legitimada, portanto, em sua capacidade de comunicar e de contar histórias por meio da cultura material, como algo que o museu faz em nosso lugar com as coisas que não usamos mais. Os vestígios

arqueológicos são ressignificados pelos pescadores, que dali extraem como solução vislumbrar que seus próprios instrumentos de trabalho possam encontrar no ambiente museu a interlocução necessária para a difusão da debilitada memória pesqueira local e sua inclusão no quadro maior de uma memória nacional.

A arqueologia e a prática, profissional ou amadora, de colecionar dão o pontapé inicial para a construção de um discurso de autenticidade para cada grupo específico; seja em uma camada de tempo do Museu em relação aos nativos passados e presentes, seja no movimento inverso da comunidade em relação ao Museu. Temporalidades fluidas e moldáveis segundo os projetos e as intenções em pauta, mas que fazem da possibilidade de sua objetificação no MAI, discorde-se do *como* realizá-la ou não, um recurso chave para as identidades em jogo no tempo atual.

*Combien de fois ai-je été péniblement frappé de voir tant de personnes
même « cultivées » traverser les contrées les plus remarquables
par leur paysage et leur histoire sans rien y comprendre...
Elles acceptent comme quelque chose de tout fait
les résultats d'un long devenir,
ne s'intéressent pas à la genèse de ce qu'elles ont sous les yeux
et sont incapables de reconnaître
les liens subtils de la nature et de la civilisation.⁵⁷*

Reflexões do arqueólogo Karl Schumacher
Citadas em resenha de seu Guia de Odenwald por Marc Bloch,
Annales de 1931

⁵⁷ Tradução livre: “Quantas vezes fiquei penosamente chocado de ver tantas pessoas até mesmo ‘cultivadas’ atravessar as terras mais notáveis por sua paisagem e sua história sem nada entender dali... Elas aceitam como qualquer coisa de costumeiro os resultados de um longo devir, não se interessam pela gênese do que têm sob os olhos e são incapazes de reconhecer as ligações sutis da natureza e da civilização”.

5. Itaipu: nosso território, nosso patrimônio

5.1. Donos do pedaço: identidades territorializadas

5.1.1. De sambaqui a balneário: o espaço negociado

Nós, pescadores artesanais, somos descendentes de índios caboclos e escravos fugitivos dos senhores, hoje, somos livre e trazemos nos olhos o horizonte que todas as manhãs buscamos no mar. Por isto assistimos apreensivos a chegada do “progresso”. Na década de 70, imobiliárias rasgaram a natureza com um canal artificial, dividindo em duas a praia de Itaipu, danificaram sítios arqueológicos e alteraram a flora, a fauna e as águas da lagoa. O Morro das Andorinhas sofre severas invasões – parcela que nos toca na destruição do pouco que ainda resta da Mata Atlântica.

Como pescadores artesanais, acreditamos num progresso sem aspas, sinônimo de proteção ao patrimônio cultural e ambiental de nosso país (Colônia de Pescadores de Itaipu apud Leite, 1993).

Este manifesto da Colônia de Pescadores datado do início dos anos 1990 sintetiza e deflagra o posicionamento dos pescadores artesanais em relação às mudanças ocasionadas pelo *progresso*, por eles entendido como fenômeno exógeno, ameaçador e devastador, que marca radicalmente o espaço que habitam e do qual extraem seu sustento. As formas e os conteúdos naturais e culturais que configuram Itaipu ganham a dimensão, nesse discurso, de patrimônio brasileiro.

As novas facetas e significados desse olhar para o espaço de Itaipu, com a sua inclusão no contexto da produção do mundo globalizado, requer pensar sobre o legado anterior da construção desse *espaço habitado*. Em outras palavras, de que maneira vem interagindo o homem ao longo dos últimos milênios com esse espaço, hoje, denominado Itaipu, cujos processos de trocas recíprocas entre homem e natureza podem ser interpretados através do conjunto de objetos materiais naturais e artificiais que corporificam, condicionam e sobrepõem camadas dos mais distintos fluxos de relações da sociedade local (Santos, 2014, p. 78).

Para o geógrafo Milton Santos, a forma da vida humana diferencia-se das outras formas de existência na natureza por sua capacidade de produzir ou de

trabalhar (Idem, p. 95). Por intermédio do trabalho, o homem aplica sobre o mundo natural sua energia, seja pelo trabalho corporal ou pelo uso de dispositivos mecânicos, visando a reproduzir sua vida e a do grupo que integra, o que faz do processo de vida um processo de criação do espaço, que se reinventa a cada nova intervenção humana e que, dialeticamente, modifica o homem (Idem, p. 96 e 97).

O espaço é tanto uma construção resultante da vontade humana, quanto um conjunto de formas que limita a ação do homem, mas que açambarca frações da sociedade em um fluxo permanente:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (Idem, p. 31).

As metamorfoses do espaço implicam, assim, não só um impacto através das e sobre as formas, mas elas dão indícios dos próprios conteúdos em trânsito na sociedade que com elas opera. O espaço é, por isso, uma realidade relacional entre a sociedade que o habita e os objetos, criados e requalificados a todo tempo por esses fluxos sociais que ensejam sua existência, contraditoriamente, em consonância com as imposições das formas: “o conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço” (Idem, Ibidem).

Por fim, é preciso compreender o espaço do prisma de sua territorialização pelos indivíduos que dele fazem uso e que com ele estabelecem relações, seja pelas marcas impressas ou pelos modos de produção e de representação identitárias associadas ao *território em si*. A noção de território pela qual trilhar o percurso sobre o espaço é, de tal forma, a de um *território usado*:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos apud Carvalhido, op. cit., p. 20).

A identidade cultural fundada em reciprocidade com a construção do espaço e com um território de pertencimento conhecem em Itaipu raízes remotas,

algo em torno de oito mil anos atrás. A ocupação do litoral de Itaipu por grupos sambaquieiros, dos quais os sítios Camboinhas, Duna Pequena e Duna Grande são testemunhos, mostrou-se estratégica para o desenvolvimento dessa cultura naquele território. A região, rica em fontes de água potável e de alimento, especialmente aqueles oriundos do ambiente aquático, assim como da mata litorânea, constituíam-se em fatores fundamentais para que essa forma de organização social pudesse ali estruturar-se e florescer, fazendo da prática da pesca e da coleta de mariscos na enseada e na Lagoa de Itaipu, associadas ao desenvolvimento tecnológico da indústria lítica, a condição de possibilidade de permanência em Camboinhas por milênios, segundo Madu Gaspar (2000, p. 47), com uma ocupação que se estende, ainda que com interrupções, de 4475 AP até 1410 AP.

A característica distintiva dos sambaquieiros em relação a outros grupos culturais pré-cerâmicos está no hábito de acumular restos faunísticos, o que se refletiu na própria denominação desses grupos humanos pela tradição indígena tupi-guarani através do vocábulo *sambaqui*, um híbrido de *tãba* (concha) e *ki* (amontoado) (MAI, 2010). Os sambaquis configuram-se como elevações de forma arredondada, que podem atingir até trinta metros de altura, construídas a partir da acumulação de conchas de moluscos, de ossos de animais mamíferos, de aves, de peixes, de répteis, além de frutos e de sementes, apresentando-se, ainda, nesses sítios restos de alimentação, artefatos, fragmentos de matéria prima, marcas de fogueiras, habitação, esculturas e sepultamentos (Gaspar, op. cit., p. 51).

A ocupação de Itaipu por esses grupos sociais deve ser encarada do ponto de vista do complexo interacional dos sítios, e não isoladamente (Prous, op. cit., p. 206), uma vez que esses conjuntos habitacionais parecem ter se articulado muito provavelmente por intermédio de uma sociabilidade da pesca na exploração dos corpos d'água (Gaspar, op. cit., p. 55). Os assentamentos sambaquieiros associavam, portanto, em um mesmo local sua moradia, o culto de seus antepassados pelo sepultamento, o acúmulo de restos animais e seus instrumentos de trabalho. A desestruturação do modo de vida desses pescadores-coletores-caçadores parece estar relacionada com uma crescente colonização do litoral pelos grupos ceramistas por volta de 1500 e 1000 anos atrás, grupo com o qual os

sambaquieiros podem ter mantido algum intercâmbio (MAI, 2010).

Itaipu, ou *lapis sonans*, de acordo com um dos mais antigos testemunhos da palavra, registrado no *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, de 1868, pelo naturalista alemão Carl von Martius, significa *pedra que soa* ou *rochedo de água rumorejante* (Idem). O topônimo denota a presença dos últimos habitantes do litoral brasileiro dentro da tradição cultural Una e Tupi Guarani, que ocupou os antigos sítios como a Duna Grande, a Duna Pequena e Camboinhas, e explorou suas imediações com uma tecnologia lítica mais desenvolvida, afora sua indústria cerâmica, que lhes permitiu uma dieta mais variada do que a de seus predecessores, a caça de animais de diferentes portes, além do aprimoramento das técnicas de pesca e uma incipiente horticultura (Idem). Em 4 de outubro de 1991, a arqueóloga Anna Tedeschi registrou no Iphan um sítio de aldeamento tupi no interior dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, indicando, assim, a ocupação do espaço por esse grupo antes da edificação portuguesa (Arquivo MAI). Esse registro, no entanto, não foi seguido de pesquisa arqueológica, somente de uma breve prospecção durante as já citadas obras de consolidação das ruínas de 1991, de maneira que muito pouca informação sobre a presença tupi pré-colonial na região esteja documentada e estudada.

Se sobre a construção espacial indígena haveria que se aprofundar as pesquisas através de escavações para buscar suas marcas no território, pode-se afirmar, independentemente das condições e dos resultados das pesquisas arqueológicas realizadas nos sítios de Itaipu, que os sambaquieiros legaram para a posteridade os traços de seu espaço habitado em espírito e forma monumentais. Os sítios que um dia erigiram e que os abrigaram não passam despercebidos, ainda hoje, mesmo após sucessivos desgastes e destruições, constituindo-se, como a Duna Grande, em um verdadeiro marco paisagístico, ou, como no caso do Sambaqui de Camboinhas ou da Duna Pequena, em um referencial de memória.

A cultura da pesca prosperou em Itaipu durante a colonização portuguesa, estabelecendo novas relações do homem com um espaço *livre*. O território desenhado pelos colonos em Itaipu, cujas marcas concretas são a Igreja de São Sebastião de Itaipu e o Recolhimento de Santa Teresa, aplicou, por exemplo, à técnica de construção o uso de argamassa preparada com óleo de baleia e conchas

trituras retiradas dos concheiros próximos. A população de pescadores que ali passou a aglomerar-se, à beira a praia, foi, por sua vez e a sua maneira, apropriando-se do espaço em sua extensão geográfica, ambiental e emocional, conferindo usos e sentidos a um território, então, desprovido de interesse econômico outro que não fosse a tradicional prática da pesca.

Para além da intervenção sobre o espaço primeiramente configurado por outros povos, faz-se vital pensar sobre a produção social do espaço da pesca a partir da institucionalização da atividade pelo Estado brasileiro. No caso de Itaipu, a criação da Colônia de Pescadores ocorreu em virtude da necessidade de organização coletiva dos pescadores frente a uma disputa travada em torno do impedimento da prática regular de abertura manual do Canal da Lagoa de Itaipu para escoar água para o mar e para permitir a entrada de peixe na Lagoa.

A tradição de abertura da Lagoa é tida como um dos traços mais significativos da respeitosa relação entre pescador e natureza em Itaipu, segundo Seu Chico: “A gente precisava oxigenar a lagoa, e abrir ela pra ela poder colocar peixe pra dentro da lagoa que, depois de seis meses, ficava uma temporada sem poder pescar. Hoje, a gente chama de defeso, na época era proibido, proibido mesmo” (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016). Cambuci afirma que a “alma de Itaipu é esse canal, com certeza, é a alma de Itaipu” (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Pedro Heringer e Daniel Oliveira. Niterói, 1 fev. 2011):

Já era época de abrir a lagoa pra entrar criação, mês de dezembro e janeiro, aí juntava 80, 100 pescadores, ia todo mundo lá pra abrir a lagoa. Dentro de dois dias, abria-se um canal de mais ou menos assim, dois metros de diâmetro... Nem tanto, de um metro e meio mais ou menos, ia abrindo, lá em cima estava fechado, aí ia abrindo, quando chegava na beira do mar, abria, aí tratava-se lá em cima porque ficava fechado. Ficava uma brechinha à toa, aí essa brechinha à toa tratava-se de caixa, falava-se: “agora vamo abrir a caixa”. A caixa era o quê? Antes de detonar a lagoa, todo mundo ali, nós éramos muito homem, aqui tinha muito pescador, a gente metia as pá e fazia um fundão ali, pra quando a água da lagoa viesse, ela fazia o quê? Ela fazia “vuupo”, fazia um estouro. Ah, Maria, chego a me arrepiar, saudade dessas coisas! Quando abria a lagoa, sempre abria assim na parte da manhã, “vamo deixar pra amanhã, vamos deixar pra amanhã!”, eu tava assim com os meus oito anos, já comecei a ver essas coisas (...). Quando abria a lagoa por volta assim de 10 horas, 9 horas, quando chegava essa hora assim a lagoa, quer dizer, ela tinha um diâmetro de, mais ou menos, um metro e meio, 1,70 de largura, que abria. Ela estava com a boca assim como daqui [de seu

barracão de pesca] na beira da praia, aquilo roncava! Por quê? Porque lá no Engenho do Mato, Bairro Peixoto, aquilo lá tava inundado, porque aquilo lá não tinha casa, aquilo lá tinha mato, mas só que nem na estrada você passava, porque se tivesse casa, ficava embaixo d'água. Tinha que todo mundo sair de casa, tá entendendo? Então conclusão da história, aí essa água toda só corre pra abrir a lagoa. Aí abria a lagoa, quando era mais ou menos 2 horas da tarde, ela levava uma correnteza de maré vazando como daqui na segunda ilha [Ilha da Mãe ou do Meio], você via o cordão dela, aquilo roncava: “ehhhhhhh”, como se você fosse em Foz do Iguaçu, esses lugares, a mesma coisa, era uma coisa linda, só que eram coisas instantâneas, na abertura dela para o segundo, para o terceiro dia, aquele peso d'água já diminuía, aí também ela estourava, a gente corria os barrancos, ela ia comendo os barrancos, conforme você conhece quando tem enxurrada. Aí, depois dessa água, escoava, com cinco ou seis dias, aquela força ia se perdendo, se perdendo, aí a natureza fechava (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

O ritual vivenciado por Cambuci quando jovem movimentava os residentes e os trabalhadores de Itaipu desde tempos recuados na memória da prática da pesca artesanal. Por volta dos anos 1920, Cambuci narra que, em mais um caso de alguém que se dizia dono de Itaipu, um certo Seu Eugênio Mendes quis proibir algumas atividades da comunidade: “ele não queria que as mulheres apanhassem lenha, não queria que o pessoal abrisse a lagoa, não queria que o pessoal arrastasse camarão na lagoa... ele queria tomar conta de um território que não é dele (...). Como vocês sabem, área da União... é da União, né?” (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Pedro Heringer e Daniel Oliveira. Niterói, 1 fev. 2011). Decorreu dessa situação que seu pai, Aurelino Pereira de Souza, ou Caboclo, encaminhou suas preocupações quanto aos desmandos de Eugênio Mendes à Capitania dos Portos. O Capitão do Porto orientou Caboclo no sentido de fundar uma Colônia para que, assim, se reconhecesse e se resguardasse o ofício e o direito da pesca em Itaipu, o que veio a se sacramentar em 1921 com a instituição da Colônia de Pescadores Z-10 a partir da articulação de Caboclo junto a outros pescadores (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

A Colônia de Itaipu foi fundada no contexto da Missão do Cruzador José Bonifácio, comandada por Frederico Villar entre os anos de 1919 e 1923. *O Cruzador do Bem* ou *O Cruzador Missionário* percorreu o litoral brasileiro com o objetivo de fortalecer o papel do Estado na Primeira República através do controle do território pela Marinha, que se lançou nesse empreendimento assistencialista,

voltando-se, prioritariamente, para a população litorânea de pescadores que os auxiliaria nessa tarefa (Resende, 2014, p. 48 e 51). Desde o Império, a atividade pesqueira era subordinada à Marinha e controlada regionalmente pela Capitania dos Portos, em conformidade com o Decreto nº 447, de 10 de maio de 1846. A regulamentação da pesca deu-se pela criação dos Distritos de Pesca, cuja principal estrutura eram as capatazias que cobriam determinada área de abrangência, ficando a cargo do Capitão do Porto a seleção dos capatazes na comunidade do distrito ou a nomeação de alguém por indicação dos pescadores da área atendida (Idem, p. 58 e 59).

A principal motivação do governo imperial para o estabelecimento de tais estruturas não era econômica, haja vista sua preferência pela pesca de baleia. Os pescadores de espécies menores e menos consideráveis para exportação eram relegados aos confins de seus pequenos portos, mas eram, entretanto, vislumbrados como força militar para a defesa do território nacional, podendo ser a qualquer momento requisitados pela Marinha do Brasil para servir com sua embarcação na armada imperial (Idem, Ibidem). O Decreto de 1846 dará margem às mudanças legislativas da Primeira República no tocante às atividades pesqueiras. Havendo oscilado desde o século XIX entre o Ministério da Marinha e o Ministério da Agricultura, em 1920, os serviços de pesca regressaram à jurisdição da Marinha, e os pescadores foram incorporados à Marinha Mercante.

Como desdobramento da missão chefiada pelo Comandante Villar no reconhecimento da costa brasileira, somou-se a criação de mais de mil Colônias de Pesca, regulamentadas e organizadas pelo Decreto nº 16.183, de 25 de outubro de 1923, que jogou, assim, uma luz sobre a atividade da pesca individual para além da produção em larga escala. A organização dos pescadores em Colônias de Pesca, segundo o Artigo 3º do Decreto, previa, ainda, uma estrutura estatal que promoveria serviços essenciais para este grupo marginalizado da sociedade, destacando-se o saneamento das regiões litorâneas para atividade pesqueira; a pesquisa de espécies para incentivar a piscicultura e a implantação de novas tecnologias e técnicas para alavancar a produtividade dos pescadores nacionais; a instrução dos pescadores e a garantia da posse de terra aos pescadores de fato (Brasil, 1923). Em resumo, conforme elucida Luiz de Castro Faria (1997, p. 23)

na apresentação ao livro de Kant de Lima, “nacionalizar, disciplinar e gerir a produção pesqueira”.

A criação da Colônia de Pescadores Z-10 de Itaipu, posteriormente identificada como Zona de Pesca Z-7 com o reordenamento das áreas pela Marinha, resultou de uma forte política intervencionista do Estado que tornou obrigatória a filiação dos pescadores a essas instituições e sua matrícula na Capitania dos Portos. Se, por um lado, o exercício da profissão passou a sofrer maior fiscalização estatal, por outro, as Colônias permitiram a demarcação dos direitos dos pescadores sobre determinado território, tanto em relação à moradia, quanto à realização do ofício.

Institucionalmente, os pescadores encontravam-se organizados sob a tutela do Estado, mas suas reivindicações econômicas, sociais e de cidadania para a manutenção da prática da pesca artesanal em Itaipu acabaram por esbarrar em percalços, ora gerados, ora negligenciados pelo próprio governo federal, e que se acentuaram a partir da década de 1970 na região. A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) em 1962 pouco contribuiu para a melhoria do trabalho do pescador (Pereira, 1997, p. 311), já que a instituição serviu mais aos propósitos de consolidação do parque industrial pesqueiro através de incentivos fiscais do que à real promoção de uma coexistência equilibrada junto à pesca artesanal.

Em 1979, o espaço geográfico de Itaipu é drasticamente reconfigurado com a obra realizada pela Veplan de abertura permanente do canal da Lagoa de Itaipu, que se transformou, a partir daquele momento, em uma laguna dado o afluxo constante de água do mar. Os impactos de tal modificação não passariam incólumes da perspectiva ambiental, social e, inevitavelmente, econômica aos pescadores, que viam o canal transmutar-se de *alma de Itaipu* a *canal da vergonha*, como se referem, com recriminação, ao feito da empreendedora imobiliária.

Fisiograficamente, o canal segmentou Itaipu em duas praias, acarretou a criação da praia e do bairro de Camboinhas e cindiu, a partir daí, a população local, concentrando-se no lado de Itaipu os antigos moradores – alguns deles,

como já abordado, afastaram-se para o interior da cidade –, e, no trecho de Camboinhas, conformou-se uma nova classe de residentes com alto poder aquisitivo e, de maneira geral, sem vínculos anteriores com a região. O pescador Euclides explica em entrevista a Luciana Pereira (op. cit., p. 281) sobre o surgimento da Praia de Camboinhas:

A existência da Praia de Camboinhas, eu vou te explicar essa existência da praia de Camboinhas, foi um navio que quebrou ali. O navio quebrou-se e encalhou ali. Então na época, esse navio chamava-se Camboinhas, então ficou aquele negócio, aí as pessoas vinham “ah, vamos olhar o Camboinhas, vamos espiar Camboinhas...”. Aqui era tudo Itaipu, daqui do Canto do Prato até o Canto da Ponte, tudo era Praia de Itaipu, não tinha diferença, entendeu? Então, após encalhar esse navio lá, as pessoas começou a chamar Camboinhas, Camboinhas, aí as pessoas que vinham de fora também, começou a confirmar né, aí justamente ficou Praia de Camboinhas. Aí, pra acabar de mudar, veio a Veplan, mete esse canal permanente, que também não existia, porque aqui quem abria a lagoa era o pescador, né...



Figura 31: Praia e Lagoa de Itaipu, [196-?],
autoria Ruy Lopes (Arquivo MAI)

A Lagoa de Itaipu constitui junto à Lagoa de Piratininga um complexo lagunar de cerca de trinta e quatro quilômetros quadrados, cujas entradas de água doce provêm dos rios João Mendes, Arrozal e Jacaré (SEA, 2013, p. 37). A ligação física entre as duas lagoas foi artificialmente realizada, em 1946, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento através da abertura do Canal do Camboatá com a finalidade de evitar os transbordamentos de suas orlas em períodos de enchente (Sedrap, op. cit., p. 14). Entretanto, nos anos 1980, o Canal do Tibau, que escoava a água da Lagoa de Piratininga para o mar, foi fechado,

provocando a deterioração de suas águas, saturadas com o lançamento de esgoto doméstico e, conseqüentemente, sobrecarregadas de matéria orgânica (SEA, op. cit., p. 38).

Em 2004, o poder público municipal inaugurou a estação de tratamento de esgotos domésticos da Região Oceânica, o que possibilitou, ante manifestação da apreensão de ambientalistas e de habitantes locais, o restabelecimento de comunicação da Lagoa de Piratininga com o mar, sendo que o projeto só viabilizou a entrada da água do mar em direção à laguna. Por conseguinte, a saída das águas durante a vazante é efetuada pela Lagoa de Itaipu, que recebe o refugo do material via Canal do Camboatá para, então, desaguar-lo na enseada de Itaipu por meio do canal permanente. A completa alteração da circulação do sistema lagunar a partir dos anos 1940, combinada à urbanização desenfreada e ao aumento demográfico da região dos anos 1970 para cá, terminou por contribuir para o aumento da salinidade e para a diminuição de nutrientes em Piratininga e por prejudicar a qualidade da água de Itaipu (SEA, op. cit., p. 38).

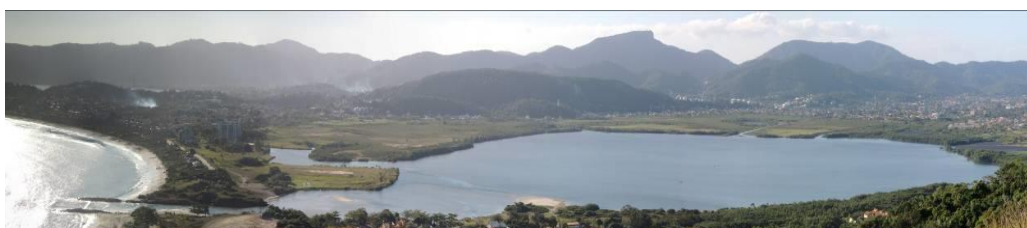


Figura 32: Laguna de Itaipu (direita), canal e mar (esquerda), 2012 (Sedrap)

Em 1978, Seu Chico organizou acompanhado do professor Marcello de Ipanema, do antropólogo Roberto Kant de Lima e de uma socióloga do Museu Nacional, sua namorada à época, uma ação civil pública contra as operações planejadas pela Veplan para Itaipu. Além de encabeçar as carreatas e as manifestações na Praia, Seu Chico participou do vídeo intitulado *A faca no peito*, produzido pelo professor Paulo Baiano da UFF, no qual dava seu depoimento, do alto da Duna Grande, sobre o tombamento, no sentido literal, da Duna e sobre o projeto de abertura do Canal de Itaipu:

Esse filme, ele é um registro do momento, não era assim grande coisa não. Pra mim ele tem um valor muito grande porque eu era moleque, e o que eu falei na entrevista, em dois minutos, tá acontecendo hoje, eu fiz uma previsão do que ia acontecer. Eu falava que a Duna, na comunidade, com a abertura do canal, tava fechado ainda, tava só o mole, que ia servir só pra acabar com a lagoa, iam

assorear a lagoa, que iam fazer uma porção de prédio, ia servir pra entrar lancha (...). Que na verdade iam acabar com a lagoa e que a lagoa ia servir só... No lugar de ser uma fossa, desse esgoto com esse canal, ele ia ser um vaso, porque ia dar descarga e jogar tudo pra dentro do mar. (...) Esse filme eu acho legal ele, eu falava que a pesca ia acabar, que a ideia era acabar com a pesca. Eu acho interessante esse filme mais porque as pessoa não viram o que aconteceu, e o filme com duas palavras dava pras pessoa perceber. E tem uma paisagem das duas dunas, da lagoa como era antes, como é que era a pesca antigamente, então você tem uma visão geral de Itaipu na década de 70, né. Qual é a minha opinião, né, no caso. E que não mudou nada hoje, a situação piorou bastante (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).



Figura 33: Manifestação promovida pela Alpapi na Praia de Itaipu contra a urbanização, [197-?], autoria Ruy Lopes (Arquivo MAI)

O filme rodado em Super-8 chegou a ser exibido na ocasião como curta metragem no Cinema Icaraí e no Cine Odeon antes das sessões de filmes estrangeiros, mas logo foi retirado do ar pela Veplan, não podendo ser, hoje, encontrado no mercado, nem em posse de particulares. Os impactos antecipados do que aconteceria com a intervenção da Veplan na região, de fato, concretizaram-se nas décadas seguintes e colocaram em risco a produção da pesca.

Mestre Caboclo aos oitenta e nove anos comenta, no documentário *Itaipu era uma praia só* (Leite, 1994), sobre os efeitos sentidos com a abertura do canal em relação à pesca:

Naquela época entrava muita quantidade de peixe, tinha muita tainha, muito robalo, muito parati, é os peixes de mais pulsão, e a cará. Mas aí, passou pra Veplan, eles com interesse de fazer um canal de lá daqueles dois prédios grandes,

pra fazer sair na barra da lagoa, foi aonde fez essa barra permanente, que tá hoje aí. Tá muito bem, a barra permanente tá boa, mas escangalhou tudo. Devia de fazer essa barra permanente lá em Piratininga. Porque lá em Piratininga, pode ver, não tinha a ponte de tábua? A ponte onde tava, podia fazer melhor. E, aqui, aproveitava aquela Ilha dos Veados ali na frente e aquelas pedra que batem no mar. Tudo apropriado que a natureza já deixou pra barra permanente.

A poluição e a falta de tratamento das águas da Laguna, fora a modificação da característica do recurso hídrico com a entrada permanente de água do mar, continuam sendo até a atualidade um problema na região, apesar da recente canalização do esgoto, conforme expõe Seu Chico:

Se todo o esgoto da Região Oceânica, ele é canalizado, se 100% da Região Oceânica ele é canalizado, como que a lagoa tá poluída com coliforme fecal? Como é que a lagoa tá poluída com material de posto de combustível, né? E ela tá poluída com esse material porque ele não tá sendo tratado, não tá sendo canalizado, não tá sendo tratado adequadamente, né. A gente tinha também uma lagoa bem fértil, né, ela era de água doce e só entrava água do mar uma vez por ano, que a gente abria o canal, né. Às vezes levava três anos pra ela ficar salobra e a gente tinha um estuário bem grande pra este tipo de peixe, no caso. Alguns tipos de peixe como camarão, como o camarão, né, camarão hoje a gente não tem mais (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 18 nov. 2012).

Os resultados, no presente, decorrentes dessa desarticulação do espaço e do território dos pescadores refletem-se na redução de sete companhias de canoa grande, conforme existiam nos anos 1970, para duas companhias mestradas por Cambuci e Lula. O número de pescadores artesanais de Itaipu registrados na Colônia Z-7 decaiu de quatrocentos na década de 1990 para cerca de cento e vinte atualmente (SEA, op. cit., p. 5). Já as artes de pesca em curso limitam-se ao arrasto de praia à sorte, à rede de espera, à pesca de linha, ao mergulho e à mariscagem (Idem, p. 37).

As ameaças aos recursos naturais aceleraram-se nas últimas décadas, chegando a ponto da prática pesqueira artesanal tornar-se símbolo de resistência em Itaipu, havendo os próprios pescadores buscado outras formas de renda paralelas como o comércio, a abertura de bares, a construção civil ou o trabalho doméstico nas novas casas da região. O controle do espaço da Praia, antes vital para a captura da tainha através do arrasto de praia, é alvo de disputa entre pescadores, banhistas e o comércio de bares, que se espraia pela areia com mesas e cadeiras, atingindo picos incontrolláveis de lotação no verão, facilitada pela

existência do ponto final de seis linhas de ônibus na Praia de Itaipu. A sensação de perda do domínio sobre um território construído por gerações de pescadores emerge até mesmo no discurso atual do aguerrido defensor de Itaipu, Seu Chico:

Então a abertura da lagoa, o canal, o assoreamento, o aterramento da lagoa, o assoreamento não, o aterramento da lagoa, essa invasão na praia de Itaipu... Eu fico me sentindo menos dono da praia, desse espaço, mas eu fico, me deixa triste, porque eu sei que não tá criando novas, novo grupo de defesa desses espaço, e os grupo de defesa desses espaço, as pessoas tão indo embora e desistindo. Então, eu acho que Itaipu é dos pescadores, esse espaço aí do final da praia que hoje é Camboinhas pra cá era pra ter um outro tratamento, né, mas não teve (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

A pesca industrial é apontada pelos pescadores artesanais como um dos fatores cruciais para a minoração do recurso pesqueiro, ponto pacífico entre aqueles que pescam em Itaipu, o que se repercute inexoravelmente em sua renda:

Ele [o peixe] vem de lugares mais profundos pra entrar aqui, só que essas 50 toneladas de corvina, ela vai chegar aqui em Itaipu, ela vai se espalhar, que se espalha quando chega nesses lugares. Ela não morre 10 toneladas, porque a pesca aqui ela não tem condições de matar mais de 10 toneladas de corvina. Eu vou matar 200 kg, outro vai matar 500, outro vai matar 100, então com certeza 40 toneladas de corvina ela vai entrar aqui dentro dessa bacia, vai desovar, a gente vamos pegar, e 40 toneladas vão embora. Só que um barco daqueles que você tá vendo ali, são barcos pequenos ainda, são daqui de Jurujuba, ele tem capacidade cada um de 20, 20 e poucas toneladas, então outros barcos que vêm aí do Sul, que param aqui quando a pesca tá na safra, são de 80, 100, 70 toneladas, então se vier 50 toneladas de peixe entrando aqui, o sonar dele, daqui pra Ilha do Meio, vai detectar que veio 50 toneladas de peixe. Aí ele vai lá cercar, então aquilo ali é como se fosse uma brincadeira de criança, de roda, então “vup”, vai botar aquelas 50 toneladas no porão, e não vai abastecer ele, esse peixe não vai entrar aqui, só que a gente pescamos à sorte! Eu ontem pesquei, fiz 40 reais, eu hoje pesquei, fiz 30. Comprei 20 de gasolina, dei 25 pro rapaz que trabalha comigo, e fiquei com 25, a minha pescaria não ganha nada. Eu tô há mais de 2 meses dividindo com o rapaz que sai junto comigo, eu não tô ganhando nada. A minha sorte é que eu me aposentei, ainda dou uma ajudazinha a ele. Então vai chegar uma certa hora que se essa Resex [Reserva Extrativista Marinha] não for em frente, essa pescaria aqui não vai dar pra sustentar (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

O destino da aclamada tainha, principal fonte de ganho no passado para a comunidade, parece ter sido o de redes mais graúdas, deixando à mingua a tradição local do cerco com vigia para sua captura, segundo relatam Lula e Seu Euclides a Luciana Pereira:

A pesca da tainha foi uma negação ano passado (...). Você mata muita pouca quantidade de tainha, é porque é muita rede lá pelo Forte, na Barra, “eles” cercam muito a boca da Barra, então a tainha não tem como chegar aqui. Por isso que diminuiu essa pesca da tainha. É muito espantamento, muita rede... a gente vê muita tainha sabe, a gente vê mas só que a gente não mata, que é lá no alto do mar, então a gente não pode matar o peixe lá fora entendeu, porque a nossa pesca é de arrastão na beira da praia. Há 15 anos atrás, a gente matava conforme você mesma viu, era toneladas, 10.000 toneladas de tainha, 5.000 toneladas de tainha. Hoje em dia você matar 100 kg, 200 kg é um sacrifício, você passa quase a semana pra matar 100 kg de tainha (Lula apud Pereira, op. cit., p. 309).

Há uns 20 anos atrás, chegava o mês de abril a gente preparava rede, canoa e empatava dinheiro pra pescar tainha. Então, a gente esperava que ela viesse e isso era normal. Era todo dia, 1, 3, 4 cercos de tainha, a gente colocava o vigia lá esperando e ficava com as canoas aqui, então na hora que ela aparecia o vigia dava sinal lá, a gente ia e cercava. Então cercava ali 1, 3 canoas, uma por trás da outra e ali se matava 2, 3, 4, 5, 6 mil tainhas... era peixe que não era brincadeira nessa época... e isso acabou... (Seu Euclides apud Pereira, op. cit., p. 319).

A descaracterização da Itaipu antes conhecida e manejada pelos nativos se transformará em argumento para o combate ao espargimento agressivo do progresso na região, que teve os pescadores como os maiores afetados ao lado dos recursos naturais. Nesse sentido, o pescador Jairo posiciona-se na defesa do crescimento urbano ordenado, e que incluía em sua pauta as comunidades tradicionais:

A região cresceu desrespeitando as comunidades tradicionais, né, as famílias, os sitiantes, os pescadores, né. Então aqui era sitiantes e pescadores, antes da urbanização. (...) A gente não tem acessibilidade à Lagoa, e à mobilidade urbana em si, né, e as construções ilegais dentro das áreas úmidas, desrespeitando os códigos florestais. Então foi um crescimento desordenado, acabou destruindo a Lagoa, como a Veplan, ela acabou com a nossa Lagoa. A Lagoa hoje ela tá reduzida no espelho d'água à metade, e tinha a taboa, as áreas úmidas, toda a composição lagunar ela foi destruída, né, e isso deixou mais pobre, né, de recurso natural e vieram as construções desordenadas sem a infraestrutura precisa, então eu acho que foi um grande agravante da região foi esse desrespeito à natureza e às comunidades tradicionais, e às pessoas que compraram seus terrenos com a esperança de ser realmente um lugar agradável e justo (Silva, Jairo Augusto da. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

O que advirá, no entanto, desses introitos será uma verdadeira luta de resistência da pesca artesanal, anêmica e sôfrega, marcada por conflitos entre seus próprios defensores, mas que conseguirá sustentar-se graças à persistência dos pescadores alicerçada em um discurso calcado em sua tradição, da qual o patrimônio cultural será um grande tributário.

5.1.2.

Povos em defesa do espaço

O Canto Sul de Itaipu não é importante apenas pelo seu belo pôr do sol ou pelo significativo patrimônio histórico e arquitetônico. A pesca artesanal ajudou a preservar esta paisagem física e também cultural, projetando ao mesmo tempo seu próprio estilo de viver, que ainda hoje encanta os visitantes. Estilo de viver este que, num país que conta seus famintos em milhões, tem na produção de alimentos seu eixo principal. Reservar o espaço vital da pesca em Itaipu é proteger uma região produtora de alimentos, é nosso dever (Colônia de Pescadores de Itaipu, 1996).

O parágrafo final da carta encaminhada ao Ministério da Agricultura em 1996 dá o tom do empenho da Colônia de Pescadores, à época presidida por Jorge Nunes de Souza – Seu Chico –, em prol da pesca artesanal. A beleza paisagística de Itaipu não é destacada como o único valor do lugar, mas como resultado da preservação do patrimônio cultural e natural promovido pelo estilo de vida dos pescadores. A necessidade de proteção do espaço da pesca justificava-se, assim, em nome da manutenção de tudo aquilo que o cercava e que contribuía para que a pesca acontecesse, não só no âmbito local, mas em uma escala mais ampla, ao considerar os pescadores como produtores de alimento em um país cuja problemática da fome fazia-se, ainda, estridente.

A percepção, nos anos 1990, de que o risco de extinção dos pescadores em Itaipu consolidava-se a cada novo dia por oposição ao modelo econômico global que ali se derramava com força avassaladora conclamou a comunidade a superar a noção de que a cultura local e de que a produção da pesca bastavam-se em si mesmas, fechadas em suas próprias tradições. A necessidade de abrir-se para o que vinha de outras paragens tornou-se mandatário para que lograssem, ao mesmo tempo, delimitar seu *sítio simbólico de pertencimento*, construído em torno de uma *ética do lugar* por eles definida (Zaoual, 2006).

O paradigma dos *sítios simbólicos de pertencimento* proposto pelo economista Hassan Zaoual aponta para uma interface reinterpretaiva dos modelos econômicos vigentes via desenvolvimento local (Idem, p. 27). Os *sítios* seriam espaços tanto materiais, quanto imateriais, fechados, mas também abertos, que operam, através de seus atores, seleções com relação à permeabilidade das tradições locais aos elementos exógenos. O conjunto da vida em um dado meio é impregnado e balizado por este território espacial e

imaginário composto por mitos, por crenças, por experiências passadas, pelo conhecimento empírico e/ou teórico acumulado socialmente, pelo saber fazer, por técnicas e por modelos de ação próprios ao contexto (Idem, p. 31).

Os sítios simbólicos de pertencimento têm a capacidade de moldar e de serem moldados por elementos externos a sua dinâmica habitual. Aceitam essas entidades intrusas após a passagem pelas *alfândegas invisíveis* do sítio, que zelarão por certa estabilidade de seus habitantes através da salvaguarda de um passado comum, de sua identidade, de sua integridade e de sua memória, de acordo com o filtro do sentido oculto que cada sítio dá ao mundo (Idem, p. 34).

Em Itaipu, um novo território deverá ser engendrado para que a comunidade de pescadores vocalize seu discurso perante os câmbios e intercâmbios de ordem econômica e social que incidem sobre as práticas locais. Como, então, criar um capital simbólico para narrar sua própria tradição? Cientes de que circunscritos a seu modo de vida não dariam conta da tarefa, fez-se incontornável o desenho de um novo território e a ressignificação das relações ali concorrentes, em cuja cartografia das práticas se incluirá o Museu.

A esse homem que se auto-organiza ao deparar-se com imposições que pesam sobre seus sistemas de representação, Zaoual denomina *Homo situs*, ou homem da situação, aquele que repensa o espaço em que vive para definir seu sítio simbólico em conformidade com a moral de sua rede social perante uma conjuntura movente (Idem, p. 32). As estratégias para tentar assegurar a recomposição de um sítio simbólico de pertencimento obrigam a comunidade de pescadores a extroverter-se para fazer valer seu patrimônio cultural e para avalizar o aspecto simbólico do sítio, na esperança de frear o avanço econômico especulativo sobre o território.

A arbitragem sobre a patrimonialização local, tendo como ponto de convergência o MAI, favorece em paralelo a construção das bases de um discurso de autenticidade dos pescadores. A diversidade e o caráter distintivo locais terão por sustentáculo do seu discurso uma antiguidade identitária enraizada no território, encetada pela arqueologia e, extensivamente, pelo MAI, apesar do que possa aparentar uma negação em contrário. A incorporação do

patrimônio a esse sítio simbólico de pertencimento implica não só a resistência das tradições locais, mas, em última instância, a defesa da permanência do grupo nesse território.

Ao corpus territorial se somarão os processos culturais de produção de narrativas de memória revestidas de passado, mas, bem relembrando Hartog (2006, p. 265), orientadas pela ideologia do tempo presente. Os vetores de uma identidade insegura e em risco de apagamento, principalmente após os anos 1980, tenderão a ser direcionados pelo viés patrimonial, apelando e mobilizando para isso distintas temporalidades (Idem, p. 266), de forma que a concepção de um patrimônio de Itaipu, seja pela comunidade, seja pelo Museu, ganhará relevo na medida em que caminhará gradativamente para a produção do território e da memória de grupo, no intuito de provocar a sensação de apropriação e de pertencimento nos que habitam o lugar nos dias de hoje.

Pretendo aqui analisar como o patrimônio passou a ser usado para engendrar a autenticidade dos grupos sociais minoritários de Itaipu em contraste com um patrimônio antes embasado na noção de uma autenticidade matricial. O sentido de *autenticidade* para o mundo moderno ocidental é vital para a discussão. Lionel Trilling, em sua obra *Sincerity and authenticity* (*Sinceridade e autenticidade*) (1972), analisa o surgimento dos conceitos de *sinceridade* e de *autenticidade* no Ocidente, e situa a origem do primeiro termo no século XVI na Inglaterra. Os séculos seguintes exaltariam uma vida pautada pela *sinceridade* e marcariam sua transmutação para um *sentimento de ser* (*sentiment of being*), até que, no século XX, desse lugar à concepção de uma vida moral regida pelo conceito de *autenticidade* (Idem, p. 13).

O conceito de sinceridade está intimamente vinculado ao nascimento das ideias de *sociedade* e de *indivíduo*, momento em que os papéis representados pelos indivíduos em suas relações sociais passam a ser valorizados pela carga de verdade empregada naquela relação, de maneira a evitar que o *self* fosse falso para com qualquer outro indivíduo (Idem, p. 6). Ser sincero implicava uma relação verdadeira do eu para consigo mesmo, sem fingimento, na interação com o mundo público.

A palavra sinceridade teve, apesar disso, muito de sua autoridade diminuída por conta da literatura do século XX e da impessoalidade de seus escritores, já que deixava de pesar para o julgamento das obras o grau de congruência entre o sentimento do autor e aquilo que declarava (Idem, p. 7). A perda de *status* da sinceridade coincide com a emergência da autenticidade pessoal em um mundo notavelmente mais individualista e mais exigente quanto ao *self* e quanto ao que consiste em ser verdadeiro a ele (Idem, p. 11).

As artes e os artistas na contemporaneidade fogem à necessidade de agradar e de obter a aprovação do público (Idem, p. 97). Os artistas autonomizam-se em busca de sua própria autenticidade; tal como a obra de arte, eles procuram uma auto-definição total para si mesmos, uma existência adequada a suas próprias leis (Idem, p. 99). O público atual, não obstante, estabelece uma nova relação com a arte que é a de comunicar-se com a obra para adquirir a autenticidade da qual o objeto é modelo: “the authentic work of art instructs us in our inauthenticity and adjures us to overcome it”⁵⁸ (Idem, p. 100), provendo-nos de um *sentimento de ser forte*, de integridade, de impenetrabilidade e de autonomia do ser.

As experiências fortemente subjetivas voltariam ao palco principal dos processos de memória no findar do século XX e no princípio do século XXI. A autenticidade das memórias e das identidades reivindicadas por variados grupos na atualidade parece relacionar-se com o desejo de superar a inautenticidade do *self* ou, no caso, de um *self* coletivo, como abordado por Trilling. Assim, grupos sociais de diferentes origens expressam-se, transmitem suas experiências e desenham seu patrimônio como maneira de sobrepor a inautenticidade de uma identidade coletiva periclitante, em sério risco de ceder à efemeridade de uma cultura permeada pelo consumo. Trata-se, portanto, de tentar comunicar por intermédio do patrimônio alguma autenticidade de sua existência, para, quem sabe, legar ao futuro um *sentimento de ser forte*.

Richard Handler e Jocelyn Linnekin, em artigo intitulado *Tradition, genuine or spurious* (*Tradição, genuína ou espúria*) (1984), descontroem a

⁵⁸ Tradução livre: “a obra de arte autêntica nos instrui em nossa inautenticidade e nos invoca a superá-la”.

possibilidade de se classificar uma tradição como genuína ou espúria. Para os autores, “tradition refers to an interpretative process that embodies both continuity and discontinuity”⁵⁹ (Idem, p. 273), ela é sempre “a model of the past and is inseparable from the interpretation of tradition in the present”⁶⁰ (Idem, p. 276). A origem das práticas culturais é, portanto, irrelevante do ponto de vista da experiência da tradição, pois a vida social é simbolicamente construída em cima do passado e sempre reinventada no presente (Idem, p. 281).

Ora, se a autenticidade é definida no presente de acordo com o significado que lhe é atribuído e se ela é não-aurática e está fora dos indivíduos, que se permita, então, aos pescadores que anseiam por delimitar seu patrimônio cultural passível de preservação deliberar sobre sua própria autenticidade e narrar as experiências de vida do grupo da forma que lhes convier. Nesse sentido proposto por Handler e Linnekin, retorna à cena a ideia de uma cultura autêntica nos moldes de Sapir, de uma genuinidade que se dá pela recriação contínua da tradição, ainda que possa resvalar em uma auto-objetificação.

A legitimação de novos sujeitos de direitos consagra-se e alarga-se como terreno de atuação e de afirmação do ponto de vista da cultura com a *Constituição Federal de 1988*. A agenda das políticas públicas no campo do patrimônio cultural passa a incluir através dos Artigos 215 e 216 as “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Brasil, 1988), chamando ao Estado a responsabilidade pela valorização da diversidade étnica e regional.

Para além do reconhecimento do acesso aos direitos à memória e à identidade cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, a *Carta Magna* prevê, ainda, a colaboração da comunidade na promoção e na proteção do patrimônio cultural brasileiro, seja em sua feição material ou imaterial, o que funcionará nas décadas seguintes como alavanca para os

⁵⁹ Tradução livre: “tradição refere-se a um processo interpretativo que compreende tanto continuidade quanto descontinuidade”.

⁶⁰ Tradução livre: “um modelo do passado e é inseparável de interpretações da tradição no presente”.

processos de organização e de mobilização desses grupos historicamente no lugar da alteridade nas grandes narrativas nacionais em busca da conquista do seu espaço identitário de direito (Abreu; Chagas, 2009, p. 15).

Em termos socioambientais, os anos 1970 e 1980 assistirão a um grande avanço nas discussões acerca da conservação da biodiversidade casada com os saberes tradicionais de comunidades indígenas e não-indígenas. Movimentos de uma ecologia social ou uma ecologia dos movimentos sociais levados a cabo por povos indígenas, seringueiros e quilombolas no Brasil e por outros povos tradicionais em países da África, da Ásia e da América Latina colocarão em xeque o modelo de áreas naturais protegidas delimitadas e geridas pelo Estado (Diegues et al., 2000, p. 11).

O modelo de Unidade de Conservação (UC) adotado no Brasil orientou-se pela implantação de áreas protegidas no feitiço oitocentista norte-americano de parques sem habitantes, que mostrou ser, em solo brasileiro, inadequado, tanto pela falta de recursos financeiros para a desapropriação de residentes e para a fiscalização das áreas, quanto pela diferença de contexto ecológico e cultural (Idem, p. 4). A concepção de um mundo natural apartado do convívio com o humano, base desse modelo, exclui da estratégia de conservação ambiental qualquer possibilidade de residentes nas áreas de proteção, independente do tipo de sociedade, tradicional ou urbano-industrial, ali encontrada.

O argumento de fundo do modelo norte-americano de preservação ambiental é de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e *selvagem*. Seu instrumento jurídico é o *Wilderness Act* (Ato da Natureza Selvagem), de 1964, segundo o qual a natureza selvagem é o lugar em que “man himself is a visitor who does not remain”⁶¹ (EUA apud Arruda, 1999, p. 92). Tal modelo pauta-se, portanto, em uma exclusão dos seres humanos dos ecossistemas (Diegues et al., op. cit., p. 4), e concebe a natureza como intocada, devendo ser preservada em um estado

⁶¹ Tradução livre: “o homem em si mesmo é um visitante que não permanece”.

originário, anterior à intervenção humana, com a finalidade de contemplação cênica e de pesquisa científica da biodiversidade (Arruda, op. cit., p. 83).

A implantação dessas áreas protegidas enfrentou graves conflitos junto às populações locais brasileiras que não se curvaram à expulsão ou à transferência de seus territórios ancestrais (Diegues et. al, op. cit., p. 6). Emergiu desse contexto, a partir de 1970, uma etnociência da conservação, que tem lutado para pôr por terra a noção de que as relações entre comunidades tradicionais, seu território e o uso dos recursos naturais seriam danosas ao ambiente, procurando demonstrar por seus estudos que, ao contrário do que se difundiu, a presença de populações tradicionais nas Unidades de Conservação costuma ser mais benéfica e eficaz quanto ao manejo sustentável das florestas e de outros ecossistemas do que a mera criação de UC's de uso restrito, graças a seu modo de vida desenvolvido ao longo do tempo naqueles ambientes (Idem, Ibidem).

Uma nova teoria e uma nova prática conservacionista ganham terreno e exaltam a importância da parceria com as populações tradicionais para a conservação da diversidade biológica dos ecossistemas, além de se configurar como ética e politicamente mais justa por respeitar a ocupação e o uso dos territórios para subsistência desses povos há gerações. A conservação e a preservação atingem, então, um outro patamar de compreensão concernente ao equilíbrio ecossistêmico na forma de uma co-evolução dos saberes construída entre sociedades e os ambientes naturais onde atuam (Idem, p. 15).

No Brasil, o reconhecimento jurídico das comunidades tradicionais na gestão dos recursos naturais partilhada com o Estado consolida-se através das Reservas Extrativistas, incluídas na política ambiental do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) através da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, regulamentada dois anos depois. A lei põe em palavras e legitima juridicamente as propostas dos movimentos socioambientais pela criação de áreas protegidas que permitam a conservação e a melhoria da qualidade de vida dessas populações à margem do modelo de exploração hegemônico, garantindo, todavia, a extração sustentável dos recursos naturais renováveis e a prática de uma agricultura de subsistência de baixo impacto ecológico, baseadas em seu

“conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitidos oralmente de geração em geração” (Diegues et al., op. cit., p. 30).

A noção de culturas ou populações tradicionais no Brasil tem feito valer como critério legitimador para a reivindicação dessa identidade diferenciada, que abarca indígenas e não-indígenas – nesta última categoria, compreendem-se caiçaras, açorianos, caipiras, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, quilombolas, ribeirinhos/caboclos amazônicos, ribeirinhos/caboclos não-amazônicos (varjeiros), sertanejos/vaqueiros e pescadores artesanais –, a seguinte definição validada pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos ou Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Sublinhe-se dessa definição o princípio do auto-reconhecimento do grupo social como pertencente a uma cultura à parte da sociedade englobante, e cuja identidade tenha sido construída ou reconstruída a partir de contatos conflituosos com a sociedade urbana e industrial e suas formulações político-ideológicas (Diegues et al., op. cit., p. 25 e 26).

Em meados dos anos 1990, a comunidade do Morro das Andorinhas viu-se em disputa pelo espaço territorial que ocupava junto ao poder público. A partir de então, os moradores desse recanto resguardado em meio à Mata Atlântica lançaram mão de um enquadramento da identidade coletiva como *população tradicional* para que, assim, conseguissem exercer seu direito de cidadania e amparar legalmente sua permanência no alto do Andorinhas, reproduzindo, ainda que limitadamente, a organização social da família desde a instalação de Leonel Siqueira da Silva na área no século XIX.

O Morro das Andorinhas, assim denominado em virtude de uma fenda no costão rochoso onde se abrigavam pássaros dessa espécie e que servia também como ponto de observação de pesca (Leite, 2003, p. 3), separa naturalmente as

Praias de Itacoatiara e de Itaipu. No final do século XX, o sopé do morro e suas encostas encontravam-se em franco processo de ocupação por residências de alto luxo na face Itacoatiara do morro, e de baixa e média rendas, na vertente de Itaipu. Considerada Área de Proteção Ambiental (APA), moradores denunciaram ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE-RJ) a construção de novas residências, gerando a abertura de um Inquérito Público e de uma Ação Civil contra a Prefeitura Municipal de Niterói por haver negligenciado o surgimento de construções na área. Desencadeou-se, de 1995 adiante, a tentativa de expropriação dos moradores do núcleo centenário do Andorinhas por parte da Prefeitura, que intimou seus moradores a desocuparem a área e a demolir suas casas, acusando-os do processo de invasão e de favelização que comprometia a preservação ambiental do morro (Costa, op. cit., p. 55; Lobão, 2006, p. 143).

Representados pela Defensoria Pública, os intimados tiveram sua posse de terra defendida sob a alegação de que era

longeva, nativa e de boa fé e ocorrera por exclusiva e absoluta necessidade de moradia (estado de necessidade), elemento criador de relação jurídica e de acordo com a Lei 2.393, de 20.04.95, que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, possuem direito real de uso da área ocupada (Saraiva; Mendes apud Lobão, op. cit., p. 144).



Figura 34: Vista do Morro das Andorinhas desde a Laguna de Itaipu, 2012 (Sedrap)

Delineava-se ali a afirmação de uma identidade *tradicional* para a família Siqueira da Silva como argumento que validaria a história de sua ocupação do Andorinhas dentro de um modo de reprodução social sustentado pelos costumes geracionais de pesca pequena e de uso das terras para uma agricultura de subsistência. Apesar dos esforços empreendidos, o Ministério Público instaurou uma Ação Civil Pública em 2000, requerendo que o Município de Niterói

executasse um projeto de reflorestamento, removendo, para tanto, os moradores e desmanchando as construções existentes. Auxiliados, através do presidente da Alpapi Seu Chico, pelos pesquisadores do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep) da UFF, que vinha discutindo com o Governo do Estado novos limites para o Parque Estadual da Serra da Tiririca (Peset) com a inclusão do Morro das Andorinhas, de maneira a resguardar a comunidade nativa em conformidade com o SNUC, houve consenso durante as tratativas com o MPE-RJ pela demolição de somente uma das casas centenárias do Andorinhas, antes ocupada por Seu Bichinho, que precisou abandoná-la devido a seu estado de conservação ruim, construindo, em contrapartida, uma nova moradia para si (Lobão, op. cit., p. 143-145).

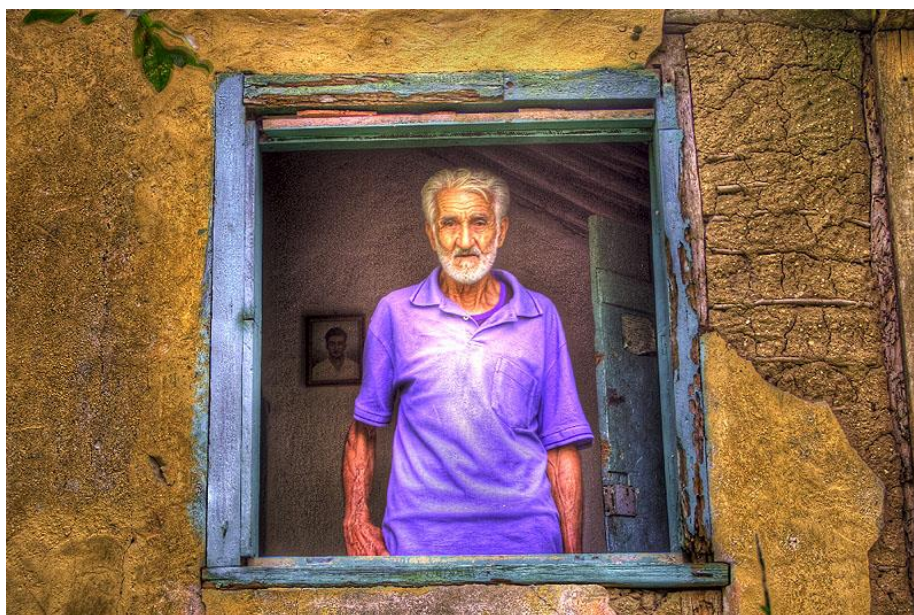


Figura 35: Seu Bichinho em uma casa de sua família no Morro das Andorinhas, exposição do MAI *Redes do Tempo*, 2008, autoria Freddy Wanis (Arquivo MAI)

Se do episódio de ações contra a presença da família Siqueira da Silva no Morro das Andorinhas restou a sensação de instabilidade quanto ao futuro da comunidade, o que culminou com o desmantelamento da antiga casa de Seu Bichinho, o ocorrido despertou, por outro lado, a comunidade para a necessidade de se organizar na forma de uma associação para representar a luta por seus direitos enquanto população nativa, formalizada em 2002 sob nome de Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (Acotma). Sobre as circunstâncias de criação da Acotma, narra José Siqueira da Silva, primeiro presidente da Associação, também conhecido como Tide:

A gente passou por muitos momentos difíceis, como a derrubada de uma casa centenária, né, de mais de cem anos, né. Uma casa que valia muito pela história de nossas famílias, pela história da nossa comunidade. E isso teve um... Teve um impacto muito grande na época, que o promotor derrubou nossa casa, né, e estabilizou, e disse que lá em cima naquela época era uma favela e a gente precisou se reunir, precisou, né, chamar pessoas que realmente entendiam dessa área, chamou o pessoal lá da Universidade Federal de Antropologia para que estudassem e vissem realmente quantos anos nós vivíamos e estávamos ali, esses anos todo. E, aí, conseguiram descobrir que era uma comunidade tradicional que já estava ali há esses anos todo, mas passamos esses momento muito difícil aqui em Itaipu. E vimos as coisas crescendo, crescendo, e como tudo vai crescendo e o poder aquisitivo é muito grande, a gente não tem como parar o poder aquisitivo, como várias e várias empresas chegaram lá em cima dizendo que tudo aquilo lá era deles, que iam tirar a gente de lá e passamos momentos muito difíceis esses anos todo, mas graças a Deus a gente tá mais firme, conseguimos, né, provar nesses estudos que ali tinha realmente uma comunidade muito antiga em Itaipu (Silva, José Siqueira da. *Tide*. Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012).

Em 2007, o Parque Estadual da Serra da Tiririca (Peset), que havia sido criado por uma mobilização popular através da Lei Estadual nº 1.901/1991, teve sua delimitação finalmente regulamentada. Anexou-se a seu território o Morro das Andorinhas, o que consolidou a prerrogativa da ocupação ancestral de seus habitantes, reconhecendo-os como comunidade tradicional, mas impingindo, de outro modo, limitações ao uso do espaço. Seu Bichinho, por exemplo, acostumado há décadas ao cultivo da terra, sente-se incomodado com o fato de não se ver mais possibilitado, dadas as regras das UC's, de manter sua roça:

O parque pra gente não favoreceu nada. Nós não tinha ajuda não. Nós vivemo aqui, não tem ajuda do parque, a gente vive da maneira que sempre vivia. Ainda proibiu, eles não quer que a gente plante. Aonde você planta, desmata, a gente plantava pra sobreviver, e hoje em dia a gente não pode planta mais. Tem que comprar tudo. A gente gostava de plantar, eu ainda planto algumas coisa, porque eu sou uma pessoa um pouco teimoso. Tem uma rocinha, tem uns aipim, tem umas banana, porque se a gente não plantar pra sobrevivência da gente... (...) Aí nego fala: “não pode plantar”. Tá certo, onde a gente planta, a gente mata, mas primeiro a gente vivia de plantação e nunca matemo nada aí, a gente só tinha roça... Desmatar a gente nunca desmatemo. A gente tem um pedacinho de mata ali embaixo, que é mato escuro, nós nunca desmatemo aquele pedaço, tá sempre conforme era, na natureza. Aqueles arvoredos bonito, várias frutas, jaqueira, abiu, jamelão, tem jambo... Tá do mesmo jeito que tava, nós nunca desmatemo, por que é que vai desmata agora? (Souza, Américo Fernandes de. *Seu Bichinho*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

O sobrinho neto de Seu Bichinho, Marcos, que já foi por um breve período de tempo guarda-parque do Peset, contemporiza os aspectos negativos apontados pelo ancião em relação à incorporação de sua área de residência ao Parque:

Bom, a anexação do parque com o Morro da Andorinha, eu acho que, é..., foi anexado o Morro das Andorinha mais pra proteger o Morro da Andorinha em si, da especulações imobiliárias, por exemplo, que tá num crescer, não tomar, não sair fora de uma proporção. Então, o que que acontece, mas, por outro lado, não foi legal pra minha família porque a gente é que ficamos na mão do parque, né, ficamos no mundinho deles. Porque antigamente, antes do parque ser parque, do Morro da Andorinha ser parque, a gente tinha uma liberdade, né, liberdade, modo de dizer, a gente podia fazer as coisas tradicionais como a gente fazia antigamente: plantar, fazer roça, né. Aquelas cultura que a gente tinha das festas, umas brincadeiras que a gente fazia lá, e também umas coisas que a gente foi juntando e não era legal, por exemplo: antigamente a gente fazia umas coisas que não era legal pro meio ambiente, por exemplo, eu aprendi também muito com isso, eu adquiri conhecimento. Por exemplo, as folhas caíam no quintal, a gente varria, catava, tacava fogo. Isso é errado, eu sei que é errado. Muita coisa tradicional, a gente fazia isso porque não tinha conhecimento, depois que comecei a ter conhecimento, que passei pra comunidade, a gente não faz mais isso. A gente já pega aquelas folhas e faz uma composteira. Entendeu? (Souza, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

O mergulhador declara que a Acotma batalha, hoje em dia, pela delimitação do território da comunidade em detrimento da assinatura quinquenal de um Termo de Compromisso junto ao Parque: “Delimitação, porque, lógico, que não tem uma coisa com a outra: quilombola, índio? Cada um tem a sua delimitação, então a gente que somos caicara, minha família é toda caicara, então a gente tem que ter a nossa delimitação também” (Souza, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Seu Bichinho, que muito presenciou das reconfigurações de Itaipu do alto de seus oitenta e dois anos, expõe as razões de sua preocupação quanto à renovação do Termo de Compromisso:

Eles faz esse Termo de Compromisso de cinco em cinco ano (...). Minha filha, cinco anos, passa rápido, você hoje é chefe do parque, amanhã entra outro, um assina, o outro já não quer assinar mais, aí o que que acontece com a gente? Insegurança. Pra mim não, que já tô quase no fim da picada, tô aqui enquanto Deus me dá uma luzinha aí, a gente depois que pega uma idade, eu, por exemplo, eu procuro é defender meus filho, meus neto, meus bisneto, porque pra mim mesmo o fim da linha tá quase no fim da linha, papai do céu é que sabe quando é que vai mandar o passaporte pra mim. Mas antes de morrer, eu queria deixar os meus filho, meus neto tudo bem aqui em cima. Sem preocupação. Com quem fica. Pra poder continuar, porque a gente aqui nós tamo correndo atrás. A gente vai eu, o Marcelo, o Zezinho, nós corremo muito atrás. E os neto, os filho, os bisneto se não tiver essa capacidade de correr atrás? Amanhã ou depois, acabou (Souza, Américo Fernandes de. *Seu Bichinho*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Um futuro incerto para sua família constitui o cerne dos receios de Seu

Bichinho do ponto de vista prático de um respaldo legal a longo prazo, diferente do instrumento de proteção atual. A fragilidade dos direitos consuetudinários é suscitada igualmente por Marcos, que se esboça como um dos propagadores da nova geração da luta da família pelo Andorinhas:

É fundamental pra nós que é caiçara, né, que, hoje em dia, os caiçara tão um pouco largado entre aspas, por quê? Porque, conforme eu falei da especulações, das pessoas que tão chegando agora que não é caiçara, estão entrando dentro de uma comunidade que é da pesca artesanal e tão se passando como tradicional. Eu acho que isso não é certo, eu acho que os tradicionais têm que, né, ver isso e essas pessoas têm que reconhecer quem que é tradicional. Porque tem muita gente se misturado no meio que é tradicional que não é. Então, isso é legal que tem que ter um controle sobre isso, senão fica uma bagunça conforme ficou antigamente, essa briga aí, uns falavam que era, outros falavam que não era, então isso não é certo (Souza, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

As afirmativas por uma *tradição* permeiam o pilar central sobre o qual se ergue o argumento da legitimação institucional. A auto-identificação de Marcos como *caiçara* é frequente em seu discurso, sinalizando, talvez, sua vinculação a uma identidade outra, além da de pescador artesanal – ainda que os limiares entre uma categoria e outra se confundam –, como elemento fortalecedor dos direitos do grupo. Ser caiçara, portanto descendente de uma mescla da contribuição étnico-cultural de indígenas, colonizadores portugueses e, em menor escala, dos escravos africanos, e se reproduzir na forma de vida em áreas costeiras com a prática de atividades de agricultura, de pequena pesca e de extrativismo vegetal para consumo próprio e comércio (Diegues et al, op. cit., p. 42), parece agregar lastro histórico aos nativos do Andorinhas, que se sentem, de acordo com Marcos, fazendo parte dessa cultura indígena; para ele também associada aos sambaquieiros:

Oito mil anos é bastante anos! É conforme eu falei, a cultura local continua exercendo conforme assim que eles começaram a exercer, então a pesca vai evoluindo, né. Lógico que hoje em dia a pesca tem uma estrutura diferente. Antigamente era tudo mesmo, era com lança, arco e flecha, então quer dizer, era outros materiais diferentes, a tecnologia mudou e a gente continua nessa profissão, né, conforme teve antigamente, então isso é muito legal. Isso aí que eu espero que continue mais e mais e mais na frente, porque tendo peixe a gente vai continuar lutando pela nossa cultura, né, que é a pesca, e assim a gente vai tentando fortalecer junto com a Resex, né, com a moradia local pra poder preservar essa área aqui (Souza, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Em 2007, Seu Bichinho, ou, como ele prefere para situações mais formais,

Américo Fernandes de Souza, foi homenageado com a Medalha Tiradentes concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio por intermédio do deputado Marcelo Freixo, que aderiu ao movimento de defesa da permanência dos moradores tradicionais do Morro das Andorinhas, sempre sob ameaça de desapropriação, ora pela avidez da iniciativa privada, ora pelo poder público. A função do poder público tem, neste caso, um caráter dúbio, pois ele tanto os protege pela letra da lei através do reconhecimento da ancestralidade de suas práticas e da ocupação do território, quanto os tolhe no que diz respeito a uma interferência prejudicial sobre o ambiente natural, o que implica, por outro lado, a readequação de antigas condutas, nem sempre facilmente absorvidas pela comunidade.

Na esteira da ampliação conceitual em torno do patrimônio cultural e das políticas públicas de preservação advindas da aprovação do Decreto nº 3.551/2000, que institui, sob responsabilidade do Iphan, o registro de bens culturais de natureza imaterial, um novo panorama descortinou-se e alterou a correlação de forças no campo da atuação preservacionista, conforme explicitam Regina Abreu e Mário Chagas (op. cit., p. 13), já que esse instrumento legal permitiu que se desse espaço para a inserção das vozes polifônicas presentes na sociedade brasileira no processo de construção do patrimônio cultural.

O Decreto em tela viabilizou meios para que expressões e manifestações culturais diversas daquelas habitualmente contempladas pelo acautelamento através do ato do tombamento fossem representadas no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, que tendia, até então, a reforçar a “ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que se referem a grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes” (Fonseca, 2009, p. 64).

A categoria de patrimônio imaterial alarga, na prática, o conceito de preservação ao enfatizar o aspecto intangível e simbólico dos bens culturais, para além da materialidade em pedra e cal dos objetos, ainda que seja indiscutível a dupla faceta material/imaterial do que quer que se elenque como patrimônio cultural. O traço distintivo encontra-se na natureza do que se torna passível de

patrimonialização; são saberes, práticas, celebrações, conhecimentos, técnicas, lugares, formas de expressão, etc. (Brasil, 2000). A base que corrobora a preservação desse patrimônio situa-se, de tal forma, nos laços sociais e nos processos culturais à frente da permanência física do objeto. Seu princípio é, em suma, a atualização constante da reprodução social daquele fazer e estar no mundo.

O processo de *desterritorialização da cultura* nos moldes hegemônicos do Ocidente cede terreno para uma aproximação dos contextos culturais plurais, com respeito a diferenças étnicas e religiosas e à abrangência do heterogêneo em geral (Gupta; Fergusson apud Fonseca, 2009, p. 73). As minorias sociais exigem espaço e voz na sociedade contemporânea para manifestar seu direito à memória, tal como postulado na *Constituição Federal*, sem que, para tanto, se anule a convivência com as formas móveis e imóveis do patrimônio cultural, assim como praticadas pelo Iphan, dentro de um espectro de matizes possíveis, no decorrer de suas oitenta décadas de existência.

Embalados por essa perspectiva democratizante no âmbito das narrativas patrimoniais e imbuídos da certeza de que

a gente cria uma identidade única, né, forte, um ponto histórico muito... Um ponto histórico muito bacana, tem os interesses econômicos no passado muito fortes, que a gente já faz transposição de peixe há muito tempo, de repente alguns parentes meus já faziam isso em 1700, então a gente, eu acho legal, a gente ser um elo dessa história. Eu acho muito bacana e é uma coisa forte. Isso, né, alimenta a gente, é um alimento pra gente continuar lutando, buscando os nossos direitos (Silva, Jairo Augusto da. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

A pesca artesanal de Itaipu foi considerada patrimônio cultural de natureza imaterial, sendo *tombada* pelo Prefeito Municipal de Niterói, Jorge Roberto Silveira, através da Lei nº 2.874, de 13 de dezembro de 2011, de autoria do vereador Gezivaldo Ribeiro de Freitas – o Renatinho do PSOL, que declara, em entrevista a Juliene Cruz (2015), os motivos de sua militância pró-pescadores quando da proposição do Projeto de Lei nº 263/2010 que fundamentou o tombamento:

Nós entendemos e temos um olhar diferenciado de que a pesca artesanal tem que ser preservada. (...) A pesca artesanal é a única pesca, no nosso entendimento, a

pesca preserva a natureza. É igual aos índios, os índios preservam a natureza. Eles não destroem. E as grandes embarcações, grandes pescas, grandes navios, enfim. (...) Acaba o pescador artesanal, acaba sendo criminalizado, entendeu? Retirado de seus locais de trabalho, isso há muitos anos. E ali em Itaipu, todos os pescadores artesanais que ali estão até hoje, essa coisa de gerações, entendeu? Uma pra outra. Eles sempre tiveram a pesca como uma forma de sustentação deles mesmo. Eles visam o quê? A manutenção da vida deles (Freitas apud Cruz, op. cit., p. 65).

Uniram-se e empenharam-se na causa do registro da pesca artesanal como patrimônio imaterial indivíduos da sociedade civil e entidades, como as associações comunitárias do Morro das Andorinhas, do Morro da Peça-Duna Grande, do Engenho do Mato, dos Sitiantes Tradicionais da Serra da Tiririca, da Aldeia Guarani *Mboy'ty*, dos Conselhos Comunitários da Região Oceânica e da Orla da Baía, o Grupo Ecoando e intelectuais ligados à UFF, que circularam um abaixo-assinado em favor do Projeto de Lei, afora a presença frequente de pescadores na Câmara Municipal para defender a proposta em pauta até sua votação. A sanção da Lei não transcorreu sem muito debate e contestação na casa, que vetou totalmente alguns Parágrafos e Artigos e, parcialmente, a própria Lei, até a derrubada do veto por maioria dos parlamentares e sua subsequente promulgação em 20 de março de 2012 (Cruz, op. cit., p. 67 e 68). Considera-se, pela ótica da referida Lei, a pesca artesanal de Itaipu como patrimônio cultural de interesse público, de natureza imaterial, entendendo-a como:

Aquela praticada como principal meio de vida, onde o pescador trabalha de modo autônomo na captura e comercialização de espécies aquáticas, individualmente, em regime de economia familiar, ou com auxílio eventual de parceiros sem vínculo empregatício, explorando o ambiente localizado próximo à costa marítima, pela peculiaridade das embarcações e técnicas utilizadas (Niterói, 2011).

Cinco anos após a sanção da Lei, sua regulamentação ainda não se deu, e os resultados palpáveis do ponto de vista da sustentabilidade da biodiversidade e da manutenção das práticas culturais da comunidade tradicional de pescadores, segundo advogava o, agora, ex-vereador Renatinho do PSOL (Cruz, op. cit., p. 68), ainda não se concretizaram e são postos em questão por membros da comunidade que participaram do processo de tombamento, como Seu Chico:

Esse aí virou só um documento. Mais nada do que um documento. É super importante o que o Renatinho fez, né, eu acho assim que ele ajudou muito fazendo isso, a intenção dele era ajudar, né, e... Só que os parlamentares, os políticos de modo geral, não só os vereadores, executivo, eles não tão preocupado

com isso, o judiciário também não tá preocupado com isso. (...) Porque você faz um documento que é uma coisa interessante, a Prefeitura, no caso o Município de Niterói, deveria dar respaldo a esse documento, fazer todo um trabalho, e ele deixa descaracterizar a Vila, né, de Itaipu, Vila de Pescador, tá sendo descaracterizada todo dia e ninguém toma uma providência. (...) Então, isso aí é muito complicado, então esse tombamento do Inepac, o tombamento do Iphan, o tombamento do Município de Niterói pela Câmara dos Vereadores, com o vereador Renatinho, tudo isso virou um papel que tá lá e que um dia vai virar uma coisa de museu que diz assim: “Um dia houve um pessoal que tava preocupado, mas que na verdade não fizeram nada.” Nenhum desses três órgãos ele trabalhou pra que esse tipo de documento que foi criado fosse feito alguma coisa por ele, né, dá um seguimento. (...) Então, a descaracterização da Vila, esse troço todo, é que esses órgãos todos não tão nem aí, cada um ganhando seu dinheiro, fazendo o seu trabalho... Burocrático, tá lá... Já fiz, fiz um documento aqui, criei isso, tá.. Deu continuação? Não. Mas plantei uma árvore. Não. Ela morreu. Não adiantou nada ter plantado, era melhor não ter plantado (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

O instrumento do tombamento, seja em qual esfera for, está, para Seu Chico, desacreditado no que diz respeito ao patrimônio de Itaipu. Seu desânimo é notável quanto à viabilização da continuidade da pesca e da vida na Vila de Pescadores, que deveriam ser propulsionadas pelas breves linhas da Lei nº 2.847/2011, mas cuja falta de fiscalização e de fomento para que realmente se valorize o ofício da pesca artesanal circunscreve-a, na atualidade, à virtualidade do texto legislativo.

O pescador Jairo concorda com Seu Chico, seu parceiro na presidência da Alpapi, quanto à responsabilidade, não exercida, da Prefeitura para com a pesca artesanal, mas imputa também à desorganização dos pescadores a estagnação do pleito junto às autoridades em relação a essa importante ferramenta pública (Silva, Jairo Augusto da. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016). A despeito da claudicante ação governamental e comunitária destinada a Itaipu, Jairo crê, ainda assim, que os tombamentos e que o registro referentes ao patrimônio cultural são a razão pela qual se consegue estancar a irremissível devastação de Itaipu pela pressão imobiliária, o que garante algum resquício de qualidade ambiental na região:

O que dificulta hoje as empresas imobiliárias é os tombamentos, é a comunidade pesqueira, é os pescadores, isso aqui pra eles, são políticas, que são um entrave. Então eles querem desconstruir, né, fragilizar, e a gente sabe, né, que os órgãos infelizmente acabam cedendo porque negociações acontece com recurso econômico, então eles podem pegar o pescador e o sítio arqueológico e fazer um símbolo muito pequeno e “aqui tem, aqui passou uma comunidade pesqueira,

indígena”, diminui, mas sei lá, o Museu pode até permanecer, e acabou. (...) Isso aí, gente aqui, nos olhares deles, eles só veem dólar, dólares e dólares, que tão perdendo. Eles devem ficar assim nervosíssimos. O que de dinheiro, eles devem imaginar: “O que que a gente tá perdendo?”. Usar a lagoa, fazer um balneário, assim, de primeiro mundo. Então acho que a gente somos um entrave, pra eles então, talvez por isso o Estado, alguns gestores, a gente não tá falando do Estado em si, mas gestores mal intencionado, que negocia, gestores que pode negociar. O que que acontece, às vezes, não fomenta a pesca pra deixar destruir, quanto mais tá sujo, então são pontos negativos. Tá perdendo... Um grande ponto de emprego, de finanças, mas aí perde pela questão ambiental. (...) Um bem, isso aqui nada mais é que... Eu acho que hoje em dia a praia de Itaipu, ela ainda é considerada pro banho porque a gente tá aqui, se não fosse, tava igual a Icaraí. Impraticável. Porque o cara quer ganhar dinheiro, agora o empresário ele não quer saber que vai virar Icaraí, ele vai pra onde ele quer, ele vai pra Cancun, ele resolve o lugar dele. Mas a gente acaba, a gente, como o Museu, como a Igreja, como toda essa proteção pública, não é? Pra eles é um grande entrave (Silva, Jairo Augusto da. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

A eficácia do tombamento é colocada à prova uma vez mais, dividindo opiniões acerca dos impactos procedentes dessas ações. O reconhecimento da comunidade de pesca pelo instrumento municipal do tombamento não gera unanimidade entre os membros da comunidade; claro está, porém, que ele não é impeditivo para a extinção da pesca, mas não se nega que, como contraponto ao modelo econômico vigente, ele é um anteparo jurídico de resistência, que, se não impulsiona em algum grau o desenvolvimento local, ao menos retarda a degradação ambiental e a desintegração social local.

Dentre os recursos para a delimitação de um sítio simbólico de pertencimento, o prolongado processo de criação de uma Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar) em Itaipu tornará mais candente a mobilização da comunidade em torno do bosquejo de um projeto de identidade para si enquanto pescadores artesanais, o que se expande para o reconhecimento de seu território de atuação e de seus conhecimentos e práticas no manejo sustentável do ambiente marinho.

Entretanto, esse modelo esbarrará não só nos empecilhos e nos interesses antagônicos a seu sucesso mais evidentes – como a pesca industrial, a especulação imobiliária, a poluição das águas e o descaso político (intencional ou não) –, mas encontrará no duelo por poder entre grupos de pescadores locais um de seus maiores desafios para que saísse do papel e para que, assim, se efetivasse mais esse instrumento de proteção à memória do fazer da pesca artesanal:

E nós somos descendentes de índios, de negros, de escravos, e somos desrespeitados como éramos desrespeitados na época. Então minha visão hoje da pesca é que a nível mundial estão querendo acabar com a pesca artesanal (Seu Chico apud Araújo, op. cit., p. 111).

Mediante seu posicionamento crítico quanto aos órgãos governamentais na defesa da pesca artesanal, Seu Chico, apoiando-se nas primeiras experiências de Reservas Extrativistas oriundas dos esforços envidados por Chico Mendes nos anos 1980, e tendo acompanhado pessoal e institucionalmente a organização da Resex-Mar em Arraial do Cabo, em 1997, debruçou-se, enquanto líder comunitário e ocupante duplo da presidência da Alpapi e da Colônia Z-7, sobre o projeto de criação da Resex-Mar de Itaipu no ano de 1996.

As Reservas Extrativistas têm por princípio ser originadas invariavelmente a partir da demanda das populações tradicionais ciosas da proteção de seu saber acumulado sobre o uso do recurso natural renovável encontrado em determinado espaço geográfico. O modelo de gestão das Resex, que, no Brasil, primeiro concretizou-se com a Resex do Alto Juruá no Acre, em 1990, e com a Resex-Mar do Pirajubará em Santa Catarina, em 1992, pressupõe a instituição de um Conselho Deliberativo formado por representantes da população tradicional beneficiária, por instituições públicas e por organizações da sociedade civil. A presidência dessa categoria de UC cabe ao órgão ambiental responsável por sua administração, o qual deve zelar pelo Plano de Utilização e obedecer o Plano de Manejo; logo, são esses instrumentos que definem as regras de uso interno e que orientam a administração da Resex com base nos anseios comunitários (SEA, op. cit., p. 7 e 8).

A elaboração desses dois documentos deve ocorrer, portanto, através de um processo participativo e colaborativo entre comunidades tradicionais e órgãos públicos de proteção ao ambiente, sem que se deixe perder de vista sua finalidade máxima:

A criação de uma unidade de conservação de uso sustentável de categoria Reserva Extrativista deverá contribuir com a permanência e a proteção dos modos de vida da população beneficiária demandante, bem como dos recursos naturais tradicionalmente manejados e da região, como um todo (Idem, p. 12).

As discussões e o movimento pela demarcação dos limites geográficos definidos pelos pescadores artesanais de Itaipu principiaram em 1996 por iniciativa da Alpapi, que realizou como estudo inicial um levantamento socioeconômico com cento e dezenove pescadores de Itaipu, procedendo, a partir daí, ao recolhimento de assinaturas em dois abaixo-assinados favoráveis à criação da Resex de Itaipu, que seria vinculada ao extinto Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e contando com o apoio formal da UFF, de entidades comunitárias como a Alpapi, a Colônia Z-7 e o Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói (CCRON), da PMN e do Ibama (Idem, p. 17).

O processo aberto, em 8 de fevereiro de 1999, no Ibama foi naquele mesmo ano suspenso pelo órgão por conta da conjuntura litigiosa instaurada entre os pescadores de Itaipu. A presidência de Seu Chico à frente da Colônia Z-7 era objeto de um processo aberto pela Defensoria Pública de Maricá mediante queixa de pescadores da região, que questionavam a legitimidade da presidência ocupada por Jorge Nunes de Souza na Colônia, uma vez que ele jamais teria convocado eleições para a função, beneficiando-se, desde 1992, de sua prorrogação como representante da Colônia (Costa, op. cit., p. 68).

Finalizado o processo e deposto Seu Chico, passou a exercer a presidência da Colônia Aurivaldo José Almeida, mais conhecido como Barbudo, um membro externo à Vila de Pescadores e alinhado aos direcionamentos emanados pela Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (Feperj). Pragmaticamente, a nova gestão resultou na ruptura desse órgão institucionalizado dos pescadores com a representação comunitária, diretamente associada à Alpapi, que fora idealizada em 1988 no bojo da liberação dos pescadores de sua filiação obrigatória às Colônias de Pesca e do movimento da Pastoral da Pesca mediada por Frei Alfredo, e à figura de Seu Chico, proscrito pela presidência da Z-7 e alvo de outra ação judicial encetada pelo MPE-RJ a partir de denúncia da diretoria eleita da Colônia, que acusava o ex-presidente de ser o catalisador do processo de descaracterização histórica e cultural da Vila de Pescadores:

É interessante ver como “**seu Chico**” (**JORGE NUNES DE SOUZA**) está preocupado com o crescimento dos condomínios urbanos e, ao mesmo tempo, incentivou e apoiou a Associação de Comerciantes da Praia de Itaipu (ACOMPI) criada também dentro da área aforada à Colônia, no desmembramento do espaço dos pescadores em favor desses comerciantes, traíndo sua própria classe e sua “ética”, lutando “**Seu Chico**” (**JORGE NUNES DE SOUZA**) contra a Colônia de Pescadores Z-7 e contra os pescadores, em favor desse numeroso comércio ao lado da ACOMPI (Associação de Comerciantes e Moradores da Praia de Itaipu), possuindo ele também sua fatia do bolo pela benevolência da “**tradição**”, onde ele mesmo já construiu e vendeu suas casas para pessoas vindas de fora, mas em nome da dita “**tradição**” os olhos somente se voltam para os erros dos outros (Colônia de Pescadores Z-7, 2003, grifo do autor).

O Inquérito Civil nº 015/2000 gerou um Relatório de Vistoria do MPE-RJ, que constatou, principalmente, a presença de comércio irregular e de construções que descaracterizam a Vila de Pescadores, sugerindo, a partir deste ponto, a consulta aos poderes e órgãos responsáveis pela região como a PMN, o Iphan, o Inepac e o SPU. Apesar dessas instituições reconhecerem e indicarem na troca de correspondência desencadeada pelo Relatório de Vistoria os mesmos problemas que o MPE, em especial no que concerne ao entorno do patrimônio tombado, nenhuma ação efetiva para combater a desfiguração local foi entabulada (Arquivo MAI).

O desejo dos pescadores que haviam se mobilizado em prol da criação da Resex foi, não obstante, inoculado pela nova presidência da Colônia. Esta pôs em questão junto ao CNPT em Brasília a validade dos abaixo-assinados, sob argumento de que parte das assinaturas angariadas teria provindo de frequentadores da Festa de São Pedro, e não de pescadores propriamente ditos (SEA, op. cit., p. 18). Sucedeu-se, assim, a mencionada interrupção do processo da parte do Ibama, já que veio à baila a incompatibilidade de interesses entre os atores locais em relação ao que conformaria um conflito de ordem externa a ser combatido pela Resex (Idem, Ibidem).

A partir de tal situação, instituiu-se em Itaipu um verdadeiro cabo de guerra entre a presidência que assumiu a Colônia desde então até a atualidade, revezando-se a presidência a cada mandato entre representantes coligados, e a liderança comunitária e associativa personificada por Seu Chico. A insatisfação dos pescadores quanto a essa discórdia é patente, pois quem mais perde nessa

batalha são aqueles que mais dependem dessas entidades para ser porta-vozes da defesa de seus direitos: “A Colônia não auxilia, nem outro órgão, que eu saiba não. Aqui é cada um por si” (Informante 1 apud Costa, op. cit., p. 68).



Figura 36: Retirada da canoa, exposição *Redes do Tempo*, 2008, autoria Freddy Wanis (Arquivo MAI)

Em 2004, a Alpapi reabriu o processo no Ibama, valendo-se da nova conjuntura nacional favorável às políticas de proteção especiais, que culminariam, em 2007, na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos ou Comunidades Tradicionais. Ocorreram quinze reuniões durante aquele ano, mas o processo e o método de trabalho do Ibama foram tidos como impositivos pela Colônia Z-7, que não tardou em impetrar um pedido de ação civil pública contra a Resex de Itaipu (SEA, op. cit., p. 19). Do Inquérito Civil levado a cabo pela Procuradoria Geral da República no Município de Niterói constava um abaixo-assinado com trezentas assinaturas de pescadores e moradores de Itaipu contrários à criação da Resex. A legitimidade de tal abaixo-assinado foi, desta vez, questionada pela Alpapi.

O Ibama, a seu turno, vislumbrava aumentar a área abrangida pela futura Resex, mas a morosidade dos encaminhamentos e a carência de pessoal para tocar o processo estagnaram a missão, não se desconsiderando, ainda, o desmembramento do Ibama em 2007 e a consequente transferência do processo para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Em 2010, o Ibama pactuou com o Governo do Estado do Rio a mudança da gestão da Resex pretendida para sua jurisdição, uma vez que essa UC seria demasiado pequena para o órgão, se comparada a outras unidades do governo federal. Além do que, a Resex se adequaria melhor à administração do Estado do Rio, que encontrava terreno propício com Carlos Minc à frente da Secretaria de Estado de

Ambiente (SEA) e com a política de fortalecimento da gestão participativa nas UC's, além da facilidade de gerenciamento em Itaipu graças à infraestrutura já existente do Peset (Idem, Ibidem).

No ano de 2012, o projeto da Resex-Mar de Itaipu foi reapresentado à SEA e acatado pelo secretário Carlos Minc, tendo-se retomado o processo com uma reunião em 11 de novembro na Igreja de São Sebastião, da qual participaram cento de dez pessoas – dentre as entidades presentes esteve o MAI –, que apoiaram em sua maioria a elaboração do projeto com vistas à formalização da Resex. Ressalte-se que se encontravam em curso, naquele momento, dois projetos de cunho urbanístico e socioambiental para o desenvolvimento econômico da comunidade pesqueira de Itaipu através do *Projeto Orla*, uma parceria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), bem como através do *Projeto Canto de Itaipu* de autoria da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj) subordinada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (Sedrap); ambos os projetos indicavam em seus diagnósticos a demanda dos nativos pela criação da Resex e pela regularização fundiária do Canto de Itaipu (Idem, p. 22).

Ao longo da realização das oficinas sobre a Proposta de Criação da Resex, a Superintendência da Biodiversidade e Florestas buscou aproximar-se da Colônia Z-7, convidando-a a integrar o processo. A resistência da direção da Colônia frente à Resex-Mar persistiu, e juntou-se à discordância a Colônia Z-8 (Jurujuba), que antevia prejuízo a sua pesca no território a ser abarcado pela UC de Itaipu. A Colônia Z-7 alegava em carta assinada por seu advogado que não havia unanimidade para a implantação da UC e que o processo, para além de manipular os envolvidos, geraria discriminação aos pescadores artesanais. Metade dos pescadores filiados à Colônia que acompanhavam as reuniões proclamaram-se representantes desta, a despeito da negativa da presidência (SEA, op. cit., p. 24). Por fim, após consenso entre os pescadores sobre a importância da Resex para o ofício, o presidente Barbudo concordou em apoiar a Resex (Carvalhido, op. cit., p. 75).

Finalmente, após quase vinte anos, formalizou-se a criação da Reserva

Extrativista Marinha de Itaipu pelo Decreto nº 44.417, de 30 de setembro de 2013, assinado pelo governador Sérgio Cabral, considerando a demanda histórica dos pescadores artesanais e a valorização do “patrimônio social, cultural, econômico e ambiental das comunidades tradicionais que obtém no ambiente marinho sua fonte de subsistência” (Rio de Janeiro, 2013). Decretou-se, enfim, o objetivo de “proteger os meios de vida da população de pescadores artesanais tradicionais da região de Itaipu e garantir a exploração sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis da área de abrangência” (Idem), proibindo-se, para tanto, a pesca industrial, a pesca predatória e o descarte de água de lastro ou óleo em seus limites.

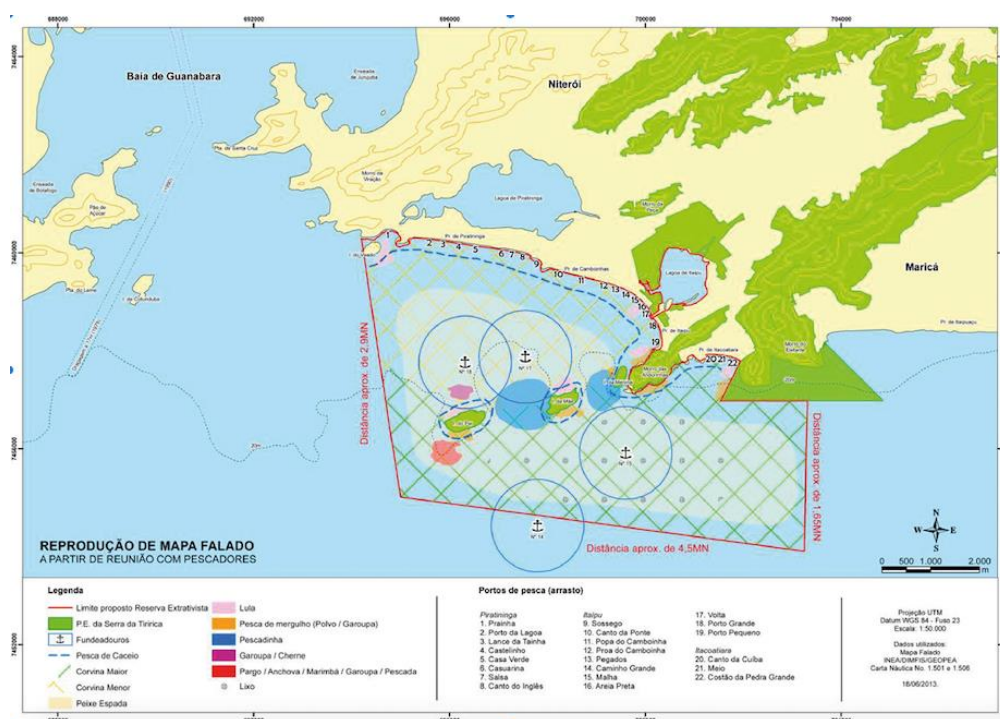


Figura 37: Delimitação da área da Resex de Itaipu com identificação de pontos de pesca, 2013 (SEA)

Atualmente, mais de três anos após a criação da UC, pescadores ativos e que participaram intimamente de seu processo de implantação olham para a Resex e avaliam o *modus operandi* que se estabeleceu:

Bom, a Resex, ela veio, eu até sou o representante dos mergulhadores, eu achei bom pros pescadores artesanais, aqui da região, mas eu gostaria também mais da Resex, que ela tivesse mais atuando, não muito, ela atuando na fiscalização, porque eu acho que, se formou uma reserva, eu acho que tem que ter patrulhamento, né? Tem muita gente mergulhando de compressor, que não é certo, muita gente mergulhando de garrafa, que não é certo. Então quer dizer, praticamente, a Resex tá um pouco largada de fiscalização. Isso que eu penso. A

gente tem que tá atuando mais em cima (Souza, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

O morador do Andorinhas Marcos aponta a fiscalização – a ser exercida pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e pela Coordenadoria de Combate a Crimes Ambientais – como ponto de debilidade da Reserva, o que compromete diretamente seu escopo precípua de assegurar o uso sustentável dos recursos pela população tradicional. Apesar de identificar percalços na administração da Resex, o presidente da Alpapi Jairo a defende como recurso conveniente e interessante para a pesca artesanal:

Primeiro, eu acho que se tratando de política pública como a intervenção com pescador, hoje eu considero, a unidade de conservação de uso sustentável, a Resex, o melhor instrumento pro pescador artesanal. Porque existe já política consolidada, até pela lei do SNUC, e tem parceria com o Incra e alguns programas já consolidados, e você tem muito fraco ainda, mas tem uma assistência do Estado, que é um gestor, material pra fiscalizar, apesar de o Estado ainda... Porque o problema todo é a ação do Estado. É a questão financeira do Estado sempre tá fragilizada pra nos atender. (...) Ontem eu tava falando sobre esse assunto na reunião do GT [grupo de trabalho], que a gente tá construindo a Resex, ela não se dá conta só pelo nome. A Resex tem que ter ação do homem, da organização do pescador, da sociedade, no geral, né, organização. Que o principal ator que é o pescador, as organizações civis, então tem que ter todo mundo imbuído pra discutir bem essa relação. Pra gente defender o recurso natural, o direito do pescador, né, que é a tradicionalidade dele, o modo de vida, e garantir a sua cultura. Então isso é a grande discussão que a gente tem que tá bem afiado e certificar desses direitos que já tem dentro de algumas leis que nos protege. Então, eu acho a Resex, assim, uma política boa, mas que ela tem que ser construída junto com a organização civil pública. (...) É o que eu falo, a sociedade daqui, os moradores vamos lutar por uma urbanização adequada, respeitando a história, acho que tem que valorizar a história, valorizar a cultura. E dá, né!? A gente tem um potencial turístico, até o comércio local, se organizar direitinho, a Prefeitura fazer a parte dela, o pescador fazer a parte dele, a sociedade fazer a parte dela, é uma questão que a gente tem que trabalhar junto. A gente não pode apontar quem é o errado, a gente tem que pensar junto. Sentar e pensar junto, uma urbanização adequada (Silva, Jairo Augusto da. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

Em contrapartida, Jairo não imputa ao Estado o insucesso verificado até o momento em relação à Resex. O pescador demonstra-se bastante consciente da necessidade de a sociedade civil intervir e gerir a UC, além de compreender que a Resex enquanto decreto não se basta, ela é mais um artigo para sustentação da luta de resistência dos pescadores, que não deve esmorecer, porque as proteções legalmente reconhecidas pelo Estado, ao menos em Itaipu, exigem um esforço de afirmação que extrapola as linhas das leis para demandar ação dos atores locais.

Se a esperança ainda permeia as palavras de Marcos e de Jairo, a descrença fertilizou-se no discurso do idealizador da Resex:

Hoje eu tô decepcionado com a reserva, né? Não pelo método da reserva, mas sim pelas pessoas que dirige ela. E... Poder público também. Esse negócio de corrupção, ela é uma coisa... É um mal que atrapalha muito. (...) Os órgão da pesca que poderia nos ajudar aí, eles tão impedido de ajudar a gente (...). Eu acho isso muito maluco, porque aí a gente cria uma reserva, cria um órgão, esse órgão dá emprego pra alguém, e que não sabe gerir isso, e que também tem uma direção pra gerir isso, mas tem uma direção ao contrário da vontade, né, do grupo. Porque a Reserva na opinião dos pescadores, que discute a Reserva, é um órgão que era pra pras duas coisas: uma, pra defender o meio ambiente, com isso defender os pescadores. A vida dos pescador no futuro. Porque na hora que a Reserva defende o meio ambiente, e a gente vai ter uma quantidade maior de peixe aqui, o pescador vai viver melhor, vai ter uma qualidade de vida melhor, então a gente vai conseguir manter um grupo de pescadores como o meu neto, né, que ele fala à beça em ser pescador. (...) Aí, na hora que a gente cria uma Reserva, as pessoas usam a Reserva pra todos os fins menos pra cuidar do meio ambiente. A Reserva de Arraial do Cabo, ela não tá 100%, os gestores não querem ouvir os pescadores, o gestor de Itaipu também não quer ouvir a gente, né, ele vem pouco a Itaipu, ele não conhece os pescadores de Itaipu. Ele não conhece os pescadores, não conhece os pontos de pesca, não sabe e também não quer saber, porque já está aqui há dois meses já era pra saber bastante, e, então, isso aí atrapalha um pouco a Reserva. Primeiro, a Reserva, na minha opinião, ela teria que defender o pescador, o modo de vida, modo de pescar, modo de vida, a cultura, e defender também o meio ambiente (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

No entanto, mesmo com o descontentamento com os rumos da Resex, há que se destacar que as medidas ambientais atingem algum grau de eficácia, apesar das deficiências dos órgãos governamentais. Um exemplo disso é o reaparecimento da tainha em Itaipu em 2016: “Esse ano eu vi muita tainha, há mais de trinta anos que não vejo! Mas só que tão passando por fora, que tem muita rede de malha na praia, elas sentem cheiro e passam por fora” (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016). Se, para Cambuci, a presença da tainha foi uma surpresa, para Seu Chico, não obstante suas queixas, foi um produto decorrente das políticas de proteção à espécie, como, por exemplo, a Instrução Normativa nº 171/2008 do Ibama, que define o período e os critérios de captura da tainha no litoral sudeste e sul com vistas à recuperação dos estoques e à manutenção da atividade de pesca (Costa, op. cit., p. 91 e 92):

Hoje tá tendo bastante tainha, né, esse ano, esse ano foi muito bom de tainha. Aqui nós pescamos pouco porque nós não estávamos preparado, não tava esperando. (...). Lá no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, esse ano, o

governo estadual, criaram lá um programa, e proibiram a pesca industrial durante dois meses, pra pescar tainha, só podia a pesca artesanal pescar a tainha, a saída ali, em abril e maio, a saída da tainha da Lagoa dos Pato. Aí essa tainha, os pescador artesanais chegaram a pescar foi... 900, foi registrado 900 toneladas de tainha em Santa Catarina, só em Santa Catarina. Não tá ainda feita a pesquisa direito Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo e Rio. Então a gente tem 900 tonelada que pescador artesanal pegou porque a pesca industrial permitiu que ela chegasse à Santa Catarina. É, aqui em Itaipu, teve uma traineira que pegou 90 tonelada, outras traineiras pescaram também, a gente sabe disso porque tem amigo a bordo. (...) Então essa tainha, ela tá passando hoje, ela tá chegando ao Espírito Santo, passou de Itaipu, ainda tá passando ainda, ela chegou ao Espírito Santo, segundo informação que eu tive ontem. (...) Então essa tainha tá subindo pra desovar e depois voltar, vai voltar bem menor, ela volta magra, nós chamamos tainha de fora, ela vem bem magra, seca, a carne dela é dura, nem é boa pra comer, né. Ela volta. (...) Quer dizer, se ela conseguiu passar pra cá, é claro que ela vai desovar, que ela tá desovando, e vai voltar, os filhote vai voltar pro berçário e vão voltar o ano que vem. Quer dizer, foi uma medida que foi tomada pelo governo dos Estados que acho que vai trazer benefícios (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

Do ponto de vista da produção da pesca nacional, a pesca artesanal é responsável por cerca de 30% dos recursos capturados (Tubino et al., 2014 p. 112). Entretanto, a pesca em Itaipu não se sobressai pela quantidade do pescado, mas, sim, pela instituição de um verdadeiro regime de resistência da pesca artesanal ante um cenário opressor; como questiona Cambuci: “Isso aqui é lugar pra pescador igual a Cambuci estar e outros mais? Não é. Pescadorzinho que não tem conta em banco, que não tem carro do ano... É um cara que trabalha de dia pra comer de noite, trabalha de noite pra comer de dia” (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Pedro Heringer e Daniel Oliveira. Niterói, 1 fev. 2011). A precariedade da condição de vida dos pescadores em um lugar deslumbrante e visado como Itaipu é, no entanto, amenizada pelas conquistas da legitimação do direito de uso e ocupação do território:

São melhorias, pequenas melhorias que fazem influências, né. Porque a situação do progresso embalado, um lavrador, um pescadorzinho que nem a gente não é lucrativo pra eles ficar aqui. Isso é a pura verdade. Não é. Você sabe aonde chega o rico, pobre já tá atrapalhando, ele vai ser apenas empregado. Então essa especulação em massa que vem aí atrás da gente, nós tamos aqui dentro do cartão postal, só que nós tamo aqui, eu tô aqui há mais de 200 anos, de antidades familiares (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).



Figura 38: Arrasto de rede, exposição do MAI *Redes do Tempo*, 2008, autoria Freddy Wanis (Arquivo MAI)

Os recursos embasados em uma retórica de preservação do patrimônio natural e cultural, cujo alicerce principal é o conhecimento ancestral sobre o fazer naquele espaço, arrematados juridicamente pela permanência da família de Seu Bichinho em área do Parque Estadual, pelo reconhecimento da pesca artesanal de Itaipu como patrimônio imaterial da cidade de Niterói e pela implantação da Resex-Mar de Itaipu, não parecem ser suficientes. O desincentivo dos mais velhos a seus herdeiros para que se reproduzam na vida da pesca é generalizado:

A pescaria naquele tempo era boa, deu pra eu educar eles, criar, eu eduquei eles, aí cada um, quando se formaram, cada um procurou seu canto, seu meio de vida. Eu tinha dois filhos homens e falou: “Papai, quando eu crescer vou ser pescador igual ao senhor”. Eu falei: “Meus filhos, eu criei vocês na pescaria, mas porque vocês foi criado na pescaria, mas eu vou dizer um troço a vocês; vocês não fosse pescador. Quando vocês tivesse na... Na formatura de vocês, vocês já tiver se governando vocês próprio, cada um leva um serviço que é muito melhor que a pescaria, que a pescaria hoje não dá, não dá futuro pra ninguém não!” (Souza, Américo Fernandes de. *Seu Bichinho*. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 19 nov. 2012).

Cambuci orgulha-se de ter feito sua vida a partir da pesca, mas, ainda que declare: “Eu sou um apaixonado, me sinto um doente por pescaria” (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016), não vislumbra um futuro na profissão para seus filhos mediante a perspectiva de dificuldade econômica atrelada ao exercício de uma prática em extinção:

Mas as coisa, dentro da profissão da nossa pesca artesanal, ela está extinguindo, né? Ela está extinguindo não só aqui em Itaipu, ela tá extinguindo no litoral brasileiro em geral, né, em geral pela escassez da pesca, pelo movimento turístico, tá cada vez... Nós não temos assim, um, como se diz? Uma proteção governamental, tá entendendo? As pessoa tem a gente aí até como um, como um índio selvagem... Nós graças a Deus não somos isso, mas as pessoas tem essa fisionomia da gente, né? (...) Mas eu, graças a Deus, criei meus filhos, né... Tô com meu filho agora que saiu do quartel, vai continuar a estudar; tenho a minha filha mais nova, tem 17 anos, vai pra faculdade. Formei duas filhas, todas as duas são doutoras, graças a Deus, dentro da vida da pesca... Então, isso aí, pra dizer a verdade pra você, se você me perguntar: “Cambuci, o que que você arrumou e o que você alcançou até hoje de vitória?”. Eu tenho só essa vitória pra contar. Eu, dentro da vida da pesca, eu tenho três chefes de família que trabalha comigo, criam família, e eu formei meus filhos dentro da vida da pesca, graças a Deus! (Souza, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Pedro Heringer e Daniel Oliveira. Niterói, 1 fev. 2011).



Figura 39: Cambuci e seu cachorro Boris na puxada, exposição *Redes do Tempo*, 2008, autoria Freddy Wanis (Arquivo MAI)

Seu Chico também analisa a conjuntura de gradativo arrefecimento da pesca em Itaipu:

A gente tem muito pouco pescador de fato, né, pescadores profissionais, caixaras ou de outras denominação. Tem assim muito pouco né, as famílias tão perdendo, né, todo dia a gente perde um porque, um abandona a pesca, outro... Na minha família mesmo, eu tenho dez irmão e tenho mais ou menos uns trinta sobrinhos e não tenho nenhum sobrinho que tá pescando, tá tudo voltado pra outras coisas: pra curso, faculdade... Então tão voltado pra outras coisas, e continuam morando aqui na praia. Mas, estes, a gente pesca só, quase lazer né. Então a gente tá perdendo isso. (...) E, com isso, aí a gente tem essa dificuldade que, a família de Bichinho também tem poucos pescando, então as famílias, de pescadores tradicionais tá, tão indo muito, e essa tradição tá, eu acho que tá acabando. Tá acabando, por falta de, é... Nem de interesse em as pessoas serem pescadores, mas sim por falta de peixe, né. Porque a falta de

peixe é a falta de salário, né (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 18 nov. 2012).

Apesar de toda a organização dos pescadores em favor da manutenção simbólica e econômica da pesca, há uma percepção comum entre os agentes locais de enfraquecimento geral do sítio em termos de um sentimento de comprometimento partilhado (Zaoual, op. cit., p. 43), capaz de modificar a ordem de uma força centrífuga que afasta seus nativos e que dispersa a pesca, quiçá pelos desgastes ocasionados pela falta de uma liderança gregária, que supere as diferenças estabelecidas no passado entre Colônia e Alpapi, mas, talvez, fundamentalmente, pelo engolfamento de uma economia singela por uma racionalidade econômica agressiva. Paira, ainda assim, um sopro de esperança no ar:

Um lugar tão bonito, e com uma história tão linda, a gente não pode apagar essa história. Não pode ficar só no símbolo, as futuras gerações gozarem de poder pescar. E é um modo de vida, né, a pescaria. É uma das principais profissões do mundo, mas vamos aí, tamo na luta, vamo deixar esse legado aí pra galera futura (Silva, Jairo Augusto da. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016).

5.1.2.1.

A presença indígena

Ao território de Itaipu em sua constante metamorfose aportaram, entre março e julho de 2008, cinquenta indígenas no trecho de Camboinhas, ao lado do Canal de Itaipu, local onde, até 1979, habitaram alguns pescadores e onde existiu o sítio Duna Pequena. Constituiu-se ali a Aldeia *Itarypu*, que alojou, neste primeiro momento, sob quatro ocas-habitação, famílias das etnias Guajajara e Mbyá-Guarani (Campos, 2012, p. 47).

A ocupação da suprimida Duna Pequena pelo grupo indígena obteve respaldo da comunidade tradicional de pescadores de Itaipu. Uniram-se os grupos, assim, na reivindicação do direito à terra e à memória de seus antepassados sobre aquele território emblemático das acirradas disputas locais travadas entre pescadores, poder público e a construtora Veplan. Longe estava o assentamento de alcançar hegemonia de opinião entre os heteróclitos moradores da região, em

particular, os residentes de Camboinhas, o que suscitou desde a chegada dos indígenas enorme polêmica e discussões quanto à legitimidade daquela ocupação.

Tanto os Guajajara, quanto os Guarani já haviam tomado conhecimento dessa localidade anteriormente, quando em 2002 participaram de ações em defesa do sistema lagunar e dos sambaquis da Região Oceânica junto às etnias Kayapó, Pataxó, Tukano, à comunidade local, a ambientalistas e a associações desportivas (Idem, p. 46). Em 2004, José Urutau, da etnia Guajajara, liderou mais um ato público em defesa da preservação do local frente à perspectiva de construção de duzentos e trinta prédios na orla da Praia e da Laguna de Itaipu, cujos terrenos são hoje de propriedade da construtora Pinto de Almeida, que só não impôs ainda seu afã especulador por se tratar de área de proteção ambiental e cultural. José Guajajara idealizou, naquele contexto, a instalação de um Centro de Cultura dos Povos Indígenas sobre o antigo sítio arqueológico para divulgar por meio de oficinas da língua Guarani, de práticas artísticas e culinárias e de técnicas de construção um pouco da tradição indígena aos não-índios (Idem, Ibidem).

Os Mbyá-Guarani, capitaneados pela pajé Lídia Nunes Para Poty Nhe'Eja, deslocaram-se da Aldeia Indígena Itaxi, em Paraty Mirim, no Estado do Rio, para Camboinhas em virtude de um desentendimento da pajé com o cacique Miguel Benites, cujo núcleo familiar compartilhava a Terra Indígena de Paraty-Mirim com a família de Dona Lídia, existindo na Aldeia cerca de cem habitantes na ocasião. Os conflitos entre os dois líderes orquestraram-se em torno da comercialização do artesanato e da produção do roçado na Rodovia Rio-Santos, assim como da apresentação do canto coral pelos jovens Guarani. O pano de fundo da divergência residia no inaceitável casamento de Dona Lídia com o não-índio guaranizado Pedro Oliveira, cuja aliança matrimonial intercultural foi estabelecida na Aldeia Guaranita no Rio Grande do Sul, migrando o casal, depois, para as Terras-Paraná e Paraty, onde nasceu sua prole (Idem, p. 46 e 47).

Dadas as circunstâncias, o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Paraty aconselhou Dona Lídia a procurar outra terra para sua família, mediando, para tanto, um acordo entre as etnias Guajajara e Guarani para que dividissem o terreno da Duna Pequena em Camboinhas para a construção de uma nova aldeia. Destaque-se que os processos migratórios integram o rol de

preceitos religiosos dos Mbyá-Guarani, que se mantiveram à parte das reduções jesuíticas durante a colonização, refugiados nas matas;⁶² sua mobilidade e a redefinição frequente de território justificam-se pela busca da *Terra sem Mal*, tal como esta haveria existido nos primórdios das origens do mundo Mbyá (Ladeira, 2007, p. 48).

A obsessão por encontrar esse lugar impulsiona os Mbyá-Guarani na marcha para o Leste, rumo ao mar, que se constitui, ao mesmo tempo, em principal obstáculo para atingir o paraíso, bem como em uma realização do destino (Idem, p. 41). As práticas livres de caminhada conectam-se ao caráter messiânico identificado com essas migrações constantes, o que torna difícil definir o que teria sido um território Guarani original (Idem, p. 61), e o que explica o deslocamento dos grupos da Argentina, do Paraguai e dos Estados do Sul do Brasil em direção à Serra do Mar, locus da demarcação e da homologação de uma dezena de terras nos anos 1980, para além das contingências das relações econômicas, sociais e políticas (Campos, op. cit., p. 37).

Em 19 de abril de 2008, José Urutau Guajajara e Joaquim Karai, este da etnia Guarani, organizaram um evento com o objetivo de apresentar a comunidade ali instalada desde o mês anterior à sociedade de Niterói. Como mote para as comemorações do Dia do Índio dava-se, uma vez mais, a defesa da Laguna e dos sítios arqueológicos da região. Neste momento, os indígenas expuseram as razões para a escolha daquele território como nova moradia de suas famílias; consideravam-no um elo com aqueles parentes seus que lhes antecederam na vida em Itaipu.

Cumprir registrar que o argumento em benefício do assentamento calcava-se no direito à terra, como previsto no Artigo 231 da *Constituição Federal de 1988*, que outorgava o direito de posse permanente de terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas para exercer suas atividades produtivas, a preservação dos recursos ambientais e a reprodução física e cultural de seus usos, costumes e tradições (Brasil, 1988). José Guajajara declarou, à época, tratar-se o espaço de um cemitério indígena, mostrando a pesquisadores e a jornalistas vestígios de

⁶² No Brasil existem, atualmente, três grandes grupos dos índios Guarani – Kaiowa, Nhandéva e Mbyá –, que se distinguem por seus dialetos, costumes e práticas rituais (Ladeira, 2007, p. 33).

ossos humanos e de conchas, que confirmariam a existência de seus ancestrais indígenas naquele sítio (Campos, op. cit., p. 50).



Figura 40: José Guajajara mostra achados na Aldeia, 2008, autoria Renata Machado e Cristina Campos

A partir de tal alegação, consolidou-se o pomo da discórdia que debutaria a batalha entre a Aldeia e seus vizinhos abastados de Camboinhas, incomodados com a presença do grupo no bairro. A história da ocupação de que se tem registro na forma de sítio arqueológico pré-histórico – um povoamento de caçadores-coletores-pescadores, ou sambaquieiros, segundo as pesquisas de Lina Kneip – não confere com uma precedente existência étnica indígena. O acautelamento legal do sítio pela Lei nº 3.424/61, apesar de sua destruição, referia-se a paleoameríndios que, até onde alcançam as pesquisas arqueológicas, não soam ter mantido contato com as culturas indígenas atuais.

O argumento de autenticidade do qual os indígenas Guajajara e Guarani lançam mão para recobrar a ocupação daquela terra encontra suas raízes no discurso oficial do patrimônio cultural, do qual se nutrem para evocar a memória dos povos indígenas, construindo para si mesmos uma identidade com relação àquele sítio arqueológico, que, historicamente, com eles não guarda correspondência, mas que lhes permite, de todo modo, instaurar as bases para o pleito de um modo de ser indígena em um território, até que se prove o contrário, de ocupação tradicional de seu povo.

As relações interétnicas na *Tekoa Itarypu* logo iriam estremecer-se. Dona Lídia, chefe dos Guarani, não considerava a experiência de partilha de uma mesma aldeia entre os Guarani e os Guajajara uma boa ideia em razão de sua experiência anterior em Paraty-Mirim. A constituição de uma *tekoa* feliz não

poderia ocorrer sob liderança dupla, de modo que Lídia convida José Guajajara a retirar-se dali com sua família (Campos, op. cit., p. 51). Em junho de 2008, Darci Tupã Nunes de Oliveira, filho de Dona Lídia, deixa a Aldeia Pinhal no Paraná para assumir a liderança da Aldeia em Camboinhas enquanto cacique, passando a representar os interesses do grupo graças a seu domínio da língua portuguesa.

Em 4 de julho seguinte, o novo cacique compareceu à audiência pública na Câmara dos Vereadores de Niterói para posicionar-se quanto à permanência de sua família em Camboinhas, defendendo a Aldeia das acusações de danos ao local, uma vez que a ofensiva judicial dos moradores de Camboinhas já estava em andamento para impedir o crescimento da Aldeia (Idem, p. 52). Poucos dias após a audiência na Câmara, em 18 de julho, ocorre um incêndio na Aldeia enquanto os membros homens participavam de uma reunião da Alpapi em Itaipu. A destruição das habitações-oca e de documentos foi devastadora, e, mesmo sem a comprovação de haver sido um incêndio criminoso, as suspeitas dos indígenas recaíram sobre as construtoras Soter, Pinto de Almeida e Wrobel, segundo relatório da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ) referente ao Processo nº 13.654/2008 (Arquivo MAI).

Os Guarani contaram, no entanto, com a empatia das associações de populações tradicionais da região para reconstruir a Aldeia, o que aconteceu nos cinquenta e seis dias seguintes ao episódio. Rebatizou-se, então, a aldeia de *Tekoa Mboy'ty*, que em português se traduz por Aldeia de Sementes, uma celebração pelo êxito na germinação de sementes de milho, de melancia, de abacaxi, de batata-doce, etc. nas areias da Praia de Camboinhas (Campos, op. cit., p. 54). A nova *tekoa* seguia os princípios dos Mbyá-Guarani de organização das aldeias: suas moradias, a Casa de Reza e a escola mantinham o modelo de construção tradicional, ou seja, de pequenas construções com duas águas cobertas com bambu ou madeira, revestidas com folhas de palmeira, erguidas e sustentadas por troncos e bambus amarrados com cipós e preenchidos por barro (Idem, p. 48).



Figura 41: A *Tekoa Mboy'ty* vista a partir da margem de Itaipu do Canal da Laguna, 2010, Sem autoria (Arquivo MAI)

Embora a Aldeia tenha se reestruturado, as dificuldades para se sustentar financeiramente afligiam o grupo, que se mantinha aberto à visitação e à comercialização de seu artesanato. As indisposições com a população de Camboinhas exacerbaram-se quando os índios começaram a vender bebida na Aldeia e a cobrar pelo estacionamento de carros na Praia.

Em 24 de julho de 2008, a 3ª Vara Federal de Niterói deferiu a liminar da ação cautelar movida pela Sociedade Pró-Preservação Urbanística e Ecológica de Camboinhas (Soprecam), Processo nº 2008.51.02.001616-2, que determinava que a ré – a Funai – providenciasse a identificação e o cadastramento de todos os ocupantes da Aldeia naquele momento, de maneira a impedir a ocupação da área por outros indígenas (Arquivo MAI). A argumentação da Soprecam girou em torno da ameaça ambiental que o assentamento representaria àquela área protegida, “face à devastação da restinga, que será ainda mais abalada com a chegada de mais índios na região, (...) dando ensejo à construção de mais ocas, em local ainda não determinado legalmente como reserva indígena” (Arquivo MAI).

Sob pretexto da preservação ambiental, a Soprecam foi ágil em pôr em marcha a ação contra a presença Guarani no bairro, acusando a Funai de tratamento paternalista em relação aos indígenas e a política indigenista no Brasil de ser desordenada em vista da morosidade na análise da legitimidade da permanência da Aldeia em Camboinhas (Arquivo MAI). A Soprecam afirmava resignar-se com a continuidade dos indígenas caso houvesse confirmação, a partir de perícia e de laudo de um antropólogo, de que a área correspondia a um

sambaqui.

Aquele que parece ser o real motivo para a inquietação da Soprecam, qual seja: a desvalorização de seus imóveis com a instalação da cultura Mbyá-Guarani, contrastante com o estilo de vida de classes média e alta predominante no bairro, e contra o qual, como bem observa Cristina Campos (op. cit., p. 52), nada se fez para impedir a construção de prédios sobre os sítios arqueológicos, é bem ilustrado pela citação, no corpo da ação cautelar, do discurso do então presidente e ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello, acerca das terras indígenas:

Todo o Brasil foi ocupado pelos indígenas até os portugueses aqui aportarem. Se exacerbarmos a ocupação pretérita, nós vamos ter que entregar aos indígenas a minha cidade maravilhosa do Rio de Janeiro (Arquivo MAI).

Tal é o respaldo para a elaboração da argumentação da Soprecam que diz ter sempre apoiado os “movimentos indígenas realizados em Camboinhas (...) e que em momento algum procedeu de forma desrespeitosa ou discriminadora, com relação à presença dos índios no local referido” (Arquivo MAI).

A forma encontrada pelos Guarani para se defender foi atacar o Iphan, cobrando por meio da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária (CDHAJ) da OAB-RJ, em 19 de agosto de 2008, as justificativas para a confecção de um suposto laudo informado pelo Ofício MAI/007/2002, assinado por Vera Lucia Gigante Carvalho, no qual se afirmava a total destruição do Sambaqui de Camboinhas, documento este que teria sido utilizado para requerer autorização para a construção de um prédio sobre o sítio arqueológico (Arquivo MAI).

O Superintendente Regional do Iphan no Rio, Carlos Fernando Leão de Andrade, responde a presidente da CDHAJ/OAB-RJ, Maria Margarida Pressburger, através do Ofício GAB/6ª SR/Iphan nº 1358, em 22 de outubro de 2008, esclarecendo que as informações prestadas pela servidora Vera Gigante Carvalho sobre o estado de conservação do Sambaqui de Camboinhas basearam-se no conteúdo da Ficha de Registro do sítio arqueológico, datada de 3 de março de 1979, na qual consta que o Sambaqui de Camboinhas, localizado na Praia de Camboinhas, foi totalmente destruído, de maneira que “não houve a confecção de

laudo pela servidora. O que existe é a informação dada através do Ofício MAI nº 007/2002 de 11/04/2002, colhida na Ficha de Registro, indicando a total destruição do referido sítio” (Arquivo MAI).

O Iphan, até então, não havia se pronunciado sobre o aldeamento da *Tekoa Itarypu/Mboy'ty* em Camboinhas, apesar das controvérsias mediatizadas pelos veículos de comunicação, como se o órgão não tivesse ingerência sobre a situação, fosse favorável ou oposto à ocupação, o que respingou, no âmbito local, em um posicionamento combativo dos indígenas com respeito ao MAI naqueles primeiros meses de seu assentamento. Entretanto, com o pedido de apoio da Aldeia junto à OAB-RJ, exigiu-se do Iphan um parecer sobre a questão, assim resumida no Ofício dirigido à Sra. Pressburger quando se aborda a pesquisa e a datação do sítio realizadas por Lina Kneip e equipe: “seria uma leviandade de nossa parte [do Iphan], considerarmos de pronto, uma relação direta do Sambaqui de Camboinhas, uma ocupação indígena de cerca de 8 mil anos atrás, com os indígenas de hoje” (Arquivo MAI). Esvaía-se, assim, a anuência do argumento de posse daquela terra aos indígenas Guarani pelo órgão federal de preservação do patrimônio.

O desenrolar do embate entre a Aldeia e a Soprecam pendeu para o deslocamento da *Tekoa Mboy'ty* para o Município de Maricá em 2013, após tratativas iniciadas em 2009 com a Prefeitura local para a regularização da situação fundiária dos indígenas, que se assentariam em uma área de restinga próxima a São José do Imbassaí (Campos, op. cit., p. 56). Todo o contexto em Camboinhas tornou-se insustentável para os Mbyá-Guarani, não só pela vitória legal da Soprecam em impedir o crescimento da Aldeia, mas pelo enfraquecimento interno dos indígenas com o episódio da dissolução da aliança entre os Guarani e os Guajajara, assim como do apoio da comunidade de pescadores às práticas de sustento econômico não identificadas com um modo de vida tradicional:

a vinda dos índio pra cá, foi um erro meu. Eu que provoqueei a vinda, né, fizemo a primeira pajelança no local porque ali tava sendo construído um... A ideia era destruir a guarderia de prancha [escola de *windsurf* de George Rebello] pra fazer alguns prédios. Então, nós botamo um marco lá e fizemo a primeira pajelança lá, com uns vinte índio mais ou menos, e eles ficaram lá em casa e isso tudo. O grupo da Lídia. E logo depois nós fizemo a segunda, a terceira... e fizemos uma

oca, que era pros índios vim e ficar, e a ideia era fazer uma oca de verdade pra eles fazer uma vigília sobre o sambaqui. Não é proteger o sambaqui não, porque eu acho que não tem mais que ser protegido, não é mais um cemitério, é só um espaço que vai virar qualquer coisa, mas eu não acharia legal fazer um prédio ali. Sim, fazer um monumento e dizer que ali viveu os índio, viveu os pescadores que foram expulso, que uns foi marginalizado porque foi pra área de conflito. Eu acho que ali o Museu de Itaipu, o Iphan, o Ibram, a Secretaria de Meio Ambiente, isso nas três esfera, teria que ter tomado uma providência pra isso e fazer alguma coisa e não deixar virar ali um hotel, uma marina, ou virar um condomínio de luxo. Mas, sim, fazer alguma coisa pra deixar um marco, porque vai virar um condomínio... Então a vinda dos índio pra mim ali, eles iam permanecer ali durante muito tempo, um bom tempo, e ia dar uma proteção naquele espaço, e, depois, a gente ia poder fazer alguma coisa. Mas o grupo pensou de outra maneira, e no meio dessa confusão durante uns dois anos, três anos, na estadia deles ali, eles tiraram algumas pessoas que pensavam, que ajudou eles a vim, que colaborou: o Zé (o Guajajara), o Ayron, a Namara que é advogada, é índia também, o pai dela é cacique. Então essas pessoas, o Toby, tá em outro nível, em nível internacional, mas ele também foi um pouco criticado pelo grupo, então a gente foi, na época que eu comecei a me afastar também, foi na época que botaram fogo, aí eu fui pra lá e dei todo um apoio, né, fiquei mais uns quatro meses, cinco meses, ajeitando, mas começou a tender para um lado de um comércio de bebida, de forró, de estacionamento, aí ficou difícil. Aí eu me afastei, e achei que eu tinha errado, aí eles receberam uma proposta melhor de ir pra outro lugar. Tão em Maricá. (...) Mas eles foram pra lá, receberam um espaço maior, melhor não, maior, e tão lá. E saíram daqui. Então foi um desgaste que eu tive, dei parte da minha vida lá, alguns dias, trabalhar e ir na Funai, e fazer um monte de outras coisas, e levar as pessoas pra minha casa, fazer comida, uma porção de gente, mas eu fiz pensando em manter aquela área ali uma área mais preservada (Souza, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016).

A desvirtuação do projeto inicial de transformação do antigo sítio em um polo de etnoturismo, que funcionasse como uma espécie de *museu vivo* do jeito de ser Guarani (*nhanderekó*), e onde suas raízes culturais pudessem perpetuar-se pela renovação e pela reconstrução da tradição conforme seus próprios ditames, e não segundo o olhar imobilizador dos não-índios em relação aos índios, foi essencial para que as dificuldades de ordem econômica e social preponderassem e colaborassem para a migração da família de Dona Lídia para Maricá, cuja terra era, além do que, mais apropriada para o cultivo. Encerrou-se, em 2013, a participação dos Mbyá-Guarani na construção do território a partir da evocação identitário-memorialística; contribuíram os indígenas, no entanto, para a sedimentação de uma fina, porém densa, camada da passagem de mais um grupo humano pela região.

Em Itaipu, faz-se legítimo que o espaço geográfico e o patrimônio arqueológico sejam usados como amálgama para a criação de elos identitários

entre as memórias de grupos culturais distintos entre si, tanto quanto o MAI seja solicitado enquanto veículo de propagação dos discursos dessas identidades. Assim, é plausível que tanto pescadores artesanais declarem ser herdeiros dos grupos caçadores-coletores-pescadores que habitaram a região pela prática da pesca, quanto os Mbyá-Guarani reivindiquem a autenticidade de seu assentamento no lugar do extinto sítio Duna Pequena sob alegação de ter sido local de moradia e de sepultamento de seus antepassados, a saber: o mesmo grupo de caçadores-coletores-pescadores – os sambaquieiros.

5.2.

No território da memória: um mosaico paisagístico

5.2.1.

Remanescentes no tempo e no espaço: a paisagem em Itaipu tombada

O sítio Duna Grande, pela dimensão e amostragem do material arqueológico exposto naturalmente em superfície, é um patrimônio público de valor científico incalculável, e não deve ser destruído, nem cientificamente, principalmente a propósito de atender interesses com fins imobiliários.

Finalmente, ao terminar, solicitaria aos administradores deste País reflexão: se as gerações passadas não estudaram mas preservaram seus monumentos arqueológicos, como ficam os pesquisadores desta época em relação às gerações futuras que, mais armadas cientificamente, estarão impedidas, prematuramente, de estudar o seu passado.

Pelo exposto, peço tombamento da Duna Grande (Arquivo MAI, grifo do autor).

As palavras finais de Lina Kneip em carta de 8 de outubro de 1986 endereçada a Regina Coeli Pinheiro da Silva, responsável pela Coordenadoria de Arqueologia da Sphan, expressam a preocupação da pesquisadora em relação ao patrimônio no ventre e à flor da pele abrigado pela Duna Grande, que, desde sua presença em Itaipu no idos dos anos 1970, seguiu sendo alvo de dilapidação pelos frequentadores da Praia e, particularmente, pelas mãos gananciosas de construtoras imobiliárias.

A carta da arqueóloga originará a abertura do Processo de Tombamento nº 1.216-T-87 do Sítio Arqueológico Duna Grande no ano de 1987. A defesa de Kneip pelo tombamento da Duna Grande parece tratar-se da mobilização do último recurso legal ainda disponível àquela altura para proteger o sítio, em um

desconsolado ímpeto que deixa como reflexão final o estudo de sítios dessa magnitude pelas gerações que se sucederão.

As condições naturais do espaço, claramente imprescindíveis para os pescadores, passarão a integrar o rol das ações de preservação dos órgãos oficiais do patrimônio cultural, das quais o processo de tombamento da Duna Grande pela Sphan e o tombamento do Canto Sul da Praia de Itaipu pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) nos anos 1980 podem ser interpretados como parte dessa mirada diferenciada para o ambiente natural, entendendo-o como o espaço vital do homem para o desenvolvimento de sua experiência histórica (Koselleck, 2014, p. 77), logo, dotado de uma historicidade própria e digno de preservação enquanto *paisagem cultural*.

A noção de paisagem pressupõe o exercício da percepção pelo sentido da visão, não se desconsiderando aí desde o lugar de onde se vê até onde a visão pode alcançar, o que significa, em última instância, uma determinada limitação desse processo seletivo de apreensão daquilo que a paisagem constitui como materialização de um instante da sociedade (Santos, op. cit., p. 69 e 78). A paisagem, portanto, não é a totalidade para a qual se pode olhar, é, sim, o mundo presente em que estamos ao tomar como ponto de vista o nosso entorno (Ingold, 1993, p. 171).

A paisagem, ainda que aparentemente estática, é preta de uma temporalidade própria que lhe confere o atributo de ser um registro resistente e um testemunho das vidas e do trabalho das gerações anteriores, que deixaram ali resquícios de seu envolvimento com o mundo, impregnando de memória o que a natureza e o que os homens do passado legaram para permitir o desenvolvimento do processo de vida dos homens no presente (Idem, p. 152): “Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos” (Santos, op. cit., p. 73). A relação de paisagem com a passagem do tempo é, de tal maneira, indelével, já que sua feição atual é sempre um fractal capturado de vivências pretéritas. Deixar que a visão se derrame sobre a paisagem equivale a acionar um ato de lembrança para o qual somos convocados ao nos propor à tarefa de perceber o ambiente que nos rodeia.

O último quartel do século XX viu gracejar o patrimônio e a memória como sintomas de uma nova experiência de tempo marcada pela preponderância de um presente duvidoso em relação ao futuro, sobre o qual se projeta um porvir ameaçador e obscuro. O tempo presente formula-se em uma relação de dívida com o passado, em decorrência dos crimes imprescritíveis sofridos pelas vítimas dos genocídios da Segunda Guerra Mundial e, concomitantemente, endividado com o futuro, ante a sombra do risco potencial de extinção da espécie humana (Hartog, 2014, p. 258).

A ofensiva patrimonial contemporânea ressoa a extensão inédita do presente, que incita ação rápida e imediata sobre o hoje antes que ele desapareça em meio ao cenário de crises, catástrofes e rupturas experimentado pelas sociedades humanas atuais (Idem, p. 244). Resta, portanto, a imposição de uma demanda pela salvaguarda e pela preservação do mundo sob a luz do princípio da responsabilidade e da precaução em relação a nós mesmos e às gerações que virão, erigindo, como via de escape, algo como o que Hartog (Idem, p. 238) denomina por *museu do amanhã*.

Nessa conjuntura, a patrimonialização do meio ambiente emerge como obrigação ao lado do pressuposto do desenvolvimento sustentável, da conservação da biodiversidade e da valorização da multivocalidade cultural que regerão e embalarão as tomadas de decisão da Unesco em termos do que se preservar para, quem sabe, garantir para a posteridade a transmissão da própria possibilidade de vida humana (Idem, p. 240). A *Declaração de Estocolmo* proposta pela Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, reunida na Assembleia Geral na capital sueca, em junho de 1972, destinou-se especificamente ao estabelecimento de uma visão global e de princípios comuns para orientar a humanidade para a preservação e para a melhoria do ambiente humano (Iphan, 2004, p. 171). Esse documento permitiu que se alargasse, meses depois, na 17ª Sessão da Conferência Geral da Unesco em Paris, a noção de patrimônio mundial, que passou a abarcar o patrimônio natural, ao expressar a convicção de que:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar; e é portador da solene obrigação de proteger e melhorar esse meio ambiente para as gerações presentes e

futuras (Idem, Ibidem).

Embora a Unesco tenha iniciado mais fortemente suas discussões a respeito de bens não só do patrimônio cultural, mas igualmente do patrimônio natural que apresentassem um interesse excepcional, devendo, para tanto, “ser preservados como elementos do patrimônio mundial da humanidade inteira” (Idem, p. 178), conforme expresso na *Convenção de Paris de 1972*, sob a égide da ameaça de destruição desses bens, “não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pelas mudanças da vida social e econômica” (Idem, p. 177), a inscrição desses bens na Lista do Patrimônio Mundial ocorria de forma polarizada.

Mais precisamente falando, os bens seriam inscritos em duas categorias específicas, ou como patrimônio cultural ou como patrimônio natural, o que significava uma bipartição do patrimônio mundial, criando um antagonismo entre as categorias cultural e natural, sem levar em conta a face radicalmente imbricada da interação humana com o ambiente ocupado (Ribeiro, 2007, p. 35). Apesar do sopro alvissareiro proposto pelo documento ao considerar a classificação do patrimônio natural, os debates no âmbito da Unesco fervilhariam a partir daí, e passariam a estruturar, tendo por fonte o conceito de paisagem proveniente da geografia, um pensamento mais integrador em torno da relação homem-natureza e, particularmente, da qualificação de paisagem e de patrimônio cultural (Idem, p. 32).

Em 1992, no mesmo ano em que acontecia no Rio de Janeiro a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, cunhou-se na França a categoria de *paisagem cultural* em encontro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) e do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, cujo objetivo era dissolver a dicotomia entre bem cultural e bem natural para caminhar em direção à inclusão de paisagens na Lista do Patrimônio Mundial. A ideia central do grupo de especialistas internacionais era definir os critérios para inscrição das paisagens como patrimônio, tendo em vista que elas são consideradas “ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas

forças social, econômica e cultural, que nelas interferem” (Idem, p. 41).

A categoria de paisagem cultural se consolidaria na Unesco durante o encontro do Comitê do Patrimônio Mundial em Santa Fé, em 1992, que dinamitou os modelos anteriores para abraçar uma abordagem sustentável de proteção do patrimônio, identificando a simultaneidade das relações inscritas na paisagem do homem com a natureza (Idem, p. 54). A partir de então, procurou-se fazer convergir os valores culturais e naturais no elemento *paisagem*, de modo a tencionar a proteção e o usufruto das paisagens de valor excepcional a serem herdadas pelas gerações futuras (Idem, p. 63); uma noção que foi sendo maturada nos encontros de especialistas convocados pela Unesco nos anos subsequentes.

Reconhece-se que as discussões em muito avançaram no que tange a um olhar mais abrangente para a classificação da paisagem cultural como bem patrimonial, não sendo entendida como um mero complemento envolvente de um determinado monumento arquitetônico, por exemplo, mas como um bem em si (Idem, p. 88), merecedor de reconhecimento por se tratar do espaço contextual onde os homens desempenham suas tarefas de vivência, ali registrando suas atividades junto à paisagem formada (Ingold, op. cit., p. 162).

Todavia, as críticas sobre o conceito e sobre os procedimentos de seleção das paisagens culturais a serem inscritas na Lista do Patrimônio Mundial seguem na ordem do dia entre os membros da Unesco. O pesquisador brasileiro Bruno Brulon Soares, vice-presidente do Comitê Internacional para Museologia (Icofom), questionou durante a 24ª Conferência Geral do ICOM, realizada em Milão em 2016, tendo como tema *Museus e paisagem cultural*, o lugar das pessoas na paisagem musealizada, ainda que as relações entre homem e natureza sustentem a noção de paisagem cultural.

Brulon Soares toma como caso a inscrição da *Paisagem Cultural do Rio de Janeiro – paisagens cariocas entre a montanha e o mar* na Lista do Patrimônio Mundial no ano de 2012 (Unesco, 2017). O autor problematiza os critérios da Unesco, para a qual os limites da paisagem do Rio parecem ser determinados pela atividade turística da cidade, já que recorta partes privilegiadas para compor essa paisagem “moldada pela fusão criativa entre natureza e cultura” (Idem),

priorizando-se a *imagem* como fonte de inspiração para os estrangeiros que aqui aportam em busca de seu consumo em detrimento da sociedade que a habita e que constrói essa paisagem (Soares, 2016, p. 4 e 6).⁶³

Certamente, essa crítica estende-se a outros bens assim classificados pela Unesco em sua Lista do Patrimônio Mundial, descortinando-se os valores em pauta e o lugar de onde os agentes da Unesco forjam seu olhar e selecionam os fragmentos do espaço a ser registrados, paradoxalmente, cristalizando as relações de troca que ali se operam, e eximindo a autoridade do componente humano atual para deliberar sobre o seu território de interação.

A ruptura entre a cisão cultural/natural no campo patrimonial foi, paulatinamente, ganhando terreno desde as recomendações da *Convenção da Unesco de 1972*. No Brasil dos anos 1980, essa perspectiva obteve eco no Estado do Rio de Janeiro com o processo de tombamento do litoral fluminense, aberto em 2 de setembro de 1985 e concluído com sua publicação no Diário Oficial do Estado de 11 de maio de 1987. No Ofício nº 266/INEPAC/85, de 29 de agosto de 1985, o Inepac encaminha ao diretor geral do Departamento de Cultura do Estado, Ítalo Campofiorito, uma exposição de motivos para o tombamento provisório de trechos nos Municípios de Paraty, de São João da Barra e de Niterói, que aqui interessa por corresponder ao Canto Sul da Praia de Itaipu e às Ilhas da Menina, da Mãe e do Pai, com o intuito de zelar pela preservação ambiental da costa fluminense.

O referido ofício, de autor não identificado, atrela a preservação ambiental ao mesmo tempo à ideia de justiça social em nome da posse de terra à “gente pobre dessas localidades” por oposição à “devastação de nossas praias, costões, pontais e ilhas pela especulação imobiliária e turismo predatório”, assim como pela implantação de polos industriais nesses lugares (Inepac, 1985). A justificativa apresentada funda-se na vontade atribuída a Darcy Ribeiro, então Secretário de Estado de Ciência e Cultura, de “garantir a sobrevivência dos

⁶³ As paisagens cariocas consideradas de valor universal excepcional para integrar a Lista do Patrimônio Mundial vão do maciço da Tijuca em direção ao mar, incluindo os morros do Pão de Açúcar, Urca, Cara de Cão, Babilônia, Dois Irmãos, Pedra da Gávea, além do Jardim Botânico, do Parque Lage, do Parque do Flamengo, da Baía de Guanabara e os fortes São João, Santa Cruz e a paisagem urbana das praias do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon (Unesco, 2017).

últimos aldeamentos de pescadores remanescentes em nosso litoral” (Idem), ao que se segue um estudo realizado pelo arquiteto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, Sérgio Lordello, com os princípios básicos para a delimitação da área de preservação da atividade pesqueira artesanal. O tombamento almejado da orla marítima fluminense tinha como ponto nodal, portanto, a preservação dos núcleos remanescentes de pescadores e das áreas de manguezais intocados, recursos e condições fundamentais para o exercício da prática pesqueira (Inepac).

Uma vez aceita a justificativa dos técnicos do Inepac por Ítalo Campofiorito, este pronuncia-se no Ofício nº 289/DCDG, de 9 de setembro de 1985, perante o secretário Darcy Ribeiro em favor da proposta de tombamento, dando relevo não exclusivamente à proteção dos ecossistemas e da fisionomia natural da costa do Estado, mas ao aspecto paisagístico que respalda as implantações históricas da pesca artesanal (Idem). Afirmo o Diretor Geral de Cultura:

Pela primeira vez, será reconhecido o valor cultural de uma associação espacial e, por assim dizer, simbiótica, entre povoados tradicionais de pescadores e a faixa de terra emersa das águas oceânicas, onde a vida e o trabalho dos homens pulsam com a movimentação rítmica do mar (Idem).

À cidade de Niterói coube o tombamento do trecho no Canto Sul da Praia de Itaipu, “resto que ainda mantém a harmonia com a paisagem constituída pelo pontal do Morro das Andorinhas, as Ilhas da Menina, da Mãe e do Pai, ao sul, o aldeamento de pescadores e ao fundo o Recolhimento de Santa Teresa” (Idem), considerando-se os danos já causados à natureza pelo parcelamento inadequado do solo.

O diagnóstico realizado pelo Inepac indicava a consolidação da urbanização e o alto adensamento do local, além de apontar a diversificação das atividades dos pescadores no comércio de bares e restaurantes. A região delimitada foi considerada pelo órgão estadual Área de Especial Interesse Social, Ambiental e Pesqueiro, apostando-se na tendência do crescimento das atividades turísticas concomitantemente à decadência da pesca artesanal e à descaracterização da Vila de Pescadores (Idem). A expectativa desejada seria reverter o cenário tendencial, contando com ações integradas entre as três esferas

do poder público para, então, se compatibilizar os múltiplos interesses concorrentes no trecho – urbanização, pesca, comércio, moradia, lazer, turismo, preservação ambiental, esporte, etc. –, que incluiria, também, a desativação do Canal de Itaipu (Inepac).

Considerando-se as circunstâncias atuais verificadas na Praia de Itaipu, não há como se esquivar do fato de que o mencionado tombamento datado de 1987 não atingiu as metas vislumbradas, pode-se, ainda assim, dizer que a proteção do Inepac colaborou para a afirmação identitária dos pescadores locais ao declarar, acima dos aspectos físico e geográfico de Itaipu, o valor simbólico da prática pesqueira na configuração histórica e ambiental do Estado do Rio de Janeiro.

Se em nível estadual as ações de preservação voltadas para a paisagem seguiam em ritmo galopante, o mesmo pode ser constatado na esfera federal através da Sphan, que não deixaria escapar ao território de Itaipu um possível tombamento do sítio Duna Grande pelo parâmetro da designação de *paisagem natural*. Os primeiros trinta anos do Iphan, apesar do apoio à proteção de monumentos naturais, sítios e paisagens que tivessem sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana, previsto no Parágrafo 2º do DL 25/37, pouco explorou essa possibilidade em relação ao chamado patrimônio natural:

Raramente essa preocupação voltou-se para monumentos, sítios ou paisagens naturais, cuja salvaguarda teria sido proposta segundo critérios formais, ou, mais especificamente, pelas qualidades plásticas dos sítios e paisagens, enfim, por sua excepcionalidade panorâmica, sua função visual de quadro ou cenário para outros bens protegidos etc. (Sphan/Pró-Memória, 1987, p. 4).

A paisagem agenciada pelo homem ocupou lugar de destaque nos primórdios do Iphan com o tombamento de áreas verdes urbanas, parques e jardins históricos (Idem, Ibidem), ganhando corpo, a partir dos anos 1960 e 1970, os estudos de entorno do bem tombado, décadas em que, a despeito das discussões no plano internacional sobre patrimônio natural das quais fez parte o próprio presidente do Iphan Renato Soeiro, a noção de paisagem ainda não havia se autonomizado da conservação da ambiência e da proteção da vizinhança do monumento arquitetônico tombado, de maneira a guardar sua feição paisagística e a não impedir sua visibilidade (Motta; Thompson, op. cit., p. 35).

Admite-se, no entanto, que mudanças já começavam a ser operadas dentro do órgão sob influência das ideias da *Carta de Veneza* (1964) e da *Convenção da Unesco de 1972*, atentando-se mais aos conjuntos arquitetônicos e à aceleração da urbanização em centros históricos protegidos, o que resvalava, fatalmente, na necessidade de se pensar a salvaguarda do meio em que se situavam os bens. A década de 1980 na Sphan verá nascer a Coordenadoria de Patrimônio Natural, idealizada pelo, então, recém-falecido presidente da casa Aloísio Magalhães, e cujo breve sopro de existência entre 1985 e 1990 logrou sistematizar discursos e implementar ações relacionadas ao patrimônio natural através do estabelecimento das *Diretrizes para a análise e a classificação do patrimônio natural*, que vigoraram institucionalmente apesar da dissolução da coordenadoria (Ribeiro, op. cit., p. 104).

Naquele período, em consonância com a lógica mundial pela tomada de ação quanto às atividades predatórias e desordenadas do homem sobre o meio ambiente, que levariam “inexoravelmente ao perecimento de ambos: natureza e humanidade” (Sphan/Pró-Memória, op. cit., p. 8), nortearam-se as etapas para o processo de proteção dos elementos naturais na Sphan. Os critérios e as categorias elencados para esse empreendimento pelos técnicos Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Carlos Fernando de Moura Delphim, sendo o primeiro Coordenador de Patrimônio Natural, já indicavam o salto conceitual promovido no seio da instituição ao considerar o aspecto simbólico, “os significados que os grupos sociais a ele [ao sistema de vivas e complexas relações] vinculados lhe outorga” (Idem, p. 4), que se coadunariam, na década seguinte, com a definição de *paisagem cultural* emanada pela Unesco.

Em 5 de janeiro de 1987, o processo de tombamento do Sítio Arqueológico Duna Grande é aberto a pedido de Regina Coeli Pinheiro da Silva, Coordenadora de Arqueologia da Sphan, e de cujos estudos participariam também a Coordenação de Patrimônio Natural, a Coordenação de Proteção e a 6ª Diretoria Regional da Sphan/Pró-Memória. O pedido de tombamento da Duna Grande foi desencadeado pela arqueóloga Lina Kneip, que se dirigiu à Coordenadora de Arqueologia da Sphan através de ofício datado de 8 de outubro de 1986, no qual se posiciona contrariamente à realização de escavações no sítio após ter tido

conhecimento de que a Veplan-Residência pretendia, uma vez mais, patrocinar pesquisas arqueológicas em Itaipu (Arquivo MAI).

A arqueóloga do Museu Nacional expôs em sete motivos enumerados no ofício o porquê de seu parecer negativo em relação a uma nova intervenção na área, destacando que a Duna Grande constitui o último monumento arqueológico de Niterói que escapou do processo de destruição de Itaipu e que, portanto, teve sua preservação permanente considerada em área *non aedificandi* definida pela Sphan. Além do mais, Kneip aponta a Duna Grande como um prolongamento natural das atividades do MAI desde 1977, e vale-se de sua experiência na pesquisa de salvamento da Duna Pequena para argumentar sobre a complexidade da escavação em um sítio-duna, o que se torna ainda mais difícil pelo reduzido número de pesquisadores capacitados no Brasil para compor uma equipe transdisciplinar com vistas ao estudo exaustivo do sítio (Arquivo MAI).

Por fim, a professora Kneip defende a manutenção da Duna Grande intacta dado o valor científico do material arqueológico exposto em sua superfície, quiçá, a ser desvendado por estudos futuros, desde que, para tanto, o poder público zele por sua preservação e não ceda aos interesses imobiliários. E, em seguida, finaliza o ofício com o pedido de tombamento da Duna Grande (Arquivo MAI).

A solicitação de Lina Kneip à Sphan lança mão do amparo à proteção legal de bens móveis e imóveis de excepcional valor arqueológico através do ato de tombamento. Vale lembrar que a Duna Grande já se encontrava resguardada pela Lei nº 3.924/61, que atribuía, ainda, sua proteção ao órgão federal de preservação do patrimônio, o que suscita, em última análise, dúvida quanto à eficácia da sobreposição de instrumentos jurídicos para a preservação do patrimônio cultural. Definiu-se naquele mesmo ano de 1986, a escolha da Duna Grande como *Monumento Símbolo da Arqueologia Pré-Histórica Brasileira* para celebrar, no ano seguinte, o cinquentenário do Iphan, conferindo, assim, ao sítio arqueológico em vias de tombamento a chancela institucional, ao menos no plano discursivo, de seu potencial científico, didático e simbólico (Heringer, 2014, p. 40).

O argumento apresentado por Kneip quanto à não-destruição do sítio pautada no DL 25/37 permeará os estudos de tombamento da Duna Grande, e integrará o quadro das discussões sobre a monumentalidade dos sítios arqueológicos, em particular dos sambaquis, objeto de preocupação do professor Castro Faria ainda nos anos 1950 e 1960, quando debatia com técnicos do Iphan a noção de sítio arqueológico enquanto um bem construído pelo homem que se comportava, no tempo presente, como elemento integrante da paisagem natural, logo meritório de uma legislação específica (Simão, op. cit., p. 333):

O tombamento, uma vez processado, implica a conservação inalterável da coisa tombada. (...) Torna-se, então, evidente que se pudesse dispor de indicações satisfatórias sobre a maioria das jazidas arqueológicas de indiscutível valor científico, ainda assim o tombamento não seria medida aplicável senão em casos especialíssimos, uma vez que a escavação arqueológica implica necessariamente a destruição, ao menos parcial, da jazida, o que iria de encontro ao artigo referido [Artigo 17º do DL 25/37], e, portanto, contra o próprio espírito da legislação sobre tombamento de bens de interesse histórico, artístico ou arqueológico (Faria, 2000, p. 263).

Ao apelar para o tombamento da Duna Grande nos anos 1980, tanto Kneip quanto a Sphan/Pró-Memória fundamentavam-se na compreensão dos sítios arqueológicos como eles mesmos sendo um *artefato*, e não só um depósito de *achados* arqueológicos, isto é, os assentamentos humanos vestigiais como natureza transformada em paisagem (Menezes, 1984, p. 34). Ademais, optava-se, assim, pela preservação do testemunho de um passado humano remoto a ser desvelado mais pelas atividades educativas do MAI do que pela exploração científica de sua estrutura arqueológica, o que se revelava àquela altura como alternativa viável para tentar combater a Veplan e defender a Duna Grande como um marco paisagístico de Itaipu.

A pressão exercida pela Veplan sobre o Iphan para expandir suas construções por Itaipu sob o pretexto de pesquisa arqueológica foi recorrente nos anos 1970, como atestam as missivas trocadas entre o Iphan e a Companhia Territorial Itaipu/Veplan e as medidas do órgão daí decorrentes em relação à Duna Grande, segundo documentação apensada ao Processo nº 1.216-T-87. A estratégia da imobiliária foi, desde o princípio, posicionar-se amigavelmente frente às deliberações do Iphan, que movia uma ação contra a empresa em 1971 pela “possível destruição, pela acusada, do sítio arqueológico, em Itaipu, Estado do

Rio de Janeiro” (Arquivo MAI), assim como observar a Lei nº 3.924/61 e acatar as recomendações indicadas pelo Perito da União, o professor Claro Calasans Rodrigues, para o processo em questão (Idem).

Renato Soeiro responde no Ofício nº 2318, de 12 de outubro de 1971, o diretor presidente da Companhia Territorial Itaipu sobre a autoridade do Iphan em julgar e em decidir sobre o desmonte científico de qualquer monumento arqueológico para fins exclusivamente de estudo, quando assim considerar em proveito da cultura nacional (Idem), e frisa, ainda, que a “conservação de algum monumento em caráter definitivo, para testemunho natural cultural para as gerações futuras” fica igualmente a cargo do Iphan (Idem). Em paralelo, a empresa preparava o terreno para a investida que não tardaria em promover a desintegração social, histórica e ambiental do território local.

Em 26 de janeiro de 1976, Soeiro designa a comissão composta por Jacintho, Rusins e Kneip com a finalidade de demarcar o perímetro de proteção e de operação da Duna Grande. O laudo da comissão de 25 de março daquele ano determina, assim, o cercamento do sítio consoante ao assinalado em uma planta do polígono de proteção imediata, cuja

dimensão ideal da área para o envolvimento e o condicionamento da Duna-Grande deverá ser integrada pela parcela do terreno ora ocupado pelo referido canteiro de obras [da Veplan-Residência], bem como dos chãos ocupados por duas construções antigas localizadas no alinhamento inicial do polígono, edificações estas que se destinariam para o uso de operações de pesquisa na Duna-Grande (Idem).

No mês de abril seguinte, no dia 19, Renato Soeiro responde o ofício de José Carlos Mello de Ourívio, diretor presidente da Veplan-Residência, que requeria alguns esclarecimentos concernentes ao sítio Duna Grande. O diretor do Iphan anexou ao Ofício nº 1.175/76 o laudo e a planta confeccionados pelos técnicos da casa e do Museu Nacional, ressaltando a necessidade de remoção do canteiro de obras da Veplan para outro local com vistas à “proteção integral do monumento arqueológico, à preservação ecológica típica que o integra, bem como no que se refere ao interesse paisagístico e turístico que o envolve e o engloba a sua finalidade cultural” (Idem).

Soeiro evoca, ainda, a proteção do sítio Duna Grande com a colocação de moirões e de tela em toda a sua extensão a ser providenciada pela Veplan conforme sinalizado no ofício que, naquele momento, respondia. Taxativo, Soeiro encerra seu ofício afirmando o posicionamento institucional quanto à salvaguarda integral da Duna Grande: “Na situação atual o IPHAN não cogita em autorizar escavações na área em apreço, ficando sem efeito quaisquer estudos e/ou entendimentos anteriormente suscitados” (Idem).

Três anos depois, Kneip insistia no cercamento completo da Duna como forma de impedir sua destruição. Em ofício de 11 de janeiro de 1979, redigido a Renato Soeiro, Kneip relata sobre o estado de preservação do sítio por ela presenciado, e chama atenção para a destruição da duna pela erosão eólica e pela ação predatória do homem, destacando que a placa de identificação do sítio, presumivelmente colocada pela Veplan-Residência, só “concorreu para acelerar o processo de destruição do sítio atraindo turistas, curiosos e outros” (Idem).

A arqueóloga exige, então, providências a respeito, pois o “estado de abandono incompatibiliza o IPHAN com a população local – aquela população desejosa de preservar seu patrimônio – propiciando ainda o avanço das irregularidades das firmas imobiliárias” (Arquivo MAI). Assertivas essas que penderiam ao colapso, meses depois, com o afrontamento da Veplan às premissas da Lei nº 3.924/61 ao destruir a Duna Pequena e o Sambaqui de Camboinhas, cujas pesquisas de salvamento financiou sob os auspícios de Kneip e a tutela do Iphan. Sob direção geral de Aloísio Magalhães, Kneip reforçaria junto à Sphan, novamente, em 1980 sua posição sobre a premência em se cercar a Duna Grande (Idem), o que se provou inócuo, face à depredação continuada do sítio nos anos que se seguiram, até que recorresse ao pedido de tombamento do sítio em 1986.

O pedido de tombamento do sítio arqueológico Duna Grande foi encaminhado pela arqueóloga Aparecida Açucena Coelho, do Setor de Arqueologia da Sphan, através do Parecer nº 15/86/Arq, assinado em 10 de dezembro de 1986. A autora faz a descrição do espaço geográfico e da morfologia da Duna Grande, e traça um breve histórico das pesquisas ali realizadas pelos técnicos do IAB e o seu cadastramento sob a sigla RJ-JC-18, além de relatar sobre seus vestígios arqueológicos identificados com populações sucessivas que

praticavam atividades de pesca e de caça (Idem). Aparecida Açucena chama atenção para o fato de se tratar do único monumento pré-histórico remanescente não só de Itaipu, mas do eixo Rio-Niterói, e de ser considerado extensão do MAI no território local.

A arqueóloga da Sphan adentra, então, em sua argumentação favorável ao tombamento do sítio arqueológico frente à ameaça de sua total destruição, apesar da importância do sítio e de se encontrar preservado pela Sphan, afora o interesse da comunidade em vê-lo preservado, o que é diretamente atrelado ao trabalho de coleta de artefatos por Hildo de Mello Ribeiro (Arquivo MAI):

À danificação empreendida pela natureza (eólica e da chuva) associam-se: crescente interesse imobiliário na área, as construções ilegais, usos mais arbitrários e condenáveis como subida de automotores, salto de asa delta, depósito de detritos etc., fatos que estão deteriorando e violentando o patrimônio paisagístico destruindo importantes vestígios arqueológicos que retratam a interação étnica de toda a região (Idem).

A autora do parecer recapitula, desde a identificação do sítio, as denúncias, as ações e os pareceres relacionados à preservação da Duna Grande. Encaminha, então, as justificativas finais retomando a ideia original de Soeiro e Jacintho de valorização dos residentes das imediações do MAI e da Duna Grande, no caso, aqueles filiados à “colônia de pescadores, dando continuidade à cultura das populações que ali viveram há 8 mil anos, representando tal fato um elo de ligação passado-presente” (Idem). Após mencionar a denúncia de Kneip de 8 de outubro de 1986, Aparecida Açucena conclui pedindo urgência no tombamento do sítio arqueológico Duna Grande “como único meio de preservá-lo para que as gerações futuras tomem conhecimento da luta que a Sphan tem empreendido, nestes 50 anos de existência, pela preservação do legado de nossos antepassados” (Idem).

Da abertura do Processo nº 1.216-T-87, procedeu-se a uma visita técnica realizada em 17 de novembro de 1987 pela ambientalista Judith Cortesão acompanhada dos seguintes técnicos da Sphan: José de Anchieta Leal (6ª DR), Niara Jost (Coordenadoria de Patrimônio Natural) e Marta Anastácio (Coordenadoria de Proteção). O Relatório de Viagem, que compreende, além de Itaipu, Cabo Frio e Massambaba, foi redigido pela arquiteta Marta Anastácio,

datado do dia 24 seguinte à viagem. A visita a Itaipu objetivava verificar a situação da Duna Grande com vistas a seu tombamento enquanto sítio natural e arqueológico, ao que a Dra. Judith Cortesão sugere, para a efetiva recuperação da Duna Grande, seu urgente cercamento físico para que, depois, possa ocorrer uma pesquisa de avaliação de seu potencial científico (Idem), medidas semelhantes às aquelas propostas pela Comissão de Demarcação da Duna Grande em 1976.

No ano seguinte, em 25 de abril de 1988, Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Carlos Fernando de Moura Delphim, ambos da Coordenadoria de Patrimônio Natural, emitem o Parecer nº 005/88 acerca do tombamento da Duna Grande, indicando seu enquadramento como Sítio Natural, segundo caracterização de documento da Coordenadoria que classificava os critérios para *Sítios naturais* e *Sítios alterados pelo homem*. Considerada por essa Coordenadoria um sítio natural, o sítio arqueológico Duna Grande foi enquadrado nas seguintes categorias previstas: a) sítio que representa feição típica da natureza brasileira; b) sítios naturais de grande singularidade; c) paisagem excepcional pela beleza cênica e pontos de vista de onde pode-se fruir o espetáculo desse panorama; d) sítios de interesse científico/arqueológico (Idem).

Os pareceristas propõem a adoção de medidas de proteção preliminares como o sobrecitado cercamento conforme poligonal do tombamento, o plantio de espécies vegetais fixadoras de dunas, a reversão do processo de invasão junto ao poder municipal e, por fim, a possibilidade de fiscalização direta da área em virtude da proximidade ao MAI, que poderá ali realizar visitas programadas, “promovendo a conscientização sobre o seu valor desenvolvendo o respeito à natureza e ao conteúdo arqueológico nela inserido” (Idem).

Curioso observar que a classificação atribuída pela Coordenadoria de Patrimônio Natural conceituava o sítio Duna Grande tão somente pelo aspecto natural do sítio, aquele onde a “ação antrópica foi nula, mínima ou incapaz de alterar substancialmente seu aspecto original” (Sphan, op. cit., p. 5), o que justificaria sua proteção pelo “valor natural, de paisagem ou de unidade morfológica” (Idem) por oposição aos *sítios alterados pelo homem* ou *paisagem*

humana.⁶⁴

Sabe-se que o horizonte de discussão sobre a definição de um patrimônio natural inter-relacionado ao patrimônio cultural ainda estava em curso na instituição naquela ocasião. No entanto, não deixa de ser instigante observar tais ajustes em processo de realização, pois se, para a Coordenadoria de Patrimônio Natural, a Duna Grande era encarada como uma formação natural, é certo que, para a Coordenadoria de Arqueologia, ela era vista como produto de agenciamento humano, fruto de construção do homem a partir, sim, dos elementos naturais propiciados por Itaipu, mas, acima de tudo, um artefato engendrado pela mente e pelas mãos do homem.

Em julho de 1988, a Coordenadoria de Proteção da Sphan decidiu unir-se à 6ª DR da Sphan para estudar e apreciar conjuntamente o melhor instrumento de proteção e as diligências práticas em relação à Duna Grande, uma vez que Itaipu estava sob a área de atuação da Diretoria Regional, que vinha desenvolvendo um estudo do local acerca do tombamento do Inepac. Colocava-se, naquele momento, como preocupação da 6ª DR a ocupação da área e o avanço das construções da Colônia de Pescadores em direção à encosta do Morro das Andorinhas, o que implicava o entorno do Recolhimento de Santa Teresa/MAI e o comprometimento da “inter-relação dos elementos que constituem Itaipu: mar, lagoa, dunas, morros, igreja, colônia de pescadores, museu” (Arquivo MAI), segundo relatado no Comunicado Interno nº 190, de 7 de julho de 1988, da arquiteta Maria da Graça Soto Queiroz para a Coordenadora de Proteção, Jurema Kopke Arnaut. O instrumento do tombamento para um sítio arqueológico tornou-se, então, objeto de questionamento entre os técnicos envolvidos. Afinal, o que se faria a partir daí quanto aos moradores e aos proprietários na área delimitada do sítio? (Arquivo MAI).

Seguiu-se uma visita técnica a área de Itaipu por uma equipe mista da 6ª DR e da Coordenadoria de Proteção composta por Maryane Dalmasso, Mauro Pazzini, Marta Anastácio e Maria da Graça Queiroz, que foi noticiada à

⁶⁴ Os *sítios alterados pelo homem* eram definidos pelo enriquecimento ou pelo impacto das ações antrópicas sobre a natureza, categorizando-se como: patrimônio natural urbano; espaços naturais circundantes ou arredores de assentamentos urbanos; sítios de interesse histórico, literário, artístico, religioso, legendário ou afetivo (Sphan, 1987, p. 7 e 8).

Coordenadoria de Proteção através do Comunicado Interno nº 194, de 18 de julho de 1988. A respeito da Duna Grande, conclui-se sobre sua posição de destaque no conjunto de Itaipu, já desfalcado pela ausência da Duna Pequena e pelos reflexos das alterações impostas ao meio. Em relação à Colônia de Pescadores, a ampliação das construções é vinculada à “crescente exploração comercial que vem, se não substituindo, assumindo um papel diferenciado daquele da atividade básica de pesca característica do local” (Idem). O olhar dos agentes do patrimônio, sejam eles da Sphan ou do Inepac, sobre a população de pescadores carrega a marca da ambiguidade ao identificar o valor cultural do grupo, por um lado, e ao querer limitar sua dinâmica interna, por outro.

Na Informação nº 031, de 31 de maio de 1989, a arquiteta Marta Anastácio compendia a documentação, e elucida o estado da questão da instrução do processo de tombamento da Duna Grande, desde o ano anterior sendo analisado junto à 6ª DR, que produziu um trabalho técnico intitulado *Bens culturais de Itaipu – estudo de proteção* com o objetivo de definir normas e critérios para a intervenção institucional partilhada, inclusive, com os governos do Estado e do Município.

Em 21 de fevereiro de 1990, através da Informação nº 013/90, a mesma técnica reitera o consenso estabelecido anteriormente em prol da preservação do sítio Duna Grande entre os profissionais da Sphan/Pró-Memória, a contar também com o Inepac e a Feema quanto à “necessidade de uma ação que privilegie os diferentes aspectos desta relação objeto cultural/elemento natural/interferência humana” (Idem), restando em aberto se a preservação da duna seria feita também através de tombamento (Idem).

O Processo nº 1.216-T-87 estagnou-se a partir de então, provavelmente por força das reviravoltas sofridas no plano institucional pela Sphan/Pró-Memória, extinta e transformada, em abril de 1990, em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) durante o governo presidencial de Fernando Collor de Mello, sendo em 1994, reestruturado como Iphan pelo presidente Itamar Franco. Mudanças que implicaram a desarticulação de práticas nos setores, mesmo até a dissolução das Coordenadorias de Arqueologia e de Patrimônio Natural, e que contribuíram para o enfraquecimento da continuidade das ações, atingidas pela

redução de recursos financeiros, de infraestrutura e de pessoal do órgão (Pardi apud Saladino, 2010, p. 145).

A questão é que o sítio Duna Grande permaneceu relegado à própria sorte, sem a conclusão de seu tombamento, passando por alguns cercamentos ao longo dos anos 1990 e 2000 pela PMN e pelo Peset, que a partir da Lei Estadual nº 5.079/2007 teve sua delimitação regulamentada, agregando a seus limites o sistema lagunar e os sítios arqueológicos de Itaipu. Sem uma intervenção, de fato, substancial, a ponto de modificar a relação dos frequentadores de Itaipu com o monumento arqueológico, cada dia mais submetido ao abandono, ainda que chafurdado em anteparos legais, a Duna Grande quedou à mercê das vicissitudes do tempo.

Reestruturado novamente em 2009, a partir da criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), o Iphan pôde deslocar seu olhar para questões cruciais no campo patrimonial que haviam ficado em compasso de espera mediante os câmbios governamentais que atingiram o desenho institucional e a atuação do órgão. A publicação da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira foi um desses instrumentos de atualização conceitual do Iphan em relação à legislação nacional e às cartas internacionais das quais o Brasil é signatário. Define-se ali a paisagem cultural brasileira como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Iphan, 2009).

A abertura desse pressuposto integrador das noções de patrimônio cultural e patrimônio natural, até então tomadas individualmente, em nome da preservação de contextos culturais complexos, incluindo-se aí um patrimônio cultural formado por bens de natureza imaterial e material, que valorize a “relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população” (Idem), não colaborou para que o sítio arqueológico Duna Grande fosse protegido de forma eficiente pelo órgão, a despeito das justificativas para o tombamento e do simbolismo do referido sítio para a arqueologia brasileira. Sem dar qualquer passo adiante, o pedido de tombamento encontrava-se no ano de 2010 estacionado e sem nenhum tipo de

estudo em curso ou de movimentação do órgão a seu respeito.

Apesar da criação do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) com a reestruturação de 2009 e da contratação de arqueólogos para suprir as crescentes demandas geradas principalmente pela arqueologia de contrato, o Iphan, ainda hoje, precisa recorrer à colaboração de arqueólogos externos à instituição, tal como ocorreu em setembro de 2010, quando o MAI foi acionado por um morador local que havia topado, durante passeio com seu cachorro na Duna Grande, em algum objeto assemelhado a osso humano. Claudia Carvalho, arqueóloga e diretora do Museu Nacional, que vinha desenvolvendo um trabalho de parceria científica com o MAI à época, discorre sobre a pesquisa de salvamento que coordenou na Duna Grande a partir do achado:

Há pouco tempo nós fomos contatados pelo Museu porque houve uma descoberta de um crânio. Aparentemente, parecia uma calota craniana sob a Duna e, rapidamente, essa área foi cercada, foi protegida pra que se pudesse fazer uma intervenção nessa área e recuperar o material que estaria nesse local. No momento em que a área foi isolada, nós começamos a trabalhar, a fazer a escavação e à medida que a escavação prosseguia, nós percebíamos que não se tratava de apenas um indivíduo, mas de um indivíduo adulto e três outros indivíduos, né, crianças, e um, talvez, bebê, que estavam próximos, todos eles depositados de forma sentada. Um deles, um indivíduo a mais, a criança mais velha, praticamente no colo desse adulto, e nós procedemos à remoção o mais rápido possível desse material para que não ficasse exposto nem às intempéries, nem às perturbações que pudessem ocorrer (Carvalho apud Vieira, 2012).

A riqueza arqueológica da Duna Grande teima em vir à tona, mas nem por isso o sítio foi digno da proteção e do merecido tratamento museográfico para divulgar a relevância do que deveria representar para a paisagem de Itaipu e para a paisagem nacional, talvez até para a mundial. O material coletado na escavação de 2010 encontra-se, ainda hoje, no Laboratório de Antropologia Biológica do Museu Nacional para estudo.

Em 6 de agosto de 2014, a pedido do diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do Iphan, Andrey Schlee, o Chefe do Arquivo Central do Iphan no Rio, Hilário Pereira Filho, tramita através do Memo nº 126/2014 -ACI/COPEDOC/RJ o Processo de Tombamento nº 1.216-T-87 para aquele Departamento visando à definição da situação dos processos *em estudo e sobrestado* existentes na casa (Arquivo MAI).

O Processo de Tombamento do sítio arqueológico Duna Grande é analisado no Depam pela coordenadora geral Anna Eliza Finger, que encaminha seu parecer a Andrey Schlee por meio do Memo nº 893/2014 – DEPAM, datado de 27 de agosto de 2014. Finger cita ali que, no âmbito das discussões sobre o passivo de processos inconclusos na instituição, tem tido lugar a questão do tombamento de sítios e de bens de natureza arqueológica, já protegidos pela Lei nº 3.924/61. Com base na referida legislação, acrescida do que institui o DL 25/37 sobre a destruição, demolição ou mutilação causadas às coisas tombadas sem autorização do Iphan, Finger arrazoa que o tombamento de um sítio arqueológico inviabilizaria a remoção ou o resgate do material do sítio, fosse para a realização de obras ou de pesquisa científica, e, então, conclui seu pensamento:

Percebemos, assim, uma incompatibilidade entre as ações necessárias para a gestão de áreas de natureza arqueológica, que incluem escavações e pesquisas que demandam intervenções no sítio, e os efeitos decorrentes do tombamento (Arquivo MAI, grifo do autor).

A coordenadora geral evoca, antes de seu parecer conclusivo, as decisões da 9ª Sessão da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, ocorrida em 13 de maio de 2014 em Brasília, que registra em ata a deliberação sobre tratar a proteção do patrimônio arqueológico nos termos da Lei nº 3.924/61, e não do DL 25/37. Posiciona-se, finalmente, Anna Finger:

Assim, considerando que, conforme disposto na Lei nº 3.924/1961, caberá ao Iphan autorizar qualquer intervenção sobre o conjunto, resguardando-o, portanto, de possíveis impactos, com base na decisão do Conselho Consultivo [do Patrimônio Cultural], **manifestamo-nos contrários ao tombamento do Sítio Arqueológico Duna Grande, sugerindo o arquivamento do processo** (Arquivo MAI, grifo do autor).

Com a anuência do Diretor do Depam, o processo é direcionado para a Presidência do Iphan com a sugestão de que este seja arquivado. O Despacho nº 284/2014 – PRESI/IPHAN, de 8 de setembro de 2014, lavra o destino do Processo de Tombamento nº 1.216-T-87, referente ao sítio arqueológico Duna Grande, Itaipu, no Município de Niterói, Rio de Janeiro. A presidenta Jurema Machado encaminha a Lia Motta, coordenadora geral da Coordenação de Pesquisa e Documentação (Copedoc) do Iphan, o processo para arquivamento após quase três décadas marinando. Sela-se, assim, o indeferimento do pedido de tombamento da Duna Grande.

A decisão parece sensata, não seria, pois, mais um dispositivo jurídico que solucionaria a problemática de proteção da Duna Grande, o que poderia até mesmo engessá-la sob a letra do DL 25/37. Entretanto, há de se convir que, após os estudos técnicos dos anos 1980, o indeferimento soa como uma pá de cal sobre uma possível mobilização do Iphan, caso a conclusão pelo tombamento fosse favorável, em prol da preservação da Duna Grande por meio de sua divulgação com atividades de educação patrimonial e com o estabelecimento de um itinerário de visita para o sítio musealizado.

O MAI, desde sua criação sempre mencionado pela proximidade e pela facilidade de acesso à Duna Grande, elevou-se ao fim e ao cabo, tanto na teoria, quanto na prática, como o maior interessado, ao lado de alguns ativistas da comunidade de pescadores, pela preservação do sítio. Sua fiscalização, no entanto, jamais foi atribuição da unidade museológica, ainda que Hildo de Mello Ribeiro tenha se proposto a realizá-la enquanto colaborador local do Iphan.

Em 29 de agosto de 2012, antes, portanto, da conclusão final pelo indeferimento do tombamento, o MAI organizou uma reunião com agentes públicos de diferentes órgãos das esferas municipal, estadual e federal, além de representantes das associações comunitárias de Itaipu para discutir a proteção do sítio Duna Grande.⁶⁵ Os participantes apresentaram observações sobre o estado de conservação da Duna Grande e como veem a possibilidade de uma ação conjunta para preveni-la da intensificação do processo de deterioração que vem sofrendo.

Regina Coeli da Silva, representante do Setor de Arqueologia da Superintendência do Iphan no Rio, afirmou que somente o cercamento da duna não seria o bastante devendo haver um trabalho de vigilância constante (Arquivo MAI). Segundo registrou-se em ata, a arqueóloga explicitou, ainda, que o “IPHAN não dispõe de pessoal para realizar tal vigilância podendo, apenas, fazer vistorias esporádicas de acompanhamento do local” (Idem), o que corrobora a

⁶⁵ Participaram Marcos Caldas (UFRRJ), Manoel Vieira e Ricardo Kawamoto (Campo Aud/Projeto Canto de Itaipu), Regina Coeli Pinheiro da Silva e Mauro Pazzini (SR/Iphan), Capitão Dolzany e Sub-Tenente Ricardo Garcia (PMERJ), Priscila Fragoso (Sedrap), Jocesysres César e Roberto Carlos (Guarda Municipal de Niterói), Úrsula Hallais (Fiperj/Projeto Orla), Jonathan Ferrarez, Márcia Tavares e Fernando Matias (Peset), Miguel Rogério Veramirim Cáceres e Izaque Kuaray (Aldeia *Mboy'ty*), Fernando Bonifácio Lemos (Acompi), Fernando Tinoco (Fórum das Comunidades Tradicionais de Niterói), Rosimere Lemos e Guaracy Lufranci.

decisão do Iphan que se concretizaria dois anos depois em desincumbir-se de gerar mais trabalho com um novo tombamento na área, especialmente no campo do patrimônio arqueológico, no qual já se encontrava assoberbado face a demandas vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas cidades históricas e aos projetos de licenciamento ambiental (Saladino, 2010, p. 118-120).

A dinâmica estabelecida para a reunião previu o apontamento de medidas práticas para a preservação da Duna Grande a serem adotadas pelas instituições participantes do encontro, daí resultando as seguintes propostas: a confecção de material impresso de divulgação/educação; o cercamento integral e a sinalização da Duna Grande; o fim do estacionamento na área *non aedificandi*; a iluminação monumental; vigilância e ronda a serem realizadas pela Polícia Militar, a Guarda Municipal e a Aldeia *Mboy'ty*; a elaboração de documento formal solicitando cercamento; projeto de ecoturismo; curso de introdução à arqueologia e informação aos moradores por parte das associações comunitárias (MAI, 2012, p. 2). Ao que consta, segundo informações prestadas verbalmente pelo ex-diretor interino do MAI, Pedro Colares Heringer, das ações previstas, ocorreram somente, até o momento, um novo cercamento da duna e sua sinalização com placas informativas, em 2016, a partir da verba de uma medida compensatória destinada pela PMN.

Em pesquisa de mestrado em arqueologia pelo Museu Nacional, Heringer (2014) realizou um estudo sobre o estado de preservação da Duna Grande na atualidade, analisando em que medida as atividades desenvolvidas pelo MAI tiveram algum impacto sobre sua conservação. Heringer comparou os dados de medição da Ficha de Cadastro da Duna Grande, preenchida em 1997 e disponibilizada no site do Iphan no Sistema de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, onde constam sua altura de trinta metros e sua largura de base de cem metros quadrados, com medições por ele feitas para efeito de avaliação da degradação apontada pelos pescadores e pelos fiscais do Iphan em termos de tamanho, observada principalmente ao longo dos anos 1960 e 1970, quando do crescimento da ação da Veplan na área (op. cit, p. 84).

As conclusões de Heringer são notáveis. A atual medição da Duna Grande indica que sua altura oscila, dependendo do ponto de medição – no nível da Praça de Itaipu ou na base da face oeste da Duna Grande –, entre dezenove e dezessete metros, as dimensões de sua extensão são de cerca de duzentos metros no eixo norte-sul e de cento e trinta metros no eixo leste-oeste (Idem, p. 83 e 84), o que equivaleria, em relação à situação primeiramente registrada a uma redução volumétrica do sítio de quarenta e três mil metros cúbicos (Idem, Ibidem). O autor defende, no entanto, que a diferença correspondente às dimensões da base da Duna Grande referem-se mais a um deslizamento da areia para as laterais do solo do sítio, seja por ação de fatores naturais, seja por fatores humanos, o que, em última instância, significa que houve um deslocamento de areia que impactou tanto a medição atual da altura, quanto a da base (Idem, Ibidem), provocadas pela degradação física irrecuperável do sítio arqueológico.

O desfecho do estudo de Heringer demonstra que, apesar dos percalços sofridos pela Duna Grande desde sua identificação há cinquenta anos, as atividades de comunicação do MAI influenciaram sua preservação, mesmo não tendo o Museu priorizado totalmente a questão dos sítios arqueológicos como escopo final de sua atuação. Embora com uma performance difusa e descontinuada, o MAI parece ter se assumido como protagonista da proteção da Duna Grande, ao passo em que os órgãos diretamente comprometidos com sua fiscalização valeram-se do artifício da responsabilidade compartilhada, expressa pelas múltiplas legislações vigentes, para, assim, eximir-se, total ou parcialmente, da tarefa. “A Duna Grande parece até ser relevante o suficiente para que as instituições se reúnam e criem projetos, mas não tem peso político e visibilidade suficientes para que esses projetos saiam do papel” (Idem, p. 87), pontua Heringer ao fim.

Desvincilhado da subordinação administrativa à Superintendência Regional do Iphan no Rio em 2007 para vincular-se à estrutura do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Iphan, o MAI conquista autonomia decisória e recursos humanos e financeiros para desempenhar seu potencial museal. O que se assistirá, a partir de então, será a dinamização das discussões e das atividades do Museu, mais aproximadas dos intuitos primevos de seus

idealizadores, e norteadas rumo a uma atuação para além das ruínas, solidária ao território, e em busca de seu lugar na paisagem cultural local. Essa missão dependerá, em boa parte, do sucesso do intercâmbio com os atores da região, o que poderá viabilizar a sobrevivência estratégica de seus projetos, desde que convirjam para a delimitação de um sítio simbólico de pertencimento comum.

5.2.2.

Para além das ruínas, o MAI na zona de contato

A ruína pode por um lado evocar o passado glorioso e a caducidade de todas as coisas, ser objeto de reflexão histórico-filosófica; por outro lado, pode dar lugar a um sentimento sutilmente crepuscular; pode ser uma ruína clamorosa, eloquente, com uma massa obstrutiva ou, pelo contrário, um efêmero bastidor visual, um frio contraste, uma ironia irrisória.

Esta vitalidade da ruínas exclusivamente interpretativa, subjetiva e antropológica, torna essencialmente cultural o discurso que sobre ela se faz. Tanto mais que, de fato, raramente este assume um valor absoluto, sendo de preferência associado com uma outra estrutura que por si só é insignificante: a paisagem. (...) E se, ainda, a paisagem “não é apenas expressão das relações entre a sociedade e o ambiente natural, mas também entre o presente e a herança do passado” (Blanc-Pamard; Raison, 1980, p. 337), esta realidade é emblematizada na paisagem pela presença frequentemente subsidiária, e por vezes predominante, da ruína (Carena, 1984, p. 107).

Carlo Carena, ao escrever seu verbete *Ruína/restauro* para a *Enciclopédia Einaudi* (1984), inicia seu pensamento chamando atenção para a vitalidade interpretativa das ruínas que permitem suscitar reflexões sobre a herança do homem acumulada na Terra em contraste com a vicissitude brutal do tempo. A autoridade das ruínas só emergiria quando sintonizada à paisagem; para o autor, ruínas e paisagem entrelaçadas ganham vigor justamente nesse propósito desvelador de um passado entalhado no presente evanescente.

O entendimento dos pescadores e do MAI sobre o território de Itaipu revelou-se ao longo das três primeiras décadas do Museu, senão divergente, no mínimo conflituoso. Enquanto a comunidade local vinha organizando-se desde o findar dos anos 1970 para combater o desmonte do território, o MAI, como braço extensivo do Iphan na região, propagou no âmbito de sua função como museu um distanciamento desses atores ao optar por uma linguagem museológica marcada pelo discurso da arqueologia, que mais separou do que uniu em diálogo os agentes

locais e os agentes institucionais em torno de eixos de interesse mútuos, desencadeados pelas modificações na paisagem de Itaipu, como, por exemplo, a importância da preservação ambiental.

As intervenções do Estado através do tombamento do Canto Sul, em nível estadual, e da proposta de tombamento da Duna Grande pelo governo federal tenderam mais para a cristalização de uma paisagem em processo de desaparecimento do que para uma ação palpável para assegurar que a vida na pesca se reproduzisse em harmonia com um patrimônio edificado ou sedimentado nos sítios arqueológicos, a despeito das alegações de ambos os processos de tombamento, que primaram pelo componente humano presente e futuro em sua compreensão de paisagem.

Atado às deliberações técnico-administrativas e financeiras da Superintendência Regional para tocar suas atividades, o MAI como que se enclausurou em suas próprias ruínas, afastando-se seus processos comunicacionais da interação com a comunidade do entorno. Se a dicotomia levantada pela mostra *Aspectos da pré-história* entre aquilo que provém da própria comunidade e aquilo que tem a chancela da academia não deve ser taxada como único elemento responsável pelo insucesso das relações sociais do Museu (Ferreira, 2011, p. 250), há que se ponderar sobre sua colaboração para o “processo de perda da cumplicidade e da identidade antes existentes entre moradores de Itaipu e aquelas ruínas centenárias” (Idem, p. 251).

Os anos 2000 verão assomar-se a cobrança sobre os museus, assim como sobre as outras instituições de cultura, pela operacionalização do discurso participativo e socialmente engajado, já em construção desde a década de 1970, tendo o Estado como propulsor dessas práticas de desenvolvimento social através de políticas públicas na área da cultura. Ao MAI caberá imiscuir-se na tarefa de captar o *espírito do lugar* de Itaipu, representado não só por seus bens materiais, mas também pelos imateriais, físicos e espirituais que dão sentido, valor e emoção ao lugar (Declaração de Quebec, 2008).

Isto é, o elemento vital, ou a matéria viva, de que se constitui qualquer paisagem cultural passará a protagonizar o planejamento e o desenvolvimento das

atividades do MAI, o que se provará, nos dias atuais, não só como uma tentativa de estabilização desses dois estratos temporais, mas como uma via de mão dupla entre MAI e comunidade para consolidar essa camada mais tenra do território pelo viés de uma identidade assentada na singularidade do patrimônio cultural, e não na cessão às imposições do capital financeiro.

O campo fértil para germinação do incentivo à gestão participativa e à inclusão social foi arado sob o slogan *Brasil, um país de todos* durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva à frente da Presidência da República (2003-2010). No campo dos museus, logo em maio de 2003 foram lançadas as bases para a Política Nacional de Museus (PNM), um processo capitaneado pela Coordenação de Museus e Artes Plásticas vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura (MinC). O documento daí surgido foi elaborado a partir de discussões entre cerca de cem pessoas e entidades ligadas à museologia e ao meio universitário, profissionais da área, secretarias estaduais e municipais de cultura (PNM, 2003, p. 7), tendo a PNM, segundo as palavras do então Ministro da Cultura Gilberto Gil Moreira,

em suas bases o reflexo de uma multiplicidade de vozes, uma vez que construída a várias mãos. Esse processo que agora se inicia referencia exatamente a diversidade e a complexidade cultural do País. É essa diversidade que fortalece o setor museológico, que busca nela a força criativa, necessária na estruturação da política cultural (Idem, p. 5).

De fato, faz-se incontornável o realce reservado à valorização da diversidade cultural existente no país nesta política pública ao garantir lugar especial ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, assim como à participação de comunidades organizadas, museus comunitários, ecomuseus, museus locais, etc. nas ações de preservação e de gerenciamento do patrimônio cultural sob a guarda dos museus (Idem, p. 9). A proposta democratizante e inclusiva da PNM com fulcro na tonificação do campo dos museus é nitidamente expressa no objetivo geral do documento:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País (Idem, p. 8).

No plano institucional do MinC, em 19 de agosto de 2003, quando é assinado o Decreto nº 4.811/2003, a Coordenação de Museus e Artes Plásticas é transformada em Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) na esfera do Iphan com o propósito de fortalecer o conjunto de museus da instituição e de formalizar a existência de um setor na área federal voltado às ações no campo da museologia (PNM, 2007, p. 27). De partida, a criação do DEMU acarretou o surgimento, em 2004, do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), órgão responsável pela implantação e pela gestão da PNM, e o projeto de mapeamento censitário dos museus brasileiros através do Cadastro Nacional de Museus (CNM) a partir de 2005.

Sublinhe-se, no entanto, que a PNM vem a reboque das propostas em pauta internacionalmente no campo dos museus que fervilhavam desde os anos 1970 em favor de uma museologia ativa, participativa e democrática (Idem, p. 16), debates para os quais o Brasil colaborou diretamente, mas que pouca ressonância encontravam quanto ao aporte financeiro necessário para pôr em marcha os princípios em voga nos museus do país. Ainda que o Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946 e ligado à Unesco,⁶⁶ já enfatizasse os museus e o patrimônio como instâncias de trato político vinculadas a realidades político-sociais e ambientais específicas, temas de debate nas Assembleias Gerais do ICOM de 1962, de 1968 e de 1971 (Scheiner, 2012), não há como refutar que a Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo ICOM e pela Unesco em maio de 1972, consolidou na *Declaração de Santiago* as premissas museológicas sintonizadas com a discussão em curso na Unesco sobre os problemas de ordem social e econômica enfrentados pelos países em desenvolvimento, em especial na América Latina tomada por governos de exceção, bem como a atitude esperada da sociedade frente à degradação dos recursos naturais e à expectativa de sua sobrevivência no futuro (Idem).

Scheiner (op. cit.) joga luz, porém, sobre equívocos associados à *Declaração de Santiago*, como a gênese dos ecomuseus, a origem da Nova

⁶⁶ Contribuiu para a criação do ICOM, em Paris, Mário Barata, egresso do Curso de Museus e beneficiado, na ocasião, com uma bolsa de estudos internacional. O jovem museólogo influenciou seus colegas na constituição da representação brasileira do ICOM naquele mesmo ano de 1946 (PNM, 2007, p. 14).

Museologia e uma pretensa cisão ali instaurada entre *museologia do objeto* e *museologia da ação*, salientando que a Mesa Redonda não é oriunda de nenhum movimento de base como reivindicação de comunidades locais, mas que, nem por isso, impediu-se que seus membros propusessem um novo paradigma para a relação dos museus com respeito à sociedade, à educação, ao meio ambiente e ao desenvolvimento (Idem).⁶⁷

A *Declaração de Santiago* ocupa, no entanto, um lugar fundamental no desenvolvimento da teoria museológica, e seu texto apresenta os princípios de base do *museu integral*, termo ali oficializado e que não exclui de seu escopo os chamados museus tradicionais (Idem). O documento caracteriza a tomada de consciência do papel dos museus latino-americanos no engajamento para a educação permanente da sociedade, levando em conta as injustiças e os problemas do meio urbano, do meio rural e do desenvolvimento científico que permeavam o mundo contemporâneo de então (Declaração de Santiago, 1972).

O museu integral emerge, assim, como uma proposta conceitual de ação dos museus, de maneira a estimular as comunidades a que servem à conscientização ética das problemáticas que as cercam com o propósito de solucioná-las para, então, partir para a modificação das estruturas daquela realidade social (Idem). Do documento nasce também a Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM), uma rede de profissionais que chamaria para si a responsabilidade de fazer dos museus instituições a serviço da sociedade (Idem).

As metodologias de ação participativa nos museus, abertas a diferentes segmentos sociais, esboçavam-se desde a década de 1960 com a experiência do Ecomuseu da Grande Lande na França, inspirado na matriz sueca dos museus a céu aberto e dos parques musealizados norte-americanos (Scheiner, op. cit.). O neologismo *ecomuseu* criado durante encontro do diretor do ICOM Hugues de Varine, do museólogo Georges Henri Rivière e de Serge Antoine, conselheiro do Ministério do Meio Ambiente da França, exprimia o desejo por uma política pública que unisse museus e meio ambiente. O cerne principal desse novo museu

⁶⁷ Lembre-se da participação da museóloga do Iphan Lygia Martins Costa na Mesa Redonda de Santiago.

residia em ser um museu comunitário, fundamentado na musealização de um território e na relação entre este território, o meio ambiente integral – incluindo aí o patrimônio cultural – e as comunidades que ali conviviam (Idem).

Os ecomuseus podem ser examinados, de tal forma, como a ação desdobrada da proposta de museu integral desenhada na *Declaração de Santiago*, onde o salto da prática museológica dava-se pelas metodologias de apreensão e de documentação dos conjuntos patrimoniais, pelo cruzamento de referências do patrimônio material e imaterial – como os inventários de paisagem – e pelas estratégias de conservação pelo uso, sem deixar de lado o compartilhamento das decisões entre especialistas e as lideranças comunitárias (Idem).

Em 1984, a *Declaração de Quebec* firmaria os princípios de base de uma *nova museologia*, ensejando o Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom) a partir dos preceitos da função social do museu e do caráter global de sua intervenção despertados pela Mesa Redonda de Santiago (1972) e pelas experiências de museus desenvolvidas mormente no México, na França, na Suíça, em Portugal e no Canadá nos anos 1970 (*Declaração de Quebec*, 1984; PNM, op. cit., p. 17). Este documento reforçava a necessidade de ruptura da museologia com paradigmas passados, circunscritos às funções tradicionais atribuídas aos museus de identificação, de conservação e de educação, para expandir-se junto à sociedade no sentido de resolver os problemas que afligem as populações onde localizam-se os museus, agregando práticas mais vastas que se integrassem ao meio humano e físico (*Declaração de Quebec*, 1984):

A Nova Museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro (Idem).

Em 1992, museólogos latino-americanos reuniram-se na Venezuela por iniciativa do ICOM e da Unesco e, após discutir as funções do museu no limiar no século XXI na América Latina, redigiram a *Declaração de Caracas*, que veio a avalizar a *Declaração de Santiago*. Destaca-se desse documento produzido no encontro a definição da natureza específica dos museus como meio de comunicação, “que servem para estabelecer a interação da comunidade com o processo e os produtos culturais” (*Declaração de Caracas*, 1992). Sendo a

exposição sua linguagem por excelência, todavia, “os objetos não têm valor por si mesmos, mas apresentam valores e significados correspondentes às diferentes linguagens culturais em que se encontram inseridos” (Idem), logo, não podendo existir um museu integral ou integrado na comunidade, se o “discurso museológico não utiliza uma linguagem aberta, democrática e participativa” (Idem).

Bebendo da fonte do marco conceitual da Mesa Redonda de Santiago de 1972, das experiências de museus comunitários e dos documentos da comunidade museológica internacional em nome da vocação potencial dos museus para promover o desenvolvimento social local, a PNM buscou dar a devida centralidade aos museus brasileiros, tal como a posição que ocupam no panorama político e cultural do mundo contemporâneo, concedendo-lhes relevo em meio aos setores da política e da intelectualidade brasileiras (PNM, op. cit., p. 18).

Sob os auspícios do DEMU, a PNM e a crescente visibilidade que passam a assumir os museus no cenário político-cultural geraram o fortalecimento desse segmento no coração do Iphan, onde a disputa simbólica de espaço no campo do patrimônio veio, progressivamente, a acirrar-se, deflagrando-se no discurso do DEMU a tônica de um necessário reconhecimento dos museus como contribuintes à parte no processo de constituição e de dilatação do domínio patrimonial (Idem, p. 17).

Sem rechaçar a complementaridade dos campos das categorias museu e patrimônio, o DEMU era categórico em declarar que “os museus não são apêndices do campo patrimonial; eles constituem práticas sociais específicas, com trajetórias próprias, com mitos fundadores peculiares” (Idem, Ibidem). Defendia-se, desde então, a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) no âmbito do MinC como divisa de uma política pública exclusiva e institucionalizada, da qual o campo dos museus era considerado merecedor (Idem, p. 33), posto que “hoje [2007], o centro da gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus” (Idem, Ibidem).

Internamente, o Iphan publica a Portaria nº 43/2007, que transferiu para a gestão administrativa, financeira e patrimonial do DEMU todas as unidades

museológicas do Iphan, até então dispersas como unidades gestoras autônomas ou vinculadas às Superintendências Regionais. A centralização dos museus no DEMU afetou essencialmente os chamados museus regionais, que sempre se acotovelaram em meio a outras prioridades das superintendências para conseguir verbas para desenvolver suas ações museológicas. Daí adiante, essas unidades passaram a beneficiar-se mais efetivamente das propostas dos Eixos Programáticos identificados na PNM, e o MAI, em especial, tirou partido no que competia a: democratização e acesso aos bens culturais; modernização da infraestrutura museológica; financiamento e fomento para museu; aquisição e gerenciamento de acervos culturais (PNM, 2003, p. 10-12).

Em 2007, o MAI apresentou seu Plano Museológico para o período de gestão 2007-2010, conforme obrigatoriedade estabelecida pela Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006, que dispunha sobre a elaboração dos Planos Museológicos dos museus do Iphan, visando à instituição de parâmetros gerais de organização da gestão dos museus sob tutela do órgão através dessa ferramenta de planejamento estratégico (Iphan, 2006). O MAI assim definiu sua missão institucional no Plano Museológico:

Promover a valorização da memória das ocupações humanas pré-cabralinas e posteriores de Niterói através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo, visando ao acesso irrestrito aos patrimônios cultural e ambiental (MAI, 2007).

Delimitava-se, destarte, o campo de atuação e a função social vislumbrada pelo MAI, denotando a ampliação de sua perspectiva para a memória não só das populações pré-históricas, mas igualmente para a daquelas que lhes sucederam, em um território alargado para os limites do Município de Niterói e não, unicamente, de Itaipu. Afirmava-se na missão institucional, ainda, o cumprimento das funções museológicas básicas – preservação, pesquisa e comunicação – através do acervo do MAI, fato que merece ser sublinhado, pois caracterizava o pontapé inicial para a desconstrução de um discurso museológico fundado no uso de coleções externas ao Museu. A universalidade do acesso ao patrimônio cultural e ambiental ficava também registrada como meta institucional.

A equipe do MAI⁶⁸ apontou no diagnóstico global como pontos fortes a unicidade tipológica do acervo dentre os museus do Iphan; a abrangência e a qualidade do acervo; a história do monumento em ruínas; a proximidade do sítio arqueológico Duna Grande, de onde provém seu acervo, e a localização em meio à Colônia de Pescadores e à Praia de Itaipu (MAI, op. cit., p. 10). Cinco dos nove itens elencados como pontos fortes do MAI referiam-se ao seu acervo museológico e ao acervo operacional ainda inexplorado. O acervo da coleção Hildo de Mello Ribeiro, convém explicitar, permaneceu alocado até 1999 na sede da 6ª SR, quando, por determinação das Assessorias de Arqueologia e de Museologia, foi transferido para o MAI com a pretensão de se realizar uma exposição prevista no Projeto de Revitalização do MAI de 1998 (Idem, p. 19).

A qualidade didática do acervo do MAI é indicada no Programa de Exposições do Plano Museológico, no qual se salienta que as cerca de mil peças encontravam-se armazenadas em reserva técnica, assim como as peças provenientes das escavações das obras de consolidação das ruínas eram inéditas ao público, o que, potencialmente, poderia auxiliar na compreensão do funcionamento do Recolhimento em atividade durante a Colônia (Idem, p. 25 e 26). A exposição *Aspectos da pré-história* é descrita pela obsolescência de seus recursos museográficos, além de contar com a composição de um acervo arqueológico frequentemente requerido pelo Museu Nacional e pelo IAB, os responsáveis por sua guarda, o que prejudicaria a linguagem da exposição em cartaz desde os anos iniciais do Museu.

A elaboração e a montagem de uma nova exposição de longa duração a partir do acervo institucional acenava-se com premência, e foi em direção a essa meta que o MAI guiou suas ações nos três anos subsequentes. Em meio a esse processo que compreendeu uma série de ações, tais como a restauração da capela para abrigar a nova mostra, a restauração da icônica canoa de jequitibá, a coleta de acervo junto a pescadores, a parceria com instituições acadêmicas, além do projeto e da execução expográficas, o projeto de criação do Ibram saiu do papel poucos dias após a aprovação do Estatuto dos Museus em janeiro de 2009, ambas

⁶⁸ Coordenei como museóloga do MAI o processo de confecção do *Plano Museológico de 2007-2010*, tendo contribuído para sua redação igualmente Vera Gigante Carvalho, Anna Caroline Pezzino, Priscila Castilho e Ana Carolina Silva Paulo.

as Leis nº 11.904/09 (Estatuto dos Museus) e nº 11.906/09 (Ibram) foram regulamentadas pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Concretizava-se, assim, o desejo pela institucionalização do setor dos museus com a criação dessa autarquia federal com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MinC, e, desde então, equiparada ao Iphan do ponto de vista organizacional.

O Estatuto dos Museus demonstrava clareza na opção deliberada em nortear a atuação dos museus no sentido de estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, ecos da *Declaração de Santiago* pactuados na definição de museu do Estatuto, presidindo explicitamente aos processos museológicos voltados para o patrimônio cultural e para o território com vistas ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (Brasil, 2009).

Em consonância com a PNM em prol do incentivo à inclusão de categorias antes marginalizadas pelo discurso oficial nas instituições públicas, os museus, no Brasil, foram reconhecidos como espaço privilegiado para a escrita de narrativas desses grupos. O MAI encampa uma guinada conceitual fruto dos diagnósticos apontados pelo *Plano Museológico de 2007-2010*, cujos pontos principais convergiam para a definição de sua missão institucional a ser traduzida e comunicada através da renovação de seu discurso museológico com a exposição de longa duração *Percursos do tempo: revelando Itaipu*.

A ideia matricial para a concepção dessa exposição encontrava suas raízes, guardadas os devidos câmbios conjunturais, na proposta original para o MAI advinda das elucubrações de Edgard Jacintho e de Renato Soeiro, na medida em que se pretendia lançar o Museu no espaço além de suas muralhas de pedra, ali no contato com a história do tempo presente, mas de uma perspectiva da relação com o território, e vislumbrando, ainda assim, o caráter acadêmico do Museu.

O projeto expositivo de *Percursos do tempo: revelando Itaipu* (Ferreira, 2007) buscava estabelecer uma articulação entre o monumento, sua localização junto a sítios arqueológicos e os objetos deles oriundos, a participação de moradores da Colônia de Pescadores na coleta e na doação de peças ao MAI e a permanência, reatualizada ao longo dos milênios, de uma cultura pesqueira em

Itaipu (MAI, 2007, p. 3). Inaugurada em 27 de janeiro de 2010, *Percursos do tempo* declarava-se, de acordo com minhas palavras como diretora do MAI:

Em um exercício de diálogo com o tempo, o espaço e os povos pretéritos e do presente, o Museu propõe com esta nova exposição firmar-se como local de troca de experiências entre cultura distintas, seja essa troca entre os antigos e os atuais habitantes desta faixa litorânea de Niterói chamada Itaipu ou entre a pluralidade cultural dos modos de fazer e viver dos moradores daqui e daqueles oriundos de outros cantos (Ferreira, 2010b).

O enfoque recaía, a partir daquele momento, sobre o fluxo das dinâmicas sociais operantes em Itaipu desde as ocupações humanas dos tempos mais remotos até a realidade multiestratificada do território atual, que perpassaria, sem dúvida, a questão arqueológica local, mas que buscava desfocar o olhar do aspecto ilustrativo e enciclopédico de apresentação das tipologias de sítios, tal como ocorria em *Aspectos da pré-história* (Ferreira, 2011, p. 252).

Percursos do tempo é uma exposição autoral do MAI, desde seu desenvolvimento criativo até a produção final, ela mobilizou a equipe da instituição, ficando sob minha incumbência, como única técnica do Museu, a coordenação geral, a curadoria e o projeto expográfico e a coordenação administrativa sob a responsabilidade de Vera Gigante. Dada a vastidão temporal e a especificidade do acervo arqueológico, o MAI dispôs da consultoria científica voluntária do arqueólogo e historiador Marcos Caldas da UFRRJ e da arqueóloga e professora Claudia Carvalho, também Coordenadora do Laboratório de Antropologia Biológica do Museu Nacional, que disponibilizou sua equipe para a identificação de ossadas humanas com o objetivo de compor uma simulação de sepultamento pré-histórico em área de duna para integrar a exposição.

A exposição ocupa o espaço de cerca de trinta e dois metros quadrados da capela do Recolhimento de Santa Teresa, cuja exiguidade física tornou-se um desafio para abranger um período de oito mil anos de história da região. *Percursos do tempo* procurou dotar o espaço de uma atmosfera que acolhesse o visitante de forma a criar uma ambiência sensorial, que o mergulhasse na temática expositiva através não só dos objetos do acervo, mas de sua valorização cênica e documental. Destoa, assim, uma ambientação geral em tom verde escuro que abarca das paredes às vitrines em uma alusão ao verde da Mata Atlântica presente em Itaipu,

já o teto da capela remete ao céu local no entardecer do inverno, quando adquire uma tonalidade azul-lavanda.



Figura 42: *Percursos do tempo*, 2010, sem autoria (Arquivo MAI)

O projeto de iluminação, pensado conjuntamente ao iluminador Jorginho de Carvalho, é acompanhado de uma sonorização, idealizada pela artista Mary Fê, a partir de uma enquete do MAI com visitantes sobre os sons que estes associavam a Itaipu. O projeto une, por meio da constância do som das ondas do mar e de pássaros e outros animais, demais sonoridades atribuídas a momentos específicos, como o som do trabalho de um sambaquieiro no lascamento de pedra, no corte de árvores, ou, ainda, possíveis cânticos religiosos entoados na Igreja de São Sebastião e no Recolhimento e, por fim, o som de crianças brincando.

O acervo do MAI foi explorado através de cinquenta e oito peças distribuídas em oito vitrines referentes a três recortes temporais, a saber: pré-história e sambaquis, Recolhimento de Santa Teresa e a contemporaneidade representada pela pesca artesanal e o próprio MAI. A exposição não sugere um circuito definido, deixando que o visitante decida por onde começar a partir da entrada na capela, à esquerda ou à direita do quebra-vento ali posicionado com o título da mostra. *Percursos do tempo* é composta por núcleos temático-temporais, sem uma proposital interligação cronológica, que foi evitada na concepção da exposição para não incorrer na “ideia de uma continuidade sociocultural na região desde a pré-história” (Heringer; Oliveira, 2011, p. 4), em benefício da “relação do

homem com o ambiente e as especificidades culturais em suas adaptações” (Idem, Ibidem)



Figura 43: *Percursos do tempo*, 2010, sem autoria (Arquivo MAI)

Sete das oito vitrines tratam da história local por meio da arqueologia, contando com textos distintos e com peças coletadas por Seu Hildo, fragmentos provenientes das escavações de camadas superficiais do Recolhimento e os blocos testemunhos da Pesquisa de Salvamento coordenada por Kneip. Buscou-se situar a realidade arqueológica de Itaipu no quadro dos fluxos das migrações humanas pela Terra, mapeado a partir de estudos do DNA mitocondrial, bem como trazer ao conhecimento do público fotografias históricas da Duna Grande e das ruínas ainda nos anos 1960. Uma só vitrine e a canoa de jequitibá, espaldada por uma foto da Praia de Itaipu com o Morro das Andorinhas ao fundo, abordam o histórico da relação entre pescadores e ruínas, retratada por peças doadas por Cambuci e Seu Bichinho, e a criação do MAI.

Por mais que o MAI se propusesse a reforçar seu papel na construção das identidades locais e abrir-se ao entrecruzamento de experiências temporais territorializadas em Itaipu, a interação profícua com a comunidade não se desenrolaria por meio dessa mostra, que terminou por funcionar como um convite para os visitantes externos à comunidade a conhecer mais sobre Itaipu e para os nativos a demandar o estreitamento de laços com o Museu. As questões que soam

mobilizar essa comunidade de pescadores referem-se à problemática do desenvolvimento sustentável da região, o que, no que compete ao MAI, poderia ser estrategicamente pensado através de ações que explorassem as relações entre patrimônio cultural e patrimônio ambiental (Ferreira, 2011, p. 252), para que, de fato, pudesse contribuir para a solidificação de uma nova identidade local em atual estado de liquefação.

A prerrogativa básica do MAI, uma vez concluído o processo de montagem de *Percursos do tempo*, era buscar meios de fomentar uma reaproximação com a comunidade de Itaipu (Idem, p. 253), que tocasse nos pontos nevrálgicos concernentes ao universo dos pescadores, que já se articulavam para recorrer aos mecanismos de proteção da comunidade via políticas públicas de identidade alicerçadas no uso culturalmente sustentável dos recursos naturais.

O MAI decide elaborar como desdobramento do processo comunicacional iniciado pela nova exposição um Programa de Educação Ambiental em 2010. O projeto inicial intitulado *Diagnóstico e monitoramento da saúde lagunar e dos recursos pesqueiros de Itaipu* (Ferreira et al., 2010) objetivava propor uma intervenção direta das práticas do Museu sobre o território de Itaipu, almejando através da execução continuada desse projeto unir por meio da ótica do patrimônio cultural atores vitais para a luta de resistência local: pescadores e estudantes de escolas públicas das cercanias que, em geral, são também moradores do bairro de Itaipu.

O mote para o projeto é o conflito socioambiental instalado em Itaipu, tendo como finalidade principal sensibilizar os três vértices envolvidos no projeto – Museu, pescadores, estudantes – para a problemática da degradação dos ecossistemas de praia, laguna, mangue, banhado, restinga, etc. que configuram Itaipu e que comprometem diretamente não somente a conservação da biodiversidade e, por conseguinte, a possibilidade da prática da pesca artesanal, mas também a alteração da fisionomia dessa paisagem cultural, a ser explorada no projeto como uma construção de milhares de anos de ocupação humana para estabelecer ali sua convivência com o ambiente natural (Idem, p. 2).

O projeto é conduzido pelo MAI, mas envolve parceiros institucionais como o Peset, o Grupo de Estudos Interdisciplinares do Ambiente (GEIA/UERJ), a Colônia de Pescadores Z-7, a comunidade tradicional do Morro das Andorinhas e os estudantes do 5º ano do Colégio Municipal Marcos Waldemar, público alvo das ações desenvolvidas ao longo de seis etapas do projeto, que se estendem por, no mínimo, seis meses.⁶⁹ O projeto busca, em decorrência desse prolongamento das atividades, produzir relatórios, análises e, particularmente, mapear as mudanças nos padrões de comportamento e no relacionamento dos participantes entre si e em relação ao território (Ferreira, 2011, p. 254), acreditando, portanto, que:

Para o sucesso da conservação dos ecossistemas periurbanos, atividades que envolvam a extração de recursos naturais devem ser monitoradas para permitir o uso sustentável e garantir a conservação não só das espécies exploradas, mas de todas as entidades biológicas envolvidas nesse processo. Dentre as estratégias de conservação a serem utilizadas em prol da qualidade de vida e da perpetuidade dos recursos naturais nestas áreas, a educação, com foco na mudança de comportamento aparece como ação primordial, sem a qual a preservação da memória, do patrimônio cultural e dos recursos naturais para as gerações futuras pode estar comprometida (Ferreira et al., op. cit., p. 3).

O projeto desenvolve-se em pontos estratégicos em um raio de até um quilômetro do Museu, quais sejam: a escola Marcos Waldemar, o Morro das Andorinhas, o MAI, o mangue, a Laguna e a Praia de Itaipu, o sítio arqueológico Duna Grande e a Vila de Pescadores. O projeto organiza-se em seis etapas que vão, primeiramente, do entrosamento com a equipe a uma percepção sobre o território atual e sobre aquele que imaginam ter sido no passado. Seguem-se visitas ao Morro das Andorinhas, de onde observam a região e procuram identificar os ecossistemas locais, além de realizar os próprios estudantes uma entrevista com os moradores da comunidade tradicional, aos quais dirigem perguntas sobre o modo de vida no topo do Morro.

⁶⁹ Dado o interesse pela temática socioambiental, o Setor Educativo do MAI tem disponibilizado a realização de oficinas avulsas do projeto mediante solicitação das escolas.



Figura 44: Etapas no Morro das Andorinhas, 2010, sem autoria (Arquivo MAI)

Posteriormente, os alunos passam a interagir com o espaço do MAI, onde visitam a exposição *Percursos do tempo* e perfazem um itinerário de visita pelo entorno para situar-se, tanto no território dos habitantes precedentes, quanto no território presente do qual se apropriarão. As duas últimas etapas compreendem uma plena inserção no espaço, pois consistem preliminarmente da produção de um relatório fotográfico dos ecossistemas costeiros, para, então, decorrer uma série de oficinas com atividades de incursão à Praia e à Laguna de Itaipu para levantar dados sobre a situação presente e sazonal dos recursos pesqueiros e da biodiversidade local, momento em que as crianças efetuam, através da orientação dos estudantes de biologia do GEIA, a biometria de espécimes coletados nas armadilhas que eles preparam e posicionam nesses ambientes (Ferreira et al., op. cit., p. 20).

Essa última etapa é de extrema importância para a interação entre os alunos e os nativos, já que é nela que os pescadores os auxiliam no manuseio de instrumentos de captura ou na manipulação de animais como o siri ou alguma espécie de peixe, ou ainda, na forma de decifrar o sexo dos animais. A partir dessa fase, espera-se ter atingido alguns dos objetivos do projeto, tais como estimular o espírito investigativo dos estudantes, produzir um diagnóstico preliminar dos atores envolvidos nos usos dos ecossistemas locais e na cadeia exploratória do recurso pesqueiro de Itaipu, inventariar a biodiversidade e os recursos naturais explorados na Laguna e na Praia de Itaipu e criar um banco de dados sobre o recurso pesqueiro analisado na Praia de Itaipu (Idem, p. 5).



Figura 45: O pescador Marcos ensina a montar armadilha enquanto a equipe do MAI demonstra como executar a medição das espécies, 2010, sem autoria (Arquivo MAI)

No entanto, apesar do cabedal de dados compendiados e armazenados no MAI, com potencial para a produção de conhecimento por pesquisadores futuros – até o momento não houve um estudo aprofundado desse material –, o resultado mais exitoso dá-se, pouco a pouco, ao longo das oficinas, quando

em uma troca contínua, permitida pela aproximação entre gerações e realidades distintas, opera-se, através de um patrimônio comum, um compartilhamento entre alunos, equipe do museu e pescadores, de conhecimento e responsabilidade para com a perpetuação dessas histórias e das diversas formas de vida (Ferreira, 2011, p. 256).

Ainda em 2010, no seio das ações propiciadas pela exposição *Percursos do tempo*, o MAI convocou entidades públicas, associações locais, parceiros institucionais e seu público visitante para discutir e decidir sobre uma proposta que impactaria diretamente a identidade do Museu: a alteração de seu nome. A sugestão de uma mudança do nome do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) para Museu Socioambiental de Itaipu (Musai) havia partido do presidente do Ibram, José do Nascimento Júnior, e do diretor do Departamento de Processos Museais (Dpmus) do Ibram, Mário Chagas, que discutiram no plano institucional, entre as demais diretorias do Ibram e com a equipe do MAI, se a função deste Museu se destinaria somente à temática da arqueologia ou se não contemplaria mais do que essa perspectiva: “De forma que a gente desse conta dessa relação homem e sociedade, como isso funciona aqui nesse território como um todo”, de acordo com meu depoimento sobre essa questão enquanto dirigente do MAI para o documentário da série *Conhecendo museus* (Vieira, 2012).

A proposta do nome Museu Socioambiental de Itaipu foi levada à comunidade para debate em 17 de setembro de 2010, quando, então,

apresentaram-se os argumentos suscitados pelo Ibram para tal modificação, considerando uma “relação mais ampla entre homem e ambiente, com ênfase no desenvolvimento da comunidade em que está inserido [o Museu]” (Arquivo MAI), em uma alusão direta à Nova Museologia e às experiências dos ecomuseus. Deixou-se a decisão nas mãos dos atores presentes naquela reunião,⁷⁰ que se posicionaram favorável ou contrariamente, e, até mesmo, sugeriram novas possibilidades de denominação encaminhadas para votação ao final da reunião.

Cada participante foi convidado pela direção do MAI a se posicionar sobre a proposta, e as opiniões não poderiam deixar de ser as mais variadas possíveis, destacando-se, apesar das dissonâncias, o clima de entusiasmo dos participantes em poder discutir uma mudança dessa magnitude. Seu Chico manifestou-se, em nome da Alpapi, a favor da mudança na expectativa do papel do Museu quanto à consolidação da identidade local e ao respaldo das ações de conservação ambiental (Idem). Discorreu Seu Chico em entrevista a Mirela de Araújo, cinco anos depois da reunião, que

O Museu de Arqueologia, ele cuida só do que está embaixo da terra, né? O que tá aí preservado de certa forma... Daí a gente tem o entorno do Museu, né? A gente tem a pesca, a gente o Morro das Andorinhas, a gente tem a Duna também com o material dela, tem a Lagoa... Então a gente tem um meio ambiente que tem que ser discutido. E, com isso, com essa participação nossa, foi criado um novo nome para o Museu e pra quê serve um museu em Itaipu (Seu Chico apud Araújo, op. cit., p. 79).

A Colônia Z-7 foi representada por Otto Sobral e Aurivaldo de Almeida, o Barbudo. Cada qual tomou posições diversas, enquanto Sobral foi favorável à mudança, chamando atenção para o agravamento da série de problemas ambientais com o despejo de lixo em Itaipu proveniente do duto de Copacabana e das dragagens do Porto do Rio, o que “faz com que a quantidade de peixe nas redes de pesca seja menor que a de lixo” (Arquivo MAI), Barbudo propôs que, no caso de um novo nome, se mantivesse, de toda forma, a referência arqueológica, alegando uma possível reação da sociedade, já habituada ao histórico do Museu

⁷⁰ Mauro Pazzini (SR-Iphan/RJ), Aureliano Mattos de Souza - Cambuci, Otto Sobral e Aurivaldo de Almeida - Barbudo (Colônia Z-7), André Angulo (Museu da República/Ibram), Alejandra Saladino, Joana Regattieri e Claudia Storino (Ibram/RJ), Ruth Beatriz Caldeira de Andrade (MHN/Ibram), Jorge Bellas (Acompí), Seu Chico (Alpapi), Felipe Martins (Peset), Marcos Caldas (UFRRJ), Mila Aranha, além de Maria De Simone Ferreira e Vera Gigante (MAI) (MAI, 2010a, p. 1)

de mais de trinta anos.

O professor Marcos Caldas mostrou-se dividido entre os termos arqueologia e socioambiental, ressaltando que, academicamente, o MAI é considerado um *elefante branco*, posto que não há uma compreensão geral de seu potencial. Caldas terminou por optar pela sigla Musai, pois esta remeteria ao plural de musa em grego (*Musaai*), o que uniria uma marca e uma tradição à contemporaneidade. O mais importante, para o professor, porém, seria o engajamento da comunidade em atuar como defensora do patrimônio, independente do nome do museu (Idem).

Do ponto de vista do Ibram, os profissionais que compareceram também oscilaram frente à proposta. Se para o museólogo do Museu da República André Angulo o novo nome possibilitaria a captação de recursos em outras esferas do governo e aproximaria as pessoas do Museu, em geral desconhecedoras do termo arqueologia, para sua colega Alejandra Saladino, a preocupação quanto à exclusão dessa palavra do nome do Museu foi maior, ainda que a relação da instituição com a arqueologia seja inevitável, posto que o Museu encontra-se em um sítio arqueológico histórico e que seu acervo é predominantemente arqueológico (Idem). Saladino, no entanto, defendeu a pertinência do nome Musai, que permitira ampla visibilidade e projeção da instituição em relação às políticas públicas. A museóloga preferiu abster-se de votar.

A arquiteta Claudia Storino, que participou como representante do Ibram, confirmou o posicionamento do órgão, naquela ocasião, recém-criado de encampar o desafio iniciado com o Iphan de trabalhar com o meio ambiente e de estreitar as relações com a comunidade. Storino sustentou que a proposta de *socioambiental* para o nome do Museu não se tratava de uma estratégia de *marketing*, mas que a manutenção do termo arqueologia restringiria a sua atuação, “dificultando que fossem traduzidos no trabalho do Museu os desdobramentos referentes à identidade e à memória locais”, conforme registro em ata da reunião (Idem).

Expostas as diferentes óticas sobre a questão, procedeu-se à votação dentre quatro opções levantadas pelos participantes, que concordaram por uma mudança

na denominação do Museu, ficando pendente a menção direta à arqueologia ou não. Museu Socioambiental de Itaipu (Musai), Museu Socioambiental Arqueológico de Itaipu (Musaai), Museu Sociocultural de Itaipu (Musci) e Museu Arqueológico Socioambiental de Itaipu (Masai) foram as alternativas elencadas. Dos onze votos, sete destinavam-se a Museu Socioambiental de Itaipu (Musai), o que consolidou a escolha da maioria por essa nova identidade institucional, entendida como uma atualização para a realidade de sua atuação museológica.

O imbróglio jurídico-administrativo para a mudança oficial do nome do Museu, que implica alterar o decreto de criação do Ibram, impossibilitou, até a presente data, que essa decisão coletiva se concretizasse. A orientação da Procuradoria Federal do Ibram foi de que a instituição passasse, a partir da data da reunião, a assinar seus documentos com uma nomenclatura dupla – MAI/Musai –, o que se revelou, com o passar dos anos, exaustivo e ambíguo tanto internamente, quanto para o público. O Musai tem distanciado-se cada dia mais de se legitimar juridicamente, o MAI persiste e continua seguindo os trilhos idealizados de uma atuação social e ambientalmente impactantes sobre Itaipu.

Decorrida quase uma década da manifestação comunitária por um novo nome que expressasse seus anseios em relação ao Museu, conjugada a um cenário de mudanças institucionais com a exoneração de José do Nascimento Júnior da presidência do Ibram, peça central na articulação da criação do órgão desde que assumira a Coordenação de Artes Plásticas e Museus em 2003, um interregno de mais de quatro meses transcorreu até a posse de Ângelo Oswaldo de Araújo Santos em julho de 2013, posteriormente substituído por Carlos Alberto Brandão em fevereiro de 2015 até a reviravolta política do ano de 2016, com o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República; o cenário do MinC e, conseqüentemente, do Ibram e do MAI é de instabilidade e de indefinição quanto ao programa político para a área dos museus, em específico, e da cultura em um quadro geral.

O fato é que as discussões sobre a relação entre museus e território transmutam-se, atualmente, para a relação daqueles com a paisagem cultural, conceito que tende a ganhar um espaço maior, dia após dia, no contexto da comunidade museológica internacional, o que se corrobora com a produção da

Carta de Siena (2014) e com a 24^a Conferência Geral do ICOM, realizada em 2016 em Milão, cujo tema foi justamente *Museus e paisagens culturais*. O evento, inspirado no documento de 2014, que renovava basicamente alguns dos compromissos já adotados pelo ICOM em Santiago em 1972 e em Caracas em 1992, visou ao amadurecimento das discussões sobre o lugar do museu como centro de interpretação de seu território e sua responsabilidade para com o estímulo ao desenvolvimento sustentável aliado à preservação do patrimônio junto a uma comunidade consciente de sua identidade cultural (Carta de Siena, 2014).

Conceitualmente, poucas novidades foram acrescentadas à pauta do debate instalado na década de 1970, mais vale, atualmente, o prosseguimento das práticas museológicas participativas e inclusivas como instrumento de legitimação social. É nesse sentido que pouca diferença tem ocasionado a adoção do nome Museu Socioambiental de Itaipu para a consecução do compromisso abraçado pela instituição em sua missão museológica quanto ao patrimônio cultural, compreendido por sua interligação inexorável com o território, de objetos a todo tipo de relações sociais estabelecidas com estes no espaço por aqueles que ali se movem e se reproduzem.

A arqueologia persevera aliada ao nome desse Museu e mostra-se, em realidade, bastante adequada enquanto campo disciplinar em transformação para o alcance das metas do Museu. Afinal, a arqueologia tem jogado luz, tal como a museologia, desde os anos 1970, sobre sua faceta interpretativa no processo das relações travadas entre comunidades e prática arqueológica, ensejada pelas ações da chamada *arqueologia pública*, que se fundamenta nos conceitos de colaboração, inclusão, conflito e subjetividade (Carvalho; Funari, 2014, p. 193).

A disciplina arqueologia passa a assumir um caráter socialmente ativo na investigação da dimensão concreta, ou seja da cultura material, dos sistemas socioculturais, tenham eles emergido, se mantido ou se transformado, através dos tempos. Seu interesse reside nos fenômenos de mudança cultural a partir da inter-relação das três dimensões que estruturam a vida social: a forma, o espaço e o tempo (Lima, 2011, p. 12).

A arqueologia coloca-se, assim, criticamente, para examinar a evidência material, à escuta de outros grupos sociais historicamente sub-representados que dela também se apropriam para afirmar sua identidade, fazendo da arqueologia contemporânea uma disciplina preocupada com a interpretação das relações de poder, o que pode ressoar na visibilidade conferida a histórias subalternas ao invés de propagar ideologias conservadoras, até então, dominantes na arqueologia (Carvalho; Funari, op. cit., p. 197 e 198; Lima, op. cit., p. 22).

De tal maneira, a despeito do lamentável entrave jurídico para fazer valer a vontade comunitária pelo nome Musai, a mim parece que arqueologia e museologia fundem-se bem em seus propósitos para abordar as relações homem-natureza em Itaipu através de *coisas*, preservadas e em metamorfose, tanto da proporção física de um grão de areia, quanto da profundidade ancestral de um complexo arqueológico e cultural. Seja MAI ou Musai, há que se manter em mente que um tal Museu deve versar sobre o seu lugar; o que exige, em outras palavras, que ele seja, primeira e ulteriormente, um Museu de Itaipu.

Para concluir sobre o que parece ser a tônica do estrato de tempo corrente no MAI – a aproximação colaborativa de Museu e comunidade –, interessa atentar para a exposição temporária *Faces de Itaipu: as expressões do passado pelas lentes de Ruy Lopes*, que, no meu entender, metonimiza os verdadeiros anseios da parte da comunidade com respeito ao Museu, ao mesmo tempo em que radicaliza a forma de agir do MAI ao permitir que os nativos de Itaipu decidam sobre os rumos dos processos comunicacionais da instituição.

A exposição *Faces de Itaipu* foi concebida inicialmente pela equipe do MAI, em 2014, quando, por intermédio da parceria do Museu com o Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec) da UFRJ, se estabeleceu contato com o fotógrafo amador Ruy Lopes, frequentador da Praia de Itaipu nas décadas de 1960 e 1970, momento em que registrou, em cerca de quinhentas fotografias, imagens e cenas da paisagem, dos pescadores e dos moradores da região (Araújo, Mirela Leite de. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 14 dez. 2016).

A partir deste primeiro contato com o MAI, Ruy Lopes convenceu-se de que o Museu poderia ser o local adequado para preservar e divulgar seu acervo,

doando quatrocentas e oito imagens digitalizadas à instituição. Por ocasião da doação, o MAI organizou uma roda de conversa com Ruy Lopes e as famílias de pescadores de Itaipu, como os aqui já citados Jairo, Seu Chico, Lula e demais membros da comunidade como Dielle, Rosilene (Idem), que, espontaneamente, enquanto Ruy mostrava algumas fotos impressas foram identificando situações, lugares e personagens do passado local. Concebeu-se, assim, o projeto para a realização de uma exposição com esse acervo que retratasse temas corriqueiros da vida dos pescadores, ou a paisagem, os saberes tradicionais da pesca artesanal e, também, as transformações geradas pelo desenvolvimento urbano da região, colaborando, assim, para o “fortalecimento da identidade local e para a preservação da memória deste grupo” (Arquivo MAI, 2015, p. 1).

A ideia da exposição surgiu então dessa confluência de situações: a doação das fotografias e qualidade excepcional das mesmas, o interesse dos pescadores de reconhecer as pessoas nas fotos e a disposição deles para contar suas histórias, a crítica da equipe e dos pescadores quanto à representação dos pescadores no discurso museológico, a vontade do Museu de organizar um projeto de captação de histórias de vida e as fotografias que já vínhamos digitalizando ao longo dos anos (Araújo, Mirela Leite de. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 14 dez. 2016).

Faces de Itaipu: as expressões do passado pelas lentes de Ruy Lopes, inaugurada em 2015, caracterizou-se pelo processo de concepção conjunta do MAI e de membros da comunidade, que discutiram em duas rodas de conversa acerca de trinta e cinco imagens pré-selecionadas pela equipe do Museu, aproveitando-se a oportunidade para registrar as histórias rememoradas, bem como identificar pessoas nas fotografias e, a partir das memórias aportadas, produzir as legendas expositivas.

A exposição é composta por oito placas de PVC com impressões das fotos selecionadas, e foi idealizada para ocupar a construção tradicional Guarani localizada em um dos pátios do MAI. O exemplo de habitação Guarani fez parte da dinâmica de aproximação do MAI à *Tekoa Mboy'ty*, pouco antes que esta se deslocasse para Maricá em 2013. Além de promover eventos de cunho educativo durante a Primavera dos Museus de 2012 referentes à cultura Mbyá Guarani – oficinas de cestaria e de língua guarani, por exemplo –, o Museu contou com a aprovação de verba pelo Ibram para que os indígenas liderados pela pajé Dona Lídia fossem contratados para construir a habitação típica de sua etnia (Arquivo

MAI, 2012, p. 1). O espaço acabou tornando-se lócus de exposições temporárias do MAI que priorizem a abordagem de temáticas socioambientais, afora o fato de demarcar no seio do monumento tombado a passagem polêmica deste grupo indígena por Itaipu.



Figura 46: Construção tradicional Guarani no MAI, 2016, sem autoria (Arquivo MAI)

No entanto, a primeira concepção da exposição foi sendo modificada ao longo das rodas de conversa e de cursos oferecidos no Museu. Alguns de seus participantes questionavam a ausência de outros personagens relevantes para a história local, não documentados por Ruy Lopes, que, afinal, não tinha por finalidade em sua juventude arrolar meticulosamente em sua fotos todos os pescadores de Itaipu (Araújo, Mirela Leite de. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 14 dez. 2016). Argumentava-se que seria importante para a mostra contar com fotografias mais recentes e mais representativas do cotidiano atual, como suas festas e reuniões de mobilização para defesa do território (Idem).

Considerando-se as demandas feitas pelos pescadores sobre a “representação e a valorização das identidades locais no seu [do MAI] espaço museal” (Arquivo MAI, 2015, p. 1), um acréscimo de vinte *banners* foi efetuado, onde constam fotos pessoais dos moradores, que, não raro, estampam suas próprias figuras. O MAI entendia que, assim, o foco principal de *Faces de Itaipu*

deveria recair sobre o processo expositivo, conduzido horizontalmente para definir o discurso e o acervo a serem expostos, e não sobre a técnica museográfica, até porque a dotação orçamentária para a execução do projeto não permitia exacerbações com este fim.

A exposição transbordou as paredes de pau a pique levantadas pelos Guarani para invadir o silêncio histórico das muralhas de pedra do Recolhimento, preenchendo-as com instantâneos da memória da luta da pesca tradicional pela garantia do reconhecimento de seus direitos socioculturais e ambientais. Pois é justo nesse ponto que se condensa a construção identitária comum entre Museu e comunidade, amalgamando naquele lugar pleno de referências materiais e simbólicas de Itaipu a possibilidade de uma escrita coletiva da história desse grupo cultural à margem do discurso oficial.



Figura 47: Os espaços ocupados por *Faces de Itaipu* retratam dois momentos da exposição, 2015, autoria Ruy Lopes (Arquivo MAI)

O MAI assume sua identidade como *zona de contato* (Clifford, 1997) ao propor o compartilhamento da autoridade acerca dos objetos e de suas interpretações entre seus agentes e os representantes do grupo em questão. Lançar-se no território requer do MAI abrir-se ao diálogo e aceitar reivindicações concorrentes ao modo narrativo da instituição. Ao descentralizar-se e voltar-se para um trabalho colaborativo com a população local, o MAI transforma-se em locus de mobilização de poder, de negociação e de representação de culturas diversas (Idem, p. 192 e 193).

Por mais que *Percursos do tempo* conte a história da ocupação humana local com peças dos nativos hodiernos e de seus predecessores em Itaipu, não bastava à comunidade que a exposição pretendesse falar por eles. O ímpeto

coleccionista de ver-se representar, seja por suas peças coletadas ou pelas de algum outro membro do grupo, extrapola os limites de uma identidade individual construída associativamente ao coletivo para projetar-se na exposição nominal de cada indivíduo envolvido no processo através de sua imagem fotográfica, constituindo, assim, sua compreensão sobre as contemporâneas *faces de Itaipu*, não necessariamente expressas pelas lentes de Ruy Lopes.

A necessidade dos nativos em ver sua figura pessoal representada na exposição é prenúncio do comportamento narcísico desempenhado pelo culto patrimonial que varre as sociedades contemporâneas, onde os bens culturais incorporam a função de espelho para a autocontemplanção e para a reafirmação da imagem de uma identidade cambaleante e carente de raízes simbólicas (Choay, 2001, p. 241). “Era necessário que o discurso produzido pela exposição não ficasse só na retórica idílica do passado (ainda que o passado seja estruturante) e oferecesse alguma visibilidade para o que é a pesca artesanal hoje”, conforme explica Mirela de Araújo (Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 14 dez. 2016), responsável pelo Setor de Museologia do MAI, e que esteve à frente da elaboração dessa exposição.

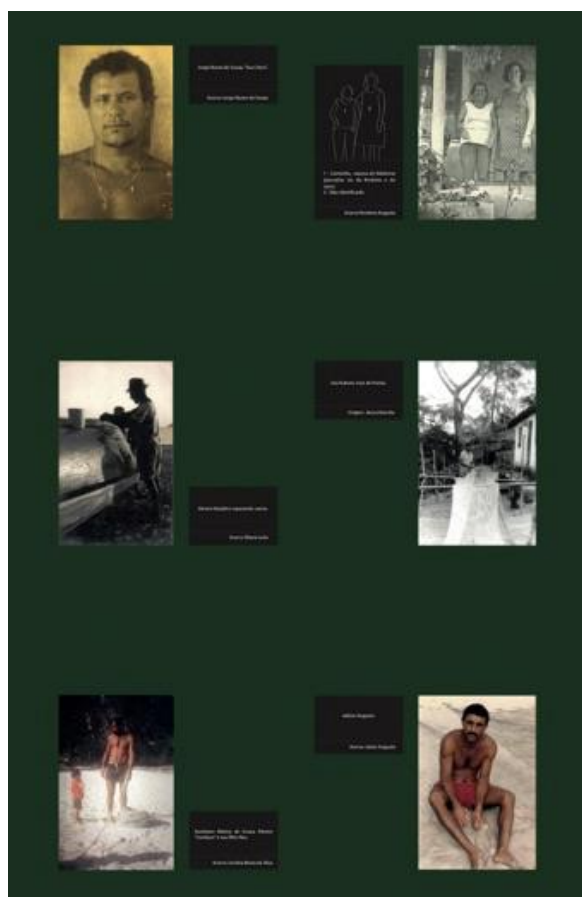


Figura 48: Lay-out de um dos painéis de *Faces de Itaipu*, 2015, Sem autoria (Arquivo MAI)

A auto-arqueologização apontada por Sarlo (2007), ou, nesse caso, a auto-musealização, reverbera o lugar de destaque do *eu* nas últimas décadas, outorgado pelos relatos testemunhais, cujo modelo fundador são os testemunhos do Holocausto, tomados como verdade irrefutável de experiência dos indivíduos (Idem, p. 38 e 39). Uma perspectiva dessa natureza vem sendo encampada pelo MAI desde 2011, que teve aprovada, recentemente, dotação orçamentária para um projeto de história oral que visa à coleta e ao registro de histórias de vida de quarenta atores da comunidade de Itaipu, a ser realizado ainda em 2017, segundo conversa informal com a museóloga Mirela de Araújo.

O verdadeiro fenômeno de “emergência da memória como preocupação central das sociedades contemporâneas” (Huyssen, 2000, p. 9) enquanto uma possível resposta à globalização e à sobrecarga de informação perpetuadas pela apropriação da memória pela mídia colabora para essa obsessão pelo consumo memorialista. Paradoxalmente, tal obsessão parece ser, ao mesmo tempo, causa para o medo e para o terror do esquecimento que rondam os indivíduos na atualidade (Idem, p. 20).

Como contrapartida, intensificam-se o surgimento e a apropriação de lugares supostamente destinados a suprir essa sensação de encolhimento do tempo e de fraturamento do espaço vivido, onde as diferenças e as especificidades locais tenham direito a um discurso próprio (Idem, p. 17 *passim*), viabilizando-se, assim, a composição de um mosaico de histórias plurais calcadas na autodesignação dos sujeitos ante o recuo da possibilidade de uma história comum (Sarlo, *op. cit.*, p. 50).

A função social da memória realça, ainda hoje e uma vez mais, os contornos desenhados por Halbwachs há mais de sete décadas atrás, não pela leitura que a percebe como um fator de coesão e de homogeneidade de um dado grupo, mas por balançar a todo momento entre uma memória coletiva que acentua o grupo enquanto grupo e os indivíduos que compõem o grupo. A memória social no sentido de uma reconstrução contínua no presente é dita coletiva por ser o estado social a condição de produção de representações compartilhadas do passado que dão sentido às lembranças individuais (Lavabre, 2000, p. 55).

Da negação inicial do discurso do Museu através do objeto arqueológico enquanto patrimônio conformador da identidade local, torna-se a comunidade de pescadores, ela mesma, curadora de sua própria história, fazendo da capacidade narrativa do Museu um recurso maleável e apropriável para a formulação do que julga ser sua memória coletiva. A partir do momento em que o MAI desvincula-se de sua função protética do Iphan para ganhar, sob a luz do DEMU e, depois, do Ibram, autonomia política e financeira para determinar-se construtor ativo da PNM, MAI e comunidade passam a partilhar do exercício mútuo do direito à memória, procurando estender alguma sobrevida à dinâmica cultural local.

O MAI articula, no presente, narrativas de preservação do patrimônio tanto sob o registro do monumental quanto do cotidiano. Se a experiência de preservação em Itaipu originou-se de uma concepção de patrimônio cultural brasileiro arraigado na exemplaridade do tempo passado, cujo valor incidia sobre a continuidade de um processo civilizador baseado na *tradição* (Gonçalves, 2007, p. 150), a atualidade presenciada no MAI corresponde ao simétrico inverso da proposta inicial de tombamento das ruínas, sendo, agora, os objetos mantidos tais como existem no cotidiano dos grupos locais, que neles reconhecem algo em que sua identidade está embutida. O valor de representação dos objetos desloca-se para o tempo da experiência pessoal e coletiva dos diferentes grupos no presente, fazendo da heterogeneidade e da transitoriedade os elementos definidores das narrativas de memória e da identidade via patrimônio cultural (Idem, p. 152 e 155).

As evidências e os testemunhos arqueológicos de tempos remotos servem à construção narrativa do patrimônio para conferir a dimensão aurática aos grupos de Itaipu, subsidiando as políticas de identidade e protegendo seu elo de pertencimento com o lugar. São, no entanto, os objetos de um passado recente das famílias dos *nascidos e criados em Itaipu* que certificam a identidade desses pescadores.

Uma nova face plana e polida do patrimônio desponta no MAI. Desprovido do apelo de mistério e de reserva suscitado pela aura do monumental, o patrimônio como que se converte em espelho da imagem que os pescadores representam de si mesmos. Como um dia foram corriqueiros e utilitários os

artefatos de homens e mulheres que povoaram os sambaquis, o são, hoje, os objetos dos pescadores de Itaipu que, desde já, fundam no tempo presente da memória e do afeto o âmago de sua genealogia identitária.

6. Conclusão

Em 5 de dezembro de 1969, André Leroi-Gourhan ministrava sua aula inaugural para a Cadeira de Pré-história no Collège de France. Sua *leçon* enfatizava o lugar da pré-história como a arqueologia que se volta para o passado obscuro dos homens e das civilizações anteriores ao aparecimento dos primeiros documentos escritos (Leroi-Gourhan, 1969, p. 5), a diferença em relação à arqueologia clássica⁷¹ patenteava-se pelo método: “La préhistoire est avant tout une science de terrain”⁷² (Idem, p. 6).

Leroi-Gourhan fazia a defesa de que haveria preponderado no cerne da pré-história a escolha pelo método vertical, em outras palavras, pela estratigrafia como técnica oriunda das ciências da terra, que permitia construir uma escala cronológica da presença humana na Terra a partir do depósito progressivo de sedimentos e de testemunhos no solo (Idem, p. 8). A decapagem, ou a pré-história horizontal, que se ocuparia mais da identificação e da interpretação da função das relações entre evidências materiais localizadas em vastas estruturas de solos sucessivos teria se imposto, assim como o objeto de estudo, como divergência entre a arqueologia pré-histórica e a arqueologia clássica, que além do mais baseava-se em testemunhos escritos (Idem, p. 15).

O pré-historiador encerra sua aula abordando aquele que seria seu quinhão de contribuição revolucionário para a disciplina: o estudo da arte pré-histórica. Nessa seara específica, onde colaboram parâmetros outros como a fatura, o estilo e o tema figurativo, se encontraria a tênue fronteira entre as duas disciplinas e seus métodos, convocando o investigador tanto à análise do edifício material do desenrolar da existência humana, quanto à reconstituição do edifício intelectual em que viviam esses homens sem escrita (Idem, p. 32). A restituição do contorno das formas de vida em sua materialidade e em sua semântica existencial dependeriam, assim, do entrecruzamento de tempo e espaço; esta é a lição que nos fica prenunciada nos ensinamentos de Leroi-Gourhan.

⁷¹ Arqueologia clássica é considerada a primeira forma da disciplina arqueologia, tendo surgido no século XVIII a partir da investigação sistemática de sítios e objetos das civilizações mediterrâneas da Grécia e da Roma antigas.

⁷² Tradução livre: “A pré-história é antes de tudo uma ciência de campo”.

Orientando-me, portanto, analogicamente pela ideia de uma sedimentologia dos estratos de tempo para recompor os quadros das relações instauradas no espaço de Itaipu, fez-se necessária a decapagem de suas camadas no sentido da busca por uma interpretação do estrato do tempo presente, que, pela hipótese do estudo aqui empreendido, se sedia na construção narrativa do MAI e dos pescadores artesanais sobre o legado de nossos predecessores materializado no espaço; ou sua herança cultural.

Destrinchar essa configuração territorial que define Itaipu exigiu indagar sobre o mistério insondável que é o tempo e como ele pode, apesar de abstrato e transitório, manifestar-se concretamente no mundo das coisas. Mais do que isso, é justo naquilo que não se materializa em objetos exumados ou nos objetos propositalmente no território implantados, ou seja, nas palavras, nos costumes, nos sentimentos, enfim, na memória, que se franqueou à compreensão a polifonia de vozes que se interpõem a silêncios e a esquecimentos para assentar sobre a pedra angular do passado uma percepção histriônica do tempo presente, levada a cabo por experiências coletivas ora concorrentes, ora confluentes que se traduzem pelo desejo voraz de estruturar um patrimônio capaz de propagar o significado de ser e de pertencer a Itaipu.

Ao partir da premissa de que as ruínas sugerem um caráter evocativo para se pensar sobre realidades passadas, o estudo debruçou-se sobre esse lugar ocupado pelo Recolhimento de Santa Teresa para refletir sobre sua conservação fragmentária no presente enquanto patrimônio de excepcional valor histórico e artístico nacional. Ora, em se tratando de uma instituição destinada à clausura feminina no passado colonial, reconhece-se que a valorização do aspecto histórico do prédio cedeu lugar à exaltação do valor artístico do monumento inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes em 1955, contou mais a experiência estética inspirada pelas ruínas do que sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.

O tombamento dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa integra o conjunto das primeiras práticas de preservação do Iphan, ainda, à época, em pleno processo de definição e de afirmação. Assim como em São Miguel das Missões, as ruínas de Itaipu furtam-se ao procedimento institucional de

restauração de suas feições supostamente originais: conservadas como ruínas de uma arquitetura afetada pelo decorrer do tempo, tornam-se uma espécie de estopim para questionar os próprios critérios de autenticidade e os atributos de uma identidade nacional em jogo no léxico patrimonial escrito pela pena de Rodrigo Melo Franco de Andrade; eis o lampejo de memória insuflado pela antiguidade de seus resquícios materiais: efêmeros, passado, presente e futuro estão sempre em (re)construção.

Ao mesmo tempo próximo e distante da cidade do Rio de Janeiro, idealizou-se a musealização como forma de proteção do monumento em ruínas nos anos 1960. Dotar o prédio tombado de um uso museológico foi projeto da *intelligentsia* da casa, Renato Soeiro e Edgard Jacintho conceberam um museu-ruína que se dedicaria à temática da arqueologia, estendendo a ação preservacionista para o entorno do futuro MAI, cravejado de sítios pré-históricos.

Se os arquitetos Soeiro e Jacintho dialogavam com a tradição institucional ao criar um museu regional, desconversavam dela, não obstante, no sentido em que o Museu não travava qualquer ligação com a história do antigo recolhimento, mas, sim, com os sítios pré-cabralinos em suas imediações, em especial o sítio Duna Grande, não só fonte de seu acervo, ele também entendido como um acervo operacional do MAI com finalidade didática.

Uma perspectiva mais ampla desenhava-se ousadamente com a criação daquele Museu ao expandir-se para o território de inserção do monumento tombado, rompendo com a relação histórica entre prédio e tema do museu para, a sua maneira, participar do debate internacional sobre a função social dos museus, nesse caso, sito em meio a uma Colônia de Pescadores. A proposta museológica do MAI uniu diferentes tempos institucionais, da monumentalização das ruínas ao estímulo ao desenvolvimento turístico da região encetado pelo patrimônio musealizado, enxertando-se, ainda, na infindável problemática da preservação do patrimônio arqueológico.

Desocupado o monumento por famílias de pescadores, inaugura-se o MAI em 1977, que, não isoladamente, mas associado a mudanças radicais no espaço de Itaipu provocadas pela construtora Veplan acometerão o modo de viver e de fazer

de seus habitantes nativos. Itaipu adquiriu novos olhares, estranhos aos habituais, agregou-se ali um tempo pautado pela arqueologia, assim como reconfigurou-se o tempo nativo dos pescadores colocados face a face com uma história da região, na qual não identificavam o som das vozes que davam corpo à alma de Itaipu.

Os percursos do MAI em seus primeiros anos seguiram rumos menos elásticos do que aqueles imaginados por Soeiro e Jacintho. Dependente de agentes externos no campo das práticas e das políticas de preservação do patrimônio arqueológico, o Iphan contou com especialistas do Museu Nacional para tocar o novo museu, bem como para tentar contornar a desfiguração de Itaipu com o avanço imobiliário sobre os sítios Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas. Lina Kneip e seus colegas não se esquivaram de lançar mão no MAI de um discurso museológico organizado em torno do tempo da arqueologia, o que significou disseminar a temporalidade de uma disciplina ainda em conformação no Brasil.

A exposição *Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio* revelava-se como o direcionamento da narrativa do MAI pela rota da pré-história na versão dos arqueólogos profissionais por oposição a uma arqueologia de amadores. Não seria estranho tal encaminhamento no seio de um órgão cujo único museu de arqueologia é este de Itaipu, não fosse o fato de sua coleção arqueológica angariada por Hildo de Mello Ribeiro, e que traz a marca do amadorismo, ser escamoteada da exposição e, com ela, em grande parte, a história da arqueologia da região e a representatividade da comunidade de pescadores. Um conflito com o intuito gerador do Museu, talvez, mas que, dado o papel coadjuvante do patrimônio arqueológico no Iphan, apesar de legislação em contrário, não se configura propriamente como um problema institucional, e, sim, muito mais cultural para os moradores de Itaipu.

Não comunicar-se com o público torna-se uma questão na identificação do MAI e, por conseguinte, na preservação do patrimônio cultural. Não obstante, é devido ao choque com uma narrativa sobre a história da região e de seus habitantes passados e presentes no discurso patrimonial que os pescadores, já impactados pelos câmbios ambientais e econômicos desfavoráveis à pesca artesanal, calibrarão seu tempo social, tradicionalmente em função da pesca, ao

requalificar sua nova condição histórica em razão de uma apropriação do vocabulário patrimonial para enunciar o que compreendem ser a memória local.

Arqueólogos e pescadores mobilizam múltiplos estratos de tempo de Itaipu para escrever suas histórias e proclamar suas memórias, fazendo dos vestígios do passado argumento central de uma autenticidade arquitetada pelo revigoramento da tradição. Preocupados com os discursos de temporalidade de seus grupos, em que pesem as negativas e as críticas ao MAI, não é possível rechaçar o protagonismo do Museu ao revolver essas camadas de tempo para trazer à tona uma cultura material que permite a cada grupo ressignificar o discurso museológico para, assim, determinar eles próprios uma nova ordenação do tempo.

Um outro território constitui-se, seja espacialmente pela remodelagem constante do território em si, singrado, então, pela abertura artificial do Canal de Itaipu, seja pela metamorfose do espaço habitado. Funda-se uma nova relação de reciprocidade entre homem e natureza, concatenando novos elos de entrelaçamento. Tudo aquilo que os membros da comunidade de pescadores contestavam em termos do MAI, é congregado às estruturas de um novo sítio simbólico de pertencimento, cujos eixos penetram a antiguidade do território, a qual o discurso do patrimônio deu à luz para, inconscientemente, vir a engendrar a autenticidade desses pescadores.

Um regime de resistência emerge em Itaipu. Pescadores, a família do Morro das Andorinhas e Guaranis reivindicarão para si a legitimidade de sua identidade cultural enraizada nos usos do espaço de Itaipu, assegurarão seu direito de ocupação do solo pela letra da lei, patrimonializarão seus modos de ser e de fazer, em suma, a si mesmos. A luta é travada em nome da pesca artesanal – lema desta nova identidade cultural –, ainda que minguada a pesca da tainha como traço ritual de sua reprodução social.

Enquanto a comunidade é sensível às fragilidades de seu território atual e ágil em mover-se para se defender, os órgãos federal e estadual de preservação do patrimônio cultural tentarão deslocar-se dos monumentos edificados para a patrimonialização da paisagem com um acento sobre as formas de vida ancestral

da população de pescadores. Se, no plano teórico, o Inepac é exitoso no tombamento do Canto Sul da Praia de Itaipu, o mesmo não se pode afirmar do Iphan que pretere a Duna Grande aos cuidados mal fadados da Lei nº 3.924/61.

O MAI, por sua vez, ganhará tónus institucional no quadro de uma circunstância beneficiada pela Política Nacional de Museus, e buscará recobrar de sua ideia matricial a inserção no território local. Arqueologia, pescadores, colecionadores, recolhidas, estudiosos de Itaipu e o MAI despontam na narrativa de *Percursos do tempo: revelando Itaipu* e em seus desdobramentos comunicacionais. Porém, se é para traçar os contornos da paisagem cultural, é necessário assentir, de uma parte, com o MAI como espinha dorsal do processo, mas, de outra, com a comunidade como a medula espinhal capaz de circular e de irrigar os percursos da memória no tempo local.

O espaço é, em realidade, o maior acervo de identidades de Itaipu. Ele existe sob a insígnia da memória vestigial da região, como o continente desses artefatos e pegadas humanas. As frações de objetos incitam os discursos e a transformação de memórias, é a terra, no entanto, a grande guardiã das camadas do tempo, que fecunda o germe do pertencimento. O mérito principal desse Museu, ele igualmente coisificado no bojo dessa coleção espacial que é Itaipu, parece-me ter sido perceber pelas narrativas do patrimônio, com todos os seus silêncios e dizeres, que é o conjunto da região que deve ser preservado. O MAI não se esgota em si, e sua conexão com o entorno é mais uma parte do todo do que a maneira antiquária do todo em si.

As possibilidades de análise dessa pesquisa circunscrevem-se ao tempo e ao espaço, uma vez que outros estratos estão a suceder-se nesse lugar de memória em ação. A preocupação que me aflige irrompe no horizonte incerto em que residem as respostas à seguinte interrogação: como revolucionar nosso olhar para que este manancial virtual de histórias e de memórias, essa caixa do tesouro ainda lacrada, não seja destruído naquilo que perdura, milenarmente, através de uma ação humana que da natureza extrai e que para ela retribui como rastros que insistem em se evidenciar?

Referências bibliográficas

ABEJEZ, Luis; MONTÓN SUBÍAS, Sandra. “¿Qué es esa cosa llamada arqueología histórica?”. In: *Complutum*, 2015, v. 26 (1). p. 11-35.

ABREU, Regina. “Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais”. In: *Ilha: Revista de Antropologia* (Florianópolis), 2012. p. 1-22.

_____. Série Museus do Rio – 09 – *Na canoa do tempo: museu e preservação em Itaipu*. 2013. Documentário on-line (29 minutos e 24 segundos). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=kOfbrT893xU>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. “Introdução”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “Museus regionais no Brasil: uma experiência”. In: *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/FNPM, 1987. p. 159-162.

_____. “O patrimônio histórico e artístico nacional”. In: *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/FNPM, 1987. p. 49-55.

_____. “Programa”. In: *Revista do patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 2-3, 1937.

_____. *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/FNPM, 1987.

ARAÚJO, Mirela Leite de. *As narrativas, o território e os pescadores artesanais: políticas e processos comunicacionais no Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP. São Paulo: 2015.

ARENDT, Hannah. “A quebra entre o passado e o futuro”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 43-68.

_____. “O conceito de história – antigo e moderno”. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p.69-126.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARRUDA, Rinaldo. “‘Populações tradicionais’ e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação”. In: *Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 5, 1999. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

AZEVEDO, Marlice Narazeth Soares de; SERRANO, Cinthia Lobato. *Expansão urbana e urbanização dispersa. Duas faces da mesma moeda?* Disponível em: http://www.ppgau.uff.br/site/wp-content/uploads/2012/10/uff_ppgau_art_marlice.pdf. Acesso em: 20 abr. 2015.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *Homenagem do Conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro*, Reunião do Conselho Consultivo do Iphan, Forte de Copacabana, 11 de agosto de 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Homenagem_a_Renato_Soeiro.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.

BAPTISTA, Jean; SANTOS, Maria Cristina dos. “As ruínas: a crise entre o temporal e o eterno.” In: *Dossiê Missões*, v.3, Brasília: Ibram, 2015.

BARRETO, Cristiana. “A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil”. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez/fev 1999-2000.

BAUER, Letícia. *O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937-1950)*. Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre: 2006.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196.

_____. “O narrador; considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BERGSON, Henri. “A memória ou os graus coexistentes da duração”. In: *Memória e vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOTELHO, A.; BRUXEL, L.; VIVIAN, D.. *Museu das Missões: coleção museus do Ibram*. Brasília: Ibram/MinC, 2015.

BRASIL. *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

_____. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos”. In: *Revista do Patrimônio*, n. 31, p. 234-247, Brasília, 2005.

_____. “Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema”. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 17, nº 17, Lisboa: 1999.

BUCAILLE, R.; PESEZ, Jean-Marie. “Cultura material”. In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16 - Homo — Domesticação — Cultura Material, p.11-47. Disponível em: http://jmir3.no.sapo.pt/Ebook2/Cultura.Material_Einaudi.pdf. Acesso em: 28 out. 2015.

CALDARELLI, Solange; SANTOS, Maria do Carmo dos. “Arqueologia de contrato no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 52-73, dezembro/fevereiro. 1999-2000.

CALVÃO, Léa; SEGALA, Lygia. *Bandas d’Além*: almanaque de educação patrimonial. Niterói: Proex/FEC, 2003.

CAMPOS, Maria Cristina Rezende de. *A arte do corpo mbyá-guarani*: processos de negociação, patrimonialização e circulação de memória. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio. Rio de Janeiro: 2012.

CARBONNEL, Bettina Messias (Org). *Museum studies*: an anthology of contexts. Carlton: Blackwell Publishing, 2004.

CARENA, Carlo. “Ruína/restauro”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, pp. 107-129, 1984.

CAROMANO, Caroline; CASCON, Leandro; TRINDADE, Thiago. “O ensino da arqueologia visto dos bancos da pós-graduação”. In: *Habitus*, Goiânia, v. 12, P. 205-220. 2014.

CARRILHO, Marcos José. “A transparência do Museu das Missões”. In: *Vitruvius*, ano 7, setembro 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.076/322>. Acesso em: 26 mar. 2016.

CARVALHIDO, Victor von Rondon. *Do “direito à vez” à vez aos direitos*: conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF. Niterói: 2012.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. “Inclusión en la arqueología pública brasileña: apuntes sobre prácticas colaborativas”. In: RIVOLTA, María Clara (Org.). *Multivocalidad y activaciones patrimoniales en arqueología*: perspectivas desde Sudamérica. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara, 2014. p. 193-216. Disponível em http://www.academia.edu/16491000/Inclusión_en_la_Arqueolog%C3%ADa_Pública_brasileña_apuntes_sobre_prácticas_colaborativas. Acesso em: 13 nov. 2016.

CARVALHO, Eliana Teixeira. “Monumento símbolo da arqueologia pré-histórica brasileira: o sítio Duna Grande de Itaipu. Uma contribuição”. In: *Revista de Arqueologia*, v. 5, n.1, pp. 118-123, 1988.

CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro : UFRJ, 2009.

CLIFFORD, James. “Objects and selves – an afterword”. In: STOCKING, George (Org.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The University of Wisconsin, 1985. p. 237-246.

_____. *Returns: becoming indigenous in the twenty-first century*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

_____. *Travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-7. Carta de 23 de maio de 1996 do Presidente Jorge Nunes de Oliveira (Seu Chico) ao Ministério da Agricultura. In: PEREIRA, Luciana Freitas. “Revisitando Itaipu: um ensaio de antropologia visual”. p. 313.

CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University, 1989.

COSTA, Lúcio. “1937: Igreja de São Miguel (ruínas) – São Miguel das Missões – RS”. In: PESSÔA, José (org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 21-42.

COSTA, Lygia Martins. “O pensamento de Rodrigo na criação dos museus do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. In: Secretaria de Cultura (Org.). *Ideólogos do patrimônio*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991. p. 115-129.

COSTA, Paula Chamy Pereira da. *Interações socioecológicas na pesca à luz da etnoecologia abrangente: a Praia de Itaipu, Niterói/RJ*. Tese apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas: 2011.

COYE, Noël; HUREL, Arnaud (Org.). *Dans l'épaisseur du temps: archéologues et géologues inventent la préhistoire*. Paris: Muséum Nationale d'Histoire Naturelle, 2011.

CRUZ, Juliene do Valle Tardeli. *Memórias de Itaipu: políticas de identidade e proteção ao patrimônio na Vila dos Pescadores*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. São Gonçalo: 2015.

CUNHA, Fausto; FRANCISCO, Benedicto Rodrigues. “Geologia de Itaipu”. In: CUNHA, Fausto; KNEIP, Lina; PALLESTRINI, Luciana. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1981. p. 15-22.

CUNHA, Fausto; KNEIP, Lina; PALLESTRINI, Luciana. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1981.

CURY, Marília Xavier. “Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus”. In: *História, Ciências e Saúde*. V. 12. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000400019. Acesso em: 25 ago. 2016.

DARWIN, Charles. *Viagem do Beagle*. Disponível em: <http://www.casadaciencia.ufrj.br/caminhosdedarwin/downloads/diario_darwin_rio.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

DE BEAUNE, Sophie A. *Qu'est-ce que la préhistoire?*. Paris: Gallimard, 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos et. al. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: 2000. Disponível em <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

DUNN DE ARAÚJO, Sue; VILAÇA, Aparecida. “Avaliação da cobertura vegetal remanescente de Itaipu”. In: CUNHA, Fausto; KNEIP, Lina; PALLESTRINI, Luciana. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1981. p. 27-46.

FAGAN, Brian; ORSER JR., Charles. *Historical archaeology*. Nova York: HarperCollins College Publishers, 1995.

FARIA, Luiz de Castro. “A formulação do problema dos sambaquis”. In: FARIA, L. C. *Antropologia: escritos exumados 2 – dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: UFF, 2000. p. 187-194.

_____. “O problema da proteção aos sambaquis”. In: FARIA, L. C. *Antropologia: escritos exumados 2 – dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: UFF, 2000. p. 237-296.

_____. “Pescadores e pescaria (apresentação)”. In: KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1997. p. 21-28.

FERREIRA, Maria De Simone. *Apresentação à exposição Percursos do tempo: revelando Itaipu*. Niterói: 2010.

_____. “De ruínas a museus: os casos do Museu das Missões e do Museu de Arqueologia de Itaipu”. In: FERREIRA, M.; LOBATO, S. (Org.). *Revista Tempo Amazônico*, ANPUH-AP, v. 3, n. 1, 2015. p. 80-105.

_____. *Museu de Arqueologia de Itaipu: camadas de memória de um palácio em ruínas*. São Gonçalo: ANPUH-RJ, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338429493_ARQUIVO_ArtigoArqueologiaMARIA.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2015.

_____. “Museu de Arqueologia de Itaipu: mediação de conflitos para o equilíbrio social e ambiental”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 43, p. 243-259, 2011.

_____. *Museus imperiais: uma viagem às “Imagens do Brasil” na narrativa de Carl von Koseritz*. Rio de Janeiro: Cassará, 2012.

_____. *Projeto expositivo: Percursos do tempo*. Niterói: 2007.

_____. et al. *Museu de Arqueologia de Itaipu*. Brasília: Ibram, 2014.

FERREIRA, Maria De Simone; SANTOS, B.; MELO, F. *Projeto de diagnóstico de monitoramento da saúde lagunar e dos recursos pesqueiros de Itaipu*. Niterói: 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Aloísio Magalhães: projeto intelectual e projeto institucional”. In: Secretaria de Cultura (Org.). *Ideólogos do patrimônio*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991. pp. 77-86.

_____. *Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Brasília: IPHAN, 2005.

_____. “Para além da ‘pedra e cal’: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

FORTY, Adrian. “Introduction”. In: *The art of forgetting*. Oxford: Berg, 1999. pp. 1-16.

FORTY, A.; KÜCHLER, S. (Org.) *The art of forgetting*. Oxford: Berg, 1999.

FRANCO, Alex Mariano. *Arrastão de beira de praia*. 1976. Documentário on-line (9 minutos e 53 segundos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OtbFpsFX2SQ>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

FUNARI, Pedro Paulo. “Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências”. In: *Ciência e cultura*, v. 65, n. 2, São Paulo, abril/jun, 2013.

_____. “Como se tornar arqueólogo no Brasil”. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 74-85, dez/fev 1999-2000.

_____. “Historical archaeology from a world perspective”. In: FUNARI; HALL; JONES (Org.). *Historical archaeology: back from the edge*. Londres/Nova York: Routledge, 1999. p. 37-66.

FUNARI, Pedro Paulo.; JONES (Org.). *Historical archaeology: back from the edge*. Londres/Nova York: Routledge, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo.; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

GASPAR, Maria Dulce. “Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro”. In: TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-história da terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

_____. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GHENO, Diego; MACHADO, Neli. “Arqueologia histórica – abordagens”. In: *História: questões e debates*. Curitiba: UFPR, n. 58, p. 161-183, jan/jun. 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN-MinC, 2002.

_____. “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

_____. “Edward Sapir: forma cultural e experiência individual”. In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 02, p. 25-33, 2012.

_____. “Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso”. In: GONÇALVES, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: DEMU/Ipahan. p. 139-157.

_____. “O modernismo antropológico de Edward Sapir: entrevista com Richard Handler”. In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 02.04, p. 11-23, 2012.

_____. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios”. In: *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.15-36, jan/jun 2005.

GOULART, Maria Lúcia. “Exposição *Blocos testemunhos*”. In: CUNHA, Fausto; KNEIP, Lina; PALLESTRINI, Luciana. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1981. p. 121-127.

GRAFTON, Anthony. *Bring out your dead: the past as revelation*. Cambridge: Harvard University, 2001.

_____. “The ancient city restored: archaeology, ecclesiastical history, and egyptology”. In: *Bring out your dead: the past as revelation*. Cambridge: Harvard University, 2001. p. 31-61.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história”. In: FURTADO FILHO, J.E.; RIOS, K.S (Org.). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

_____. “Vendo o passado: representação e escrita da história”. In: *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, São Paulo, vol. 15, n. 2, jul/dez 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142007000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 26 out. 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HANDLER, Richard. “Authenticity”. In: *Anthropology today*. Londres, v. 2, n. 1, p. 2-4, 1986.

_____ et al. “On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objectification in Quebec. In: *Current anthropology*. Chicago, v. 25, n. 1, p. 55-71, 1984.

HANDLER, Richard; LINNEKIN, Jocelyn. “Tradition, genuine or spurious”. In: *The journal of American Folklore Society*. Chicago, v. 97, n. 385, p. 273-290, 1984.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. “Tempo e patrimônio”. In: *Varia história*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006, p. 261-273. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

_____. “Vers une nouvelle condition historique”. In: *Le débat*, Paris, n. 188, p. 169-180, jan/fév, 2016/1.

_____; REVEL, J. (Org.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Ehes, 2001.

HERINGER, Pedro Colares da Silva. *Museu como ferramenta de proteção a sítios arqueológicos: o caso do Sítio Arqueológico Duna Grade e o Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro: 2014.

_____; OLIVEIRA, D. *Revelando Itaipu: algumas percepções sobre a exposição no MAI*. Rio de Janeiro: MHN, 2011.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *Los museos arqueológicos y su museografía*. Gijón: Trea, 2010.

HIRSCH, Eric; O'Hanlon. *The anthropology of landscape: perspectives place and space*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBRAM. Cadastro Nacional de Museus. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>> . Acesso em: 25 nov. 2016.

INGOLD, Tim. "The temporality of the landscape". In: *World archaeology*, Abingdom, Taylor & Francis, v. 25, n. 2, 1993. p. 152-174.

IPHAN. *Perfil de Luiz de Castro Faria*. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/200>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. *Superintendências regionais*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/337>. Acesso em: 28 ago. 2016b.

JONES, Siân. "Historical categories and the praxis of identity: the interpretation of ethnicity in historical archaeology". *Historical archaeology: back from the edge*. Londres/Nova York: Routledge, 1999. p. 219-232.

KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1997.

KARP, I.; LAVINE, S. *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museum display*. Washington: Smithsonian Institution, 1991.

KARP, Ian et al. *Museum frictions: public cultures/global transformations*. Durham: Duke University Press, 2007.

KNAUSS, Paulo. "A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 53, p. 25-54, 2007.

_____. "O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual". In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006. Disponível em: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura%2012_knauss.pdf. Acesso em: 27 out. 2015.

KNEIP, Lina Maria. *Coleção Hildo de Mello Ribeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.

_____. “Histórico das pesquisas”. In: CUNHA, Fausto; KNEIP, Lina; PALLESTRINI, Luciana. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1981. p. 50-55.

_____. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1981.

_____. *Pesquisas de salvamento em Itaipu – Niterói/RJ*. Rio de Janeiro: Gráfica Luna, 1979.

KOSELLECK, Reinhart. “A história social moderna e os tempos históricos”. In: *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014a. p. 295-311.

_____. “Algunas cuestiones sobre la historia conceptual de ‘crisis’”. Disponível em: <<http://www.trotta.es/ficheros/0017/00002612mcresi.pdf>>. Acesso em: mai. 2013. p. 131-142.

_____. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2009.

_____. “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006. p. 305-329.

_____. “Espaço e história”. In: *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014b. p. 73-89.

_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

_____. “Estratos do tempo”. In: *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014c. p. 19-25.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

_____. “História, histórias e estruturas temporais formais”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006. p. 119-131.

_____. “Introdução”. In: *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014d. p. 9-17.

_____. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Seuil/Gallimard, 1997.

_____. “‘Modernidade’ - sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006. p. 267-303.

_____. “O futuro desconhecido e a arte do prognóstico”. In: *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014e. p. 189-207.

_____. “The eighteenth century as the beginning of modernity”. In: *The practice of conceptual history: timing histories, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002. p. 154-355.

LADEIRA, Maria Inês. *O caminhar sob a luz: território Mbyá à beira do oceano*. São Paulo: Unesp, 2007.

LEAL, Fernando Machado. “São Miguel das Missões: estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja”. In: *Revista do patrimônio*, n. 19, p. 71-96, 1984.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v.1, p. 95-106.

LEITE, Eliana. *Itaipu era uma praia só – parte 1*. 1993. Documentário on-line (22 minutos e 52 segundos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P5cOOBVXMVM>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. *Itaipu era uma praia só – parte 2*. 1994. Documentário on-line (25 minutos e 2 segundos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9ynXvyayAHg>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. *Morar lá em cima é tudo*. Rio de Janeiro: Copyhouse, 2003.

LENZI, Maria Isabel Ribeiro. *Para aprendermos história sem nos fatigar: a tradição do antiquariado e a historiografia de Gilberto Ferrez*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói: 2013.

LEROI-GOURHAN, André. *Leçon inaugurale (vendredi 5 décembre 1969)*. Chaire de préhistoire. Collège de France. p. 5-32.

LIMA, Sandra Mara Silva de. *Casas secretas: a reclusão feminina num estudo sobre o Recolhimento de Santa Teresa – Itaipu (1764-1820)*. Monografia apresentada ao Curso de História da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. São Gonçalo: 1999.

LIMA, Tania Andrade. “Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas”. In: *I Seminário de Arqueologia Histórica*. Rio de Janeiro: Sphan/FNPM, 1985. pp. 87-99. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/1989-N5/1989a10.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. “Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais”. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. “Lina Kneip, uma vida, uma obra”. In: *Revista de arqueologia*, n. 12-13, 1999/2000. p. 7-14.

_____. “Luiz de Castro Faria, também um arqueólogo”. In: *Memórias da C&T: série produção científica brasileira – Centro de Memória/CNPq*. Disponível em <<http://centrodememoria.cnpq.br/publicacoes3.html>> . Acesso em: 10 ago. 2016.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política de ressentimento*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB. Brasília: 2006.

LOPES, Raimundo. “A natureza e os monumentos culturais”. In: *Revista do patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 77-96, 1937.

MAI – Museu de Arqueologia de Itaipu. *Inventário de Acervos Museológico, Bibliográfico e Arquivístico do MAI*. Niterói: 2010.

_____. *Exposição Percursos do tempo: revelando Itaipu* (textos). Niterói: 2010b.

_____. *Plano Museológico do Museu de Arqueologia de Itaipu (2007-2010)*. Niterói: MAI/Iphan/MinC, 2007.

_____. *Plano Museológico do Museu de Arqueologia de Itaipu (2011-2014)*. Niterói: MAI/Ibram/MinC, 2011.

MAIRESSE, François. “Musée”. In: MAIRESSE, François (Org.). *Définir le musée – defining the museum*. Mariemont: Musée Royal de Mariemont, 2005.

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MENDES, Erasmo Garcia. “Perfis de mestres: Paulo Duarte”. In: *Estudos Avançados*, v.8, n. 22, São Paulo, set./dez. 1994. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018. Acesso em: 16 ago. 2016.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “Identidade cultural e arqueologia”. In: *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 20, p. 33-36, 1984.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “História antiga e antiquário”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/43194> . Acesso em: 9 out. 2015.

MORAIS, José Luiz de. “A aplicação do método do Carbono-14 em amostras procedentes do Sambaqui de Camboinhas”. In: CUNHA, Fausto; KNEIP, Lina; PALLESTRINI, Luciana. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1981. p. 133-138.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Ana Lucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc, 2010.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. “Niterói rural: elite de ontem e arrendatários de outrora (1808-1888). In: KNAUSS, Paulo; MARTINS, Ismênia de Lima (Org.). *Cidade múltipla*: temas da história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.

NAJJAR, Rosana Mendes Pinhel. “Arqueólogos e comunidade: parceiros ou rivais?”. In: *Revista Americana de Arqueología*, n. 21. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia/OEA, 2002.

_____. *Museu de Arqueologia de Itaipu: uma experiência de preservação*. Rio de Janeiro: 1997.

NETO, Ladislau. “Investigações sobre a arqueologia brasileira”. In: *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Econômica, 1885, v. 6, p. 257-260. Disponível em <http://biblio.wdfiles.com/local--files/netto-1885_investigacoes/netto_1885_investigacoes.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2016.

_____. *Le muséum national de Rio de Janeiro et son influence sur les sciences naturelles au Brésil*. Paris: Delagrave, 1889.

NÓR, Soraya. “O lugar como imaterialidade da paisagem cultural”. In: *Paisagem e ambiente: ensaios*, n. 32, São Paulo, p. 119-128, 2013. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/276846399_O_lugar_como_imaterialidade_da_paisagem_cultural/fulltext/55da852508aed6a199aaefd9/276846399_O_lugar_como_imaterialidade_da_paisagem_cultural.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 8 nov. 2016.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Revista Projeto História: história & cultura*. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-26, dez. de 1993.

ORSER JR., Charles. *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PEREIRA, Julia Wagner. *O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro: 2009.

PEREIRA, Luciana Freitas. “Revisitando Itaipu: um ensaio de antropologia visual”. In: KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1997. p. 265-333.

PERTHES, Boucher de. *Antiquités celtiques et antédiluviennes, mémoire sur l'industrie primitive et les arts à leur origine*. Abbeville: Briez, 1857.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca em Itaipu*. Niterói: UFF, 2003.

PESSÔA, José (Org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

PIZARRO E ARAÚJO, Monsenhor José de Souza Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1946.

PNM – Política Nacional de Museus: memória e cidadania. Brasília: 2003.

_____. Política Nacional de Museus - Brasil. Brasília: 2007.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.1, p. 51-86, 1984.

_____. “Entre l’invisible et le visible: la collection”. In: _____. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise, XVIe – XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1987. p. 15-59.

_____. “Musée archéologique: art, nature, histoire”. In: *Le débat*, Paris, n. 49, p. 57-68, mars-avril, 1988/2.

PREZIOSI, Donald. “Brain of the Earth’s body: museums and the framing of modernity”. In: CARBONNEL, Bettina Messias (Org.). *Museum studies: an anthology of contexts*. Carlton: Blackwell Publishing, 2004. p. 71-84.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB, 1992.

_____. “Arqueologia, pré-história e história”. In: TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré- história da terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 19-32.

REIS, José de Souza. “Evidência dos monumentos históricos”. In: *Revista do patrimônio*, n. 16, pp. 305-315, Rio de Janeiro: Dphan, 1968.

RESENDE, Alberto Toledo. “A origem da institucionalidade da pesca artesanal”. In: SILVA, Cátia Antonia da (Org.). *Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 43-67.

RIBEIRO, Diego Lemos. *A Ciência da Informação em ação: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF. Niterói: 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. “Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo do nosso passado”. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 10-33, dez/fev 1999-2000.

ROHR, João Alfredo. “Cimentação de sepultamentos e de ‘blocos testemunhos’”. In: CUNHA, Fausto; KNEIP, Lina; PALLESTRINI, Luciana. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1981. p.111 -119.

ROSSI, Paolo. *Clavis universalis: arts de la mémoire, logique combinatoire et langue universelle de Lulle à Leibniz*. Grenoble: Millon, 1993.

RUBINO, Silvana. “Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional”. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 6-17, marco/maio, 2002.

RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. Londres: Elecbook, 2001.

SÁ, Ivan Coelho de. “Lygia Martins Costa: narrativa sobre suas contribuições à museologia e ao patrimônio”. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB*, p. 129-146, n. 8, dez. 2015, v. IV.

_____.; SIQUEIRA, G. Curso de museus – MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Unirio, Escola de Museologia, 2007.

SABINO, Roberto. “As disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)”. In: *Políticas culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012, p. 1-10. Disponível em <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Roberto-Sabino.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2016.

SALADINO, Alejandra. *A morte enfeitada: um olhar sobre as práticas mortuárias dos construtores do Sambaqui Cabeçada a partir de um sepultamento infantil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro: 2016.

_____. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Rio de Janeiro: 2010.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: USP, 2014.

SAPIR, Edward. “Cultura: autêntica e espúria”. In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 02.04, p. 35-60, 2012.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAER, Roland. *L'invention des musées*. Paris: Gallimard, 1993.

SCHEINER, Tereza. “Museums and exhibitions: appointments for a theory of feeling”. In: XIII Annual Meeting of the International Committee on Museology - ICOFOM, 1991, Vevey, Suíça, *ICOFOM Study Series*. Vevey: ICOM/ICOFOM - Alimentarium, v. 19, 1991.

_____. “Repensando o museu integral: do conceito às práticas”. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Ciências Humanas, v. 7, n. 1, Belém, jan.-abr., 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222012000100003. Acesso em: 02 de novembro de 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEA – Secretaria Estadual de Ambiente. *Estudo técnico para criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu – Resex Itaipu*. Niterói: SEA/INEA, 2013.

SEDRA – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca – Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. *Projeto urbanístico e socioambiental do Canto de Itaipu: uma construção coletiva*. Diagnósticos 1 e 2. Niterói, junho de 2013. Disponível em: <[http://www.rj.gov.br/web/sedrap/exibeconteudo?generica&acaomenu=menufunc\('ProjetoCantodeItaipu'\);](http://www.rj.gov.br/web/sedrap/exibeconteudo?generica&acaomenu=menufunc('ProjetoCantodeItaipu');&article-id=1675010)&article-id=1675010>. Acesso em: 20 set. 2016.

SELLES, Sandra Escovedo; ABREU, Martha. Darwin na Serra da Tiririca: caminhos entrecruzados entre a biologia e a história. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 05-26, Aug. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14132478200200020002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de abril de 2015.

SILVA, Cátia Antonia da. “Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro: desafios de método”. In: SILVA, Cátia Antonia da (Org.). *Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 27-40.

_____. “História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: a árdua tarefa de periodizar eventos”. In: *Tamoios*, São Gonçalo, ano 11, n. 1, p. 2-19, jan-jun, 2015.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. “Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da lei nº 3924/61”. In: *Revista do patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 59-73, 2007.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. “Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil”. In: *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 3, p. 421-435, set-dez, 2009.

SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, Oct. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2015.

_____. “Florença”. In: *Philosophie de la modernité: la femme, la ville l’individualisme*. Paris: Payot, 1989. p. 265-270.

_____. “Las ruinas”. In: *Sobre la aventura: ensayos filosóficos*. Barcelona: Península, 2000. p. 181-193.

_____. “O conceito e a tragédia da cultura”. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998. pp. 78-108. Disponível em: https://ideiasconcretas.files.wordpress.com/2010/05/o_conceito_e_a_tragedia_da_cult-georg_simmel.pdf. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. “Subjective culture”. In: SIMMEL, Georg. *On individuality and social forms*. Chicago: University of Chicago, 1971. p. 227-234.

SOARES, Bruno Brulon. “Caminhos modernos da musealização: a fabricação de ‘musealia’ no Ocidente”. In: FERREIRA, M.; LOBATO, S. (Org.). *Revista Tempo Amazônico da ANPUH-AP*, v.3, n.1, 2015. p. 42-61.

_____. *Musealizing the world: museums devouring landscapes and cultures*. Discurso apresentado na 24ª Conferência Geral do ICOM, Milão, 2016.

SOPHIA, Daniela Carvalho. *As políticas do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979)*. In: GRANATO, Marcus. (Org.). *Coleção MAST: 30 anos de pesquisa*. 1ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, v. 1, p. 316-339.

SPENCE, Jonathan. *O palácio da memória de Matteo Ricci*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SPHAN. “Nota de falecimento de Renato Soeiro”. In: *Boletim do Sphan*, n. 33, nov./dez., 1984. p. 42. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&pagfis=900&pesq=. Acesso em: 7 set. 2016.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *A Sphan/Pró-Memória e o patrimônio natural*. Brasília: 1987.

_____. *Sphan: memória oral – depoimento de Edgard Jacintho*. n. 4. Rio de Janeiro: MinC, Sphan/Pró-Memória, 1988.

STOCKING, George. "Objects and others: essays on museums and material culture". In: STOCKING, George (Org.). *Delimiting Anthropology: occasional inquiries and reflections*. Madison: University of Wisconsin, 2001. p. 244-262.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. "Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos". In: MORALES, Fagundes; MOI, Flavia Prado (Org.). *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo: Annablume/Acervo, 2009. p. 279-310.

TORRES, Heloísa Alberto. "Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil". In: *Revista do patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-30, 1937.

TRILLING, Lionel. *Sincerity and authenticity*. Cambridge: Harvard, 1972.

TUBINO, Rafael et al. "Mudanças históricas e perda de referenciais em uma pescaria artesanal na região metropolitana do Rio de Janeiro". In: HAIMOVICH, M.; FILHO, J.; SUNYE, P. (Org.). *A pesca marinha e estuarina no Brasil: estudos de casos multidisciplinares*. Rio Grande: URGs, 2014, v. 1, p. 112-124.

UNESCO. *Lista do Patrimônio Mundial*. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

VARELLA, Flávia et al. (Org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

VELHO, Gilberto. "Memória, identidade e projeto". In: *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIEIRA, Pedro. *Conhecendo museus: Episódio 21 – Museu Socioambiental de Itaipu*. 2012. Documentário on-line (26 minutos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dgmfSAzO-7Y>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

VOLNEY, Constantin-François de Chasseboeuf. *Les ruines ou méditation sur les révolutions des empires*. Paris: Décembre-Alonnier, 1869.

WEISSHEIMER, Maria Regina (Org.). *Paisagem cultural*. Brasília: Depam/Iphan, 2009.

WICHES, Camila Azevedo de Moraes. *Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira*. Tese apresentada no Doutorado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: 2010.

YATES, Frances. *The art of memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

ZAOUAL, Hassan. “A ética do desenvolvimento local. O sentido implícito das práticas locais: uma abordagem pelos sítios simbólicos de pertencimento”. In: ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A/Consulado Geral da França/COPPE/UFRJ, 2006. p. 23-54.

ENTREVISTAS

ABREU, Vanda Maria Freita de. Entrevista concedida a Juliene Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

ARAÚJO, Mirela Leite de. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 14 dez. 2016.

SILVA, Jairo Augusto da. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016.

SILVA, José Siqueira da. *Tide*. Entrevista concedida a Juliene Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

SOUZA, Américo Fernandes de. Entrevista concedida a Daniel Oliveira e Flávio Silveira. Niterói, 2012.

_____. Entrevista concedida a Juliene Tardeli Cruz. Niterói, 19 nov. 2012.

_____. *Seu Bichinho*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016.

SOUZA, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016.

_____. Entrevista concedida a Pedro Heringer e Daniel Oliveira. Niterói, 1 fev. 2011.

SOUZA, Jorge Nunes de. Entrevista concedida a Juliene Tardeli Cruz. Niterói, 18 nov. 2012.

_____. *Seu Chico*. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 11 jul. 2016.

SOUZA, Marcos Antonio. Entrevista concedida a Maria De Simone Ferreira. Niterói, 12 jul. 2016.

DOCUMENTOS PATRIMONIAIS

Carta de Atenas – CIAM – novembro de 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

Carta de Atenas – Sociedade das Nações - 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

Carta de Nova Delhi – 5 de dezembro de 1956 - Conferência Geral da Unesco – 9ª sessão. In: BRASIL. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2006. pp. 203-214.

Carta de Siena – 2014. Disponível em < <http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/CartaSiena.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

Carta de Veneza – maio de 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

Compromisso de Brasília – abril de 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2016.

Compromisso de Salvador – outubro de 1971. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

Convenção de Paris – 1972. In: BRASIL. *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004. p. 177-193.

Declaração de Caracas – 1992. Disponível em <<http://resenhasmuseologia03.blogspot.com.br/2008/08/texto-30-declaracao-de-caracas.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Declaração de Estocolmo – junho de 1972. In: BRASIL. *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004. p. 171-175.

Declaração de Quebec – 1984. Disponível em <<https://claudiaporto.files.wordpress.com/2010/11/declaracao-de-quebec-1984.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Declaração de Quebec – outubro de 2008. Disponível em <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-646-2.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

Declaração de Santiago – 1972. Disponível em < <http://www.minom-portugal.org/documentos-de-referencia/6-declaracao-de-santiago-do-chile->

unescoicom/3-declaracao-de-santiago-do-chile-1972.html>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Normas de Quito – novembro e dezembro de 1967. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quit%201967.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/RJ:

_____. Carta de Alfredo Coutinho Falcão (perito da Cia. Territorial Itaipu), de 2 de junho de 1971, para Renato Soeiro (presidente do Iphan), aceitando as condições da ação movida pelo Iphan contra a referida construtora. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Carta de Lina Kneip, de 8 de outubro de 1986, para Regina Coeli Pinheiro da Silva (Sphan) sobre tombamento do sítio arqueológico Duna Grande. Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico Duna Grande (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Comunicado Interno 01/87 ARQ., de 5 de janeiro de 1987, de Regina Coeli Pinheiro da Silva para a chefe de gabinete do Iphan, solicitando abertura do Processo de Tombamento do sítio arqueológico Duna Grande. Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico Duna Grande (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Comunicado Interno nº 190, de 7 de julho de 1988, de Maria da Graça Soto Queiroz para Jurema Kopke Arnaut (Coordenadora de Proteção) sobre estudos conjuntos da 6ª DR e do Inepac acerca do tombamento do sítio Duna Grande. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Comunicado Interno nº 194, de 18 de julho de 1988, de Maria da Graça Soto Queiroz para a Coordenadoria de Proteção, noticiando a visita técnica das equipes da 6ª DR e da Coordenadoria de Proteção a Itaipu. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Despacho nº 284/2014 – PRESI/IPHAN, de 8 de setembro de 2014, de Jurema Machado (Presidenta da Iphan) para Lia Motta (Coordenadora Geral da Copedoc), encaminhando o Processo de Tombamento da Duna Grande para arquivamento. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Discurso de Renato Soeiro para a inauguração do MAI em 22 de março de 1977. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Documento de 23 de setembro de 1954, assinado por Carlos Drummond de Andrade, chefe da Seção de História, para Rodrigo Melo Franco de Andrade

com recomendações quanto à cessão das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa para a Colônia de Pescadores Z-10. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Documento descritivo das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa assinado por Alberto Ribeiro Lamego, de 30 de junho de 1937. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Fotografias históricas MAI. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Informação nº 031, de 31 de maio de 1989, de Marta Anastácio, compendiando documentos referentes ao tombamento da Duna Grande. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Informação nº 013/90, de 21 de fevereiro de 1990, de Marta Anastácio, reiterando a preservação da Duna Grande. Lei nº 5.079, de 3 de setembro de 2007. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/075a94119f9288208325734e00657f06?OpenDocument>. Acesso em: 7 jan. 2017.

_____. Informação técnica nº 171, de 21 de outubro de 1948, do arquiteto José de Souza Reis. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Laudo de demarcação do perímetro de proteção e de operação da Duna Grande. Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico Duna Grande (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Mandado de notificação para desocupação do imóvel dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa de 25 de setembro de 1969. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Manuscrito de 14 de novembro de 1948, do diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, Lúcio Costa, concordando com o tombamento das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Memo nº 126/2014-ACI/COPEDOC/RJ, de 6 de agosto de 2014, de Hilário Pereira Filho (Chefe do Arquivo Central do Iphan/RJ) para Andrey Schlee (Diretor do Depam), solicitando definição da situação do pedido de tombamento da Duna Grande. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Memo nº 893/2014 – DEPAM, de 27 de agosto de 2014, de Anna Eliza Finger (Coordenadora Geral do Depam) para Andrey Schlee (Diretor do Depam), encaminhando seu parecer contrário ao tombamento da Duna Grande. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Minuta manuscrita de convênio com a Universidade Federal Fluminense para instalação de laboratório de ensino e pesquisa de arqueologia no MAI, do presidente Renato Soeiro. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Ofício s/n, de 27 de julho de 1954, de Ernani do Amaral Peixoto, Governador do Estado do Rio de Janeiro, para Getúlio Vargas pedindo a cessão das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa para a sede da Colônia de Pescadores Z-10. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Ofício s/n, de 14 de setembro de 1960, da Dphan dirigido a autoridades públicas informando que o Interventor na Colônia de Pescadores de Itaipu, Antônio Gonçalves da Silva Júnior, estava investido na função de guarda dos remanescentes do antigo Recolhimento de Santa Teresa. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes (C535M46P2216D1).

_____. Ofício s/n, de 28 de julho de 1968, de Edgard Jacintho para a Dphan informando sobre o andamento das obras de consolidação das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes (C535M46P2217D82).

_____. Ofício nº 2318, de 12 de outubro de 1971, resposta de Renato Soeiro ao diretor presidente da Cia. Territorial Itaipu sobre destruição do monumento arqueológico. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Ofício nº 1.175/76, de 19 de abril de 1976, resposta de Renato Soeiro a José Carlos Mello de Ourívio (diretor presidente da Veplan-Residência) sobre área *non aedificandi* em torno da Duna Grande. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Ofício s/n, de 26 de outubro de 1976, de Lina Kneip para Renato Soeiro sobre projeto de exposição para o MAI. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Ofício s/n, de 2 de fevereiro de 1977, de Affonso Celso Villela de Carvalho e Francisco Octávio da Silva Bezerra para Renato Soeiro aceitando em nome do Centro Brasileiro de Arqueologia (CBA) auxiliar na realização da exposição do MAI. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Ofício s/n, de 27 de julho de 1977, de Lina Kneip para Renato Soeiro encaminhando o projeto da exposição *Arte rupestre no Brasil*. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Ofício s/n, de 24 de janeiro de 1979, de Hildo de Mello Ribeiro para Renato Soeiro solicitando outorga e ratificação de suas credenciais como fiscal. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Ofício s/n, de 2 de fevereiro de 1979, de Renato Soeiro para Hildo de Mello Ribeiro, em resposta ao Ofício s/n de Hildo de Mello Ribeiro de 24 de janeiro de 1979 solicitando outorga e ratificação de suas credenciais como fiscal. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Ofício nº 2, de 16 de maio de 1950, do Presidente da Colônia de Pescadores Z-10, Luis Isidoro Leivas, para Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a titularidade do terreno das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Ofício nº 17, de 8 de julho de 1950, do Presidente da Colônia de Pescadores Z-10, Luis Isidoro Leivas, para Rodrigo Melo Franco de Andrade solicitando a planta de situação das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Ofício nº 54, de 14 de janeiro de 1959, de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Alberto Lélío Moreira, Diretor-Presidente da Cia. Territorial Itaipu reconhecendo a propriedade do terreno das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa a essa Cia. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Ofício nº 90, de 28 de abril de 1948, do Prefeito de Niterói, José Ignácio da Rocha Werneck, ao Diretor Geral da Dphan informando sobre propriedade do terreno das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Ofício nº 404, de 3 de março de 1970, de Renato Soeiro para Hildo de Mello Ribeiro ratificando as credenciais anteriormente outorgadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Ofício nº 444, 28 de setembro de 1954, de Rodrigo Melo Franco de Andrade para E. Vilhena de Moraes, Diretor do Arquivo Nacional, pedindo informação sobre a propriedade do imóvel do antigo Recolhimento de Santa Teresa. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Ofício nº 562, de 23 de novembro de 1976, de Luiz Emigdio de Mello Filho para Renato Soeiro concordando sobre empréstimo de material arqueológico para a exposição do MAI. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Ofício nº 737, de 30 de dezembro de 1954, de Eugênio Vilhena de Moraes para Rodrigo Melo Franco de Andrade respondendo ao Ofício nº 444/DPHAN. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Ofício nº 986, de 8 de novembro de 1948, de Rodrigo Melo Franco de Andrade à Secretaria de Governo do Estado do Rio de Janeiro sobre a responsabilidade de preservação dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Ofício nº 3678, de 11 de novembro de 1976, de Renato Soeiro para Emigdio de Mello Filho solicitando empréstimo de material arqueológico do Sambaqui do Forte em Cabo Frio para exposição do MAI. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Ofício, de 11 de janeiro de 1979, de Lina Kneip para Renato Soeiro, sobre estado de conservação da Duna Grande. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Panfleto da exposição *Abordagem da arqueologia brasileira* na inauguração do MAI em 22 de março de 1977. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Panfleto de Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto e Diretor de Conservação e Restauração do Iphan, de 1978, sobre projeto do MAI. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes.

_____. Parecer nº 15/86/Arq, de 10 de dezembro de 1986, de Aparecida Açucena Coelho (Setor de Arqueologia do Sphan), sobre o pedido de tombamento do sítio Duna Grande. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Parecer nº 005/88, de 25 de abril de 1988, de Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Carlos Fernando de Moura Delphim (Coordenadoria de Patrimônio Natural), favorável ao tombamento da Duna Grande. (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Parecer Técnico para tombamento dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, de 16 de julho de 1946, de Alcides da Rocha Miranda para Lucio Costa. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Processo de Tombamento do Sítio Arqueológico Duna Grande (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Relatório de inspeção aos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, de 7 de junho de 1966, de Edgard Jacintho. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes (C709P2692).

_____. Relatório de viagem a Itaipu, Massambaba e Cabo Frio, de 24 de novembro de 1987, de Marta Anastácio (Coordenadoria de Proteção da Sphan). (Processo nº 1.216-T-87), 1987.

_____. Relatório, sem data, de Edgard Jacintho, sobre obras para instalação do MAI. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes (C709P2692).

_____. Requerimento de certidão, de 5 de maio de 1966, pedido por pedido de Luiza do Valle Lopes à Dphan. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

_____. Série Inventário – Niterói/RJ – Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes. Caixa RJ 131/P1/01 – P2/02 – P3/01.

_____. Termo de cooperação assinado entre a Sphan/Pró-Memória e a Enitur, de 11 de agosto de 1982, para parceria na abertura e no funcionamento do MAI. Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa (Processo nº 365-T-46), 1946.

ARQUIVO MAI:

_____. Ação cautelar preparatória de ação civil pública de autoria da SOPRECAM em relação aos danos ambientais causados pelo aldeamento indígena em Camboinhas. Processo nº 2008.51.02.001616-2. Sub-seção 7.3.9: Aldeamento indígena de Camboinhas.

_____. Ata da reunião de mudança do nome do MAI, ocorrida em 17 de setembro de 2010. Niterói: 2010. Sub-seção 2.6: Musai.

_____. Ata da reunião de proteção ao sítio arqueológico Duna Grande, ocorrida em 29 de agosto de 2012. Sub-seção: 7.3.1.2.1 Duna Grande.

_____. Despacho, de 2 de outubro de 2002, de Vera Lucia Gigante Carvalho (diretora do MAI) para a Assessoria de Arqueologia da 6ª SR, em resposta ao Ofício nº 36, de 28 de fevereiro de 2002, do diretor do Museu Nacional para a 6ª Superintendência do Iphan. Sub-Seção 5.1.1: Exposição de longa duração “Aspectos da pré-história”.

_____. Informe da Colônia de Pescadores Z-7, 2003. Sub-seção 7.3.4.1: Colônia Z-7.

_____. Ficha de Registro de Aldeia sob o Museu Arqueológico de Itaipu, de 4 de outubro de 1991, autora Anna Tedeschi. Sub-seção 7.3.2: Recolhimento de Santa Teresa.

_____. Ficha de Registro do Sítio Arqueológico de Itaipu (Duna Grande), de 11 de abril de 1968, autora Lina Kneip. Sub-seção 7.3.1: Arqueologia.

_____. Ficha de Registro do Sítio de Duna Pequena, de 10 de setembro de 1978, autora Lina Kneip. Sub-seção 7.3.1: Arqueologia.

_____. Ficha de Registro do Sambaqui de Camboinhas, de 3 de março de 1978, autora Lina Kneip. Sub-seção 7.3.1: Arqueologia.

_____. Liminar referente ao Processo nº 2008.51.02.001616-2, de 24 de julho de 2008, para identificação e cadastramento dos ocupantes do aldeamento indígena em Camboinhas. Sub-seção 7.3.9: Aldeamento indígena de Camboinhas.

_____. Material informativo sobre o Museu de Arqueologia de Itaipu/Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa – Niterói/RJ, de julho de 1984, de autoria de Yara Mattos. Sub-seção 2.7: MAI.

_____. Manuscritos de Hildo de Mello Ribeiro (41 páginas). Sub-seção 7.3.7: Hildo de Mello Ribeiro.

_____. Ofício nº 404, de 3 de março de 1970, de Renato Soeiro para Hildo de Mello Ribeiro outorgando as credenciais de fiscalização. Sub-seção 7.3.7: Hildo de Mello Ribeiro.

_____. Ofício s/n, de 5 de outubro de 1979, de Lina Kneip para Edgard Jacintho da Silva sobre a compra da canoa e sua transferência para o acervo do MAI. Sub-seção: 4.1 Acervo museológico.

_____. Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 0759/99, de 2 de dezembro de 1999, de José Pessoa (Superintendente Regional da 6ª SR/IPHAN) para Elso do Couto e Silva (Delegado do Patrimônio da União), solicitando informação sobre a situação fundiária da Praia de Itaipu. Sub-seção 7.3.4.1: Colônia Z-7.

_____. Ofício nº 242/SC/00, de 9 de maio de 2000, de Maria Dulce Reis Galindo (Subsecretária Municipal de Cultura de Niterói) para Adélia Barboza de Carvalho (Promotora de Justiça do MPE-RJ), prestando informações sobre a fiscalização dos bens tombados em Itaipu e sobre autorização da Secretaria Municipal de Urbanismo para obras de edificação. Sub-seção 7.3.4.1: Colônia Z-7.

_____. Ofício INEPAC nº 441, de 9 de novembro de 2000, de Alexei Bueno (Diretor Geral do INEPAC) para Adélia Barboza de Carvalho (Promotora de Justiça do MPE-RJ), prestando informações sobre a apreciação de projetos de obra civil na Vila de Pescadores de Itaipu. Sub-seção 7.3.4.1: Colônia Z-7.

_____. Ofício nº 36, de 28 de fevereiro de 2002, de Alex Kugland de Azevedo (diretor do Museu Nacional/UFRJ) para Thaís Pessotto (Superintendente da 6ª SR/Ipahan), solicitando a devolução das peças do MN/UFRJ que compunham a exposição *Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro*. Sub-Seção 5.1.1: Exposição de longa duração “Aspectos da pré-história”.

_____. Ofício CDHAJ/432/2008, de 19 de agosto de 2008, de Maria Margarida Pressburger (Presidente da CDHAJ) para Carlos Fernando Leão Andrade (Superintendente da 6ª SR/IPHAN), solicitando esclarecimentos sobre confecção de laudo pela servidora do MAI Vera Gigante Carvalho.

_____. Ofício GAB/6ª SR/Iphan nº 1358, de 22 de outubro de 2008, resposta de Carlos Fernando Leão Andrade (Superintendente da 6ª SR/IPHAN) a Maria Margarida Pressburger (Presidente da CDHAJ).

_____. Ofício nº 007/2010/MAI, de 9 de março de 2010, de Maria De Simone Ferreira (diretora do MAI) para Paulo Seda (presidente do IAB), remetendo as peças do IAB que compunham a exposição *Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro*. Sub-Seção 5.1.1: Exposição de longa duração “Aspectos da pré-história”.

_____. Ofício nº 059/2010/MAI, de 7 de junho de 2010, de Maria De Simone Ferreira (diretora do MAI) para Claudia Carvalho (diretora do Museu Nacional/UFRJ), remetendo as peças do MN/UFRJ que compunham a exposição *Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro*. Sub-Seção 5.1.1: Exposição de longa duração “Aspectos da pré-história”.

_____. Ofício nº 877/2015/COINC/SPU/RJ/wfs, de 13 de fevereiro de 2015, do Superintendente do SPU para o Diretor Interino do MAI, respondendo ao Ofício nº 47/2014/MAI sobre titularidade do imóvel e do terreno dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa. Arquivo Administrativo MAI.

_____. Projeto Básico MAI nº 05/2015, de 3 de novembro de 2015, objeto: Atividades de comunicação e difusão do MAI – Exposição *Faces de Itaipu*. Sub-seção 5.2: Exposições temporárias.

_____. Projeto Básico DPMUS/CEMAE/IBRAM-RJ nº 17/2012, de 11 de junho de 2012, objeto: Contratação de serviço de construção de oca guarani no pátio do MAI. Sub-seção 6.4.2: Primavera dos Museus.

_____. Relação de dados sobre imóvel e coleções dos museus regionais do Iphan a partir de levantamento de Orlandino Seitas Fernandes, em 19 de outubro de 1979. Sub-seção 2.7: MAI.

_____. Relatório da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, de 11 de agosto de 2008, referente ao aldeamento indígena da *Tekoa Itarypu*. Sub-seção 7.3.9: Aldeamento indígena de Camboinhas.

_____. Textos da exposição *Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida de Niterói a Cabo Frio*. Sub-seção 5.1.1: Exposição de longa duração “Aspectos da pré-história”.

_____. Termo de doação, de 27 de setembro de 1979, da Colônia de Pescadores para Lina Kneip referente ao tanque de lavagens de rede de pesca e à canoa. Sub-seção: 4.1 Acervo museológico.

_____. LABOEP/UFF. Projeto *Canico & Samburá*. Niterói, 2000. 9p. Sub-Seção 6.1: Programa de ação educativa MAI/UFF.

ARQUIVO NACIONAL. Ofício, de 11 de julho de 1809, de Paulo Fernandes Vianna para o Conde de Aguiar sobre o processo de recolhimento de Fortunata Maria da Conceição.

CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. Livro de Visitas Pastorais nº 7, de 1799.

_____. Livro de Visitas Pastorais nº 12, de 1811-1812.

INEPAC:

_____. Diagnóstico do Inepac para tombamento do Canto Sul de Itaipu. Processo de Tombamento do Litoral Fluminense (Processo nº E-18/300459/85), 1987.

_____. Ofício nº 266/INEPAC/85, de 29 de agosto de 1985, do Inepac para Ítalo Campofiorito (diretor geral do DCE), com exposição de motivos para o tombamento do litoral fluminense. Processo de Tombamento do Litoral Fluminense (Processo nº E-18/300459/85), 1987.

_____. Ofício nº 289/DCDG, de 9 de setembro de 1985, de Ítalo Campofiorito para Darcy Ribeiro (secretário de cultura), ratificando a proposta de tombamento do Inepac. Processo de Tombamento do Litoral Fluminense (Processo nº E-18/300459/85), 1987.

_____. Processo de Tombamento do Litoral Fluminense (Processo nº E-18/300459/85), 1987.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. Decreto nº 16.183, de 25 de outubro de 1923. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16183-25-outubro-1923-504249-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 13 dez. 2016.

_____. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. In: BRASIL. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2006. pp. 99-107.

_____. Decreto-Lei nº 2.077, de 8 de março de 1940. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2077-8-marco-1940-412119-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. In: BRASIL. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2006. pp. 25-32.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 16 jan. 2017.

NITERÓI (Município). Lei nº 2.874, de 13 de dezembro de 2011. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2011/287/2874/lei-ordinaria-n-2874-2011-considera-patrimonio-cultural-de-natureza-imaterial-a-pesca-artesanal-de-itaipu-2011-12-13-versao-original.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 44.417, de 30 de setembro de 2013. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/59768942/doerj-poder-executivo-01-10-2013-pg-1>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. Lei nº 5.079, de 3 de setembro de 2007. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/075a94119f9288208325734e00657f06?OpenDocument>. Acesso em: 7 jan. 2017.